



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

MANOEL OSVANIL BEZERRA BACELAR

**O AGRONEGÓCIO: A Territorialização e a Expansão das Fronteiras do
Capital no Amapá**

GOIÂNIA/GO

2019

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 5610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico ☐ Dissertação ☒ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Manoel Osvaldo Bezerra Bacelar

Título do trabalho: O AGRONEGÓCIO: A Territorialização e a Expansão das Fronteiras do Capital no Amapá

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do (s) arquivo (s) em formato digital PDF da tese ou dissertação

Manoel Osvaldo Bezerra Bacelar
Assinatura do (a) autor (a)¹

Ciente e de acordo:

[Assinatura]
Assinatura do (a) orientador (a)²

Data 10 12 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

MANOEL OSVANIL BEZERRA BACELAR

**AGRONEGÓCIO: A Territorialização e a Expansão das Fronteiras do
Capital no Amapá**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Calaça

GOIÂNIA/GO

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Bacelar, Manoel Osvanil Bezerra

O AGRONEGÓCIO: A Territorialização e a Expansão das Fronteiras do Capital no Amapá [manuscrito] / Manoel Osvanil Bezerra
Bacelar. - 2019.

CCIL, 249 f.: il.

Orientador: Prof. Manoel Calaça.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, , Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2019.

Bibliografia. Anexos.

Inclui abreviaturas, lista de figuras.

1. Agronegócio. 2. Campesinato. 3. AMCEL. 4. Conflito. 5. Grilagem. I. Calaça, Manoel , orient. II. Título.

CDU 911



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DE
MANOEL OSVANIL BEZERRA BACELAR**

Aos 24 dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (2019), a partir das 14h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de **MANOEL OSVANIL BEZERRA BACELAR**, intitulada: “O AGRONEGÓCIO: A TERRITORIALIZAÇÃO E A EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS DO CAPITAL NO AMAPÁ”. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria n.º 065/2019 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: **Manoel Calaça** (Orientador), **Celene Cunha Monteiro A. Barreira** (Membro Titular Interno), **Ivanilton José de Oliveira** (Membro Titular Interno), **Edson Batista da Silva** (Membro Titular Externo) e **Roni Mayer Lomba** (Membro Titular Externo). Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 18:30 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. Manoel Calaça (Presidente) – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Profa. Dra. Celene Cunha Monteiro A. Barreira – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Edson Batista da Silva – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Resultado final: Aprovado (X) Reprovado ()

Houve alteração no Título? Sim () Não (X)

Em caso afirmativo, especifique o novo título: _____

Outras observações: _____

Reaberta a Sessão Pública, a presidência da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca e pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria _____

Luana de Castro Amorim
Assistente em Administração
Instituto de Estudos Sócio Ambientais
Matrícula: 2357313

PPGeo
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Goiás

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo
Rua: Jacarandá, Qd. D, Campus Samambaia. IESA, Sala A-07, CEP 74.690-900 Goiânia-GO, Brasil.
Fone: (62) 3521-1184 ramal 202/203/204 - <http://posgeo.iesa.ufg.br/>

Dedico à Santíssima Trindade, que fez gerar meus pais Carlos Bacelar e Zuíla Bezerra, os quais, da beira do rio Salvadorzinho, ao som suave das matas, entoaram cantos suaves em louvor a São Benedito de Gurupá, mas que anunciaram os nossos triunfantes dias atuais.

Agradecimentos

Essa singela tese é resultante de um processo de construção coletiva moldada pelos princípios herdados de meus pais, em particular, de minha incomparável mãezinha Zuíla, que atualmente encontra-se dependente de cadeira de rodas e da solidariedade dos diversos braços humanos que ela plantou. Exemplo que permitiram o autor a trilhar os caminhos dos movimentos sociais urbanos, camponeses e a partir dos últimos cinco anos dedicando-se às questões agrárias. Sabendo-se que os agradecimentos sempre vão parecer insuficientes para justificar as vitórias de qualquer natureza, mas estarão circunscritas aquelas pessoas e estabelecimentos institucionais que proporcionaram os esforços individuais e solitários a sistematizar as reflexões que adiante estão registradas.

Meus agradecimentos aos camponeses do Amapá, que direta ou indiretamente, participam das lutas por meio dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais, os quais se organizam em ações populares que, no cotidiano da vida no campo, constroem o seu modo próprio de vida, contrapondo-se às espúrias do capital assassino, no intuito de assegurar continuamente um mundo de equidade para todos. Um mundo de sonhador, sonhos das mais diversas realizações de equidades em níveis de crenças, de cores, de tendências e, em particular, de semear a paz no campo.

Não me escuso de agradecer a Deus, na figura da Santíssima Trindade, por ter me cedido a bondade e os princípios provenientes de meus pais, Zuila Bezerra (cadeirante) e Carlos Bacelar, que, diante dos entraves da vida, souberam suportar minha ausência nos momentos insípidos enfrentados pelos Amazônida, aguardando o primeiro de uma família a atingir o degrau máximo de um doutorado, chamando para si enorme responsabilidade, não só familiar, mas coletivas, da qual tanto a sociedade passa a exigir.

Nessa caminhada carregou nas minhas estruturas física e simbólica as determinações de minha tão experiente mãe parteira, benzedeira, puxadeira e a cima de tudo conselheira dos riobeirinhos. Desenvolveu suas habilidades não formais durante muitos anos, que só foram interrompidas por um acidente vascular cerebral, que lhe tolheu a capacidade de continuar os afazeres dos partos e de prolongar o bem-estar coletivo. Não esqueceu suas ocupações ribeirinhas, mesmo envolvida com as atividades urbanas, entremeadas pelos sorrisos e pela disposição para o trabalho e para as suas conquistas.

Um agradecimento aos meus irmãos: Agostinho, Lucy, Carlinho, totó (Bacelar) e Arlete. Aos meus filhos, o Enfermeiro e Tenente George Bacelar, ao Matemático e Tenente, Jadson, ao produtor musical e dj Kelson, ao médico Dr. Giulio, juntamente com

o meu mais experiente “filho”, o Médico Irlan, ao Fábio o mais romântico por natureza e, em particular, ao meu inseparável filho especial, o caçula mais bajulado por ser a nossa criança grande, o Gustavo que, por não poder se expressar, suportou em silêncio os dias e as horas em que choramingando me partia o coração em vê-lo carente de minha atenção.

Em especial ao meu âmagô familiar mais próximo: minha amada e companheira Mara, que ao decurso destes mais de 16 anos de convívio, pela compreensão e expertises, por cada choro e cada sorriso, pela alegria e pelo enfrentamento. Agradeço pelas certezas de poder contar com o seu carinho, seu diálogo e a sua compreensão. Embora ainda não entendam, agradeço a espera das minhas filinhas, Malu enquanto pai dois e a Beatriz enquanto avô dois. Aos meus netos Emanuel carinhosamente chamado de pitito, o mais novo membro da nossa bela família. Ao Petrin e ao Robert que pela convivência um pouco distante dedico meu apreço. As minhas queridas cunhadas Aldanice e Conceição Tavares. Suas energias me deram forças para seguir adiante e me estimulando as peleias por um mundo mais justo a todos os trabalhadores rurais e urbanos que lutam pelo pão de cada dia. Dedico, ainda, a todos os meus familiares e amigos de modo em geral pela força e estímulo direto e indireto nessa empreitada.

No campo acadêmico, dedico incondicionalmente ao meu orientador, Dr. Manoel Calaça, o nosso grande líder na condução das pesquisas, nos debates e enfrentamentos, na politização da ciência no campo e na cidade, um cientista exemplar de coração e gosto pelo que faz e pela vida, aprender a apreender ao seu lado foi um luxo. Aos professores e doutorandos do DINTER UFG/UNIFAP, nas suas respectivas áreas de concentração do conhecimento geográfico, pelo convívio e ambiente fértil, enriquecendo a nossas expertises de análise.

No campo institucional, agradecer à UNIFAP, na qual sou professor, em nome da ex-magnífica reitora Supert, que aderiu a proposta do DINTER UFG/UNIFAP, capitaneado pela habilidade do Dr. Pablo Sebastian Fernandez, consolidando a oportunidade de proporcionar este grande passo qualitativo aos integrantes do doutorado da UNIFAP. Também agradecer ao INCRA, em nome dos técnicos Marcos, Mateus e Edimilson, ao IMAP de modo igual ao diretor Jurandir, ao gerente Rômulo, ao Adão, à Adriana Larissa e demais técnicos e informantes. Agradecer, ainda, à AMCEL, em nome do diretor de comunicação Carlos Pimentel, à APROSOJA, na figura extraordinária do seu presidente ... e à ACRIAP, em nome do seu presidente, Jesus.

Resumo

A Tese tem como tema a territorialização e a expansão do capital no campo amapaense. A pesquisa visou compreender quais são as dimensões das transformações territoriais e dos conflitos resultantes da territorialização dos monopólios, tendo como foco a produção de pinus e eucalipto para exportação de cavacos e da monopolização dos territórios, bem como a produção de soja no estado do Amapá. O principal objetivo foi compreender o processo de territorialização do capital, mediante as atividades do agronegócio, no estado. O governo federal, ao elaborar políticas públicas que determinaram as diretrizes para o desenvolvimento econômica dos estados da Amazônia, criou as condições para as transformações que resultaram no controle da propriedade privada da terra e da produção. Constatou-se também que a luta pela terra e o controle e exploração dos recursos naturais adquire caráter de classe, de disputa de grandes e de pequenos empreendimentos, onde terra e território constituem-se unidade dialética. Para análise do processo de territorialização do capital no campo no Amapá, foi feita revisão da literatura, pesquisa documental em órgãos públicos, entrevistas com agentes do estado e trabalhos de campo, incluindo entrevistas com agentes do capital e dos camponeses amapaenses. Os novos e velhos elementos que movimentam a questão agrária no Amapá na contemporaneidade são desafios a serem enfrentados, tanto no campo teórico/conceitual, como na compreensão das ações dos sujeitos envolvidos nesse processo. Entende-se que a solução para tais questões passa pela adoção de um conjunto de medidas, programas e políticas estruturantes no campo e para o campo. A questão da grilagem de terras está na ordem do dia, por ser uma das estratégias dos latifundiários para aumentar seus domínios. Além disso, há inércia dos órgãos públicos responsáveis pela regularização fundiária no estado, como INCRA, IMAP, Programa Terra Legal, cujas atribuições e competência se chocam de tal modo a atrasar os processos de emissão de títulos e solução de conflitos por terra no estado. A expansão do agronegócio acirra esses conflitos, tanto entre atores hegemônicos do capital, como entre esses e os vários seguimentos do campesinato, como quilombolas, ribeirinhos e posseiros. Enquanto isso, a violência se expande numa disputa desigual entre empresas rurais e camponeses que contam com a omissão do Estado.

Palavras chave: Agronegócio. Campesinato. AMCEL. Conflito. Grilagem.

Abstract

This thesis has a territorialization and an expansion of capital in the Amapaense field. The research aimed to understand the territorial dimensions and the territorialization resultant conflicts results, focusing on the production of grains and eucalyptus for the export of cavities and monopolization of the territories, as well as the production of soybeans in the state of Amapá. The main objective was the understanding of the process of territorialization of the capital, through agribusiness activities, in the state. The Federal Government, in formulating public policies that determined the guidelines for the economic development of the Amazonian states, created the conditions for the transformations that resulted in the control of private land ownership and production. It was also observed that the struggle for land and the control and exploitation of natural resources acquires class character, of dispute for large and small enterprises, where land and territory constitute dialectical unity. In order to analyze the process of territorial territorialization of the countryside in Amapá, a review of the literature, documentary research in public organs, interviews with state agents and fieldwork were conducted, including interviews with agents of the capital and peasants. The new and old elements that move the agrarian question in Amapá in the contemporaneity are challenges to be faced, both in the theoretical / conceptual field, and in the understanding of the actions of the subjects involved in this process. It is understood that the solution to such questions involves adopting a set of structuring measures, programs and policies in the field and for the field. The issue of land grabbing is the order of the day, as it is one of the strategies of landowners to increase their holdings. In addition, there is inertia of the public agencies responsible for land regularization in the state, such as INCRA, IMAP, Terra Legal Program, whose attributions are in disagreement and delay the processes of issuing bonds and resolving land conflicts in the state. The expansion of agribusiness has aggravated these conflicts, both among capitalist hegemonic actors and between these and the various segments of the peasantry, such as quilombolas, riparians and squatters. Meanwhile, violence expands in an uneven dispute between rural companies and farmers, who count on the State's omission.

Key-words: Agribusiness. Peasantry. AMCEL. Conflict. Land Grabbing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de localização das áreas de pesquisa - 2018	21
Figura 2 -	Estado do Amapá- Mapa político administrativo - 2019.	33
Figura 3 -	Macapá - AP - Precipitação acumulada (mm), temperatura média mensal compensada, temperatura mínima e temperatura máxima (°C).	35
Figura 4 -	Município de Serra do Navio - O Manganês de Serra do Navio e área de exploração - 2019.	64
Figura 5 -	Estado do Amapá - Projeto Jari, AMCEL e assentamentos rurais - 2019.	65
Figura 6 –	Localização geográfica do Projeto Jari nos estados do Amapá e do Pará – 2018	67
Figura 7 -	A Bruyzeel Madeireira S/A (BRUMASA) no Amapá	96
Figura 8 –	Maquinario de produção de madeiras compensadas	100
Figura 9-	Estado do Amapá -Tipos de vegetação e projetos madeireiros – 2018.	111
Figura 10-	Veredas no interior das savanas do Amapá.	131
Figura 11-	Mapa de Áreas Impactadas e Influenciadas pela AMCEL.	135
Figura 12-	Mapa da localização do plantio de eucalipto – 2019.	137
Figura 13-	Mapa dos eixos rodo/hidroviário de conexão e circulação das <i>commodities</i> pelo Amapá	153
Figura 14-	Mapa de destino do escoamento das <i>commodities</i> pelo Porto de Santana no Amapá.	157

LISTA DE ABREVIACÕES

AFAP - Agencia de Fomento do Amapá
ALEA - Assembleia Legislativa do estado do Amapá
AMCEL - Amapá Florestal Celulose S.A.
APROSOJA - Associação dos Produtores de Soja do Amapá
BCB - Banco Central do Brasil
BEFIEIX - Benefícios Fiscais às Exportações
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BRUMASA - Bruyzeel Madeireira S.A.
CACEX - Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.
CACREN - Companhia Auxiliar de Construção e Reparos Navais
CAEMI - Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial
CCA - Cadastro de Controle Agrário
CEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente
CERFLOR - Certificação de Manejo Florestal
CHAMFLORA/CHAMPION – Hoje, International Papers
CIF - Cost, Insurance and Freight
CODEPA - Companhia de Dendê do Amapá
COPAF – Coordenadoria do Patrimônio Fundiário.
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CSA - Commodity System Approach
DIROT- Diretoria de Ordenamento Territorial
DTTA - Divisão Territorial e Técnica do Amapá
EMFA - Estado-Maior das Forças Armadas
FLOTA/AP - Floresta Estadual do Amapá
FOB - Free on Board
FTFDBP - Floresta de Terra Firme Densa de Baixo Platô
FTFDsm - Floresta de Terra Firme Densa Submontana
GEA - Governo do Estado Do Amapá
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês

IEPA - Instituto Estadual de Pesquisa do Amapá (IEPA),

I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

IMAP – Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá

INCRA - Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária

IPI - Impostos sobre Produtos Industrializados

ITERPA - Instituto de Terras do Pará

IPB – International Plant Breeders

MBR - Mineração Brasileira Reunidas S.A

MPA- Movimento dos Pequenos Produtores

MTR - Movimento dos trabalhadores Rurais

NDOF - Núcleo de Desenvolvimento e Ordenamento Fundiário

NPI - Nippon Paper Industries

NYK - Nippon Yusen Kabushiki Kaisha

PAOF - Plano Anual de Outorga Florestal

PEFC - Certificado de Cadeia de Custódia

PIN - Plano de Integração Nacional

PRODEMAC - Promotoria de Justiça do Meio do Ambiente, Conflitos Agrários, Habitação e Urbanismo de Macapá

RADAM – Projeto Radar da Amazônia

RURAP - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

SERFAL- Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal

SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCF - Floresta de Transição Cerrado

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNCOMSEG - Universal Companhia de Seguros Gerais

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VERAGRO - Veredas de Minas Agropecuária S/A

ZSA - Zoneamento socioambiental do Amapá

SUMÁRIO

	Introdução	16
CAPÍTULO I	A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ	32
	1 Geografia física do estado do Amapá	32
	1.1 Relevo	33
	1.2 Clima	34
	1.3 Vegetação de mangues ou dos manguezais	35
	1.4 Floresta de várzeas	36
	1.5 Vegetação de savana	39
	1.6 As florestas de terra firme	41
	1.7 Hidrografia	43
	2 Antecedentes Históricos e Agronegócio	44
	2.1 A crise cambial de 1982	45
	2.2 A Constituição de 1988	47
	2.3 A política agrícola dos anos 1990	49
	3 Agronegócio	50
	4 Agronegócio – bases conceituais	52
	4.1 Noções do agronegócio	52
	4.2 O <i>agribusiness</i> - modelo de produção sistêmico	55
	4.3 Sistemas agroindustriais (CSA)	56
	4.4 O Sistema de <i>filières</i>	58
	4.5 A mundialização da agricultura e o agronegócio no amapá	60
CAPITULO II	GÊNESE DO AGRONEGÓCIO NO AMAPÁ - DA EXPLORAÇÃO DO MANGANÊS AO PLANTIO DE EUCALIPTO	63
	1 Da exploração madeireira ao cultivo de Pinus e Eucalipto	65
	1.1 O Projeto Jari Florestal e Agropecuária Ltda. no Amapá	65
	1.2 Os mecanismos de controle da produção	68
	1.3 Complexo de atividades econômicas do Projeto Jari	70
	1.4 A tecnologia no controle da produção	71
	1.5 O capital financeiro no controle da produção	74
	1.6 Diversificação das atividades econômicas da Jari Ltda.	79
	1.7 A apropriação da terra pelo Projeto Jari no Amapá	84

2	Bruyzeel Madeireira S/A – BRUMASA	94
2.1	Histórico e a ação predatória da atividade madeireira	94
2.2	A BRUMASA e o controle da extração e processamento de madeira nativa no amapá	99
2.3	A Infraestrutura e Agregação de Valores nos Produtos	104
3	AMCEL - Amapá Florestal e Celulose S.A. - Plantio e Agregação de Valor ao Pinus e Eucalipto	109
3.1	A Gênese da Territorialização Monopolística do Capital no Amapá	109
CAPÍTULO III	TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO AGROFLORESTAL/AMCEL	116
1	O caráter conceitual	116
2	A AMCEL e as estratégias de desenvolvimento do Amapá	118
3	O controle da produção pela AMCEL	129
4	A AMCEL: Seu império latifundista e os conflitos territoriais no Amapá	133
5	O melhoramento das sementes e o controle na produção de eucalipto	139
6	A importância do viveiro para o controle da produção	146
CAPÍTULO IV	MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A EXPANSÃO DAS COMMODITIES AGRÍCOLAS NO AMAPÁ	149
1	A logística territorial na Amazônia. O Amapá no circuito do agronegócio	149
2	A estrutura portuária em Santana do Amapá	156
3	O território das <i>Commodities</i> no Amapá	159
CAPÍTULO V	DISPUTAS TERRITORIAIS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES NO AMAPÁ	165
1	A expansão da fronteira e os conflitos sociais no campo	165
2	O Amapá e as transformações	169
3	Gênese das disputas territoriais e a resistência dos camponeses do Amapá	171
4	A chegada do desconhecido e o aumento dos conflitos territoriais no campo do Amapá	179
	CONCLUSÃO	218
	Referências	226
	Apêndices	242

Introdução

As transformações geradas pelas atividades do agronegócio no Brasil, em particular no Amapá, são mudanças impactantes que se entremeiam constantemente a realidade social, pois ainda no início deste século XXI, há necessidade de constante acompanhamento sobre os impactos territoriais gerados por esse processo. Nesse sentido, passados mais de 5 séculos de ocupação e de formação territorial brasileiro, os problemas sociais e agrários relacionados ao uso da terra e à distribuição fundiária continuam se expandindo. O estado do Amapá, por sua localização no extremo norte do país, ocupando a porção oriental da Amazônia, sua incorporação no contexto da expansão das fronteiras agrícolas e suas formas de ocupação humana tradicionais, historicamente mesclam-se aos diversos biomas amazônicos, pois o contraste das ações entre o moderno e o tradicional pode ser o fator de maior responsabilidade na geração dos conflitos locais de diversas naturezas.

Contraditoriamente à lógica tradicional, é o território de expansão das atividades “moderna” alicerçada sobre a produção de certas *commodities*, que viabiliza a expropriação da produção camponesa no Amapá, responsável pelo abastecimento da maioria dos alimentos que consumimos, cujos produtores lutam pela terra para assegurar as condições básicas para a subsistência. Por conta desse contraste, a real condição dos camponeses do Amapá demonstra as faces “oculta e traiçoeiro de um processo de transformação no campo comercializado pelos atores hegemônicas como expressão das modernidades e das melhorias de vida para as populações no campo. No tocante à fase de desenvolvimento da economia mundial, em que a agropecuária é conduzida a se expandir a partir das mudanças técnicas, o Amapá, com seus diversos biomas, passa a apresentar-se como uma das “últimas fronteiras” para a ciência e para tecnologia agrária, numa constante busca da expansão do capital.

Todavia, foi a constatação e a vivência dessa realidade que despertaram a pretensão de realizar essa pesquisa no sentido de contribuir para a luta dos camponeses na construção de novos rumos para a realidade agrária no Amapá, neste início do século XXI. Dessa forma, a escolha do tema deve-se ao fato de que a gênese do agronegócio no Amapá tem início a partir do esgotamento da exploração do manganês de Serra do Navio e que, em nosso entendimento, há uma lacuna na análise do desenvolvimento das atividades capitalistas relacionadas a esse processo no contexto sócio-territorial no campo do Amapá. Esse fator passa ser percebido em função de que a realidade estadual nos mostra que, com o advento do neoliberalismo como projeto de classe, introduziu-se nova dinâmica, de maior controle do território, aumentando ainda mais a sua dependência. Portanto, isso leva a agricultura e a economia amapaense mais

dependentes, o que gera um conjunto de contradições que exigem ser compreendidas e superadas, numa perspectiva de reação à ordem do capital.

Nesse sentido, a pesquisa sobre O AGRONEGÓCIO: A Territorialização e a Expansão das Fronteiras do Capital no Amapá surge da inquietação e da vivência do pesquisador em querer desvendar as transformações socioambientais resultantes das suas atividades, assim como das suas dimensões no campo amapaense. Tais esclarecimentos foram importantes porque permitiram constatar e compreender melhor o território de vida dos camponeses e as suas relações com esse processo, pois os contatos mantidos durante as fases da pesquisa puderam corroborar para dar início ao acompanhamento e esclarecimento sobre a dinâmica da territorialização dos monopólios de produção em larga escala, dos recursos naturais e das *commodities* no estado.

Nessas condições, estudos realizados sobre o tema em questão revelam que as condições e a logística para o desenvolvimento de atividades com demandas de alto nível de capital, de tecnologia e de organização, não se constituem exclusividade, para atender somente às demandas dos setores monopolísticos de extração de recursos naturais para a produção em larga escala, mas, também há espaços para a instituição de outros setores do agronegócio que se destacam pela sua forma de monopolizar-se territorialmente a partir da produção de grãos, de carnes e de leite nos diversos espaços brasileiros, também, para atender às demandas dos mercados externos.

Para melhor sustentar o entendimento desse processo, levou-se em conta as experiências do pesquisador, bem como o uso dos referenciais de discussões e de análises sobre a problemática levantada pelo tema, o que permitiu pensar sobre essa investigação com base na seguinte **reflexão problema**: quais são as dimensões das transformações territoriais e dos conflitos resultantes da expansão da territorialização dos monopólios pelos setores de produção de celulose, de extração de madeira, do cultivo de eucalipto para a produção de cavacos e da monopolização dos territórios da sojicultura no estado?

Essa indagação nos direcionou para a compreensão das novas formas de organização do capital, apoiadas em novas tecnologias, ao mesmo tempo em que essas indicaram outros mecanismos de seleção e de controle territorial e de espacialização produtiva, de concentração de riquezas e de transformação no desenvolvimento social do estado. Portanto, foi na condição de emergência da expansão da agropecuária moderna, envolvendo novos padrões tecnológicos, que se buscou analisar o processo de territorialização dos monopólios do capital, mediante as atividades do agronegócio, no Amapá.

Para dar conta dessa empreitada, como questões secundárias, **indagaram-se**: Quais são os aportes teórico-conceituais que sustentam a origem e os fundamentos do agronegócio? Qual foi o contexto que viabilizou a expansão do agronegócio no estado do Amapá, a partir do esgotamento da exploração de minério do manganês na Serra do Navio? Como se deu o desenvolvimento do processo **que controla a territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios do agronegócio no Amapá**? Quais são os mecanismos de efetivação do processo de monopolização do território recente do capital nas savanas¹ do Amapá? Como se dão as disputas territoriais no campo do Amapá e quais são as estratégias de resistência dos camponeses a esse processo?

Essas dúvidas foram levantadas em função de que o estado tem experimentado considerável transformação socioeconômica e ambiental por ordem do capital, assegurando esse processo a partir da instituição e da expansão das *commodities* agrícolas em território das savanas, o que tem contribuído para o aumento dos conflitos pela terra, e levado à desestruturação do estilo de vida dos camponeses. Para a viabilidade do processo, buscou-se reestruturar as instalações logísticas portuárias e de armazenamento de mercadorias por empresas já instaladas, assim como por multinacionais interessadas em investir no Amapá em novo porto, aliadas à construção de silos e melhorias de rodovias para escoamento dos grãos produzidos nas savanas. Todo esse aparato estrutural tem permitido a ocupação de áreas disponíveis à ampliação das atividades do agronegócio de grãos.

Por conta disso, **o objetivo geral da pesquisa foi analisar** o processo de territorialização do capital, mediante a instituição das atividades do agronegócio, no estado do Amapá. Quanto aos **objetivos específicos, a pesquisa visou** discutir os aportes teórico-conceituais que sustentam a origem e os fundamentos do agronegócio. A pesquisa também demonstrou como objetivo entender o contexto em que se dá a expansão do agronegócio no estado do Amapá, a partir do esgotamento da exploração mineral do manganês na Serra do

¹ Nessa investigação optamos por empregar o termo savana para a denominação do que é equivalente ao Cerrado. Atribui-se o termo savana, originalmente dado aos campos do Caribe e a região norte da América do Sul, é proveniente do taino pertencente ao grupo linguístico aruaque, utilizado desde a Flórida, Paraguai e do litoral peruano até a embocadura do Rio Amazonas. Vê Marchiori (2004, p. 32/33). Conforme Walter (2006, p. 6), savana é um termo para designar “terras que está sem árvores, mas com muitas ervas altas e baixas”.

É importante destacar a extensa lista de definições encontrados na literatura mundial para referir-se ao termo savana. As inúmeras definições segundo Walter (2006) são em função da amplitude e da diversidade de *habitats* em que o bioma ocorre. Em sentido fisionômico, conforme Callinson (1988), savana existe em todas as regiões tropicais e se avizinham praticamente de todas as formações herbáceas tropicais. No Amapá, considera-se savana como ambiente de transição entre as várzeas e as florestas de terra firme, com fisionomia constituída preferencialmente de campos sujos, veredas e matas ciliares. Apesar de ter ciência sobre o ideário de acepções que ainda não há consenso sobre o termo, para o Amapá optou-se por savanas em vez de cerrados

Navio. Tentou-se também compreender o processo de **territorialização do monopólio do agronegócio pela AMCEL no Amapá. Do mesmo modo, tentou-se** demonstrar os mecanismos de monopolização recente do território do agronegócio, a partir da produção de grãos, nas savanas do Amapá. Como último objetivo específico, buscou-se analisar as disputas territoriais e as estratégias de resistência dos camponeses a esse processo.

Tiveram como pressupostos básicos de condução da pesquisa os seguintes fundamentos: O governo federal, ao determinar as políticas de movimentação econômica para os estados da Amazônia, que contribuíram para gerar transformações que implicam o controle da propriedade privada da terra, da produção, as diferenças na agregação de valores das mercadorias e o domínio da apropriação da renda da terra, permitindo o constante desequilíbrio ao meio ambiente e a desagregação do modo de vida das populações/comunidades submetidas a esse processo no Amapá.

Nessa perspectiva, a territorialização do monopólio do capital no estado do Amapá, efetivado a partir da exploração do manganês de Serra do Navio, se deu aliada à expansão da infraestrutura portuária e logística determinadas pela busca de maior competitividade no mercado internacional de minério, madeira e celulose, motivados pelas indústrias desses setores. Todavia, no início deste século o processo de monopolização do território se institui, a partir dos interesses dos produtores de grãos da Região Centro-Oeste, tomando como referência o deslocamento da produção de *commodities* via barcaças, conduzidas pelo rio Amazonas, de Miritituba ao porto de Santana no Amapá, o que veio permitir a redução dos custos da logística e do tempo de transporte das mercadorias para os mercados da Europa, dos EUA e da China.

Essa estratégia faz com que a territorialização e a expansão da fronteira do monopólio agrícola no Amapá, com as atividades do agronegócio, subordinem produtores capitalistas e camponeses, mediante o controle da biotecnologia, da comercialização dos insumos e dos produtos agrícolas (MÉZAROS, 2006).

Para dar conta dessa empreitada, algumas **questões norteadoras foram levantadas:** Quais são os aportes teórico-conceituais que sustentam a origem e os fundamentos do agronegócio? Qual foi o contexto que viabilizou a expansão do agronegócio no estado do Amapá, a partir do esgotamento da exploração de minério do manganês na Serra do Navio? Como se dá o desenvolvimento do processo **que controla a territorialização dos monopólios do agronegócio no Amapá?** Quais são os mecanismos de efetivação do processo de monopolização do território recente do capital nas savanas do

Amapá? Como se dão as disputas territoriais no campo do Amapá e quais são as estratégias de resistência dos camponeses a esse processo?

Contextualizando essas dúvidas, surgem desafios de pensar e mostrar os elementos que sustentam a gênese do agronegócio no Amapá, a partir de novas formas de territorialização dos monopólios direcionados pelo capital, tomando como bases outras formas de atuação dos setores de produção de celulose, de extração de madeira verde, produção de cavacos e de *commodities* para exportação. Esse norteamento permitiu entender a ocupação no Amapá, com o fim da extração do manganês, o início da reestruturação do capital pelas atividades econômicas agroflorestais e a instituição do agronegócio de grãos nas savanas, gerando disputas e enfrentamento com os camponeses.

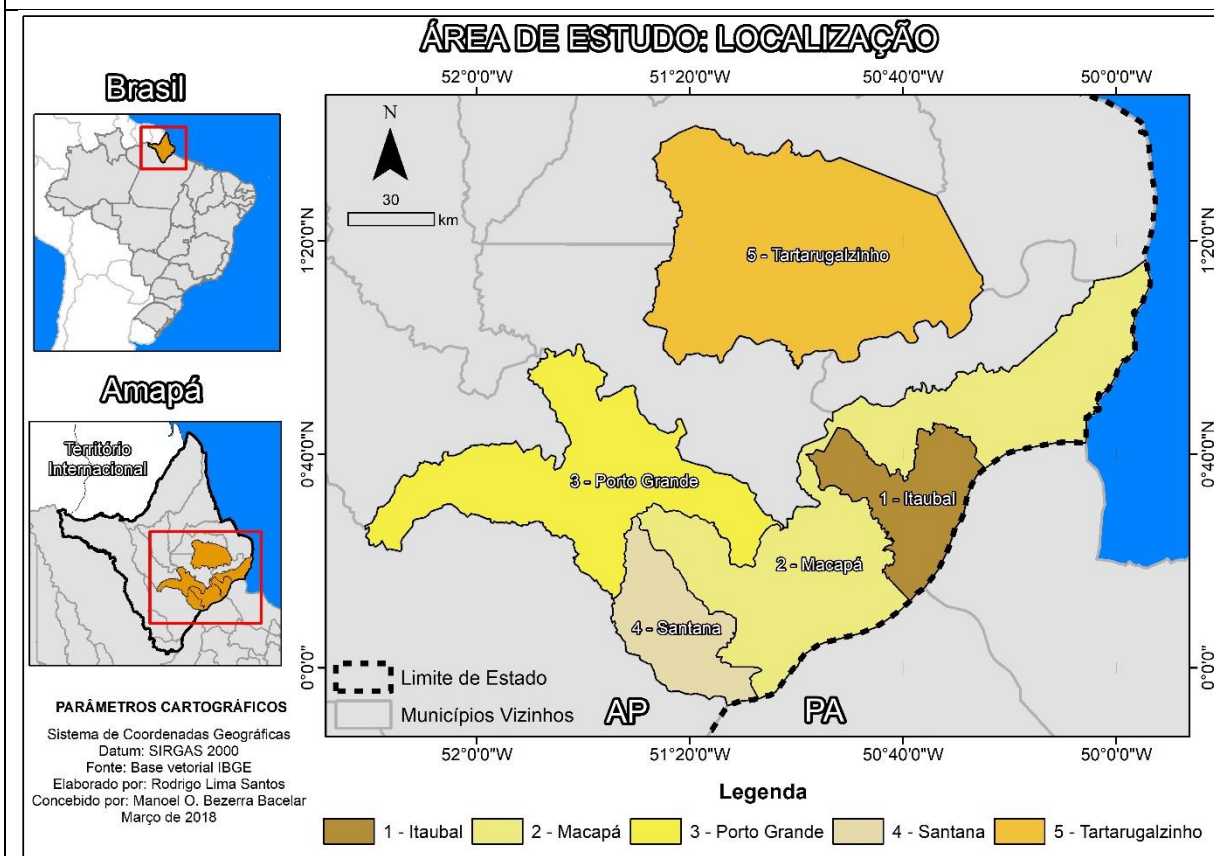
Para esse entendimento, o recorte geoespacial, local de desenvolvimento da pesquisa, foi o estado do Amapá, tomando como amostras territoriais os municípios de Santana, Macapá, Itaubal, Porto Grande e Tartarugalzinho, nos quais se registram a menor e a maior presença do bioma de florestas, quanto das savanas, apropriados para as atividades do agronegócio. A escala temporal abrangeu prioritariamente o reflexo do período de 1957 a 1995, como fundamentação para demonstrar a gênese do agronegócio no Amapá. No final desse período, iniciam-se as atividades do agronegócio, a partir da instalação de diversos setores da economia que não mais somente exploração de minérios. Com os novos setores da economia instalados no Amapá seus efeitos combinam com que disse Harvey (2014a), aprofundou a subordinação da agricultura camponesa pelo agronegócio.

A escolha do município como amostra, iniciando por Santana do Amapá, se justifica pelo fato de que foi lá que se instalou a infraestrutura logística do porto do mesmo nome, para o escoamento da produção. Tal estrutura portuária sempre viabilizou os objetivos dos investidores no estado, desde o início até o esgotamento do manganês de Serra do Navio. Na sequência, o porto tem garantido a fluidez da produção de madeira, de cavacos e de grãos ao exterior. No que se refere ao município de Macapá, além de ser a capital do Estado, é enveredado pela BR-156, que, por sua vez, atravessa grande parte das savanas, cortando o estado de norte a sul, bioma que tem sido divulgado como a nova e talvez a última fronteira agrícola controlada pelo agronegócio de grãos.

O município de Itaubal foi inserido na pesquisa porque lá se encontra a maior monocultura de soja e de outros grãos da região, apesar da reduzida produtividade em relação a outros estados da Amazônia. Os municípios de Porto Grande e de Tartarugalzinho participam da pesquisa em função do maior cultivo de pinus e de eucalipto realizado pela AMCEL, na produção de cavacos para exportação. Portanto, esses municípios se destacam

por formarem o marco temporal e o espacial, daí, serem usados como amostragem para entender a origem do agronegócio no Amapá, após o esgotamento do manganês. O mapa adiante ajuda ilustrar melhor a localização dos municípios atingidos pelas atividades do agronegócio (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização das áreas de pesquisa – 2018



Fonte: IBGE. Elaborado por Rodrigo e Concebido Por Bacelar, 2018.

No que se refere aos procedimentos metodológicos que conduziram o trabalho, é bom registrar que, desde o início, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal de Goiás (UFG). A ciência da aprovação foi divulgada no dia 15/1/2018 e que teve início do cronograma no dia 1º/8/2017 e fim no dia 28/3/2019, por meio do Parecer Consubstanciado nº 2467137 e CAAE, 79745717.8.0000.5083, o qual permitiu o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, foi feito esforço para retificar o projeto de pesquisa e submetê-lo à banca de qualificação, a qual se realizou no dia 5/4/2018, obtendo como resultado a sua aprovação/qualificação. Quanto ao tipo de pesquisa, o trabalho é de caráter quali-quantitativo. Pesquisa qualitativa, porque se considera que há uma relação dinâmica entre o real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade, o que não se deve traduzir somente em números.

Quantitativa, também, porque, apesar de que nem tudo pode ser quantificável, mas torna-se necessário mensurar alguns fatos para expressar resultados, com o uso de técnicas de estatísticas, tais como: as médias, os percentuais, dentre outras técnicas (SILVA; MENESES, 2005, P. 20). Também nesse tipo de pesquisa, há combinações e integrações entre a pesquisa qualitativa e quantitativa. Assim, a pesquisa permite a compreensão profunda, priorizando a interpretação do fenômeno e a interdependência do pesquisador com os sujeitos investigados. A pesquisa se caracteriza como descritiva, indutiva e preocupa-se com o significado que os sujeitos atribuem aos fenômenos (MATOS & PESSOA, 2009).

Neste trabalho, não se busca generalizar resultados, criar modelos universais, mas propor aproximação da realidade (GOBBI & PESSÔA, 2009). Nesse tipo de pesquisa, adotam-se categorias de análise para respaldar a interpretação dos fenômenos, para tanto, são usados procedimentos como: entrevista, observação participante, observação sistemática, estudo de caso, dentre outros procedimentos. Por outro ângulo, a pesquisa quantitativa é indicada na quantificação de variáveis e no cumprimento de planos rigidamente estabelecidos (MATOS & PESSÔA, 2009).

Por essa modalidade de pesquisa, neste trabalho, buscou-se mensurar as variáveis, compreender os fenômenos, manter certa interdependência do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, manter aproximação com a realidade e fazer uso de categorias de análise. Nela, também, foram adotadas as modalidades de pesquisa bibliográfica, com uso de material bibliográfico, documental, em que as fontes não receberam tratamento analítico. Esses aspectos são capazes de revelar seu caráter quali-quantitativo da investigação. Além de pesquisa na internet, com busca de dados e informações em sítios específicos (PESSÔA, 2010). Durante o processo de pesquisa, foram adotados os procedimentos de localização, levantamento, leitura e fichamento de referências, além de levantamento de dados secundários e informações qualitativas nas instituições públicas e nas organizações de apoio ao campesinato e às atividades do agronegócio no Amapá.

Foram usados, ao longo do texto, dados e informações em sítios específicos, tabulação, análise, tratamento e apresentação em gráficos, mapas e tabelas. Como outra etapa importante neste trabalho, foram realizadas pesquisas de campo por ser, conforme Gobbi & Pessôa (2009), uma das modalidades mais importantes para leitura do espaço geográfico formado pelos territórios de vida dos envolvidos, como entendimento das concepções e representações dos sujeitos sobre os fenômenos. Assim, Brandão (2007) alerta: a pesquisa de campo é uma vivência que comporta também dimensão subjetiva, porque é preciso sentir, envolver, conviver com os sujeitos e os seus territórios de reprodução social. Para o campo, foram relevantes os

procedimentos de levantamento prévio, da observação participante, formulário prévio de entrevista, da escolha dos atores para as entrevistas, a escolha dos elementos centrais para a observação e captura das imagens, dentre outros procedimentos aplicados na pesquisa.

Esta modalidade de pesquisa se deu no estado do Amapá, tendo como amostra os municípios que desenvolvem atividades do agronegócio, a partir da exploração dos recursos agroflorestais e de outros setores econômicos instalados naquele território, de não mais exclusividade pelo setor de mineração, devido ao esgotamento da extração de manganês de Serra do Navio. Ressaltam-se esses aspectos para referendar que o procedimento de levantamento prévio é o conhecimento *a priori* do espaço físico, simbólicos e dos territórios de vida dos envolvidos, representando a escolha antecipada da categoria de sujeitos entrevistados e o inventário dos informantes. Esse procedimento implica participação direta em atividades laborais, econômicas e culturais nas comunidades investigadas. Durante tais atividades, foram feitos registros em caderneta de campo, de tal modo a colher informações do que fazem, como fazem, o que falam entre si e o que relatam ao pesquisador. Quanto à observação sistemática, esse procedimento significa observação organizada, é preciso atenção do pesquisador em relações à paisagem, com os acontecimentos e com a banalidade do cotidiano.

No pensar de Brandão (2007), a observação é importante porque o que os sujeitos dizem é uma coisa, mas há diferença no que fazem. Esta forma de observação permitiu analisar a lógica subjacente sobre a problemática investigada, porque se buscou a essência dos fenômenos. Por isso foi importante definir o que foi observado. Para essa organização, Venâncio & Pessoa (2009) asseveram a importância do diário de campo. Este instrumento facilita o registro de manifestações sobre o convívio com o lugar, com os sujeitos pesquisados, permitindo anotação de dados e das narrativas da experiência no campo, ampliando a riqueza dos detalhes registrados.

No que tange à utilização das entrevistas, Matos & Pessoa (2009) informam que pode ocorrer nas modalidades de história oral, estruturada, semiestruturada, não estruturada, focal e projetiva. Neste trabalho, foi priorizada a modalidade de entrevistas semiestruturadas, onde as questões são abertas e fechadas, com exposição espontânea do entrevistado sobre o assunto proposto. Na entrevista não estruturada, o entrevistador introduz o tema e o interlocutor discorre sobre ele livremente, pois, apesar dessa última modalidade de entrevista parecer muito flexível, Mendes & Pessoa (2009) defendem que as questões do roteiro de entrevista devem ser claras, concisas e centradas no objetivo da pesquisa, mas, também podem ser factuais e opinativas.

Brandão (2007) entende que, no roteiro das entrevistas, há questões que explicam bem as práticas, mas outras, pelo contrário, inferem sobre a escolha dessas mesmas práticas em

detrimento de outras. O autor também alerta que, na entrevista, é importante usar as categorias utilizadas pelos interlocutores, assim como devem-se respeitar as diferenças dos entrevistados, a maneira como se colocam na interlocução, porque há aqueles informantes que priorizam os dados, mas são pouco experientes. Outros são ricos de experiência, mas fechados à fala e ainda, o especialista, que conhece profundamente determinada temática, que emite discurso elaborado dos fenômenos pesquisados. O autor alerta ainda que, nas entrevistas coletivas, os interlocutores se sentem mais à vontade e são desafiados pelas opiniões divergentes.

Essas manifestações procedimentais demonstram que o pesquisador deve ter cuidado com a emissão de juízos de valor e estímulo às respostas pleiteadas. Porque a vivência e a sensibilidade são elementos importantes para obter sucesso desse procedimento metodológico. Neste trabalho, foram utilizadas, também, fotografias para a emissão de informações, análises e outros resultados. Para tanto, Schwarcz (2014) entende seu uso nas ciências sociais como sinônimo de adorno, figuração e ilustração. Mas a autora, nos alerta de que as imagens fotográficas formam percepções, concepções, conceitos e representações, discursos e registros da realidade no contexto do trabalho. Por conta dessas funções, as fotografias precisam ser lidas como linguagens visíveis, porque não são neutras, pelo contrário, possuem tempo, autoria, interpelam, circulam, agenciam e produzem realidade.

O referencial teórico de suporte ao desenvolvimento do processo de análise desta pesquisa fundamenta-se a partir das ideias de Oliveira (2014), Silva (1998), Mészáros (2006), Martins (1986), Marx (1988) e outros. No que concerne às categorias de análise, levou-se em conta a importância das análises do território e do espaço, numa relação combinada entre elas, nas quais foram utilizados os fundamentos de Saquet (2007), Santos (2007), Ratzel (1985) e outros para dar consistência ao processo de investigação. Quanto à metodologia aplicada na coleta de dados, este trabalho seguiu as orientações de Silva & Meneses (2005), Mendonça (2004), Chizotti (2009), dentre outros, no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do processo de pesquisa. A abordagem histórico/dialética conduziu todo o processo, acreditando-se, com isso, na possibilidade de maior compreensão das dimensões das transformações territoriais e dos conflitos resultantes da expansão da territorialização dos monopólios do agronegócio, no Amapá.

Assim, para tentar a comprovação dos pressupostos e responder as questões norteadoras, lançou-se mão de determinados procedimentos metodológicos quanto à coleta e às análises dos dados em etapas. Na primeira etapa, houve busca de informações teóricas, levantamento de documentos, de publicações e de trabalho de campo, e, ainda, realização de contatos aos diretores e às pessoas ligadas aos empreendimentos instalados no Amapá, aos grandes

produtores agrícolas, aos camponeses envolvidos nesse processo (representados pela sua entidade), com representantes dos trabalhadores rurais e com prepostos de órgãos públicos e privados, objetivando obter informações sobre a problemática levantada, para a qual se procurou resposta, ou para esclarecer e confirmar os pressupostos.

Ainda nessa etapa, foram feitos levantamentos de dados em fontes primárias (dados empíricos e vivência dos entrevistados), e dados secundários, a saber: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimentos dos Trabalhadores Rurais (MTR); Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR); Secretarias Estadual e Municipal de Agricultura e na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (RURAP).

As informações colhidas foram importantes porque esses procedimentos de pesquisa permitiram constatar a força e a fragilidades dos conceitos e das categorias que nortearam o trabalho, em função de que a teoria sustenta a interpretação, a análise e a dinâmica da realidade (MENDES & PESSÔA, 2009). Segundo Brandão (2007), a teoria fundamenta as respostas, delimita a observação e a atenção do pesquisador aos fenômenos, tendo como pressupostos teórico-metodológicos a totalidade, a contradição, a mediação, dentre outros aspectos como respostas.

A segunda etapa da investigação consistiu na observação da real situação geográfica por onde ocorre as transformações territoriais e os conflitos gerados pela expansão agrícola no Amapá. Além disso, em busca de informações os pesquisadores procederam à atenta observação das relações entre os camponeses e o mundo das atividades do agronegócio nos municípios de Santana, de Macapá, de Itaubal, de Porto Grande e de Tartarugalzinho. Durante essa etapa, para constatar *in loco* as possíveis transformações provocadas por essas atividades, o pesquisador e seu orientador promoveram duas atividades de campo, cada uma em períodos de sete dias cada.

A primeira atividade foi realizada no primeiro semestre de 2017, com visitas de reconhecimento às instituições privadas de cunho monopolísticas dos diversos setores da economia no estado, instaladas no Amapá, na busca de informações e dados que pudessem esclarecer como a ICOMI conseguiu reordenar as ações do capital estrangeiro e dar continuidade à territorialização do monopólio agroflorestal, após o fim da extração do manganês de Serra do Navio. Nesse campo, foram feitas também visitas de reconhecimento às entidades de defesas e de comando do agronegócio no estado, seguidas de entrevistas

não estruturadas aos diversos atores dirigentes e ex-funcionários, tanto das empresas, quanto das instituições públicas e entidades do agronegócio.

No segundo campo, foram feitas visitas aos municípios eleitos como amostra da pesquisa e que desenvolvem atividades mais recentes relacionadas à instituição e monopolização do território do agronegócio de grãos nas áreas de savanas do Amapá. Vale ressaltar que, durante as pesquisas de campo, realizadas pelos pesquisadores, em busca de informações, os obstáculos enfrentados foram diversos, iniciando pela insegurança no que diz respeito à ideia de que, tantos os atores, quanto as atividades do agronegócio, despertam tensões quando se trata da instituição desse processo nas terras do Amapá, talvez por falta de conhecimento, pela pouca convivência e pela forma de relações dos seus atores e da própria atividade com os camponeses e com os pesquisadores de modo geral não só no Amapá, mas nos outros estados do Brasil.

Outro entrave superado durante as atividades de campo foi no que diz respeito à infraestrutura logística em que se encontram as poucas vias transversais e os ramais de acesso às áreas de produção de grãos. No município de Tartarugalzinho, no ramal que dá acesso à comunidade Ponta do Socorro, os pesquisadores tiveram que enfrentar um atoleiro de 10 a 15 km de distância, no intuito de conhecer e dialogar com os moradores proprietários e com os que convivem com os efeitos das atividades desse processo.

Durante o trajeto realizado, em diálogo com um morador do campo que pediu sigilo sobre o que foi dito, foi revelado aos pesquisadores as diversas formas de ameaças e de violências sofridas por ele e por outros moradores, por parte dos plantadores de grãos, por meio de pressão psicológica, ameaças de morte e até prisões, como foi o caso desse informante pelos que se dizem posseiros das terras naqueles territórios.

Para o registro das ações em campo, foram usados como recursos máquina fotográfica, gravador de voz e o diário de campo do pesquisador para capturar, registrar e descrever as ações cotidianas dos camponeses nas suas comunidades e a dinâmica das atividades do agronegócio no campo. A opção pela fase de pesquisa exploratória foi importante porque foi possível realizar estudo preliminar dos fenômenos a serem investigados, o que passou a mostrar com mais clareza as disputas e os conflitos no campo que, de certa forma, contribuíram para a formulação dos pressupostos da sistematização da pesquisa (CHIZOTTI, 2009).

A terceira etapa consistiu-se na aplicação de formulários de entrevistas (apêndices A B e C), com perguntas semiestruturadas aos diversos atores envolvidos na pesquisa. Também

foram realizadas entrevistas com perguntas não estruturadas, em particular para os segmentos sociais camponeses (lideranças e coletivos), onde os depoimentos foram importantíssimos para qualificar e aprofundar o trabalho, que teve por objetivo obter informações sobre as atividades do agronegócio no campo e dar visibilidade ao pensamento do pesquisador. Esse procedimento técnico de pesquisa permitiu compreender o desenvolvimento do processo a partir das opiniões dos entrevistados sobre o objeto de pesquisa estudado (CHIZOTTI, 2009).

A quarta etapa foi realizada na organização do material ilustrativo, por meio de gráficos, tabelas, mapas e fotografias, dentre outros, conforme as necessidades, bem como a elaboração do relatório parcial do trabalho, a redação provisória da tese, defesa da tese e retificação final para a entrega. Considerando os mecanismos de sistematização metodológica e de análise já realizada para a elaboração deste trabalho, bem como os relatos orais e descritos pelos informantes, o pesquisador tentou conhecer, reconstituir e compreender o processo de territorialização do capital, assim como as transformações geradas pelas atividades do agronegócio no Amapá.

As experiências vividas pelos camponeses na trama da exploração dos recursos naturais, no controle da terra, na produção da agregação de valores nas mercadorias e na apropriação da renda da terra, mediante as atividades do agronegócio, enfim, todos esses relatos colhidos na região contribuíram para a pesquisa e, por consequência, a divulgação das percepções particulares das comunidades sobre esse processo. É bom recordar que, durante a pesquisa, o mais importante foi perceber o envolvimento profundo e a disposição dos entrevistados ao desenvolverem os relatos sobre as transformações geradas pelo agronegócio no Amapá.

Para dar maior consistência e credibilidade à pesquisa, foram definidos alguns critérios de inclusão e de exclusão de membros, que resultaram na escolha de dez indivíduos para compor a amostra: cinco grandes produtores (quatro representantes de empresas do agronegócio e um representante de entidades do agronegócio), um representante do poder público estadual e quatro representantes de comunidades atingidas pelas atividades do agronegócio, quantitativo que viabilizou à realização de entrevistas que corresponderam aos objetivos da pesquisa. Para serem incluídos, os informantes na ocasião da entrevista deveriam ter idade igual ou superior a 18 anos, na plena função de sua capacidade cognitiva, de modo a ter total discernimento para decidir sobre o uso da entrevista e de assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, se necessário. Aqueles que estavam em situação de interdição por motivos de enfermidade ou perturbação mental não foram catalogados para a entrevista.

Foram selecionadas pessoas com mais tempo de permanência no campo, uma vez que foram usadas, também, as lembranças, desde muito cedo, das atividades no campo para relatar as experiências dos camponeses nos seus territórios. Deu-se preferência a morador do Amapá que desenvolva atividades agropecuárias impulsionadas pelo agronegócio, especialmente nas áreas escolhidas integradas pelos municípios de Santana, de Macapá, de Itaubal, de Porto Grande e de Tartarugalzinho, territórios que se encontram disponíveis as atividades do agronegócio. Também, foi dada preferência àqueles que mantém relações com as comunidades camponesas, terem trajetória ligada aos espaços públicos e privados nos municípios do estado e ter autoridade para falar de suas experiências, vivências e as relações de vizinhança com as comunidades.

Para serem excluídos, foram escolhidas pessoas com envolvimento direto, ou seja, como articuladores para firmar acordo entre entes de negócios, tais como: parlamentares no exercício de mandato federal, estadual e municipal, com capacidade para articular a concessão de áreas à territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios do agronegócio, junto ao governo e aos poderes legislativos do estado do Amapá. De igual modo, foram excluídas pessoas sem experiência direta tanto sobre o agronegócio, quanto sobre as atividades camponesas tradicionais, para que não surgissem contradições e inconsistências no teor das entrevistas.

Para as entrevistas, foram utilizadas formas de recrutamento dos entrevistados durante a pesquisa: a) que os cinco grandes produtores, incluindo o presidente da Associação dos Produtores de Soja do Amapá (APROSOJA), fossem indicados pela maioria dos investidores e pelo seu maior poder aquisitivo individual para investir no agronegócio; b) o representante do poder público estadual foi recrutado por meio de convite pelo pesquisador; c) os quatro líderes das comunidades atingidas pelo agronegócio foram recrutados por meio de indicação coletiva de cada comunidade. Essa forma de proceder foi feita mediante reunião entre eles com representantes e as comunidades atingidas pelo processo.

Os critérios adotados são justificáveis em função do principal objetivo da pesquisa, de compreender o processo de territorialização do capital, mediante as atividades do agronegócio, a partir das disputas territoriais e dos processos de desarticulação das atividades agrícolas desenvolvidas pelos camponeses tradicionais, no Amapá, acreditando-se que a pesquisa permitiu a percepção das disputas e dos conflitos existentes na relação entre as ações dos camponeses e as ações dos capitalistas.

Os riscos que essa pesquisa se dispôs a correr também foi levado em conta, afinal, não há investigação que envolve as atividades humanas isenta de riscos. Na presente pesquisa,

procurou se desenvolver os trabalhos com o mínimo possível de eventuais riscos, ainda mais porque foi elaborada com pessoas que se manifestam de lados opostos sobre as transformações geradas pelas atividades do agronegócio no Amapá. É bem verdade que esta pesquisa pode ter gerado diferentes interesses e despertado expectativas, como por exemplo, por parte dos capitalistas, que verão neste trabalho uma sinalização para a ampliação ou para a retração de seus negócios.

Por outro lado, os camponeses podem criar expectativa em assegurar cada vez mais o seu território e o seu modo de vida frente à territorialização e a expansão das fronteiras do capital. É evidente que esta pesquisa não terá o poder suficientemente para influir sobre eventuais expectativas com relação à solução dos problemas das comunidades. Caso surja expectativa de direito com relação à pesquisa, é prudente recorrer a um bom diálogo, ou, até mesmo, se necessário, recorrer ao que foi fixado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que, por seu turno, esclareceu o exato alcance da pesquisa, a qual ficará restrita ao ambiente da academia e da investigação científica, mesmo que publicamente.

É bom salientar que, durante a pesquisa, houve proveitosos benefícios, como são os casos relatados pelos entrevistados, tanto dos atores do agronegócio, quanto dos camponeses moradores dos municípios, os quais foram fundamentais para o pesquisador compreender o que pensam sobre as transformações geradas pela territorialização do capital, mediante as atividades do agronegócio no estado do Amapá. A pesquisa trouxe maior clareza sobre o significado destes empreendimentos para as populações envolvidas, sob as perspectivas de que poderá proporcionar desenvolvimento socioeconômico para as comunidades atingidas. Atualmente, o relato das comunidades atingidas pelo agronegócio também mostrara as dimensões material e imaterial sobre a dinâmica dos territórios camponeses, contribuindo, de alguma forma, para o reconhecimento e para a valorização das comunidades escolhidas para a pesquisa.

Os camponeses forneceram informações detalhadas sobre o modo de vida e a relação que têm com a terra nas suas áreas atingidas pelo agronegócio, e que os gestores possam pensar o cotidiano das comunidades do campo, em território camponês do Amapá. Este trabalho pode contribuir para a valorização do modo de vida das comunidades envolvidas, a partir do conhecimento e das experiências de vida dos sujeitos que vivenciam o seu território camponês frente ao agronegócio.

A pesquisa se desenvolveu amparada pelo uso dos seguintes instrumentos e características:

a) entrevistas semiestruturadas. As conversas foram gravadas, após o consentimento dos entrevistados, atendendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os

depoimentos foram coletados nas propriedades residenciais. Durante as entrevistas, os informantes puderam utilizar-se de recursos, tais como fotografias, cartões postais, jornais, e objetos pessoais utilizados como recordações de suas ações no campo para explicar, por exemplo, algum fato conflituoso em seu território.

As indagações foram sempre conduzidas para levantar as questões referentes às vivências das comunidades, as relações significativas com o território camponês, as transformações ocorridas mediante as atividades do agronegócio no território camponês, a visão dos camponeses sobre o campo, assim com as suas expectativas. Todo o diálogo foi mantido com respeito à alteridade e à veracidade dos relatos dos informantes, deixando-os fluir, sem interrupções desnecessárias.

b) por questões diversas, os momentos de silêncio e esquecimento foram considerados, todavia, as perguntas que poderiam expressar constrangimentos sobre o assunto foram descartadas, por ser fundamental a espontaneidade nas respostas dos entrevistados. As transcrições e as interpretações foram realizadas em sua íntegra. As dúvidas, silêncios, risos e outras entonações foram observadas, mas não apresentaram algum tipo de indicativo. Portanto, acredita-se que, para os objetivos da pesquisa, os critérios adotados na transcrição foram suficientes para pensar a problemática proposta.

Depois da transcrição, todo o material foi revisado para corrigir possíveis erros. Para completar o processo metodológico, os dados foram tabulados, analisados e comparados às informações levantadas, com base nos resultados das pesquisas qualitativas e quantitativas para, então, elaborar a redação parcial. Foi a fase que permitiu a organização das informações e a construção do relatório para a qualificação do projeto de pesquisa, seguida dos procedimentos teóricos e metodológicos para a sistematização final da tese.

Para tanto, a organização dos conteúdos da tese está composta por introdução, cinco capítulos e as conclusões finais. No primeiro capítulo, apresentam-se elementos para pensar e refletir, a partir dos **aportes teórico-conceituais sobre o agronegócio, as suas relações com o capital agrícola mundializado, o qual sustenta as atividades desenvolvidas pelo agronegócio**, nos mais variados setores da economia, condição “sine qua non” para conhecer a gênese do agronegócio no Amapá como importante vertente a ser relacionada ao conteúdo da expansão agrícola no cenário brasileiro e mundial.

O segundo capítulo buscou compreender o contexto em que se deu a constituição, territorialização dos monopólios e a expansão do agronegócio no estado, após o esgotamento da exploração mineral do manganês na Serra do Navio. Com isso, houve a retomada da

movimentação econômica por outras atividades que não somente minerais, mas em maiores escalas, na instalação de setores agroflorestais como condição de continuidade na territorialização do monopólio do capital pelos setores de produção de celulose, de extração de madeira, produção de cavacos, assim como realizando-se por meio de diferentes formas de controle da produção, da agregação de valor e da apropriação da terra e da sua renda no estado. Essas ações do capital monopolista territorializaram-se ainda mais demonstrando-se que a economia do agronegócio ameaça e destrói a autonomia do campesinato no Amapá.

O capítulo 3 tratou da estrutura da territorialização do monopólio do capital por meio da aquisição de terras e utilização para os desflorestamentos e florestamentos para a produção de madeiras verdes e de cavacos por meio do cultivo de *pinus spp* e *eucalypto spp*, para exportações.

No quarto capítulo, foram discutidos os mecanismos de monopolização recente do território do agronegócio, a partir da produção de grãos, nas savanas do Amapá. O quinto capítulo, cuidou de analisar as disputas territoriais no campo do Amapá e das estratégias de resistência dos camponeses à expansão do agronegócio, o qual contribuiu, e muito, para o entendimento dos enfrentamentos de camponeses e os grandes empreendimentos e com produtores de grãos durante a expansão agrícola coordenada por esse processo.

CAPÍTULO I

A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ

1. Geografia física do estado do Amapá

O Amapá é um estado geograficamente tropical, mais precisamente equatorial, além de ser o estado situado mais ao norte do litoral brasileiro. O Amapá é cortado pela linha do Equador ao sul do estado, ou seja, a maior parte de seu território se encontra no hemisfério norte (Fig. 2). Assentado na foz e na margem esquerda do Rio Amazonas, o Amapá tem seu contorno semelhante a um losango imperfeito. Sua capital, Macapá, está situada no sudeste do estado, sob a linha do Equador, a única capital brasileira nessa condição, aspecto que assegura a cidade ser considerada socioambientalmente, econômica e cultural um ícone de destaque no contexto nacional.

Faz fronteira ao norte e noroeste com a Guiana Francesa, numa extensão de 655km, e com o Suriname, em média 52km, perfazendo um total de 707km. A oeste e sudoeste, o Amapá faz longa fronteira com o Pará, em torno de 1.093km, dos quais a maior parte se dá ao longo do Rio Jari. A leste e nordeste, o estado apresenta 598km de costa oceânica, correspondendo a 8,11% do litoral atlântico do Brasil.

Juntamente com o Pará, o Amapá tem, no delta do Rio Amazonas, uma combinação única na Amazônia, de litorais marinhos e fluviais. A costa sudeste, junto à margem esquerda do Canal Norte do Rio Amazonas formam uma fronteira de 315km (Figura 01). Por conta de sua diversidade ambiental, é nessa fronteira que se deu a instalação do Projeto Jari Celulose, um dos maiores empreendimentos agroflorestais. Foi com esse projeto que se iniciou o agronegócio no Amapá, após o esgotamento do manganês da Serra do Navio.

Por se situar encravado no interior da maior bacia hídrica do mundo, as ameaças e os riscos advindos das atividades do agronegócio podem ser inevitáveis, portanto carece de monitoramento sobre as transformações geradas pela instalação desse processo de expansão do capital agrícola. Conforme a Resolução n.º 5, de 10 de outubro de 2002 (IBGE, 2012), o Estado apresenta uma área de 142.814,585 km², correspondendo a 1,67% do território brasileiro e a 3,71% da Região Norte.

Mesmo sendo o menor estado amazônico, o Amapá é 3,3 vezes maior que o Rio de Janeiro e 1,45 vezes maior que Pernambuco. A partir desses dados comparativos, e considerando que os aspectos naturais são resultantes da formação dos elementos a milhões de anos, a atual configuração do território amapaense teve de passar por uma série de transformações e de evoluções em todos os seus aspectos.



1.1 Relevô

Nesse aspecto, apresentam-se basicamente três tipos de relevo: as Planícies Litorâneas, submetidas a frequentes inundações, devido à baixa altitude, o que torna oneroso a drenagem das águas; o Baixo Planalto Terciário, referindo-se a planaltos levemente elevados e planície litorânea e o Planalto Cristalino, unidade de relevo que ocupa parte do território, localizado numa região que concentra diversas serras, colinas e morros. Todavia, o relevo do Estado é predominantemente plano, formas prioritárias para o cultivo de eucalipto e grãos, e de baixas altitudes, com mais frequência, nas proximidades da foz do Rio Amazonas e no litoral na bacia do Rio Oiapoque. Adentrando-se no sentido oeste, tal predomínio sede lugar à nova paisagem,

que são as savanas, estendidas de norte a sul do estado. As porções centro-oeste e noroeste apresentam maiores elevações, podendo atingir 500 metros acima do nível do mar.

1.2 Clima

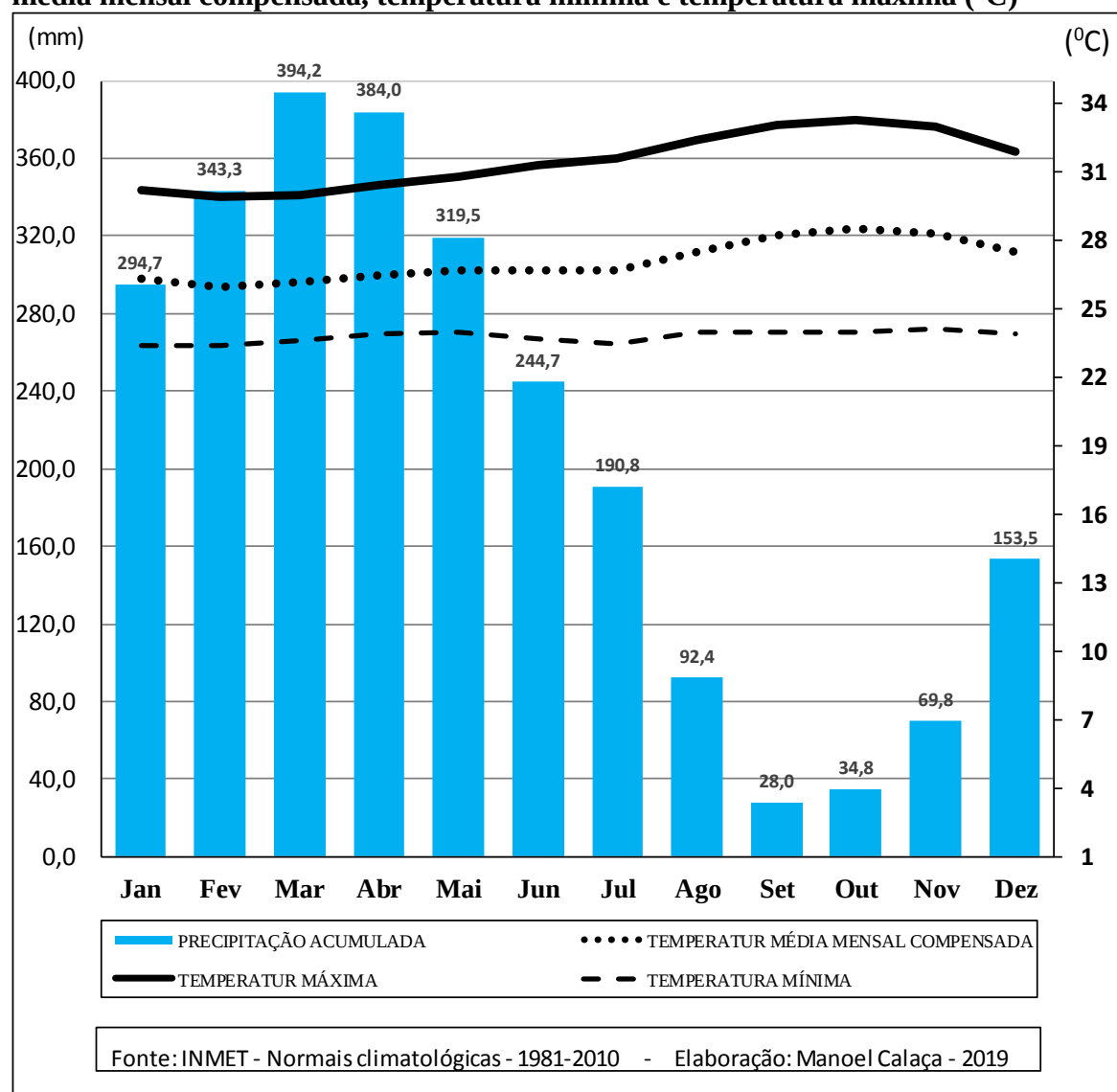
No estado do Amapá, predomina o clima equatorial superúmido, com índice pluviométrico superior a 2.500 mm anual, com forte influência as características do estado. Essa combinação de calor e umidade favorece a existência de uma biodiversidade ímpar. Nesse conjunto de biomas e vegetação diversificada, estão inseridas as savanas, ao longo de uma faixa de terras que é margeada pela BR 156, condicionando, a partir da metade da segunda década deste século, a monopolização dos territórios do agronegócio (OLIVEIRA, 2014).

A temperatura média no estado oscila entre 36°C a 20°C, as mais elevadas ocorrem principalmente no final de cada tarde. A de menor elevação se dá ao alvorecer. A região apresenta anualmente duas estações bem definidas, assimiladas pelas comunidades locais amazônicas, chamadas de verão e inverno, ou seja, respectivamente, período de seca, com pluviosidade inferior a 150mm durante quatro meses do ano e chuvoso cujas pluviosidades variam de 153mm a 4.394,2mm, nos meses de dezembro a julho (Fig. 3).

Entende-se que essas nomenclaturas habitualmente utilizadas pelas comunidades locais se confundem com o que se nomeia de período chuvoso e de período de estiagem em função de duas condições: da vivência cultural das populações/comunidades tradicionais, que definem a existência de um período de inverno que inicia em janeiro, ocasionalmente antecipando seu início e/ou retardando-o. Do mesmo modo, antecipando e/ou retardando o seu final de período em cada ano. A outra condição diz respeito à existência de outro período, chamado de verão, que se inicia em julho e se estende até meados de dezembro ou, por vezes, depois dezembro.

Para Cavalcante (2010, p. 2), há algumas diferenças na constatação das precipitações e das estiagens, ao considerar os meses de julho e de dezembro como de transição no Amapá. “A precipitação total anual se distribui ao longo do ano em dois períodos: o chuvoso que se estende de janeiro a junho e o de estiagem que compreende os meses de agosto a novembro, sendo os meses de julho e dezembro considerados como de transição tanto para um período, quanto para o outro, respectivamente”. Presente na Região Norte do Brasil, do qual o Amapá faz parte, os relevos mais elevados contribuíram para a formação das terras baixas, por meio do processo de sedimentação e da formação da floresta equatorial. Essa exuberante floresta tem motivado muitas preocupações por conta das atividades da frente de expansão do agronegócio no estado.

Figura 3 – Município de Macapá-AP - Precipitação acumulada (mm), temperatura média mensal compensada, temperatura mínima e temperatura máxima (°C)



1.3 Vegetação de mangues ou dos manguezais

A ocupação e a classificação dessas áreas se dão de leste para o oeste do estado. O predomínio climático quente e úmido e a influência do Rio Amazonas, do Oceano Atlântico, contribuem para a formação das tradições e dos costumes da maioria das suas comunidades. A ocupação desses ambientes sempre teve preferências porque são biomas de enorme potencial socioeconômico e ambiental, levando em conta a própria característica da sua cobertura vegetal, diversificada e rica em espécies animais e vegetais que asseguram a manutenção do território de vida dos diversos tipos de camponeses.

Conforme Moraes & Moraes (2012, p. 1), os mangues são “um ecossistema que predomina na costa amapaense, constituindo-se em média de 2% do total das espécies vegetais

do Amapá”. Ele abriga uma quantidade relativamente diversa de espécies vegetais, tais como: a Siriúba (*Avicennia germinans*), o Aturiá, a Jaranduba, o Juquiri, dentre outras espécies. Todavia, a maior procura e conhecidos comercialmente naquele ambiente são os caranguejos, as ostras e o Camarão, os quais servem de alimento principalmente para a comunidade da Vila do Sucuriú, assim como fonte de renda no abastecimento e na comercialização nos mercados e nas feiras, nos municípios do estado do Amapá, com significativa quantidade destinada ao consumo da população da capital.

Durante a década de 1970 e as seguintes, foi instalada a Bruyzeel Madeireira S/A – BRUMASA, no município de Santana. Esse bioma foi bastante ameaçado e castigado em função da degradação ambiental sofrida pelas atividades antrópicas durante a extração de madeiras nativas destinadas à exportação. Estas marcas foram resultantes da atuação da territorialização dos monopólios do capital madeireiro no Amapá, após o fim da exploração do minério de manganês. Mesmo com a pouca frequência das espécies que interessavam ao empreendimento nesse ambiente, foi necessária a derrubada para abrir passagem às toras de interesse da indústria extraídas nas várzeas.

1.4 Floresta de várzeas

É o ecossistema que ocupa em média 5% das terras do Amapá, caracterizando-se pela influência dos rios sujeitos às inundações cíclicas, em torno de duas a cada vinte e quatro horas, abrigando espécies vegetais de grande importância comercial tais como: o Pau-Mulato (*calycapllum spruceanum*), a Faveira (*Anisosperma passiflora*), a Virola (*Virola calophylloidea Markgr.*), o Açacu (*Hura crepitans*), a Sumaúma (*Ceiba Pentrandia*), dentre outras espécies.

Existem outras espécies que fornecem os derivados com elevado valor comercial como: a Seringueira (*Hevea brasiliensis*), a Andiroba (*Carapa guianensis*), os Ananís (*Symphonia globolifera L.*), os Pracaxís (*Pentaclethron macroloba w. Kuntze*). Observaram-se, ainda, durante a pesquisa de campo, a presença de outras espécies que compõem o ecossistema de Floresta Ombrófila de Várzea, de grande importância para biológica, mas de pouco interesse comercial, tais como: as Aningas (*Caladium sororium*), as Mamoranas (*Bombaxi aquaticum*), os Taperebazeiros (*Antrocaryon amazonicum*), as Embaúba (*Cecropia sp.*), as Mangueiras (*Mangifera foetida Lour.*), os Ingazeiro (*Inga edulis*), os Urucurizeiro (*Bixa orellana L.*), os Mururés (*Nymphaea alba*), e outras espécies de grande influência ao equilíbrio socioambiental e ciliares.

Dentre as espécies em questão, havia as preferidas pela empresa BRUMASA, na década de 1970, por ocasião da extração de madeira das florestas nativas do Amapá. A extração se concentrou nas árvores com maior capacidade de produção de madeira (placas de compensado e madeira sarrafeada) para o abastecimento do mercado interno e o suprimento das demandas das indústrias no mercado internacional. Este empreendimento, próprio do agronegócio na produção de madeira em larga escala, atuou de maneira brutal nas várzeas, sem nenhum controle na conservação das espécies.

Também há o interesse das indústrias de cosméticos, com o uso de sementes da Virola (extração da poupa para a produção de sabão e de cremes); a Andiroba (*Carapa guianensis*), da qual se extrai o óleo do mesmo nome, considerado um dos produtos das florestas do Amapá e da Amazônia de maior importância, ao lado das ervas medicinais, no tratamento de várias doenças.

De acordo com informações dos mais idosos e principalmente das parteiras tradicionais da região, a vegetação é rica em plantas medicinais na cura de dor na garganta, dor nos ouvidos, no tratamento das entorses de modo geral, nas puxações feitas pelas parteiras tradicionais, durante ou pós-parto, dentre outros usos que muito contribui para a saúde das comunidades.

A vegetação de várzea do Amapá é explorada em pequena escala pelas comunidades locais. Tanto é assim que, em pesquisa de campo, observou-se que, nesse ecossistema, as espécies vegetais se recompõem de tal modo a manter a diversidade vegetal, formando uma rica estrutura da fisionomia paisagística, com destaque para as palmeiras (*Arecacea*) produtoras de alimento: Os Açaizeiros (*Euterpeoleracea*), o Buritizeiro (*Mauritia flexuosa*), o Tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e a Bacabeira (*Oenocarpus Bacaba*).

Faz-se aqui um parêntese para realçar a importância dos açaizeiros, também ameaçados pela extração de madeira nativa e pela extração do palmito para exportação. A poupa do fruto garante o sustento das famílias, e abastecerem as pequenas indústrias locais, que comercializam o produto no mercado local e nacional, com grande movimentação da economia no estado. O caule é aproveitado na construção de moradias nas comunidades na Amazônia, na construção das pontes sobre os igarapés e os baixões, o que permite maior fluidez aos moradores de uma região rica em águas e florestas.

O palmito extraído do açaizeiro (parte mole encontrada na copa da palmeira), em estado *in natura* é muito apreciado na culinária dos bares e restaurantes da cidade e pela população em geral. Retirada a polpa, restam ainda as sementes, que são muito utilizadas como adubo na cultura de hortaliças e, mais recentemente, usadas como matéria para queima e geração de calor, nos fornos na produção oleira do Amapá.

A rica diversidade de espécies nativas encontrada nas áreas de várzeas do Amapá foi, e ainda continua sendo, palco de fornecimento dos recursos madeireiros para ampliar o capital investido nesse setor. De igual modo, essa diversidade tem assegurado a sobrevivência das comunidades envolvidas, mas depara-se com constante ameaças, pela exploração predatória das empresas, sem as técnicas adequadas.

Essa ação predatória tem recaído, em particular, sobre o açaí, que produz vinho feito do fruto, de sabor muito agradável à população nortista. O açaí é uma das principais fontes de alimentação, que, conseqüentemente, impulsiona a econômica, ao gerar trabalho e renda para considerável parcela de famílias camponesas do Amapá. E ainda, a rica floresta de Várzeas é composta por uma variedade de espécies não conhecidas, nem mesmo catalogadas cientificamente. Dentre elas, estão: O Cipó Tracuá (muito usado pelos ribeirinhos para tecerem as pequenas cordas de usos variados.

O Ubuçuzeiro possui grandes folhas, que são muito usadas pelas comunidades rurais, na cobertura de moradias e de abrigos provisórios relativos às atividades rurais, agrícolas, caça e pesca, ou outras atividades executadas pelos ribeirinhos.

Ainda, os Ubuçuzeiros (*Manicaria saccifera*) fornecem uma espécie de fibra e embira, feitas com o tururi, uma espécie de manto que envolve o cacho do ubuçu durante o período de maturação. São também utilizadas para a fabricação de toucas, roupas de fantasias tais como: saias, blusas, chapéus, além das pulseiras, usadas nos festejos religiosos.

Outra espécie de largo uso são os Ubins, encontrados nas matas ciliares (pequena palmeira utilizada pelos pescadores para a forragem dos cestos e dos paneiros, para o transporte do açaí, do pescado e dos frutos da floresta.

Além dessas, há, ainda, a Paxiubeira (*Socratea exorrhiza*); o Aturiazeiro (*Macherium lunatum* Linnaeus); a Jarandubeira e a Mamorana (*Pachira glabra*) (esta última, utilizada pelos ribeirinhos para retirar fibras do caule denominadas regionalmente de envira (ou embira), apropriadas para a produção de cordas, redes, adornos dentre outros objetos utilitários regionais.

O Guarumam serve para a produção de cestos e de paris, este muito usado na captura de peixes e camarões nos igarapés, ou a confecção de matapis, com a mesma finalidade de captura. O Marajá é outra espécie de pequena palmeira da qual o caule é utilizado pelos ribeirinhos para a produção também de paris, outro tipo de instrumento básico para a construção dos cacuris, em função da sua maior durabilidade (uma espécie de armadilha feita nas margens dos rios e dos igarapés, para a captura dos peixes). Também se aproveitam dos Marajazeiros os frutos, na produção de sucos como complemento alimentar das comunidades do Amapá e da Região Norte.

Verificou-se também que algumas espécies estão em fase de regeneração, com destaque ao Pau-mulato (*Calycollumphyta spruclanum*), a Virola (*Virola surinamenis*), a Pracuúba (*Mora paraensis*), a Sumaúma (*Ceyba petandra*), o Muruci (*Byrsonima coccolobifolia* Kunth.), o tiriricão (*Cyperus ligularis* L.), o cedro (*Cedrela odorata*), os Murumuruzeiros (*Eichhornia azurea kunth*),

Há, também as gramíneas, que se apresentam em proporção reduzida, mas compostas de espécies de alto valor forrageiro e elevada resistência natural, muito usada como complemento alimentar na criação de gado. Dentre tantas espécies da vegetação, pode-se contar com as ciperáceas, que, mesmo diante da exploração predatória ao longo dos anos, todas essas espécies possuem um enorme potencial socioeconômico e ambiental para o Amapá e para a Amazônia.

1.5 Vegetação de savana

No Amapá, o ecossistema do cerrado, que ocupa cerca de 6, 8% da área do estado, foi considerado como área imprópria para o desenvolvimento da agropecuária e como área improdutiva, inóspita, rejeitada sob os seus aspectos estéticos, florestais e faunísticos. Cavalcante (2010, p. 2), relata que a “forte pressão socioeconômica e as perspectivas de se criarem novas alternativas para a expansão das fronteiras agrícolas, aliadas ao aumento da produção, tais fatores fizeram com que se buscassem mecanismos para incorporá-las à economia agrícola do Estado”. Assim, esse bioma tem sido usado nas últimas décadas, pelo capital, tal como se deu nas demais savanas do Brasil, ou seja, pastagens naturais, agricultura em larga escala e exploração florestal (PRODEMAC, 2011).

As savanas do Amapá têm sido palco de confrontos entre as comunidades locais com os agentes do agronegócio. Além das transformações diárias impostas pelo capital agrícola às populações, o meio ambiente é o que mais tem sido transformado, em função da pecuária, dos extensos florestamentos com árvores exóticas (Gemelina, pinus e eucalipto), para extração de madeira e produção de cavacos para exportação. Surge-se, assim, a territorialização do capital promovida pela elite macapaense, pelo capital financeiro e pelas indústrias.

Na Região Norte, um dos estados que detêm savanas apropriadas para a exploração agropecuária do agronegócio é o Amapá. Conforme dados do (IBGE, 2010), as savanas ocupam área de 12.978 km², o que corresponde a 9,25% da superfície do estado, distribuindo-se em uma faixa norte-sul, recobrindo os terrenos da Formação Barreiras. Há, também, em outras regiões do estado as manchas de savanas, denominadas de "tesos". Ao sul da região, também são encontrados enclaves de savanas, todavia de menor dimensão e permeados por terrenos de

origem diversa. O que chama a atenção é que o aproveitamento econômico das maiores áreas desse bioma tem se dado sob o controle de um grande empreendimento florestal comandado pela empresa multinacional, a ANCEL.

Nos últimos cinco anos, o uso das terras no estado ultrapassa os 220 mil hectares de florestamento de pinus spp e de eucalipto spp, plantados com incentivo do governo federal, na produção de celulose e de cavacos para exportação. Recentemente (2016), realizou-se uma experiência em 100 hectares de savana com plantação de soja. Essa iniciativa, conforme informou a direção do empreendimento, rendeu em média 55 sacos de grãos por hectares, mas a meta para os próximos cinco anos ou mais será a de atingir a quantia de 20.000 mil hectares na produção de grãos nas savanas do estado.

O principal fator que pode interferir nessa empreitada é no que diz respeito ao tipo de solo que é o Latossolos amarelo e Vermelho, com baixa fertilidade e de elevada acidez, o que exige manejo adequado para torná-los economicamente mais produtivos. O relevo deste ecossistema é considerado plano, apresentando, em algumas áreas, ondulações com presença de colinas e vales, os quais são importantes formadores de pequenos cursos d'água, e de grande importância para as populações camponesas. Com a crescente expansão da agricultura, a busca por mais água poderá causar sérias preocupações, tendo em vista que a irrigação da agricultura consome grande quantidade de água.

A distribuição espacial da vegetação de savanas amapaense pode ser definida em três unidades distintas: cerrado, ocorrendo em algumas áreas no Norte e no centro do estado, cobrindo terrenos de relevo ondulado, vales abertos e rasos. Nessas unidades, registra-se a presença de vegetação muito utilizada na medicina popular tradicional como o Barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*), o Anuerá (*Licania macrophylla* Benth), a Pata de Vaca (*Bauhinia forficata*), a Verônica (*Veronica officinalis* L.) dentre outras espécies que merecem melhor monitoramento diante do avanço desenfreado do agronegócio de grãos, que pode comprometer seriamente tal bioma. Os campos cerrados ocorrendo com frequência ao sul do estado, apresentam cobertura vegetal arbórea baixa e esparsa.

São nesses campos que o monopólio tem se instalado com mais frequência, em função das vias de acesso, da suavidade do relevo e da proximidade do porto de escoamento da produção e entrada dos insumos. Finalmente, a vegetação de parques, ocupando a maior parte da faixa norte-sul do estado, situados em relevo de suave ondulação, com drenagem deficiente pelos vales estreitos e profundos. Esse nicho ecológico também carece de atenção e monitoramento por parte de entidades ambientais, comunidades envolvidas e demais órgãos de controle e gestão territorial.

Nestas áreas, há a ocorrência de mata de galeria, com predomínio de espécies como buritizeiro, virola, ananizeiro, mamorana, açazeiro, jupindá pertence à família (Capparidaceae), não catalogada cientificamente, sororocas pertencentes à família *Phenakospermum guianense*, não catalogada cientificamente, dentre outras. Esses ambientes são conhecidos por olhos d'água, fontes de grande importância para os camponeses, primeiro, pela própria água, em segundo, pelo fornecimento de alimentos vegetais e captura de animais silvestres.

A fisionomia das savanas do Amapá apresenta caráter próprio, marcado principalmente pelo espaçamento de seus indivíduos lenhosos, nunca inferior a 3 e 5 metros de distância. O seu estrato herbáceo é denso e composto por plantas anuais e perenes, em geral cespitosas e rizomatosas. Ao longo de sua ampla distribuição, as savanas amapaenses manifestam diferenciações florísticas, ora relacionadas com a topografia do terreno, ora relacionadas com as variações locais da natureza do solo e das suas veredas, ao longo dos corredores hidromorfizados, conhecidos por riachos.

Funcionalmente, as savanas geram novas expectativas, onde sua vegetação exterioriza uma dinâmica condicionada, tanto por fatores edafoclimáticos, quanto por práticas humanas, dentre as quais as queimadas periódicas. Ainda assim, no dizer de Cavalcante (2010, p. 5), “a facilidade de acesso às savanas, as condições naturais e a situação geográfica privilegiada são fatores extremamente favoráveis para o estado se tornar um exportador em potencial de produtos agrícolas para a Europa, Caribe, América do Norte e Ásia”. A posição estratégica do Amapá em relação a outros centros consumidores de *commodities* e a facilidade de acesso ao bioma das savanas podem contribuir, em médio prazo, para transformar esse ambiente em um polo produtor de grãos e também de hortaliças, de essências florestais e de criação de diversas espécies no setor da pecuária.

1.6 As florestas de terra firme

É o ecossistema que ocupa a maior parte das terras do Amapá, e faz parte da floresta Amazônica. 71,86% compostos por floresta densa de terra firme, que é o tipo de vegetação mais representativo da região (Rabelo, 2008). As florestas de terras firme não são atingidas pelas cheias em nenhum dos períodos do ano. Esse tipo de ambiente é o que apresenta vasta diversidade de espécies, destacando-se pelo seu valor comercial destinada à indústria madeireira, para abastecer o mercado local e uma parte para as exportações. Conforme Batista et al. (2015, p. 22), dentre as características dessa vegetação, destacam-se a alta diversidade de espécies e o alto porte da vegetação.

As espécies de maiores demandas e de valor econômico são: a Maçaranduba (Manilkara), a Macacauba (*Platymiscium ulei* Harms), o Cedro (*Cedrela odorata*), o Pequiá (*Caryocar villosum*), a Copiúba (*Goupia glabra* Aubl), o Acapu (*V. pailidior* Ducke), o Louro (*Ocotea* spp), a Jarana (*Holopyxidium jarana*), a Castanheira (*Bertholletia excelsa* Humb), o Angelim pedra, rajado e o vermelho (*Hymenolobium petraeum* Ducke), a Itaúba (*Mezilaurus itauba*), o pau-Rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke) dentre outras espécies. Em termos de abundância, as espécies que mais se destacam são: a copiúba (*Goupia glabra*), seguida de matamatá vermelho (*Eschweilera* sp.), matamatá branco (*Eschweilera coriácea*), dentre outras já mencionadas.

O estado do Amapá tem uma área de, aproximadamente, 143,4 mil km², desse quantitativo, 71,86% é composto por floresta densa de terra firme, “é o tipo de vegetação mais representativo da região” (Rabelo, 2008, p. 3). Dentre as características dessa vegetação, destacam-se a alta diversidade por unidade de área e de vegetação de alto porte. Conforme Batista, et al. (2015, p. 22), “em termos de proteção florestal, esse estado é privilegiado, sendo considerado o mais preservado do Brasil. Conta com 19 unidades de conservação; 12 federais, cinco estaduais e duas municipais, equivalente 62% do seu território”. Dentre as florestas públicas do estado, destaca-se a Floresta Estadual do Amapá (FLOTA/AP), ambiente propício para que haja ordenamento e condução das políticas públicas para o desenvolvimento econômico e do uso sustentável dos recursos naquele bioma (Amapá, 2009, 2013).

Qualquer plano de ação política de controle, exploração e cuidados é necessário, para melhor eficiência, conhecer a composição e a estrutura florestal, pois a informação é indispensável para a elaboração de planos de manejo sustentável (COSTA JUNIOR ET. AL., 2008). Nestas condições, entende-se que o conhecimento e entendimento das espécies que compõem a floresta permitem melhor planejamento para a fixação de estratégias adequadas para a conservação e de manejo das espécies. A prática de exploração desenvolvida pelo novo modelo agrícola atual, uma vez desordenada, pode ocasionar a perda da biodiversidade, entre outros impactos.

Em particular, no caso do Amapá, a maior diversidade das suas espécies concentra-se no módulo III, da Floresta Estadual do Amapá, cuja extensão, conforme o Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF (Amapá, 2009, 2013), é de 742.960 hectares, abrangendo os municípios de Pedra Branca, Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá e Calçoene, em proporções diferentes. Dos municípios citados, em quatro deles há a presença da AMCEL, com o cultivo de pinus, dando continuidade às atividades desenvolvidas pelo empreendimento Jari, e de eucalipto para a produção de celulose e cavacos para exportação.

É importante alertar dos riscos que esse bioma está correndo, diante do avanço do capital agrícola. A aproximação do cultivo de pinus e eucalipto nesses municípios pode se expandir e reduzir drasticamente as florestas, causando transformações socioambientais de natureza desconhecida. Segundo o IBGE (2012), a vegetação predominante nesta área é constituída pelas tipologias: Floresta de Terra Firme Densa de Baixo Platô (FTFDBP), Floresta de Terra Firme Densa Submontana (FTFDSm) e de floresta de Transição Cerrado Floresta (TCF), o que pode ser uma espécie de atração para a monopolização e instalação do agronegócio.

Com o objetivo de atingir tal empreitada, no mês de maio passado de 2019, a ALEAP aprovou o Projeto de Lei nº 012 de 2019, como emenda modificativa que altera o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá (RURAP), no seu art. 7º, que passa a ter a seguinte redação: ficam extintos, os Institutos Estaduais de Florestas do Amapá (IEF/AP), criado pela Lei nº 1.077 de 2 de abril de 2007, a Agência de Pesca do Amapá (PESCAP), criada pela Lei nº 1.074 de 2 de abril de 2007 e a Floresta Estadual do Amapá (FLOTA), criada pela Lei nº 1.028 de 12 de julho de 2006 (Projeto de Lei nº 12, de 2019). É nesse sentido que parlamentares, representantes do povo, obedecendo o mando do capital agrícola sob o aval do governo do estado, modificam a lei que trata do equilíbrio socioambiental, para satisfazer os interesses dos latifúndios e da produção em larga escala comandada pelo agronegócio de naturezas variadas no estado.

1.7 Hidrografia

Cerca de 39% da bacia hidrográfica do estado faz parte da Bacia do Amazonas. Assim Freitas (2018, p. 1) afirma “a rede hidrográfica do Amapá é formada por rios que desempenham um grande papel econômico na região desde a atividade pesqueira até o transporte hidroviário”. De maneira que a maioria dos cursos d’água desembocam no oceano Atlântico, há no estado o Rio Araguari, com suas 36 cachoeiras, dentre elas encontra-se a hidrelétrica de Coaracy Nunes, obra de grande importância para o fornecimento de energia elétrica e para o desenvolvimento socioeconômico do Amapá.

Atualmente, vários cursos d’água têm sofrido com a poluição e, conseqüentemente, com a contaminação dos pescados, da fauna e da flora, provocada pelo despejo de substâncias tóxicas usadas em empresas que gerenciam os empreendimentos de exploração de pinus, eucalipto e grãos. No Rio Oiapoque, fronteira natural entre o Brasil e a Guiana Francesa, 2017 foi inaugurada a ponte ligando os dois países, representando para o Amapá e para o país vizinho um passo de enorme possibilidade para o desenvolvimento socioeconômico para ambas as partes.

Rio Pedreira: historicamente foi utilizado para retirar pedras destinadas à construção da Fortaleza de São José de Macapá, símbolo de resistência e da cultura no estado. Rio Gurijuba: foi um rio com grande concentração de cardumes de peixes, atualmente sofre com a degradação ambiental e com a erosão de suas margens, em função da pecuária bubalina extensiva. Rio Cassiporé, na sua maior parte, prevalecem águas escuras, conhecido pelo fornecimento da grande quantidade e de variedade de peixes tais como: tucunaré, trairão, tambaquis, aracu, apaiari, Acari, surubim-pintado dentre outras espécies.

Ainda, conforme Ribeiro (2017, p. 2), há outros rios de cunho místico para os ribeirinhos/camponeses dentre eles: o Rio Vila Nova: fronteira natural entre o Amapá e o Pará, onde seus antigos caçadores viam com frequência os curupiras. Rio Matapi. Rio Anuerapucú, Rio Maracapú. Rio Amapari. Rio Amapá Grande, leito da morada de pessoas encantadas, que se comunicavam com os seus parentes em forma de sucuris (SOUZA, 2007). Rio Flexal. Rio Tartarugalzinho e o Rio Tartaruga Grande. Estes dois últimos, atualmente, começam a sofrer transformações preocupantes, em função das atividades desenvolvidas pela AMCEL, com o plantio de pinus e de eucalipto. Essa atividade típica do agronegócio demanda grande quantidade de água para a irrigação. A extensa rede hídrica do Amapá, em suas diversas direções, reflete o estado e as condições socioeconômicas das populações camponesas, as quais, com modo próprio de organização, têm resistido a territorialização do capital.

2. Antecedentes históricos e agronegócio

A ideia de agronegócio parece ser nova, mas os conteúdos desse processo são bastante antigos. São pensamentos e práticas que sempre deram suportes à sustentação do novo modelo de desenvolvimento econômico no setor agropecuário comandado pelo capital. Por conta disso, os grandes latifundiários se sentem confortáveis em se manterem por meio desse processo como os senhores legítimos na exploração dos territórios de vida dos camponeses, a partir de mecanismos que se configuram como trabalho escravo, na grande concentração da terra, na atuação do coronelismo, no clientelismo, na subserviência no campo e no atraso político e econômico das populações/comunidades atingidas por esse processo.

Para essa manutenção, determinados fatores apresentam-se como suportes históricos para demarcar significativamente as políticas conjunturais que irão demonstrar o projeto de modernização conservadora iniciado pelos militares, o qual, no dizer de Delgado (2012, p. 77), “sem estruturar condições econômicas e políticas para constituir uma nova estratégia de acumulação de capital na agricultura”, condições que, conforme o entendimento do autor, só se consolidou estruturalmente articulada com a política econômica após a crise cambial de 1999.

Nesse sentido, dois importantes fatores se destacam, para demonstrar o que costumeiramente se chamou de período de transição entre os dois projetos econômicos para alavancar o processo de constituição do agronegócio. Um fator é o de economia, políticas da era militar que vai de 1965 a 1985, e o outro, o projeto da economia do agronegócio, que se inicia a partir dos anos 2000, em plena expansão. Dois fatos significativos no início e final dos anos de 1980, são os mais importantes para demarcar a saturação do modelo de crescimento econômico do setor agrícola durante o regime militar, cedendo lugar a novo paradigma de expansão agrícola embasado nas diretrizes de desenvolvimento neoliberal e produção em larga escala: a grave crise cambial de 1982 e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

2.1 A crise cambial de 1982

Em se tratando da crise cambial de 1982, ela apresenta anomalias muito caracterizadas com os descompassos da crise de 1929. Foi um fenômeno que conduziu o sistema econômico a improvisar saídas conjunturais não planejadas, mas que com o tempo vai estruturando novos arranjos de economia política, que utilizados em perspectivas históricas, após certo tempo, pareceu constituir-se num projeto histórico planejado. Portanto a crise cambial de 1982 teve nas suas entrelinhas a adoção de medidas conjunturais de ajustamento econômico e também sociais almejadas pela classe hegemônica.

Dessa forma, o agronegócio surge no campo econômico como um embrião de apelo às exportações de *commodities*, como via de equação do déficit persistente e nas transações externas. Essa possibilidade de resposta às exportações está expressas na fala de Akcelrud (1987, p. 65), quando faz uma análise sobre o novo pacto social em lugar da reforma agrária determinada pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento agrário (MIRAD), liderado pelo Ministro Nelson Ribeiro, quando disse: “nosso sistema foi orientado, foi vocacionado nos últimos anos a oferecer uma resposta às exportações e isso tem provocado as distorções que todos sabemos existirem no abastecimento”.

Percebe-se que, ao se tratar de reforma agrária naquele período, seria criar embargos às exportações no setor agropecuário, uma vez que o impasse entre os interesses contrários, coube aos latifundiários a empreitada de não permitir a existências desse gargalo para a promoção das exportações de *commodities* como estratégia econômica, mas, essa possibilidade só foi possível a partir dos anos 2000, quando a questão foi submetida a passar por um processo de reestruturação logística e aperfeiçoamento para a expansão desse acordo.

Com a desorganização do sistema econômico resultante das duas grandes crises que o Brasil enfrentou nos anos de 1982 e 1999, houve a necessidade de adotar ajustes conjunturais

que resultaram numa forçada reestruturação econômica, atendendo os objetivos externos do capital agrícola. Nessa conjuntura, a agricultura passa a ter função macroeconômica relevante, além do seu potencial específico, na somatória contábil nacional. Conforme Delgado (2012, p. 78), “a agricultura brasileira completou entre 1965 e 1981 um ciclo de modernização técnica e crescimento, mas sem mudanças na estrutura agrária”.

Nota-se que tal crescimento ocorreu em função da modernização técnica e quase nada na estrutura do setor agrícola, essa disfunção fez com que a economia brasileira, no início da década de 1980, enfrentasse um extenso período de estagnação decorrente das medidas impostas pelas condições do ajustamento da crise também da dívida externa. Nessa condição, a importância da produção no setor agrícola seria crucial para a somatória de ajustes das conjunturas macroeconômicas naquele momento.

Para essa empreitada, conforme Akcelrud (1987, p. 68), “o empresário rural reivindicava um papel dirigente na reorganização da economia, oferecendo um programa agrário segundo os princípios da economia de mercado e da propriedade individual dos fatores de produção” por conta disso, naquele período já era visível que o modelo agrícola da forma que se apresentava exigia a participação maior do setor e principalmente das cadeias industriais conectados às exportações de mercadorias para se tornarem mais atraentes ao capital financeiro.

Nesse sentido, a produção agrícola passa a ser viável para a geração de saldos de comércio exterior, que ao mesmo tempo irá suprir as necessidades de financiamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamento, oportunizando, por esse mecanismo, o governo militar resolver o déficit entre os anos de 1982 a 1984

A abertura comercial e financeira resultou, em pouco tempo, no novo surto de endividamento externo, pois, ao se defrontarem com essa questão, a elite econômica retorna a estratégia anterior de retomada da política das exportações. Essa estratégia da qual somos coparticipantes em função da manutenção dos interesses hegemônicos, demarcam as novas configurações resultantes da reordenação dos territórios agrícolas brasileiros adequando-os aos contornos conjunturais do capital agrícola internacional dentre os 20 anos, que vai da década de 1980 a 1990. Delgado (2012, p. 79), mostra que “as sucessivas operações de ajustes macroeconômico é na tentativa de colocar a economia brasileira, nos limites impostos pelas novas restrições externas”. Isso demonstra que para entender, a natureza do agronegócio é importante acompanhar os desdobramentos da mundialização do capital de maneira mais geral, extraindo elementos que por si só se sustentam como antecedentes históricos que impulsionam a economia política desse processo”.

2.2 A Constituição de 1988

Um dos instrumentos de extrema importância utilizada como antecedente histórico a instalação do agronegócio foi a promulgação da Constituição de 1988, onde no seu texto a novidade é a estruturação das políticas públicas, elencando, nos seus títulos VII e VIII da Ordem Econômica e da Ordem Social, um detalhamento das diretrizes de políticas públicas, no intuito de constituir em programa de reorganização da ação pública do Estado Brasileiro. Com essa preocupação se organiza um capítulo específico, o Cap. III da Ordem Econômica, que trata em sete artigos dos princípios e Diretrizes da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária.

Acompanhando a lógica de comando desse instrumento, no Título da Ordem Social, há três capítulos: Cap. II, da Seguridade Social; Cap. VI, do Meio Ambiente; Cap. VIII, Dos Índios, que detalham e esclarecem normas sobre proteção ao trabalho no meio rural e limites ao direito da propriedade fundiária na ceara rural, que no dizer de Delgado (2012, p. 83), “conjugados com a “Ordem Econômica”, configuram um padrão de relações econômicas e sociais, juridicamente estruturado para um novo projeto de desenvolvimento rural, qualitativamente distinto do estilo “Modernização Conservadora” do período militar”.

Naquele contexto, já era possível perceber as novas estratégias utilizadas pelas elites militares e civil, sobre a realidade econômica do país desde a Constituinte, trazendo nas suas entrelinhas as influências internacionais do pensamento neoliberal na economia e na política econômica ditadas pelos estados centrais. A postura neoliberal dos constituintes se manifestava principalmente por meio de atitudes e práticas típicas durante a atuação no exercício parlamentar.

A adesão da política neoliberal dos constituintes contribuiu decisivamente para que o projeto de modernização conservadora dos militares pudesse revitalizar os institutos de fomento agrícola dos períodos Vargas, JK, e de João Goulart, criando ainda, novas instituições estatais tais como: O Serviço Nacional de Crédito Rurais (SNCR), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Empresa Brasileira de Terras (EMBRATER) e o Conselho Federal de Políticas (CFP), no sentido de reestruturar e apoiar o processo de modernização técnica da nova dinâmica de desenvolvimento do capital agrícola.

Por conta desses esforços, após a Constituição de 1988, conforme Delgado (2012, p. 83), surgem três vertentes de orientação político-normativa às políticas agrícolas agrárias: a herança do projeto de “modernização conservadora” do período militar; a pressão neoliberal por desregulamentação, livre comércio e estado mínimo e a própria vertente normativa do texto

constitucional, cuja novidade jurídica consiste em elevar a categoria de direito constitucional vários princípios de política agrária contidos no Estatuto da Terra.

Notadamente é possível perceber que nessa movimentação política e social após o desenho da Constituição, a tendência enveredada pela economia agrícola seguiu as diretrizes da pressão neoliberal por desregulamentação do livre comércio e estado mínimo direcionada pela vertente normativa do texto constitucional, que, tendenciosamente, elevaria a categoria de direitos constitucionais alguns princípios de política agrária sob a combinação do Estatuto da Terra, alijado pelo regime militar.

No último modelo constitucional, ao discorrer sobre os princípios da política agrária, as expectativas mais importantes que se esperavam foi constatada, a partir do que propôs Akcelrud (1987, p. 10), “a identificação dos trabalhadores rurais e urbanos como segmentos de uma só classe social rompia com os dois isolamentos - os dos camponeses, vítimas do confinamento físico e da solidão política decretada pela concepção isolacionista induzida pela influência burguesa; o dos trabalhadores da cidade, também condenados à clausura política de pseudoaliança com a burguesia, na realidade uma capitulação, em lugar da unificação com seu aliado natural e necessário, o trabalhador rural sem-terra, os pobres do campo.”

Nessa linha, há de se concordar com o autor em que, a política agrícola brasileira tem pautado suas prerrogativas na vertente neoliberal, a qual tem produzido o processo de desmantelamento das instituições estatais que sempre comandaram a modernização conservadora, ocultando continuamente ou deixando de construir orientação estratégica à expansão da agricultura capitalista, seja pela tendência da função social ou pelas vertentes dos mercados estruturados a partir dos complexos agroindustriais. De vez que nessa vertente agroindustriais, a política agrícola atualmente está mais voltada à produção de *commodities* para as exportações, é o que tudo indica, dando sentido e resultado alheios, aos atingidos pela economia do agronegócio.

Os resultados distorcidos da realidade agrícola dos camponeses têm se dado a cada dia, em função da redução e da fragilidade das políticas de fomento, da redução, a cada ano, do volume de crédito rural aos pequenos camponeses, políticas que atualmente são direcionadas às atividades do agronegócio, contribuindo para o desmonte das instituições gestoras da política agrícola para os pequenos produtores, fatores que se combinam por força dos acordos de gestão entre o Estado e seus financiadores.

2.3 A política agrícola dos anos 1990

Durante esse período, a política agrícola sofreu muitas distorções. Antes disso, a reestruturação da política comercial, financeira e agrícola dos anos de 1960 até 1985 se iniciam já durante o Plano Cruzado, defendidos pelos ministros Dílson Funaro e Sayad, no governo de transição do presidente José Sarney. A mudança considerada importante se deu com os próximos presidentes, período em que surgiram as iniciativas de desestruturação da política agrícola do regime militar anterior, combatida durante o período do governo Collor e dos dois mandatos de FHC, que deu sequência às iniciativas de reforma comercial e agrícola brasileira.

Conforme Delgado (2012, p. 85), “com o fim da conta movimento em 1986 do Banco Central para com o Banco do Brasil, marca na realidade a mudança mais importante da política financeira federal em relação a política vigente no regime anterior”, pois, essa conta era um dos mecanismos por meio da qual o país operava de fato a função de autoridade monetária para se financiar automaticamente junto ao Banco Central em relação à liquidez do conjunto das políticas agrícolas e comerciais que ele administrava em seu território agropecuário. Essa decisão do Banco Central notadamente foi para pressionar a economia brasileira a se adequar às novas diretrizes.

Na mesma época, promoveu-se a extinção do orçamento monetário e a transferência de fundos e de programas de crédito rural do Banco Central para a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Dec. n. 94.444/87, medida que ocorreram paralelamente a edição do Plano Cruzado, um pacote que foi de existência restrita, mas que deu origem à reforma monetária já durante o Plano Real em 1994. Somadas à abertura comercial no início dos anos 1990, baseada na redução tarifária e pelo acordo de Ouro Preto de 1994, o qual constituiu a união aduaneira do Mercosul, tem-se nessas iniciativas um conjunto de políticas contrária à ideia de mercado brasileiro protegido, justamente para caracterizar-se como a era da modernização.

Todavia, é com a estabilização monetária e a introdução do Real em 1994 que se iniciam um conjunto de reformas, para modificar substancialmente as instituições de política comercial e agrícola brasileira vigente a várias décadas. Os mais importantes instrumentos instituídos para sustentá-la foram: o IAA, a Instituição do Banco de Crédito (IBC), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), constituindo formação de estoques, garantia de preço único e monopólio estatal de compra do trigo, estoques reguladores de carne e de leite e o Programa de Apoio à Atividade Agropecuária (PROAGRO), politicamente sustentados por recursos fiscais geradores de dívida pública (DELGADO, 2012, p. 86).

Tragicamente, tal reforma cai na armadilha do capital financeiro, o que resultou em carga onerosa à economia brasileira, liquidando praticamente com os instrumentos de

sustentação, e substituídos gradativamente por instrumentos de garantias de preços sem formação de estoque inoperantes, em função da queda dos preços dos *commodities* e da renda agrícola. Consequentemente a economia brasileira passa a experimentar a redução do saldo comercial agrícola, a queda do preço dos imóveis rurais, devido à frágil política agrícola interna, dependente e obediente aos subsídios do capital internacional. Além disso, a economia passa a depender ainda mais de reestruturação, permitindo de vez o seu controle pelo agronegócio.

3. Agronegócio

Para melhor entender a origem e os fundamentos do agronegócio, foi necessário buscar subsídios que possam ser capazes de sustentar o pressuposto de que esse processo de desenvolvimento agropecuário, estudado sob a égide do modo capitalista de produção, tem historicamente se caracterizado sob o comando do debate político entre várias correntes de pensamento que se dedicam a sua atenção aos estudos do setor agrário. Entende-se que, nesse exercício de análise, o elemento fundamental para compreender esse processo histórico é acompanhar e monitorar a movimentação econômica do mercado de *commodities*. Como disse Silva (1998, p. 1), “o processo fundamental da criação do mercado, quer dizer, do desenvolvimento da produção mercantil e do capitalismo é a divisão social do trabalho”.

Isso permite dizer que o desenvolvimento mercantil tem se dado em função da emergência atual da competição entre as moedas impulsionadas pela força dos mercados, que por sua vez, revitaliza atitudes do passado, que necessita existir, em função dos investimentos e das novas territorialidades desenvolvidas nos espaços camponeses, para movimentar as atividades do agronegócio, pelas empresas, nos diversos territórios nacionais e estrangeiros. Diferentemente do modelo de gestão financeira centralizada em tempos atrás, no mundo contemporâneo, a dinâmica do capital encontra-se em estado de competição de longo alcance. “Com uma hierarquia entre as moedas, não podendo mais existir um simples campo bidimensional de capitais territoriais notadamente divididos, mas uma movimentação mais parecida com uma pirâmide criada pelas redes transnacionais geradas pelo mercado” (COHEN, 2014, P. 11).

Com a expansão do capital, percebe-se que a rede de movimentação econômica formada pelos diversos setores que atuam no mercado mundial é um dos instrumentos que deu origem ao agronegócio, porque é capaz de aglutinar do pequeno ao grande investidor, desde que sejam todos aliados à sistemática da produção ampliada. Tal organização passa a deter poderes de normatizar os critérios de comando das atividades desse processo, considerando, teoricamente, que todos os envolvidos são capazes de produzir em grande escala.

Nessa perspectiva, Gomes (1990, p. 45) reforça o entendimento sobre a origem do agronegócio, quando ressalta: “a acumulação ampliada do capital, como meta de todo capitalista, seja um indivíduo de negócio, uma empresa simples ou uma multinacional, para justificar-se na empreitada da meta acumulativa, necessita integrar-se a esse processo por meio dos parâmetros ditados pela “ética do capital”. Para tanto, algumas condições históricas e econômicas foram favoráveis à sua fundamentação, por exemplo:

O triunfo da revolução burguesa no século XVII; b) a prematura abolição da servidão liberando mão-de-obra para a produção industrial; c) a descentralização da propriedade feudal praticamente efetivada na época e d) a expropriação das terras dos camponeses de forma violenta pelos criadores de ovelhas, subsidiados pelos capitalistas industriais que necessitavam da produção de lã como matéria-prima básica para a indústria têxtil. Paralelamente a esse conjunto de condições, soma-se a política de conquista, de pilhagem, de saques, levada às colônias pelos colonizadores, incluindo nesse conjunto, a pirataria protegida pela Inglaterra, pois na época era o país de maior poderio econômico, assim como a própria expansão do mercantilismo, favorecendo o desenvolvimento intenso do comércio, como um dos componentes vitais, para o crescimento industrial e financeiro. (GOMES, 1990, P. 47)

Esta sucessão de fatos foi condição importante para compreender os meios que os capitalistas se utilizaram como instrumentos para facilitar a expansão e a territorialização do capital, conforme seus interesses. Isso se dá particularmente reduzindo as condições de assistência aos trabalhadores, forçando-os a se disporem, apenas, do trabalho físico e mental como a sua única condição existencial de sobrevivência. Estes são os mecanismos de gestão usados pelos patrões para retirar proveito, apropriando-se de forma exploratória da força de trabalho de seus empregados. Por essa lógica, esses indivíduos ao se encontrarem psicologicamente e socioeconomicamente abalados, para sobreviver, tiveram que aceitar e submeter-se às determinações espoliativas da hegemonia econômica do capital.

Nessas condições, o trabalhador passa a vender a sua única razão existencial, que é a força de trabalho, aos donatários dos meios de produção, supostamente para aqueles que lhes oferece melhores ofertas, ou no mínimo as condições de sobrevivência, em função das necessidades vitais, de se alimentar, vestir-se e de morar, pois elas os conduzem à submissão imposta pelos empregadores por ocasião dos negócios, em particular aqueles relacionados ao contingente do exército de reservas de desempregados, os quais são convocados à medida das necessidades produtivas e os interesses dos capitalistas/investidores.

No contexto da ampliação do modo capitalista de produção pelo agronegócio, as determinações impostas aos trabalhadores pelos seus atores se reforçam e se concretizam, em função da propagação da luta concorrencial entre as empresas e entre os grupos capitalistas. Nessa condição, “impõem-se durante as contratações dos trabalhadores negociações abaixo dos

interesses coletivos, no intuito de que possam apropriar-se ainda mais das vantagens da mais-valia gerada por meio do trabalho suplementar dos empregados” (GOMES, 1990, P. 48).

Nota-se, com isso, que a usurpação das potencialidades dos trabalhadores se dá de forma intencional e “natural”, como uma das medidas que justificam e fundamentam a constância da territorialização e da expansão do capital, tomando como suporte as atividades do agronegócio, pois usualmente esses meios contribuem para a consolidação dos interesses do sistema produtivo gerido pelo capital mundial. Tais medidas têm contribuído para a desestruturação do modo de vida das populações camponesas tradicionais, das estruturas de produção dos trabalhadores agropecuaristas, em particular, do pequeno e do médio produtor, e ainda geram a instalação e a ampliação de fronteiras do capital em dimensões desconhecidas, como mecanismos de subsunção e enfrentamentos no campo, tudo para promover o capital e ampliar o mercado mundial.

4 Agronegócio – Base Conceituais

4.1 Noções do agronegócio

Pensar sobre a origem do *agribusiness*/agronegócio como um fenômeno, é pensar sobre um processo que corresponde à junção de diversas atividades produtivas diretamente ligadas também à produção e a subprodução de derivados da agricultura e da pecuária, uma vez que não se associam somente aos produtos de origem *in natura*, tais como, aos grãos e ao leite como que comumente perpassa na concepção dos consumidores. Essa atividade produtiva tem sua origem em um processo muito abrangente, pois constitui-se a partir do envolvimento de uma diversidade de setores participantes nesse tipo de atuação econômica.

Nesse sentido, *agribusiness*/agronegócio deve ser entendido como um processo em movimento, utilizado por empresa que possa contar para o sucesso da sua gestão, com certa infraestrutura capaz de fornecer, para a sustentação de tais atividades, alguns suportes, tais como: uma série de tecnologias, de biotecnologias e de políticas agropecuárias que comportem as dimensões de produção em larga escala, assim como a estruturação e o planejamento, para alcançar níveis elevados de produtividade e de rentabilidade.

Grosso modo, há um distanciamento enorme do modelo da agricultura que desenvolveu até meados do século XX, pois nas propriedades, seja nas de grande produção ou nas de subsistência, se fazia quase de tudo. Neves (2016, p. 12) afirma que:

“Além das atividades de plantio, muitas vezes bastante diversificadas, eram também criados animais de produção e tração, produzidos e adaptados implementos, ferramentas, equipamentos de transporte e insumos básicos, como fertilizantes, sementes e alguns químicos. As roupas, o processamento de alimentos (embutidos,

doces, queijos, etc.), o armazenamento e a comercialização também estavam incorporados às fazendas. Era grande o número de pessoas que moravam nas unidades de produção”.

De modo que, ao fazer referência ao termo agricultura, todas essas atividades estavam inclusas, e davam uma noção de maior abrangência ao termo, o suficiente para todo o setor. Os produtores não eram especializados, mas eram versáteis para entender e executar todo o processo ao nível de especificidade e desenvolvimento tecnológicos dos padrões da época.

Entretanto, com a evolução do processo de modernização, o desenvolvimento dos centros urbanos, a maior velocidade no fluxo das informações e, principalmente, com a tecnologia que cada vez tornava mais específica as atividades de produção de fertilizantes, dos defensivos, máquinas e implementos, rações e as pesquisas, tudo isso sai da alçada do controle das propriedades agrícolas e passam para a administração de terceiros especializados, como empresas de produtos que antecedem à produção agrícola. Com essa transferência de controle, já é possível perceber que o sentido e abrangência do termo agricultura não podem ser o mesmo, as especialidades passam a concentrar outros sentidos e outros significados no setor agrícola. É evidente que o novo sentido e abrangência da agricultura nesse contexto já é suficiente para excluir os pequenos produtores camponeses desse processo.

Outras etapas, tais como o processamento, a comercialização, a distribuição e o transporte dos produtos saem da responsabilidade dos produtores. Essas tarefas passam a ser controladas por empresas também terceirizadas ou independentes, deixando, com isso, de participar da estrutura de comando das propriedades. Em função dessa mudança, a própria unidade agrícola, ao especializar a sua produção, se dirige para o atendimento do mercado, ou seja, para o comércio. Para Neves (2016, p. 13), “a especialização passou a ser elemento cada vez mais importante, buscando sempre as economias de escala, trazendo redução nos custos de produção e mais vantagens competitivas para os produtores rurais”. Percebe-se, com isso, naturalmente, a divisão social e técnica das atividades durante o processo de produção agrícola, as quais são conduzidas pelas características do agronegócio e, aparentemente, geram poucas complicações para o setor agropecuário.

Isso demonstra que o termo agricultura, que abarcava o processo integral de produção, passa a ganhar especificidades e perda de importância econômica relativa, em função do fatiamento dos setores que compõem as atividades como um todo. Hoje, o termo agricultura refere-se às atividades de plantio, condução, colheita e à produção de animais, ou seja, não só que interessa aos envolvidos no processo agrícola integrado, mas ao que interessa aos empreendimentos agrícolas produzirem para o mercado. A partir dessa lógica, passa a evidenciar o quanto de retração o termo e o seu conteúdo agrícola sofreram. Ainda mais quando

se consideram as fortes tendências de aumento na concentração de valores agregados aos produtos, durante a fase de armazenamento e de comercialização.

Do mesmo modo que o termo perde valor, perde-se também a sua inclusão nas políticas públicas, nas atividades de ensino e nas pesquisas, ou seja, perde-se também a concepção sistêmica de produção como um todo, porque ele é o foco dessas atividades no contexto agrícola. Verifica-se que a perda de investimentos nesse aspecto é exatamente em função da seletividade dos produtos eleitos pelo capital agrícola para atenderem escala ampliada e o comércio das exportações. Neves (2016, p. 14), mostra que o conceito de *agribusiness* em particular, surge no sentido de revitalizar o processo agrícola “visa dar nova roupagem ao termo agricultura no sentido amplo e que antes de mais nada, recuperasse, apesar das diferenças nas magnitudes do processo atual, a importância do termo no entendimento de 50 anos atrás”.

Neves defende ainda, que se trata da agricultura e dos negócios que envolvem todo o processo agrícola. Mas, não há clareza nessa justificativa, pois, apesar da tentativa de demonstrar certas preocupações no que diz respeito à redução nas dimensões e na quantificação do potencial das atividades agrícolas integrada a um só processo, o termo *agribusiness*, ligado à produção para o mercado em larga escala, por si só, não consegue explicar as transformações sofridas pelo sistema.

No Brasil, apesar de ser considerado recente o uso termo agronegócio, nos EUA aparece pela primeira vez em publicação de 1957, ou seja, há quase 70 anos, quando na Universidade de Harvard, os professores John Davis e Ray Goldberg realizaram estudo baseado na matriz insumo-produto. A partir dessa análise, foi possível formalizar o conceito de *agribusiness* como sendo: “a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles” (DAVIS & GOLDBERG, 1957). Esta definição demonstra que, ao considerar as diferenças tecnológicas em territórios diversos, aparentemente, a maioria destas atividades encontrava-se incorporada ao termo e ao processo agrícola de tempos atrás, mas, com o avanço e a especificidade tecnológica geraram especializações setoriais, o que revela nova ordem sistêmica, que tem permitido a divisão do processo de produção integral, desconectando-os do sistema agrícola ao longo do tempo.

Esses autores preocuparam-se também em mostrar que o setor agropecuário não era mais um elo isolado e autônomo da economia, chamado de "setor primário", mas que já se encontrara em patamar bem evoluído. Essa afirmação mostra-se até certo ponto coerente, tanto que nos Estados Unidos, naquele momento, o setor agropecuário já se encontrava fortemente conectado às indústrias, situando-se, de certa forma, acima da concepção modesta do perfil das

atividades agrícolas comumente formada por um único e antigo processo. Tratava-se de um processo de produção a partir de novo aparato logístico baseado na utilização das máquinas, dos fertilizantes, dos agroquímicos, e das sementes, dentre outros suplementos, assim como do seu processamento e da distribuição dos subprodutos (ARAÚJO, 2013, P. 2).

Conforme Araújo, o termo *agribusiness*/agronegócio, desde a sua origem, em 1957, “nada teve a ver com a grande produção”, tal como sempre foi pensado em diversos países, inclusive no Brasil. Tal concepção é visível no Amapá, pois não tem sido diferente a concepção socioeconômica sobre essa atividade. Tem-se difundida a ideia de que, qualquer que seja o tamanho do negócio, para sobrevivência dos investidores, é de extrema importância inserir-se em cadeias agroindustriais sofisticadas, unir-se as marcas patenteadas, fazer contratos complexos envolvendo escolha de pacotes tecnológicos, de processamento, de *marketing*, abastecimento, distribuição e de financiamento, notadamente, submeter-se, ainda, a um dos mais importantes fatores: A adesão à política de financiamento desse processo, a qual é cunhada sob a plataforma de um sistema de produção em larga escala.

4.2 O *agribusiness* - modelo de produção sistêmico

O modelo de produção sistêmico denominado de *agribusiness*, utilizado pelos americanos, ultrapassa o século XX, particularmente ampliando-se nas primeiras décadas do novo milênio sob o ordenamento da mundialização do capital agrícola. Conforme Oliveira (2006, p. 14),

Com o Plano Real, a ascensão de Fernando Henrique Cardoso e com reinado absoluto das políticas neoliberais a monocultura de exportação até então tratada como *agribusiness*, ganhou sua expressão na língua portuguesa como: Agronegócio, ou por outras palavras tratava-se distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade e, a atividade econômica da produção de *commodities* para o mercado mundial.

Esse modelo de produção passa a ser adotado no Brasil desde a década de 1980 como mecanismo de grande importância porque envolve setores diferenciados, mas que atuam em sentido comum na produção em larga escala, pois se constituem a partir de comandos autônomos e combinados entre si. Esse modelo envolve desde o setor responsável pelo fornecimento de insumos, como máquinas, implementos, defensivos, fertilizantes, sementes, tecnologia, etc., passa pelas unidades agrícolas propriamente ditas com as suas atividades produtivas, e dirige-se ao setor que atua nas atividades de armazenamento, beneficiamento, industrialização, embalagem, distribuição e consumo de produtos alimentares, como as fibras e produtos energéticos provenientes da biomassa, direcionando-se ao destino final da produção.

No pensar de Gonçalves (1990), tratava-se de substituir e diferenciar a *agricultura* do *agronegócio*.

Conforme Neves (2016, p. 15), “a ideia de Davis & Goldberg, foi de que os problemas relacionados com o setor agroalimentar eram muito mais complexos que a simples atividade agropecuária. Assim, era necessário que eles fossem tratados sob um enfoque de *agribusiness*, e não mais no enfoque estático da agricultura”. Nesse sentido, é válida a preocupação desses autores no que diz respeito à intenção na dinamização do setor agroalimentar no mundo, mas não é subestimando o setor agropecuário na sua forma de produção diversificada, em favor da monocultura como padrão, que os problemas no setor vão reduzir ou desaparecer. Pelo contrário, o sentido de modernização do termo *agribusiness* empregado na produção em larga escala e seletiva vem para atender, em sua maior parte, os objetivos do mercado e do comércio de exportação e poucas demandas para ampliação da produção de subsistência.

Esse autor disse, ainda, que a atuação do setor agrícola sob o enfoque de *agribusiness*, fica mais evidente a partir de 1968, quando o professor Goldberg publica no seu segundo livro, o conceito de sistema agroindustrial e analisando três produtos específicos do *agribusiness* americano: a soja, o trigo e a laranja, dentro da visão sistêmica. Segundo Farina & Zylberztajn (1994), existem na literatura várias metodologias para tratar dos chamados negócios agroindustriais, das quais, duas têm obtido maior destaque internacional: a metodologia de uso dos Sistemas Agroindustriais (CSA – Commodity System Approach), e a metodologia de utilização dos sistemas de “Filières”, traduzida para o português como “cadeias agroindustriais”, de origem francesa, que serão vistas a seguir.

4.3 Sistemas agroindustriais (CSA)

Nesse movimento agropecuário, os Sistemas Agroindustriais - CSA - constituem processo que inclui o suprimento das fazendas, as fazendas, as operações de estocagem, de processamento, distribuição no atacado e no varejo, envolvidos em um fluxo desde a produção de insumos até o consumidor final. “Inclui, ainda, as instituições que afetam e coordenam os estágios sucessivos do fluxo do produto, tais como Governo, associações e mercados futuros” (HARVARD, 1968).

Tal comando institucional gera grandes mudanças e traz sucesso para as atividades agrícolas, principalmente devido à sua aplicabilidade e os aspectos práticos, além da coerência e do índice de acerto de suas previsões. É obvio que as transformações sofridas pelo processo agrícola foram de grande valia à territorialização do capital, a partir da nova visão sistêmica. Para isso, são feitas seleções dos tipos de culturas a serem cultivadas, com ênfase àquelas que

são adequadas aos novos meios de produção, o que vai facilitar o planejamento e a previsão do desenvolvimento do processo produtivo, tendo em vista que os setores constituídos atuam em cadeias, conforme as demandas a serem programadas. Contudo, todo esse sistema de produção se tona de grande importância para o avanço do capital agrícola e poucas perspectivas para a melhoria da produção camponesa, de modo geral.

Nesse contexto, as perspectivas na agricultura em larga escala são possíveis porque os produtores e demais integrantes do sistema, seja das empresas de insumos, de processamento ou distribuição, passam a olhar não só seus clientes ou consumidores próximos, mas também, os consumidores finais, com suas tendências, o mercado e sua evolução, os produtos derivados do processamento, dentre outros aspectos.

Ao analisar a movimentação desse processo, é possível notar que há relações combinadas entre os setores que constituem a fomentação da produção, mobilizando a oferta dos meios de produção, as unidades produtivas e o setor que cuida do acondicionamento, das negociações e do destino da produção final, ou seja, nesse novo reordenamento sistêmico, percebe-se a harmonia, a independência e os interesses comuns entre eles, mas diversificam-se por meios das operações e habilidades desenvolvidas por cada um dos setores.

Isso porque, para os investidores, pelo novo rearranjo sistêmico, é possível empreender melhor o funcionamento da atividade agropecuária, sendo fator indispensável para que autoridades públicas e agentes econômicos privados, os chamados tomadores de decisão, tenham possibilidade de formular políticas com precisão, justiça e maior probabilidade de acerto. Esta visão rompe com a análise segmentada ou antiga, que muitas vezes perde informações importantes sobre o encadeamento das ações durante o processo de atuação agropecuário (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Em função desses aspectos, no dizer de Silva (1998, p. 67), Louis Malassis (1958), “mais do que traduzir o termo *agribusiness* para o francês, ele enfatizou a sua dimensão histórica situando o complexo agroindustrial como característico da etapa do desenvolvimento capitalista em que a agricultura se industrializa”. Nessa linha para esse autor, o setor agroalimentar nas sociedades complexas industrializadas compreende quatro subsetores: o setor das empresas que fornecem à agricultura serviços e meios de produção, tais como (crédito, assistência técnica, fertilizantes, sementes, defensivos, maquinaria dentre outros meios), denominando de setor de indústrias a montante; o setor agropecuário propriamente dito; o setor das indústrias agrícolas de transformações e alimentícias, o qual chamou de indústria a jusante e o setor de distribuição de alimentos.

Percebe-se que, em função da visão segmentada, a qual, para a ampliação do capital agrícola, atrapalha o encadeamento das ações nas unidades produtivas, Neves (2016, p. 16) mostra que no trabalho de Davis & Goldberg (1957) e no trabalho posterior de Goldberg (1968), o conceito de *agribusiness* reporta-se às atividades agropecuárias como sendo “a soma de todas as operações desde a pesquisa até o consumidor final, o qual, por conta de tal somatória, tem sentido macroeconômico”, porque envolve todos os setores (produtor, processador, comercializador de alimentos e fibras), de todos os produtos (soja, trigo, laranja, bovinos, papel e celulose, dentre outros setores), consequentemente interdependentes entre si para melhor efetivação da monopolização dos territórios do agronegócio para a expansão dos *commodities* agrícolas.

4.4 O sistema de *filières*

Considerando a nova tendência a ser aplicada na dinâmica do processo de produção agrícola no mundo, pela Universidade de Harvard, paralelamente a essa metodologia dos Sistemas Agroindustriais, na França surge também nova expressão para realinhar e adequar o setor agropecuário às novas movimentações econômicas, sob o conceito de *filières*, ou seja, nomeações dadas às fileiras, cadeias e outras noções. Conforme Neves (2016, p. 61), “sua origem se dá na Escola Francesa de Organização Industrial, onde fazem parte autores como Floriot (1986), Morvan (1985), Lauret (1983), Montigaud (1991), Labonne (1985), Perez (1978), entre outros”.

Morvan (1985) *apud* Neves (2016, p. 16), define Sistema *Filière* como “uma sequência de operações que conduzem à produção de bens, cuja articulação é amplamente influenciada pelas possibilidades tecnológicas e definida pelas estratégias dos agentes. Estes possuem relações interdependentes e complementares, determinadas pelas forças hierárquicas”. De acordo com Montigaud (1991), *filières* “são sucessões de atividades ligadas verticalmente, necessárias à produção de um ou mais produtos correlacionados”. No contexto da estrutura desse sistema, existem três formas de abordagens possíveis para compreender o desenvolvimento desse processo: entender a cadeia em sua totalidade, estudar as suas estruturas, as suas relações dentro das cadeias e o estudo do comportamento estratégico de firmas. Estes seguimentos não serão detalhados em função de que não são objetos específicos deste estudo.

A principal vantagem do sistema é que o estudo das cadeias é uma delimitação de um campo de investigação que permite ao observador, em função de sua problemática, realizar um trabalho de análise com as ferramentas que lhe pareçam mais apropriadas. A análise das cadeias permite sua descrição, reconhecer o papel da tecnologia na estruturação das cadeias produtivas,

organização de estudos de integração, análise de políticas industriais e de matrizes de insumo-produto e análise das estratégias das firmas e das associações que participam do processo. Seus limites são definidos a partir da interação com outras cadeias, não sendo facilmente identificáveis certas fronteiras.

O estudo de *filières* comporta dois aspectos fundamentais para análise: a identificação no sistema do produto, que institui os seus itinerários, os agentes e as operações; e a investigação dos mecanismos de regulação que comporta, a estrutura de funcionamento dos mercados, a intervenção do Estado, dentre outros mecanismos, ou seja, além de permitir operacionalizar as atividades do Sistema Agro Alimentar (SAA), teve originalmente uma importância de cunho teórico: a abordagem genérica em termos do mercado global de produtos agrícolas cedia lugar para a análise dos distintos mercados agroalimentares concretos, destacando a importância da concorrência heterogênea entre agentes com poder de mercado distintos (SILVA, 1998, P. 68).

Ressalta-se que a análise da coordenação das cadeias é importante, e que pode ser exercida a partir de “um nó estratégico, porque, em novos produtos, é interessante dominar a tecnologia e aspectos de projeção e Desenvolvimento (P&D), já em produtos em fase de difusão, a estratégia é o controle dos canais de intermediários, e em produtos na fase de maturidade, a estratégia é o controle do mercado e dos canais de distribuição” (MORVAN, 1985). Disse ainda o autor que o estudo das *filières* permite quatro tipos de análise:

“Como mecanismo de descrição técnico-econômica, descreve o caminho para a produção do bem final, o fluxo de inovações tecnológicas e o ritmo de difusão do progresso técnico, a natureza dos mercados e os aspectos dos consumidores. Como modalidade de análise do sistema produtivo, permite a desmontagem do sistema. Como método de análise das estratégias, sugere que o acesso das firmas é função de estratégias clássicas tem-se economias de escala, integrações vertical e horizontal, domínio da produção e comercialização, considerações físicas e diversificação. Como estratégias de coordenação em cadeias, a visão sistêmica certifica-se de que a abordagem *filière* pode levar a um desempenho superior, a estratégia individual dos agentes que a compõem”.

Todavia, essas análises demonstram profundas preocupações em gerar articulações entre os agentes que constituem a cadeia de produção, ou seja são análises indicadoras que visualizam a sistematização do processo de produção agrícola, a partir da integração de operações dos negócios, da adequação de seus espaços de fluxos, da redução de estoques, das vantagens comerciais advindas da criação de mercados cativos, do conhecimento das relações entre os agentes, da utilização de barreiras à entrada de produtos, da proteção contra penetração estrangeira e do domínio dos nós estratégicos, permitindo de modo maior que, ao conhecer e compreender os instrumentos que constituem a política industrial agrícola, uma vez bem

organizados, demonstra constituir-se em forte instrumento de pressão sobre as decisões e sobre as políticas de governos implementadas ao setor agropecuário.

As estratégias promovem transformações consideráveis no meio agropecuário, porque demonstram precisão na qualidade e nos desdobramentos a longo prazo, permitindo estímulo e articulação entre o Estado e os agentes que constituem a cadeia, os agentes externos e as atividades de formação, informação e de pesquisa para a expansão do capital agrícola. No entender de Farina & Zylbersztajn (1994) *apud* Neves (2016, p. 21/22), durante a utilização do enfoque sistêmico pela Universidade de Harvard e de Cadeias por *Filières* no setor agropecuário há muitos pontos em comum:

“Focalizam a sequência de transformações pelas quais o produto passa, desde um estágio inicial até o final, incorporando a visão sistêmica, saindo de setores agregados (agrícola, industrial e serviços) até o sistema vertical de produção, com forte característica descritiva; Mencionam a importância da coordenação dos sistemas; Apontam a análise da matriz insumo-produto, com maior ênfase pelo CSA; Mostram que o conceito de estratégia é trabalhado principalmente ao nível da firma no CSA e ao nível governamental, com as políticas públicas, através das *filières*; Consideram muito relevante o papel da tecnologia; Admitem que o ambiente institucional (cultura, tradições, nível educacional, sistema legal, costumes) não é neutro e, portanto, interfere no sistema”.

Ainda de acordo com esses autores, embora as formas de abordagens sistêmicas apresentem semelhanças, mas elas também apresentam diferenças, tais como: a análise de *filières* preocupa-se bastante com questões redistributivas, considerando as variáveis do paradigma de organização industrial para explicar o poder de mercado; conceitos de barreiras à entrada são considerados lado a lado com conceitos de dominância induzidos pelo domínio dos nós estratégicos do sistema. O domínio de rotas tecnológicas associado à existência de estruturas legais de proteção intelectual são exemplos de formas de coordenação avaliadas sobre a ótica das *filières* e pouco relevante para avaliações dos sistemas industriais.

Neves (2016, p. 23) aponta outra diferença no enfoque de análise: A visão *filières* considera três subsistemas: produção (indústrias de insumo, produção agrícola e processamento de alimentos), transferência (sistemas de transporte e armazenagem) e consumo (análises de demanda, preferência dos consumidores, estudos de *marketing* em geral). Já o enfoque da CSA se dá principalmente no último subsistema do consumo final e em maior profundidade, destacando o crescente poder de coordenação do consumidor sobre o movimento de produção. Todavia, ambas são úteis para melhor compreender o conceito de *agribusiness*. Porque, nesse caso, o objetivo maior das análises foi enfatizar a principal preocupação entre os paradigmas: a visão sistêmica da agricultura dentro da moderna visão de *agribusiness*.

4.5 A Mundialização da Agricultura e o Agronegócio no Amapá

O cenário para se entender a monopolização dos territórios sob a égide das atividades do agronegócio no Amapá, enquanto efeito da mundialização da agricultura exige recordar alguns aspectos históricos que delineiam a instalação e a efetivação desse processo. Além disso é importante estar atento para não deixar escapar as particularidades de que no mundo moderno agricultável não basta apenas se deter aos enfrentamentos existentes entre os capitalistas e camponeses como via exclusiva para se entender as transformações provocadas por esse processo. É importante considerar também uma série de fatores manifestos a partir das potencialidades geradas por outros segmentos sociais de interesses diversos na construção da dita mundialização agrícola.

François Chesnais formulou o conceito de mundialização, exatamente em decorrência da presença do neoliberalismo no mundo acadêmico. Portanto, o conceito de mundialização nasceu no mundo acadêmico visando explicar os elementos fundantes deste novo período histórico do desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, a mundialização do capitalismo monopolista amalgamou em escala mundial o capital distribuído entre os diferentes países. A construção dessa nova hegemonia foi possível, de um lado, em decorrência da emergência dos Estados Unidos como, praticamente única potência militar e econômica do mundo, e de outro, pelo processo de consolidação dos novos oligopólios internacionais: as empresas mundiais. Elas derivaram do cerne da crise interimperialista: a disputa pelos mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas monopolistas nacionais, ou seja, soldou-se uma nova aliança de classe entre as burguesias nacionais, afastando com ela, pelo menos temporariamente, o risco de uma nova guerra mundial. (OLIVEIRA, 2016, P. 95)

A inserção da economia do estado do Amapá ocorre mediante a exportação de cavaco de eucalipto, iniciado na década de 1980 e com a exportação de soja a partir de 2014, em virtude da posição estratégica do Porto de Santana em relação aos mercados de grãos e derivados em escala mundial, como será analisado no decorrer do texto.

No Amapá, o que sempre ocorreu foi a aliança dos interesses de classe entre antigos proprietários de terra e os antigos e novos capitalistas, construindo pactos de territorialização do capital, como instrumentos de promoção das condições e produção da manutenção das grandes propriedades fundiárias, integrando-se ao agronegócio. Mas, apesar do pacto de união entre os segmentos, o latifúndio “não pode ser entendido como um empecilho, um entrave à expansão das relações capitalistas de produção no campo, mas sim como uma contradição fundamental do modo capitalista de produção e suas formas de poder e controle da economia, da sociedade e da política” (OLIVEIRA, 2010).

Mas, no dizer de Teixeira (2017, p. 12), a partir da instauração no Brasil da ditadura civil-militar, em 1964, “se realizou um rearranjo político das frações de classe que dominavam o aparelho do Estado. Todavia, tal rearranjo produziu uma nova convergência de interesses políticos, econômicos e sociais entre a burguesia industrial-urbana e os grandes latifundiários, agregando-se ao Estado militar autoritário”, ou seja, reformularam-se o pacto territorial para a

expansão do capital agrícola, promovendo e modernizando a estrutura agrária nacional para atender os projetos econômicas das elites do agronegócio, também no Amapá.

Tais decisões demonstraram que, o que estava em jogo em 1964, era o rumo que o processo de modernização da agricultura capitalista tomaria no Brasil, e dessa forma, os proprietários de terra destacaram-se como protagonistas na reprodução de sua condição de classe e pela participação ativa e efetiva no rearranjo político na condução dos setores de classe que conduziram o Estado autoritário. Considera-se que esse arranjo ideológico é a inversão da expressão liberal, que associa liberdade e igualdade revelando que, no Brasil, o discurso das oligarquias se assenta na “liberdade de ser desigual” (MARTINS, 1994). Estas são características próprias de relações entre os grandes produtores do agronegócio e os camponeses tradicionais.

Na década de 1970, Graças às estruturas internas e externas da agricultura brasileira, o seu protecionismo e o apoio financeiro por parte do Estado foram decisivos para promover considerável transformação no campo. Vista a partir de orientações teóricas diversificadas de acordo com Santos (1991, p. 7), uma série de características atestam essas transformações: “a mudança na base técnica, a integração do mercado interno brasileiro, a agroindustrialização crescente, oligopolizada e internacionalizada e a marginalização do modo tradicional de produção”. A utilização destes fatores demonstrou que o Brasil aumentou o volume da sua produção agrícola, permitindo ao país competir nos mercados internacionais junto à nova ordem da mundialização da agricultura e dos produtos agropecuários.

Nessa perspectiva, fica evidente que a aliança de classes entre capitalistas e latifundiários somados ao apoio irrestrito do Estado contribuíram para a convergência de um projeto político agropecuário brasileiro de cunho eminentemente oligárquico, travestido de modernidade econômica e que se reproduz na contemporaneidade por meio da mundialização da agricultura capitaneada pelo agronegócio em forma de produção de *commodities*. No caso do Amapá, a modernização da agricultura e a conexão do estado com o mercado mundial ocorre inicialmente com a produção de cavaco de eucalipto produzido pela AMCEL e, mais recentemente, com a produção de grãos.

CAPÍTULO II

GÊNESE DO AGRONEGÓCIO NO AMAPÁ - DA EXPLORAÇÃO DO MANGANÊS AO PLANTIO DE EUCALIPTO

Para entender a gênese do agronegócio no Amapá, deve-se remontar ao período de esgotamento da jazida de manganês de Serra do Navio (Fig. 4), que foi a primeira experiência de exploração mineração industrial na Amazônia, cuja autorização para extração do manganês se deu em 1947, quando foi firmado contrato entre o governo do Território do Amapá e a Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês – ICOMI. Segundo Abreu (2003, pag. 121)

Acertados os meios de financiamento do empreendimento, as obras de implantação da infraestrutura necessária à valorização das reservas da Serra do Navio tiveram início em 1954. As obras civis desenvolveram-se em ritmo acelerado, foram edificados os equipamentos de infraestrutura, que compreenderam as instalações industriais para a lavra e o beneficiamento do minério, a estrada de ferro e um embarcadouro de minério. No ano seguinte, a ICOMI iniciou a construção e a urbanização de duas vilas residenciais: Serra do Navio e Amazonas.

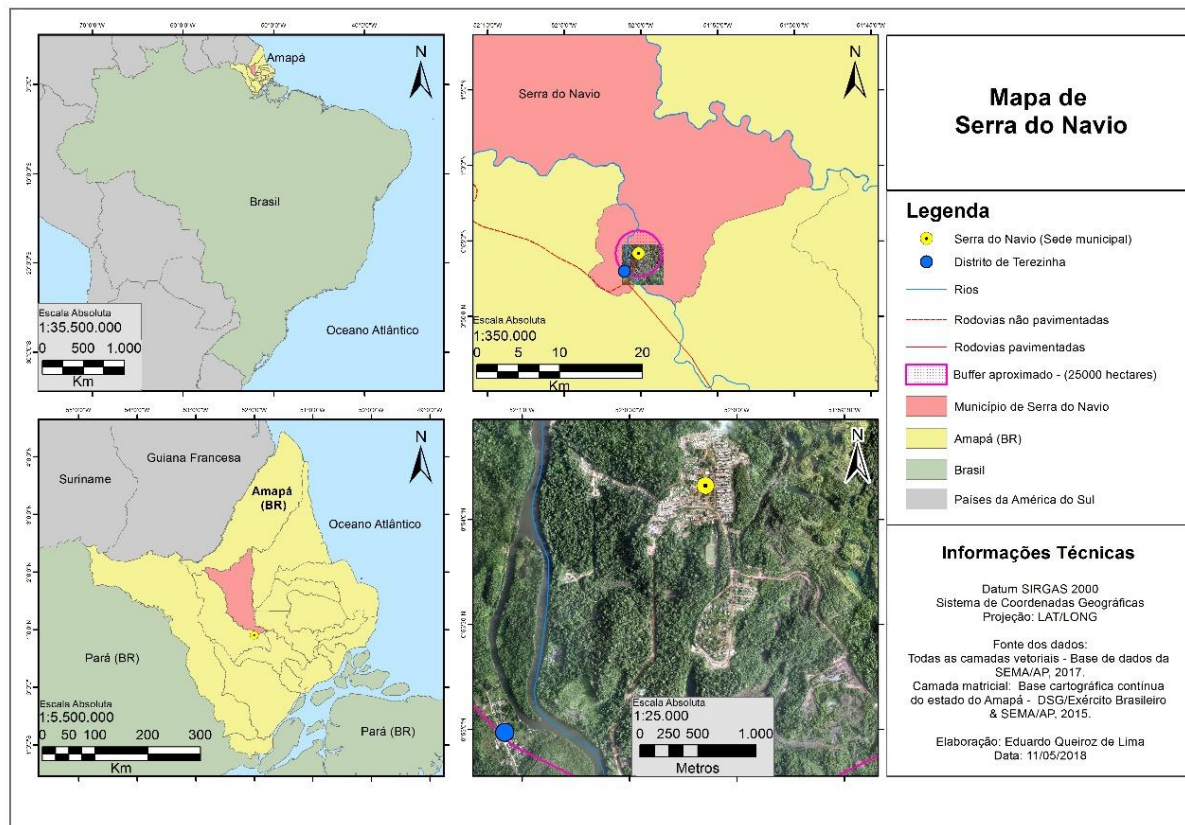
Foi necessário também promover a formação social e o reordenamento territorial para adequá-los à estrutura do projeto. Apesar das dificuldades enfrentadas para pôr em funcionamento o projeto, com investimentos de US\$ 58,2 milhões de dólares, em outubro de 1956, foi “[...] realizado o primeiro carregamento de minério da Serra de Navio até Santana – feito festejado em uma cerimônia que contou com a presença do então presidente da República, Juscelino Kubitschek. ” (ABREU, 2003, pag. 124). No ano seguinte, foi exportada para os Estados Unidos o primeiro carregamento de manganês.

Todavia, além dos laços estabelecidos com a socioeconomia no Amapá e, em maior escala, com a Amazônia, o valor adicionado resultante da valorização do minério de manganês foi até certo ponto capaz de alavancar a economia do Amapá e melhorar a remuneração dos trabalhadores. Mediante essa condição, a ICOMI estabeleceu outros vínculos importantes para a sua movimentação econômica, criando novas possibilidades para dar continuidade as suas metas, mediante a obrigação de reinvestir parte dos seus lucros no estado.

Além dessas inversões diretamente ligadas às atividades minerais, a empresas criou e apoiou outros projetos, não mais relacionados à mineração, mas às atividades do agronegócio, tais como, a Bruynzeel Madeira S.A (BRUMASA), essa, dedicada à atividade do setor de madeiras compensadas; a Companhia de Dendê do Amapá (CODEPA), ligada a agroindústria do setor de produção de óleo comestível de dendê; e a Amapá Florestal Celulose S.A (AMCEL), propulsora de um grande projeto florestal que abarca em média de 160 a 172 mil hectares de

savanas no Amapá, cultivados com pinus e eucalipto, na produção de cavacos para exportações, iniciando-se assim as atividades do agronegócio na Amapá, já nos anos de 1980.

Figura 4: Município de Serra do Navio - O manganês de Serra do Navio e área de exploração - 2019



Fonte: DSG/Exército Brasileiro & SEMA/AP, 2015.

O esgotamento do manganês de Serra do Navio foi o marco de referência para entender a gênese das atividades do agronegócio no Amapá, bem como as transformações em razão desse processo. A construção da Hidrelétrica de Coaracy Nunes, no Rio Araguari, com parte dos recursos dos *royalties* da exploração do manganês, também representa o marco decisório na retomada de novos projetos para o desenvolvimento socioeconômico do estado.

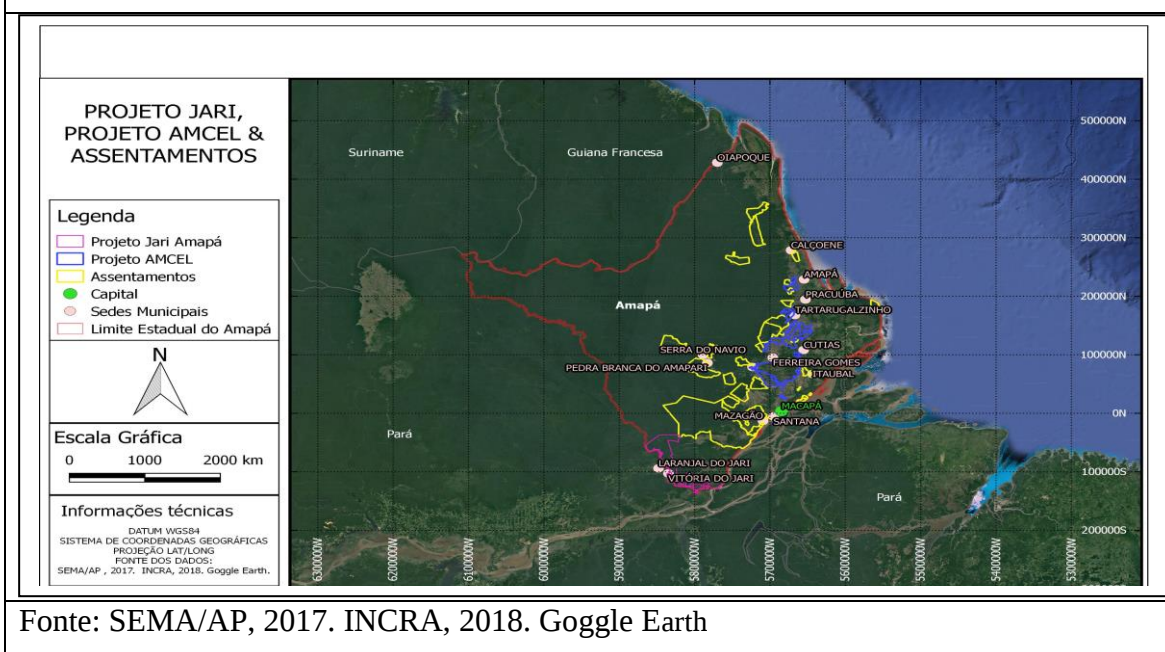
Isso se confirma quando, em seguida, se dá prioridade a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, financiada pelo governo federal e construída pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), entre 1975 e 1985, localizada estrategicamente no coração da Amazônia, a 13 km da cidade de Tucuruí, no Rio Tocantins. A obra é resultado de acordo binacional nipo-brasileiro, tendo como objetivo o apoio à produção de alumínio e alumina no território geopolítico da Amazônia (PORTO, 2003, P. 78).

1. Da exploração madeireira ao cultivo de pinus e eucalipto

As terras onde se instalou o Projeto Jari, em 1967, pertenceu a José Júlio de Andrade, uma figura lendária do Vale do Rio Jari, migrante nordestino que foi para a região no final do século XIX, ainda jovem. Em meados do século XX, foi um dos mais poderosos coronéis da região do Vale do Jari. Como seringalista, enriqueceu, como era comum naquela época, na Amazônia, com o comércio realizado pela exploração dos seringueiros, no sistema de aviação, marca daqueles tempos.

A partir da década de 1930, uma série de acontecimentos foi enfraquecendo politicamente o Coronel José Júlio de Andrade. O movimento tenentista em Belém, abalando o poder dos velhos políticos. Magalhães Barata, governador do Pará nos períodos de 1930-35 e 1943-45, opôs-se a José Júlio, ameaçando prendê-lo. O coronel, então, refugia-se no Rio de Janeiro e, em 1948, acaba por vender suas terras no Jari para um grupo de empresários, a maioria portugueses. No “tempo dos portugueses” – como ficou conhecido o período pós-1948 –, cresceu a criação de gado, porém o extrativismo continuou como a atividade mais importante da região, inclusive em seu aspecto madeireiro, nas várzeas, juntamente com o transporte da produção extrativista. Perdurou o sistema de aviação e as comunidades formadas por extrativistas, pescadores e pequenos criadores que, por meio do aviação, participavam da estratégia do latifúndio. (CAMARGO, 2012, P. 66).

Figura 5 - Estado do Amapá - Projeto Jari, AMCEL e assentamentos rurais - 2019



Fonte: SEMA/AP, 2017. INCRA, 2018. Goggle Earth

1.1 O Projeto Jari Florestal e Agropecuária Ltda. no amapá

O Projeto Jari Florestal e Agropecuária Ltda. foi iniciado em 1967, para produção de celulose e de madeira para exportações na faixa de fronteira entre os estados do Amapá e do Pará (Figura 6).

O projeto, para se consolidar, demandou o domínio de vasta extensão de terras, constituída por uma área de 3.654.491há, sendo 3.075.478ha em Almeirim no Pará, e 579.013ha em Laranjal do Jari (AP), adquirindo o que antes fora de propriedade de José Júlio de Andrade. O coronel José Júlio era “um proprietário que controlava as terras, os rios e a população, cuja atividade principal na área centrava-se ao comércio de látex e de castanha do Pará. Controlando também a navegação fluvial e o comércio dentro e fora de sua área de atuação e intermediava exportações a cidade de Belém – PA” (AMAPÁ, 1995, S/P).

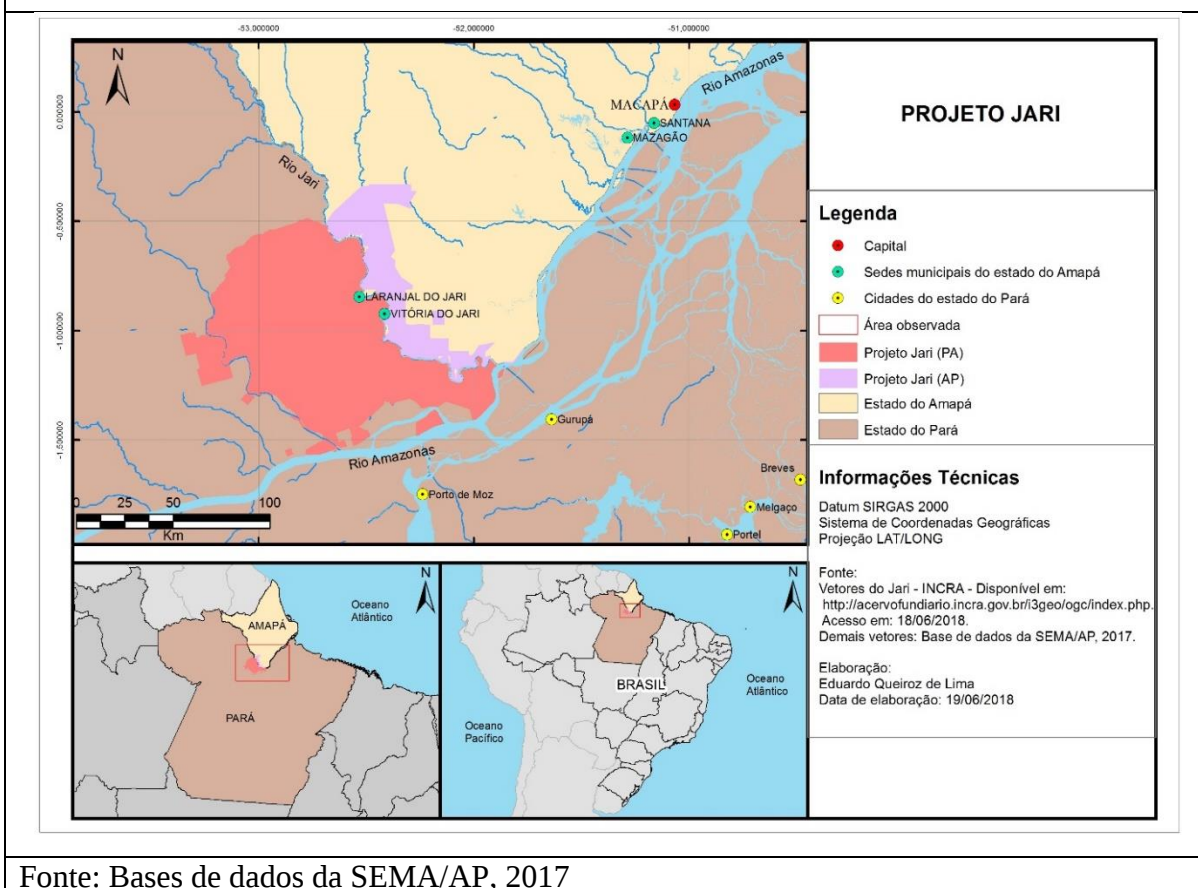
Antes da instalação do Projeto Jari a população local vivia da extração de madeiras nobres de várzeas, tais como Andiroba (*carapa guianensis*) e Cedro (*Cederia adorata*), assim como de terra firme como: Macacaúba (*Plastymiscium ulei*) e Sucupira (*Bonwdichéa nítida*), dentre outras espécies. O extrativismo, a caça e a pesca constituíam-se nos elementos centrais desse modo de vida. Segundo Costa (2008, p. 56), de 1945 a 1970, no Amapá “[...] esse modo de vida e de movimentação socioeconômica foi ignorado pelo primeiro governador, Janary Gentil Nunes, e pelos governantes que lhe seguiram, em função de que eles traziam consigo a ideia de progresso, a qual se dava a partir da construção de rodovias em detrimento das hidrovias”. Para os governantes do Amapá à época, somente por meio das hidrovias como espaços de circulação, esse tipo de logística natural era vista por eles, como sinônimo de atraso e de isolamento” (AMAPÁ, 1995).

Conforme Becker, 1990, p. 22/23), “face aos projetos de reestruturação e controle do extenso território, o Estado cria condições para a apropriação privada de terras devolutas por segmentos da sociedade que detém o capital e a capacidade de organização”. Concomitantemente segue o Estado desenvolvendo programas de distribuição de terras em locais estratégicos no sentido de atender interesses de grupos em nome da retomada do desenvolvimento socioeconômico no Amapá. O Projeto Jari foi aprovado pela SUDAM em 1969, face a empresa ter sido classificada não só como indústria madeireira, mas também porque desenvolveu outras atividades, ligadas ou não entre si, condições que contribuíram para a obtenção de isenção de impostos e de taxas sobre importações de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais

Com argumentos baseados nos propósitos fundamentais da política de ocupação da Amazônia e do desenvolvimento do Amapá, Andreazza (1979, p. 4), ressalta que “essa grande missão revigorada efetivamente a partir de 1965, foi influenciada pela chamada “Operação Amazônia”, ocasião em que foram lançadas as bases para garantir processos produtivos, baseados na pecuária, na agricultura, sob os parâmetros da Revolução Verde, suporte dos Governos, Federal e do Amapá. Instituinto novos instrumentos para a operacionalização do

desenvolvimento amazônico. Essa intenção combina com o que disse Porto (2007, p. 67), “a ocupação pela instalação de projetos e pela população do Amapá no contexto da região cresceu em função da participação do Estado Nacional na Amazônia investindo em infraestruturas, tais como: usinas hidrelétricas, rodovias e portos, além de equipamentos, bem como oferecendo incentivos fiscais e financeiros”.

Figura 6 – Localização geográfica do Projeto Jari nos estados do Amapá e do Pará - 2018



Tais mecanismos constituíram-se na base para o comando do qual se assentaram as novas estratégias, continuamente aperfeiçoadas, ampliadas e reforçadas por meio de novos elementos e novas iniciativas, como os famosos projetos para a região definidos pelo poder central. De forma que:

Os vários empreendimentos planejados e instalados na região, foram elementos que deram impulso a migração, no sentido de suprir as demandas nas atividades das jazidas minerais, pelo ouro, pela extração de madeiras, além da implantação de montadoras na zona franca de Manaus, inclusa na implantação dos grandes projetos, ambos com objetivo de reduzir o isolamento e facilitar o revigoramento da economia na Amazônia ocidental, assessorada pelos seus projetos industriais; a construção das grandes vias de penetração e os eixos viários de acesso a Amazônia quanto a Belém-Brasília, a Transamazônica, a Manaus-Porto Velho, a Manaus Caracará-Boa vista, o início da Perimetral Norte, a Cuiabá-Porto Velho, a Santarém Cuiabá, ambos os objetos técnicos fazendo parte da estrutura de transporte. (PORTO, 2007, P. 67).

Tal planejamento reorganiza a estrutura logística de transportes e outras demandas, acelerando a circulação econômica e testando o potencial de aperfeiçoamento da “nova forma de territorialização do capital, na Amazônia”. No Amapá, foi visível esse processo, tendo como suporte a instalação da Hidrelétrica de Coaracy Nunes, para viabilidade dos diversos projetos relacionados à movimentação econômica do estado.

Nesse mesmo período, de acordo com Porto (2007, p. 71), “ocorreu a ampliação das atividades industriais em Belém e em Manaus, a instalação do próprio Projeto Jari, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), dentre outros mecanismos para a movimentação econômica, assim como a intensificação de propagandas governamentais para atrair migrantes”. Tais projetos representavam a importância do conhecimento e da ocupação dos territórios, como estratégias de controle e de exploração dos recursos e potencialidades socioambientais no Amapá.

O Projeto Jari, como proposta de atender ao chamamento do governo central à iniciativa privada, o discurso era de que, caberia aos brasileiros em particular aos amapaenses, retirar melhor proveito das experiências em que tal empreendimento creditava, a todos aqueles que se empenhavam em desenvolver o Amapá integrado economicamente à nova Amazônia, sob as diretrizes da legislação nacional. Isso significava para o Amapá, pelas realizações das suas populações/comunidades, constituídas ao longo de sua história e consolidadas pelo potencial socioeconômico dos seus territórios de vida, não teria sentido mostrar condições de inferioridade ou de riscos que viessem a comprometer a sua autonomia em função de um projeto das dimensões da Jari Florestal.

A importância do projeto para o discurso dominante seria, conforme afirmou Andreazza (1979, p. 9), “[...] negar ao Brasil e ao Amapá, enquanto estado membro da Amazônia, a grandeza de que lhes é inerente”. Entretanto, para a manutenção do equilíbrio entre as partes, estava claro a presença de que um dos maiores conflitos fronteiriços a ser resolvido nesse contexto seria, notadamente, a questão da ocupação e do controle de grandes propriedades de terras, adquiridas por estrangeiros não residentes no país, condições em que se encontrava o Projeto Jari.

1.2. Os mecanismos de controle da produção

A Jari Celulose explorou espécies nativas para processamento industrial durante dez anos. Somente, a partir de 1978 foi instalado o projeto de corte de pinus e eucalipto. Depois dessa fase, deu-se início à produção de celulose, na fronteira entre o Pará e o Amapá, operando na produção e na comercialização dos produtos. Nesse estágio, em que se encontravam as

atividades, uma das mais importantes condições propostas pela comissão para dar continuidade ao propósito do projeto foi de que o poder público, a partir daquela etapa, se fizesse mais presente na área, por meio dos órgãos da administração federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, da Justiça Eleitoral, das Forças Armadas, e dos demais serviços, envolvendo as comunidades que integram o projeto e o seu entorno.

Partindo desse pressuposto, todas as anomalias supostamente provocadas em função das atividades desenvolvidas pelo empreendimento deveriam ser eliminadas definitivamente, tornando o projeto um ícone territorial para Amazônia, no Pará e Amapá, sem riscos de se tornar um enclave inoperante particularmente em território amapaense. A partir desse ideário e mediante o protocolo assinado em julho de 1989, em Belém, entre o Ministério do Interior, com a participação dos governos dos estados do Pará e do Território Federal do Amapá, instituiu-se a comissão que trataria das instâncias que comporia e cuidaria do controle da produção e dos destinos dos produtos resultantes de tais atividades, como um instrumento de reestruturação da monopolização do território capitalista nos dois estados.

Consolidada a legitimação dos direitos de exploração dos recursos naturais firmados entre as partes interessadas, as transformações socioambientais naqueles territórios seriam inevitáveis. Instalou-se na fronteira do Para e o Amapá a maior companhia florestal do planeta e mais extensa propriedade agrícola do mundo pertencente a um só proprietário. A Jari envolveu um total de investimentos próximo de um bilhão de dólares. Por suas dimensões e por ser controlado por um empresário estrangeiro, foi objeto de inúmeras críticas e denúncias no decorrer de sua existência. Couto (2009, p. 2) disse: “foi um projeto mal concebido e mal dirigido do ponto de vista gerencial; de outro lado, foi visto por muitos como uma presença estrangeira indesejável no país e identificado como uma ameaça à soberania nacional”

Exatamente tais ameaças à soberania nacional foram vistas em função de que os órgãos brasileiros não detinham forças políticas nem controle administrativo sobre as atividades desenvolvidas pelo projeto. Tamanha autonomia, que em 1974, a Jari Florestal obteve o aval do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para um empréstimo de cerca de duzentos milhões de dólares realizado no exterior, destinado à importação de uma fábrica de celulose e de uma usina termelétrica, adquiridas no Japão, com a finalidade de ampliar e de controlar ainda mais a produção em grande escala.

Além disso, a construção das unidades industriais foi beneficiada com a isenção de impostos, mediante sua inclusão no programa de Benefícios Fiscais às Exportações (Befiex). O poder de controle nas exigências do empreendimento para a produção em larga escala foi extremo, a ponto de gerar protestos de empresários ligados à Associação Brasileira para o

Desenvolvimento da Indústria de Base e ao Sindicato da Indústria da Construção Naval, argumentando que muitos dos equipamentos adquiridos no Japão possuíam similares nacionais, mas que não foram levados em conta em função dos interesses particulares dos mentores do projeto, sob maneira de controlar a produção.

1.3 Complexo de atividades econômicas do Projeto Jari

O Projeto Jari, como conglomerado de empresas, teve uma diversidade de atividades inseridas em um empreendimento que operou em várias áreas, sob as quais se destacam às relacionadas ao setor de reflorestamento, tendo como serviços auxiliares a silvicultura, a produção de celulose, a produção de Caulim, a pecuária, a rizicultura e a navegação fluvial. Somados a essas atividades econômicas, também fizeram parte os setores voltados para a pesquisa mineral e o setor da silvicultura, desenvolvidas em diversos pontos do território nacional, incluindo o Amapá.

O empreendimento contava, ainda, com a participação acionária minoritária de três empresas de seguro, de mineração e de agropecuária, localizadas no centro-sul do país. E, ainda, a produção de alumínio, do aproveitamento de bauxita das jazidas do Rio Trombetas, no Pará, Bauxita refratária, fabricação de madeiras compensadas, de poupas vegetais e de pasta mecânica para a produção de papel de imprensa, bem como a construção de hidrelétricas para o fornecimento de energia para impulsionar a economia e o controle da produção futura, nas novas unidades em processo de registro. Todo esse complexo do empreendimento Jari fez parte das atividades típicas do agronegócio contribuiu para o desmatamento da região, conforme relata Porto-Gonçalves (2017, p. 54):

“Nos últimos 30 anos mais de 70 milhões de hectares de floresta tropical amazônica foram derrubadas, aproximadamente 9% da região, principalmente no Brasil, ou seja, entre 1978 e 2016 a área desmatada aumentou 50 vezes, contabilizando nos últimos 40 anos, 49 vezes mais que toda a história da região até 1978”.

Para tanto, formou-se um aparato econômico de controle do complexo Jari Celulose, constituído de um conjunto de 18 empresas, lideradas por uma *holding* denominada Entre Rios Comércio e Administração Ltda. A sede era instalada no Rio de Janeiro, que operava no controle da economia na produção nos diversos setores desde 1967. Dentre as suas subsidiárias estava a Jari Florestal e Agropecuária Ltda., estabelecida em Monte Dourado, no Pará, voltada para as atividades centrais de reflorestamento, produção de celulose, rizicultura e pecuária. Das 18 empresas, sete eram controladas pela Jari Florestal.

Todavia, somente quatro empresas chegaram a entrar em operação, pois as outras três na época ainda estavam em fase de projetos, para a exploração de madeira compensada e de

papel, a de energia elétrica e a de alumínio, ambas com sede em Monte Dourado. As demais empresas, de um grupo de 11, tinham como base de operação Belém, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Desse total instalado fora do território amazônico, sete delas foram criadas com propósitos de pesquisas minerais, fossem no centro-sul (pesquisando ferro e fosfato em Minas Gerais, e filito, quartzo e água mineral, em São Paulo), enquanto na Amazônia, no estado do Pará, pesquisando calcário dolomito, bauxita refratária e caulim.

Por sua vez, outras empresas tinham participação acionária, fazendo parte do grupo sob a forma de *Joint-Ventures*, destacando-se: no Rio de Janeiro, a Universal Companhia de Seguros Gerais (UNCOMSEG), que atuava nas atividades de seguros em geral. Em Belo Horizonte, a Veredas de Minas Agropecuária S/A (VERAGRO), que controlava os setores das atividades agropecuárias. Em Minas Gerais a Mineração Brasileira Reunidas S/A-MBR operava nas exportações de ferro.

Esses empreendimentos produziam seguindo o controle da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI), que também seguiu as regras daquilo que Porto-Gonçalves (2017, p. 53), chamou de “submeter o espaço ao tempo, e não a um tempo qualquer, mas ao tempo do capital das grandes corporações”. Assim, essa empresa também passou a controlar a exploração de ferro no Amapá na década de 2000. De modo que, diante da estrutura espetacular de organização do capital no território geopolítico da Jari, é possível perceber o nível e a natureza do planejamento em que se encontrava a estrutura econômica exercida sobre as atividades desenvolvidas por esse projeto, no sentido de reestruturar e territorializar o capital global nos espaços da Amazônia, em particular nos estados do Pará e do Amapá.

1.4 A tecnologia no controle da produção.

Com os aspectos tecnológicos, o controle da produção executado pela Jari, àquela altura, pode ter representado um significativo avanço das elites regionais na Amazônia e no Amapá, atendendo aos interesses econômicos dos capitalistas, tendo em vista as inovações e as novas concepções que se experimentavam naqueles territórios. A política de desenvolvimento implementada por meio da tecnologia para a década de 1980 pelo empreendimento, para se ter uma ideia, foi a mais significativa para a dinamização de reflorestamento nas áreas ocupadas pela empresa Jari, a qual substituiu a floresta heterogênea por espécies homogêneas. A monocultura florestal era uma das exigências do controle de produção de celulose, requerendo matéria-prima uniforme para a sua produção. Esse processo se deu naquela época, a partir da estrutura mecanizada do Projeto Jari, como um enorme passo para confirmar o que disse Porto-

Gonçalves (2017, p. 17), “é a lógica da produção que predomina, não a lógica da produção da vida”.

Isso significou a introdução da tecnologia como implemento na extração e na produção em larga escala. Todavia, com apoio de Estado Nacional, o controle tecnológico do corte e do replantio da matéria-prima obedecia às determinações técnicas do Código Florestal na época, quando permitia assegurar uma reserva de 50% da área destinadas ao projeto com a cobertura vegetal original. Entretanto, as áreas reflorestadas tinham que ser exclusivamente preenchidas por espécies de gemelina e de pinus, controladas e divididas por meio de módulos ou de talhões não contínuos de tamanhos contendo, 20 mil hectares cada território, apoiados por uma silvivila, onde residiam os trabalhadores.

Este modelo de aplicação de novas tecnologias na produção, a partir da utilização das técnicas de substituição da floresta nativa pelas espécies adaptadas, foi uma das grandes questões que provocaram muita polêmica e debates, sobre as transformações do espaço socioambiental amapaense provocadas pelas atividades agrícolas empreendidas pela Jari.

O que Santos (1979, p. 29) chamou de “estrutura espacial”, combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma classe específica, de uma estrutura de receita específica, de uma estrutura de consumo específica ...e de uma organização específica das técnicas que estão na base das relações entre as estruturas específicas e os recursos a serem explorados”. Nesse caso, particularmente utilizado pelo Projeto Jari.

Muito embora para as dimensões da Amazônia representasse pouca expressão, no que diz respeito aos efeitos socioambientais, todavia pelo grau de tecnologia empregada pelos engenheiros florestais brasileiros, a empresa podia futuramente passar a ter o controle da produção em novos empreendimentos florestais em outras áreas na Amazônia, inclusive por meio de manejos de outras espécies locais e exóticas. Isso poderia induzir a ideia de que o controle do “processo de desenvolvimento” dos territórios da Amazônia seria de alto interesse nacional (RESOLUÇÕES, 2.572/2.573 DE 1976).

O controle da produção por meio da tecnologia era de vital importância para a territorialização do monopólio do capital investido na Jari porque, para a manutenção dos projetos de reflorestamento e de cultura de arroz, à época, o valor disponível girava em torno de dois bilhões setecentos e noventa e cinco cruzeiros (Cr\$ 2.795 bilhões); desse valor, dois bilhões e cinquenta e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.055 bilhões) foram destinados para essas atividades de reflorestamento para a produção de matéria-prima de gemelina e de pinus. E, ainda, setecentos e trinta e nove milhões e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 739.7 milhões) para o cultivo de arroz, contabilizando considerável capital para a perspectiva de atingir 4.000

empregados diretamente, nas atividades desenvolvidas pelo projeto, em função dos investimentos tecnológicos para promover a produção em grande escala.

No que se refere ao controle tecnológico na produção da cultura do arroz, cuja plantio previu o uso de uma área de aproximadamente 14.000 hectares, 4.000 delas já se encontrando em plena fase de produção na época, não seria menor as contribuições advindas das experiências tecnológicas para o controle da produção utilizada pela Jari, levando em conta a extraordinária dimensão das várzeas, estimadas em mais de 40 milhões de hectares e que sempre gerou uma produção insignificante para a Amazônia e para o Amapá. Assim, o uso intensivo das terras renderia duas safras anuais, com produção de 9 a 10 toneladas de arroz por hectare.

Esse é um índice de controle de produção tecnológica dos mais elevados, ao considerar as médias nacionais na época sobre rizicultura irrigada, potencialidade produtiva que abriria, por sua vez, perspectivas salutareas para o desenvolvimento da Amazônia e para o Amapá, assim como para outras áreas, ao experimentarem outras espécies de culturas adaptadas a essa vasta tecnologia, utilizada pelo projeto. Isso porque a convivência com as águas e com o seu manejo sempre foi uma constante na Amazônia, e, por conta disso, o processo de sua ocupação certamente estaria relacionado ao aproveitamento daquelas áreas pelo capital hidroagrícola na Amazônia.

De modo importante e voraz também foi o controle tecnológico de produção de celulose, acompanhado da sua usina acoplada, a qual necessitava para o seu funcionamento os resíduos de biomassa extraídas da Amazônia. Essa demanda justificava aplicação tecnológica utilizada pelo empreendimento na região, porque se encontrava pronto para produzir bens de alta cotação nos mercados externos, além de empregar quase a sua totalidade de mão de obra qualificada pelo próprio empreendimento, dentre os territórios utilizados pelas suas demais atividades.

Somado a tal controle tecnológico da produção, considerava-se, ainda, a produção de caulim de alta qualidade, em função do tipo de jazida e de purificação química utilizada durante o seu processamento. Sublinha-se, contudo, que os investimentos realizados pelo Projeto Jari para o desenvolvimento de suas atividades encontravam-se localizados no estado do Pará, exceto a mina de caulim, que está no Amapá, localizada no Morro do Felipe, no atual município de Vitória do Jari. O material é transportado da mina por um mineroduto, sob o Rio Jari, até a fábrica de preparação da empresa CADAM e, posteriormente, exportado. Conforme Porto (2007, p. 136), o Amapá é o maior exportador nacional desse minério, porém o seu beneficiamento e os valores de exportação são registrados como se fossem paraenses.

Esse nível de aperfeiçoamento representando o complexo empreendimento em seu conjunto foi um fator que agregou elementos fundamentais ao desenvolvimento regional, conforme política de desenvolvimento socioeconômico, considerando a aplicação do perfil tecnológico avançado na concepção do empreendimento e na condução do projeto, experiências de tais naturezas que serviram de modelo para a exploração contínua dos recursos naturais e passíveis de serem estendidas e aplicadas em outros territórios Amazônicos. A sua estrutura tecnológica foi e continua sendo para o Amapá o suporte principal para a extração, a degradação e o acúmulo de riqueza pelos capitalistas, conectados com a realização e a mundialização do capital.

1.5 O capital financeiro no controle da produção.

Sobre esses aspectos, admite-se que a legislação brasileira de 1946, que disciplina as atividades desenvolvidas por capitais estrangeiros, em particular, o caso da empresa Jari, foi suficientemente aberta para atrair determinados investimentos para o país, e, ao mesmo tempo, foi “decisivamente fechada” para evitar abusos que, em última condição, pudesse atentar contra seus objetivos. Todavia, a legislação brasileira que definiu estes parâmetros de controle da produção foi fundamentada a partir da gênese das intervenções do governo no mercado interno agropecuários, sob as diretrizes do perfil da agricultura brasileira nos anos de 1990. Lopes (1991, p. 60), relata que “eram tantas as medidas, que as exportações agropecuárias sempre estiveram estritamente vigiadas no Brasil, através de fortes controles fiscais e administrativos”.

Outras políticas importantes que proporcionaram grandes impactos na agropecuária brasileira foram a defasagem cambial e a proteção à indústria nacional de insumos utilizados pelo setor, as quais complementam o quadro amplo das intervenções do governo no controle do processo de produção do empreendimento Jari. A partir dessas evidências, é importante chamar atenção para estes parâmetros, porque, quando um país recebe e usufrui de capitais externos, parte deles chega ou influi, via empréstimos, e outra parte por via das inversões diretas, mas cada país pode procurar também condicionar a aplicação dos capitais estrangeiros aos seus diversos interesses internos.

Quando se trata de investimentos diretos, é possível que haja algumas vantagens para a movimentação financeira, tais como: é capaz de reforçar a capacidade interna da poupança, dá aporte de divisas para o balanço de pagamento e para a transferência de tecnologia. Mas, em contrapartida, o preço inevitável dessas vantagens é compensado por meio do controle da produção, que se dá em função da transferência para o exterior de um componente chamado poder decisório, sobre a produção e sobre os investimentos no país, ou seja, foram medidas

tomadas pela área de política comercial que tiveram efeitos de aprofundar e magnificar o controle dos preços e da produção das mercadorias.

Nesse sentido, para assegurar o equilíbrio entre as partes, as questões de natureza econômica seriam e sempre serão resolvidas por meio de negociações, entre os participantes, no sentido de minimizarem e superarem as desvantagens cabíveis aos envolvidos, pois elas não são simples de serem sanadas, sempre exigiram decisões políticas, financeiras, estratégias, dentre outros, para superá-las. Nesses acordos, a intervenção e as aberturas de concessões adotadas pelo governo federal, firmados com os entes estaduais, são de fundamental importância para a consolidação dessas medidas.

Isso se deve em função de que o controle disciplinar durante a produção se deu nessas condições, com acordo político e econômico porque a legislação brasileira agregou características inerentes a um estatuto, transformando-se em um instrumento capaz de balizar as ações de atuação dos detentores de capitais, a partir das prioridades nacionais sobre seus investimentos. Isso porque, conforme a promulgação da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e da Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964, regulamentadas pelo Decreto de nº 55.762, de 17 de fevereiro de 1965, foi possível perceber que estas ferramentas se consolidaram como atos que congregaram muitas dúvidas, gerando implicações diversas.

Porque, num país em condições de conciliar ações de interesses estrangeiros com a sua política nacional, necessariamente deve atender aspectos de extrema relevância coletiva, tais como: a) garantir o controle de setores estratégicos pelo capital nacional; b) assegurar pelo Estado a supervisão de setores que, do ponto de vista da política nacional de desenvolvimento e de segurança pública, interesse ao poder público conceder incentivos; c) assegurar a coibição de abusos em remessas de lucros para o exterior, incluindo os subfaturamentos nas exportações, nas importações, o pagamento de juros, além das taxas de referência do mercado ou a inflação das remessas de *royalties* e assistência técnica; d) controlar o acesso das empresas estrangeiras, ou daquelas que detêm a maioria de capital estrangeiros e das entidades oficiais de crédito público; e) ajustar as empresas estrangeiras e aquelas controladas por capital estrangeiro aos objetivos nacionais de substituição de importação e de promoção das exportações (Lei nº 4.131/62).

Mas, o que se vê é que as intervenções “legais” dos governos nos mercados agropecuários criaram a cultura de aceitação pacífica de tudo isto que se viu até o presente momento (LOPES, 1991, P. 61). Constata-se que, apesar de todo esse complexo legal de controle da produção, no entanto, a lei não delimitou especificamente, nem pontuou os campos de ingresso ou os setores de destinos dos capitais estrangeiros aplicados no país, mas no que se

refere a capitais nacionais a referida ordenação utilizou uma série de outros dispositivos legais e regulamentares, para assegurar o controle dos setores estratégicos geridos por capitais nacionais, permitindo diversas aberturas para que o capital financeiro exercesse o máximo controle sobre a produção.

O controle dos preços e da produção, assim como as implicações geradas pelo Projeto Jari, em detrimento da nossa legislação, sob capitais estrangeiros, para efeito de caracterização dos setores responsáveis pelo financiamento da produção econômica brasileira, foi necessário entendê-la em qual dimensão financeira o empreendimento se encaixaria.

Para isso, foi preciso avaliá-lo a partir de três classes de atividades: das atividades concedidas, das atividades incentivadas e das atividades livres desenvolvidas no país (BNDES, 1975). O controle do financiamento da produção exercido pelo empreendimento foi incluído dentre as características das atividades incentivadas, porque foram aquelas das quais gozaram de vários tipos de estímulos governamentais.

Esses estímulos se deram por meio de financiamentos por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pela isenção fiscal concedida pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), por benefícios fiscais cedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), dentre outros, que estavam e sempre estiveram sob o controle do governo ou de capitais privados nacionais, como os setores básicos de produção de energia, de transportes, de comunicação, da siderurgia de produtos, da mineração e do próprio sistema financeiro. Estes entes financeiros da produção são mais mecanismos ilustrativos que, na verdade, demonstram claramente a atuação dos setores públicos, servindo ao capital financeiro.

Conforme Fonseca (1991, p. 99), tais iniciativas de incentivos governamentais “se dão a partir das indicações de um movimento que poderia resultar numa das marcas características de formação da economia mundial até o final do século passado, pois os blocos regionais em processos de formação ou de consolidação se fundam sobre países que a muito mantêm estreitas relações comerciais”. Disse ainda esse autor, para recordar:

A Europa se prepara desde 1987 para dismantelar as remanescentes barreiras ao trânsito de mercadorias, serviços, trabalhadores e capital, procurando intensificar a coordenação monetária para chegar a criação de uma moeda europeia, objetivando fazer a Comunidade Econômica Europeia (CEE), um único mercado. Já no começo dos anos de 1980, os Estados Unidos concederam aos países da América Central e a alguns países do Caribe, condições sem precedentes de acesso ao seu mercado e estímulos para os investimentos americanos naquela região. No final da década de 1987, também, os Estados Unidos e Canadá assinaram um acordo de Liberação Comercial que objetivava em 10 anos eliminar as barreiras ao comércio de bens e serviços incluindo a agricultura e ao trânsito de investimentos entre os dois países. Em 1988, Estados Unidos e México mantiveram conversações que daria início a uma nova era de relações bilaterais entre as duas economias. No Leste da Ásia, passa

ocorrer um rápido crescimento do comércio e dos investimentos estreitando as relações entre diversas economias da região nucleadas pelo Japão (Indonésia, Malásia, Filipinas dentre outros países), ampliando o protecionismo econômico e o acirramento da discriminação contra terceiros países (FONSECA, 1991, P. 99).

Percebe-se que essas iniciativas efetivadas pelo capital geram profundas transformações socioeconômicas sobre a estrutura internacional do capital financeiro, particularmente sobre o controle da produção pelas instituições financeiras e por decisões administrativas adotadas na esfera do Conselho Monetário Nacional. Cumpre notar que, em relação aos bancos de investimentos, às sociedades financeiras, às distribuidoras de produtos diversos e às sociedades corretoras, admite-se a participação estrangeira no controle da produção em até 50% do capital, limitando a 1/3 do capital volante ou de giro.

Isso porque em setores diversos de financiamentos, cujo desenvolvimento provoque efeitos multiplicadores para a territorialização do capital, podem se beneficiar também do sistema de incentivos instituído pelo Estado em nível nacional, regional e setorial, acionado por mecanismos como o BNDE, a SUDAM, a SUDENE, entre outros. Nas condições normais de aplicação de capitais estrangeiros, os empreendedores recebem em contrapartida o gozo privilegiado desses incentivos sempre, como muito bem sintetiza Andreazza (1979, p. 31), “sob a estreita supervisão e cobrança dos resultados, pelo governo federal”.

Dessa forma o empreendimento Jari e demais empresas associadas ou coligadas, como a Entre Rios, dedicadas à pesquisa e à lavra de minérios, dentre outras atividades controladas pelo capital mundial, sob as observâncias da Lei 4.131/62, passaram a ter a participação de capital estrangeiro como controle nos investimentos de produção, sob a forma de bens ou de recursos financeiros, estando assim, por meio dessa prerrogativa, também autorizadas a contratar empréstimos no exterior para esses fins. Desta feita, os detentores do capital estrangeiro passaram também a reinvestir parcelas que lhes couberam, dos lucros auferidos pelas empresas estabelecidas no país, no sentido de dar continuidade ao controle do financiamento da produção, em função da sua participação no capital social nacional (ANDREAZA, 1979).

A liberdade para o reinvestimento dos lucros dos capitalistas estrangeiros auferidos no país demonstra que eles ficaram livres, inclusive para reaplicarem o lucro nas mesmas empresas das quais são subsidiárias ou para financiarem outros setores da economia nacional, diversificando a sua aplicação em outras atividades. Além dessa possibilidade, a nossa legislação assegurou, também, a reaplicação das remessas dos rendimentos dos capitais aplicados como os lucros e os juros amortizados, dentre outras operações. Em função da evolução dos negócios do grupo, puderam fazer remessas de financiamentos para o exterior a

título de retorno de capitais investidos em territórios da Amazônia, no caso, no Amapá, com base nos seguintes contrapontos: a) da liquidação da sociedade ou empresa; b) da venda da participação societária; e c) pela redução do capital social (Lei 4.131/62). Exatamente o que sempre foi pleiteado pelo capital mundial como o principal agente financeiro dos empreendimentos instados no Amapá.

No caso da Jari, o suposto retorno de seu capital, controlado pelos agentes financeiros, tornou-se inviável em razão dos compromissos por ela assumidos naquela época com a SUDAM, com a BIFIEX, e com o BNDE, por conta do seu engajamento em programas beneficiados por incentivos fiscais, bem como pelo aval recebido por parte do poder público às operações de empréstimos no exterior como cobertura da importação de sua fábrica de celulose. É importante mostrar que a lei não fixou limites para remessa de lucro (Lei 4.131/62).

No entanto, o montante dos lucros e dos dividendos efetivamente remetidos (líquidos do Imposto de Renda), a pessoas físicas e jurídicas residentes ou com sede no exterior, ficavam sujeitos a pesados impostos suplementares, sempre que a média anual das remessas em um triênio excedesse a 12% dos investimentos e dos reinvestimentos registrados (Lei, 4.131/62, Art. 43). Na prática, apesar de não haver limites para as remessas de lucros, elas foram desestimuladas, em função da sua elevação para os níveis superiores a 12% a. a. por meio do Imposto de Renda suplementar e progressivo.

Informações obtidas de um ex-funcionário da empresa Jari, os valores limites de remessas se davam nas seguintes escalas: de 12 a 15% de lucros remetidos, seu tributo era de 40% sobre o total. De 16 a 25% girava em torno de 50%, pois, além de 25%, o tributo era de 60% do total da remessa. É possível perceber que estes elementos existiam justamente para camuflar o controle do financiamento da produção, ao desterritorializar o capital, sob a justificativa de que o Estado estava atento a quaisquer inconveniências que pudessem acontecer durante o processo de produção.

Essa assertiva se confirma porque o acesso das empresas com a maioria de capital estrangeiro às fontes oficiais de crédito, bem como a garantia da União ou entidades oficiais em operações de empréstimo no exterior, foi disciplinado por meio daquele estatuto (Lei. 4.131/62, Art. 37, 38, 39). Por outro lado, essa prática existia porque as agências de financiamentos governamentais não permitiam, como regra geral, conceder empréstimos a longo prazo, ou seja, para investimentos às empresas controladas por capitais estrangeiros. Daí por diante, cada vez mais o controle da produção nas diversas escalas mundiais, nacionais e locais seguiram as regras do capital financeiro até atingir o seu esgotamento.

Embora a Jari Florestal e Agropecuária fosse uma companhia constituída conforme legislação específica, e o seu capital constituir-se na proporção de 99,8% da *Universe Tankship*, ela caracterizava-se sob o ordenamento da nossa legislação sobre capitais estrangeiros como empresa controlada por capitais do exterior. Consequentemente, para ter acesso às fontes oficiais de créditos ou obter o aval do Tesouro Nacional, diretamente ou por meio de agências financeiras oficiais sobre empréstimos, créditos ou financiamentos obtidos no exterior, a Jari, na condição de empresa controlada por esse tipo de financiamento, assim como gozar de isenção total de Imposto de Renda, de Imposto sobre Importações e de Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), ela teve de ter seus empreendimentos previamente considerados como de alto interesse nacional por parte do governo federal (ANDREAZA, 1979).

Para consolidar de vez o financiamento para o controle da produção à garantia oficial sobre empréstimos no exterior, sempre foi necessário a expedição de decretos. Por conta disso, a Jari obteve empréstimo oficializado para o seu empreendimento de acordo com o disposto no artigo 37 da Lei de nº 4.131/62. Autorização que, para a prestação da garantia em nome da União, tinha como limite a quantia de duzentos milhões de dólares (US\$ 200 milhões), tendo o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) como o agente representante do Tesouro Nacional (Decreto nº 76.551 de 5/11/1962). Estes acordos, durante os financiamentos de diversas naturezas para a exploração dos recursos naturais dos estados da Amazônia, consideram-se eminentemente trágicos economicamente, e devastadores no meio ambiental e no social.

1.6 Diversificação das atividades econômicas da Jari Ltda.

A Jari Florestal como empresa principal do seu grupo, como já foi dito, foi constituída, em 18 de agosto de 1967, sobe a denominação de Empresa Jari Ltda. Contando com um montante de capital, de Cr\$ 2 mil (dois mil Cruzeiros) e um total de 10 cotistas, foi possível adquirir por meio desse valor e dos acionistas todo um acervo de uma firma individual do senhor, José Júlio de Andrade, que controlava vasta área de terras, situada às margens do Rio Jari, dedicando-se à comercialização de produtos naturais das florestas do Pará e do Amapá, extraídos e comercializados diretamente pelos camponeses ou pelos atravessadores, junto à referida firma.

Tais práticas ocorriam nos entrepostos localizados ao longo do Rio Jari e dos seus afluentes, o que foi muito comum na Amazônia àquela época. Havia os famosos regatões, que detinham o controle total e os mecanismos para a agregação dos valores nas mercadorias, como é o caso de José Júlio. Tal forma de transações e controle nos valores dos produtos reordenados

pelo novo empreendimento foi responsável, no entanto, há mais de 15 anos, desde abril de 1965, em conduzir e transformar o empreendimento Jari em uma sociedade constituída por ações, passando a denominá-la, Jari Indústria e Comércio S/A, capaz de reunir um capital social de Cr\$ 650 mil cruzeiros, sem, entretanto, promover modificações estruturais e com poucas diferenças substanciais em suas atividades originais.

Nas estruturas operacionais, poucas modificações foram visíveis, no entanto, o volume do capital social saltou expressivamente o seu quantitativo. Não se sabe ao certo as formas de cotação ou de valores que eram agregados às mercadorias, durante as suas negociações, porque a firma de José Júlio, acostumada com os negócios que envolviam a diversificação dos setores, a partir do sistema de aviamento feito pelos famosos regatões, sobreviveu bastante forte e com muitas influências, inclusive nas decisões políticas tomadas durante os governos do Pará e do Amapá.

Somados a esse fator, é importante ressaltar que, em função de não haver, na legislação brasileira, quaisquer restrições à quantidade e à quais áreas rurais fossem adquiridas por estrangeiros ou por sociedades brasileiras constituídas por capitais estrangeiros, ficavam sempre ocultos ao público os critérios de agregação de valores dos produtos produzidos pelo empreendimento. No caso da Jari, um patrimônio que envolveu enormes extensões de terra, tanto no estado do Pará, quanto do estado do Amapá, notadamente a agregação dos valores nas mercadorias cotados pelo novo empreendimento foram sem dúvida o mais compatível possível com as perspectivas regionais (ANDREAZZA, 1979). Essa suposta harmonia permite mostrar que a coparticipação dos estados nesses acordos sempre foi decisiva para essa compatibilidade nos valores agregados às mercadorias produzidas.

Os mecanismos de agregação de valor nas mercadorias utilizadas, tanto pela antiga firma de José Júlio, quanto pela Jari, foram rentáveis. Tal evolução pode ser notada já em março de 1967, ou seja, dois anos depois da transferência no controle dos negócios, o empreendimento Jari no Amapá já atingia um capital de um milhão e cinco mil cruzeiros. O controle acionário da empresa foi comprado pela gestão da Entre Rios Comércio e Administração Ltda., uma subsidiária brasileira da Universe Tankships Incorporated, com sede em Monróvia, na Libéria. Todavia, em outubro de 1970, transformou-se novamente a Jari Indústria e Comércio S/A numa sociedade por cotas de responsabilidade limitada, adotando a sua atual denominação de Jari Florestal e Agropecuária Ltda.

Conforme informações obtidas do estatuto social da empresa de (1979), o seu capital já atingia o montante de quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros (4,5 bilhões), tendo como quotista a Universe Tankships Inc. com o montante de quatro bilhões quatrocentos e

quarenta e oito milhões de cruzeiros (4,488 bilhões). Desse total, três bilhões trezentos e vinte e seis milhões de cruzeiros (3,326 bilhões), já integralizados ao capital da Entre Rios Comércio e Administração Ltda., como quotas no valor de dois milhões e dez mil cruzeiros (Cr\$ 2,010 milhões), quantia especialmente assegurada para atuar na produção e na agregação dos valores dos produtos relacionados às atividades daquele projeto.

A participação dos estados no reordenamento da territorialização do capital e no controle da agregação dos valores dos produtos resultantes das atividades desenvolvidas pelo projeto foi de grande relevância para os capitalistas interessados na Amazônia e no Amapá. No caso do Projeto Jari, com suas principais atividades, como reflorestamento, fabricação de celulose, cultura de arroz nas várzeas e a pecuária, foram atividades que despertaram o interesse dos investidores, em função das suas riquezas ambientais e principalmente da fertilidade do solo amapaense.

Foi como disseram Becker & Machado (1979, p. 34), “de novo a sociedade brasileira e a Amazônia em particular encontram-se diante do desafio representado por um modelo de desenvolvimento econômico que se caracteriza pela rapidez das decisões, a grande escala dos investimentos e a ausência de discussão em nível nacional”. Tanto que, ao serem submetidos os setores de reflorestamento e da cultura do arroz à SUDAM em 1975, com vista às isenções do Imposto de Renda, de Importação de Produtos Industrializados, estes receberam aprovação do Conselho Deliberativo da SUDAM, com base no art. 23 do Decreto-Lei nº 756/1969, que disciplinava a concessão de incentivos fiscais na Amazônia, e o Amapá se inseria nessa dinâmica em função de estar localizado grande parte do projeto na jurisdição do seu território.

Nesse sentido, a Jari tinha o compromisso perante o governo federal em promover exportações e gerar saldo positivo de divisas ao Amapá e ao Pará, durante o prazo de vigência que chegaria até 31/12/1985. Comprometeu-se, ainda, a apresentar, após o término do programa, saldo cambial positivo de todos os anos, pelo período em que se processarem remessas de divisas para pagamento do principal e dos juros relativos a empréstimos e a financiamentos contraídos para a efetivação do projeto de produção e de exportação de celulose. Tais compromissos foram assumidos pelo empreendimento, os quais só seriam possíveis o cumprimento enquanto coubesse à gestão do empreendimento ditar as regras sobre a agregação dos valores nas mercadorias, no sentido de viabilizar com maior rapidez o desenvolvimento socioeconômico também para o Amapá, de acordo com as suas metas até meados de 1989, quando da previsão de estarem pagos os empréstimos e os financiamentos externos contemplados pelo programa.

Durante esse processo, a Jari sempre foi acompanhada e fiscalizada pela Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação (BEFIEEX), pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX), pelo Banco Central e pelo BNDE. Ante ao rígido controle das suas atividades, no que concerne à agregação de valor nas mercadorias, estimava a empresa que as inversões destes valores deveriam totalizar-se em setecentos e oitenta milhões de dólares (US\$780 milhões), ao termino da etapa de instalação e de entrada em operação da fábrica de celulose e o início da produção de arroz em larga escala. Em função de o seu capital investido ser de origem do exterior, sob a forma de capital de risco e de empréstimo, foi minuciosamente controlado. Mas ao Amapá, como de costume, assim como para o Pará, pouco se sabe sobre os reinvestimentos sociais e ambientais resultantes do empreendimento.

Por outro lado, os compromissos de exportação assumidos pela Jari com o governo federal, bem como o do Amapá e o do Pará, foram no montante de seiscentos e dezesseis milhões de dólares (US\$ 616 milhões), para o período previsto de 1976 até 1985, obrigando-se a apresentar ano a ano computados os dispêndios cambiais a qualquer título, saldo global de divisas positivo, cujo valor acumulado ao final do período não poderia ser menor do que trezentos e quarenta e dois milhões de dólares (US\$ 342,0 milhões). A aplicação de parte desse recurso em projetos voltados ao Amapá não foi efetivada, considerando que a principal meta era a exportação, para atender aos objetivos nacionais sobre o equilíbrio da balança de pagamentos do Tesouro Nacional.

Sobre o não investimento aplicado ao Amapá, relata Becker (1990, p. 40):

Na segunda metade da década de 1970 fora “total e deliberada a omissão do governo face a violência não apenas dos laços entre burocratas e donos de terras, mas, também de uma visão do mundo em que a ocupação da Amazônia é vista como parte de um processo dinâmico de expansão capitalista e de modernização, no qual a expropriação da maior parte do campesinato é entendida como inevitável.

De igual modo, a extração e exploração dos recursos naturais obedeciam a esse ideário, já que os lucros das negociações eram considerados pequenos. A justificativa para o reduzido retorno resultante das transações realizadas pela venda dos produtos, cujo financiamento alternativo pelo poder público para aquele espaço de tempo e na escala em que se processava configuraria inviável em função dos altos custos envolvidos e do baixo valor agregado aos produtos extraídos e produzidos. Isso porque até aquele período, relativamente quanto às eventuais manobras de distribuição disfarçada de renda para o exterior, registrava-se de antemão que a Jari ainda não tinha gerado lucros, em função do baixo custo agregado às

mercadorias exportadas, devendo o empreendimento absorver novos recursos do exterior para complementar seu programa de investimentos (ANDREAZZA, 1979, P. 46).

Naquela ocasião, conforme informações da CACEX, a empresa, de um modo geral, sempre exportou a sua produção em forma de consignação, mediante depósito em terminal especializado, localizado em Antuérpia, na Bélgica. Portanto, o valor das mercadorias também dependia das decisões do ente que as controlavam e as negociavam. De lá, eram feitas as vendas e o seu faturamento, por meio de sua agente comercial “Price & Pierce”, uma tradicional firma Inglesa. As vendas eram feitas via *free on board* (FOB) o que significa em português “Livre a bordo”. Essa centralização sobre o controle do valor dos produtos também implicava a redução dos investimentos nos territórios de vida dos atingidos pelo projeto.

Por essa forma de fretamento, o comprador assume todos os riscos e custos com o transporte da mercadoria, assim que ela é colocada a bordo do navio. Para isso, utilizavam-se navios fretados especializados no transporte de celulose, principalmente porque no Brasil ainda não havia navios próprios para o transporte da matéria-prima, apesar de que o controle físico dos embarques desse produto não oferecia dificuldades, uma vez que as exportações se faziam em fardos padronizados. Todavia, na obtenção da exportação em consignação com a CACEX, a empresa firmava termo de responsabilidade a apresentar no prazo de no máximo 180 dias os comprovantes de ingresso das divisas no país.

A guia de exportação só era emitida se estivesse de acordo com o preço de venda. Àquela época, a celulose branqueada de fibra curta de eucalipto, que se comparava à celulose de gmelina da Jari, estava cotada em quatrocentos e cinco dólares (US\$ 405) a tonelada por Cost, Insurance and Freight (CIF) “custo, seguro e frete”, em um dos portos da Europa. Isso significa que o frete sempre foi pago na origem, ou seja, no preço da venda, e estão incluídos o custo da mercadoria, o seguro de transporte que garante a mercadoria e o frete de transporte até o destino, o que comumente se diz que é pago na coleta.

Do total, eram deduzidas as despesas de frete marítimo, da comissão do agente, do manuseio da carga no terminal, dos transbordos para outros portos e de frete interno até a fábrica do comprador, quando fosse o caso. Todas as despesas eram previamente comunicadas à CACEX e por ela aprovadas ou não. Além das despesas deduzidas durante a venda da produção, um dos fatores que permitiu dificultar a ampliação dos valores nas mercadorias naquele momento foi a falta de homogeneidade no produto naquela fase de produção. Em segundo lugar, foi a ausência de pequenos ajustes necessários na qualificação das mercadorias para competir no mercado internacional e, conseqüentemente, agregar em sua natureza maiores valores.

Percebe-se que estes mecanismos foram os instrumentos importantes para adquirir os produtos ao menor valor possível para justificar os insignificantes retornos aos amapaenses. Por outro lado, o controle da produção, a partir da agregação de valor nas mercadorias, contava ainda, com a participação dos demais exportadores, como da Aracruz, da Cenibra e da Riocell, na manutenção dos constantes contatos com a Jari, no sentido de trocar informações sobre as vendas e os preços internacionais agregados as mercadorias. O problema era que a CACEX detinha todas as informações sobre comercialização e sobre o preço das mercadorias entre os mercados externos. Essa mesma forma de controle se aplicou às demais exportações do grupo, tanto para o arroz, quanto para o caulim. Essa atitude afastava o perigo do superfaturamento dos valores agregados nas mercadorias e, portanto, da evasão das divisas.

Apesar da produção contratual da Jari com o governo federal fosse de produzir 750 t/dia de celulose totalmente para exportações, tal condição se deu em função de que o empreendimento correspondente à etapa de usina de celulose e dos seus investimentos correlatos eram sustentados mediante sua conta e risco, sob o aporte de um montante de capital de risco de cento e cinquenta e seis milhões e quatrocentos mil dólares (US\$ 156,4 milhões), bem como de empréstimos e financiamentos externos de quatrocentos e sessenta e quatro milhões e duzentos mil dólares (US\$ 464,2 milhões). Por conta da condição financeira sólida do empreendimento, as importações no valor de trezentos e trinta e cinco milhões e oitocentos mil dólares (US\$ 335,8 milhões), amparadas ou não, puderam ser absorvidas sem maiores problemas para a balança de pagamento do país (Decreto-Lei, nº 1.219/72).

1.7 A apropriação da terra pelo Projeto Jari no Amapá

Em se tratando de entender a apropriação da terra e, subsequentemente, sobre a sua renda, torna-se importante passar uma vista no que diz respeito aos aspectos jurídicos que regulava esse setor, porque as dificuldades maiores enfrentadas pelo empreendimento para apropriar e desenvolver suas atividades implicavam mais no que dizia respeito à legitimidade de suas tarefas em terras devolutas. Se este foi um fator determinante e considerado como gargalo para apropriar-se das terras no Amapá, no contexto da Amazônia, a saída encontrada pelo governo federal foi lançar o Programa de Integração Nacional (PIN), o qual envolveu diversos tipos de projetos, contudo utilizados cada um com grau diferente de responsabilidade do INCRA.

Conforme Becker (1990, p. 32/33), desde “o Projeto Integrado de Colonização (PIC), em que o INCRA se encarregara de organizar todo o assentamento, inclusive da assistência financeira e técnica aos colonos, até o Projeto de Assentamento Rápido (PAR), em que sua

atuação se reduzira até a simples demarcação e titulação das parcelas ocupadas espontaneamente”. É exatamente sob a égide de uma colonização estratégica controlada da terra que vinha sendo adotada no Brasil a quase dois séculos, atendendo a objetivos econômico-sociais, político-militares, e operando em áreas estratégicas.

A questão da apropriação da terra pelo empreendimento Jari nesse contexto inicia quando o empresário Ludwig adquire no Brasil, em 1967, extensa propriedade de terras da Empresa de Comércio e Navegação Jari Ltda. Sob seu controle, a empresa foi reestruturada, originando a *holding* Jari Florestal e Agropecuária Ltda., que reunia as inúmeras empresas de Ludwig na região. Esse complexo era gerenciado pela empresa americana Universe Tankship Inc., que, por sua vez, subordinada desde 1979 ao Ludwig Institute for Cancer Research, entidade de direito privado com sede na Suíça.

Tal complexo permitiu, pois, em 20 de março de 1967, ao grupo multinacional, liderado pelo Sr. Daniel Keith Ludwig, adquirir a totalidade do capital do empreendimento, utilizando a empresa Entre Rios Comércio e Administração Ltda., uma subsidiária brasileira, da Universe Tankships Incorporated, para a realizar as negociações. Conforme Couto (1999, p. 1), “O exato dimensionamento do território ocupado pelo Jari foi sempre dificultado pela complexidade que envolve a legalização de terras naquela região”. O autor disse, ainda, que, legalmente, Ludwig conseguiu comprovar sua propriedade sobre cerca de um milhão e seiscentos mil hectares de terra, entre títulos de propriedade plena, títulos de aforamento e títulos de posse legítimos. A intenção era de reivindicar, no entanto, o direito de propriedade sobre uma área ainda mais extensa, por ele estimada em torno de três milhões de hectares.

É possível perceber que a apropriação indevida das terras no Amapá pelo Projeto Jari, apesar de ser “um problema”, pouco interferia nessa empreitada. Tais incentivos podem ser constatados em um dos discursos proferidos pelo deputado Luz (2012, p. 75),

“O que vimos no Amapá dá-nos a certeza de que podemos dominar a Amazônia, porque o Amapá é um exemplo do trabalho e da conquista da terra. Não bastaria senhor presidente, que a terra fosse, de fato, dadivosa, mas seria necessário que se lhe desse o desbravador, com todas as qualidades, que o presidente Getúlio Vargas encontrou, quando há oito anos, criou o Território, na pessoa do grande administrador, estadista da nova geração, seu atual governador Major Janary Gentil Nunes”.

Isso demonstrou que as exigências da lei brasileira não diziam respeito à constatação de residência obrigatória dos sócios no Brasil para se apropriar de terras em territórios amapaense, mas, sim, tratava-se mais claramente da localização da sede da empresa no território nacional porque a nacionalidade das pessoas jurídicas depende do lugar onde foi celebrado o ato da sua constituição, embora sejam outras as nacionalidades das pessoas que a compunha. Mesmo

assim, a igualdade de direitos entre as empresas compostas de sócios estrangeiros ou brasileiros, indiferentemente, está consagrado no direito brasileiro, em todas as constituições (Brasil, 1988)

Além da condição de igualdade entre brasileiros e estrangeiros sob direitos na posse de terras evocado pelos mentores agroflorestais na Amazônia, há outra máxima ideológica importante que contribuiu bastante para facilitar a apropriação de terras no Amapá, de que “o Brasil era um país jovem, aberto ao intercâmbio comercial”, foi essa e continua sendo uma das bases dos discursos para evocar o crescimento e o progresso da Amazônia, a partir dos seus entes territoriais. É um processo que Silva (2015, p. 5), chama de frente pioneira, “que tem como uma de suas metas representar a transformação da terra em mercadoria e o retalhamento desta para os ex-colonos expropriados, através dos mecanismos de aquisição e distribuição de terras”.

Foi uma das principais formas pelas quais se exerceu, e ainda exercem, a cooperação dos países para a territorialização do capital, em suas diversas formas de organização. O grupo estrangeiro Entre Rios Comércio e Administração Ltda., controlador da Jari Florestal, optou por alternativas que fossem legalmente possíveis atuar na aquisição, na exploração e na apropriação da renda da terra, no território do Amapá, ou seja, atua por meio de um empreendimento de natureza jurídica nacional. Esse mecanismo de igualdade de direitos assegurado pela subsidiária brasileira às atividades da Jari Florestal permitiu dar segurança ao empreendimento, de controlar sem limites grande extensão de terras no Pará e no Amapá.

Porque, antes de tudo, é princípio de direito que a pessoa jurídica tenha existência distinta daquelas dos seus membros para atuar em determinados setores de geração de capital. Mas, conforme o balizamento jurídico brasileiro, independentemente dos seus sócios, a Jari Florestal e Agropecuária teve em parte, as mesmas oportunidades sobre a apropriação da terra e da sua renda concedidas às empresas brasileiras como concessão de benefícios. Considerando que no âmbito do controle operado pela SUDAM, os benefícios administrados pela BEFIEIX à empresa permitiram com que ela “cumprisse, as suas obrigações com o antigo Território Federal do Amapá” (Código Civil, Art. 20).

Àquela época, questões relevantes se davam sobre apropriação da terra e de sua renda. Uma delas era a de que as empresas que estabeleciam obrigações para os beneficiários eram consideradas, pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, como tendo natureza contratual, não poderia ser revogado por atos governamentais unilateralmente, antes de finalizado o prazo estipulado para a sua vigência. Ianni (1981, p. 88), ao se referir à questão da terra na Amazônia, disse que “essa condição de projeto juridicamente apropriar-se de áreas, a partir de acordo de natureza contratual, a terra havia adquirido diversas e distintas formas

sociais”. Essa condição leva a entender que o Projeto Jari foi constituído como um enclave estrangeiro criado com a proteção econômica e política da ditadura, caracterizando-o como um produto típico do regime instalado em 1964, que facilitou a abertura da Amazônia aos grandes negociantes de terra, promovendo, com isso, uma política de concentração fundiária na região.

A outra questão importante foi sobre o aspecto legal da posse ou da propriedade das terras para a sua ocupação e para o seu controle. Por onde se desenvolveram as atividades do projeto, a empresa de capital estrangeiro, ao assumir o controle do capital da Jari Florestal e Agropecuária, já se consolidou como uma empresa a quase vinte anos de existência e proprietária ou detentora da posse das terras, cuja aquisição remonta a década de 1940. Essa é uma das questões importantes a ser avaliada sobre a posse da terra pelo Projeto Jari, porque as terras utilizadas pelas suas atividades pertenciam à União ou eram terras devolutas, então, os mecanismos usados pelos capitalistas para obterem documentações de posse das suas terras necessitam de uma avaliação sobre a sua veracidade. Mas parece ter sido as práticas da grilagem das terras que se destacaram.

A ocupação forçada, ou invasão, foi uma das mais antigas formas utilizadas pelos empreendedores no Amapá para o agronegócio. A justificativa para aquisição de terras por estrangeiros ou por brasileiros residentes no país tem base a obediência ao preceito acautelador da integridade do território nacional, da segurança e da justa distribuição da propriedade. Isso quer dizer que somente poderiam adquirir propriedade rural pessoas físicas brasileiras ou estrangeiras residentes no país, e pessoa jurídica que tivesse domicílio no Brasil, ou seja, por estas normas, o empreendimento foi considerado apto a adquirir terras e desenvolver suas atividades como qualquer outra empresa brasileira (Emenda nº 1/69, Art. 153).

Isso pôde demonstrar que, no caso de não atendimento a essas condições, os empreendedores estavam impedidos de adquirir propriedades em território amapaense. Do mesmo modo, determinava-se a perda das propriedades rurais, caso a empresa deixasse de ter sede no território nacional. No caso da Jari, ela reunia todas as condições subjetivas para exercer a titularidade de terras na forma legal, pois se tratava de uma empresa instituída legalmente, administrando um empreendimento considerado de alto interesse para a economia nacional, previamente autorizado e incentivado pelos órgãos competentes, a partir da legislação geral relativa a estímulos fiscais regionais e setoriais.

Isso significa dizer que o exercício do direito de propriedade, apoiado na sua função social, insere-se na ordem econômica prescrita na Constituição, a qual tem como finalidade realizar o desenvolvimento nacional e a justiça, ou seja, são princípios dominantes além da função social da propriedade, “a liberdade de iniciativas, a valorização do trabalho como

condição da dignidade humana, a harmonia e solidariedade entre as categorias sociais de produção, a expansão das oportunidades de emprego produtivo e a repressão ao abuso do poder econômico (ANDREAZZA, 1979).

Nesse contexto, a execução e a administração do Projeto Jari, no que concerne à produção agropecuária e industrial “ela se comportou nos limites da lei ao cumprir as suas obrigações assumidas”, enfatizando a função social inerente à atividade empresarial, baseadas na utilização da renda da terra. Isso pôde ser confirmado com base no Estatuto da Terra (1964, art. 2º), quando conceituou que a propriedade rural ou qualquer que seja o quantitativo agrário passa a desempenhar integralmente a sua função quando atinge algumas exigências, tais como: Favorecimento do bem-estar dos seus proprietários e dos trabalhadores que nela labutam juntamente com os seus familiares; manutenção de um nível satisfatório de produtividade e de renda na terra trabalhada; uso de alternativas para a conservação dos demais recursos naturais, observância da legislação que regula as justas relações do trabalho entre os que a possuem e entre os que a cultivam.

Apesar do empreendimento “cumprir os ritos legais” naquele contexto, todavia, o que se evidenciava mesmo eram os efeitos negativos provocados sobre o meio ambiente, pela derrubada de grandes extensões da Floresta Amazônica, motivando protestos de grupos ambientalistas de várias partes do mundo. Tada essa forma de movimentação contrária conforme Couto (2009, p. 3),

Mesmo a Lei nº 5.709, de 1971, estabelecendo certos critérios à aquisição de terras e concomitantemente a extração dos recursos naturais na região “só no município de Mazagão (AP), o Jari estendia seus domínios sobre uma área que superava os limites determinados pela lei, a qual estabelecia que estrangeiros não poderiam deter mais do que 1/4 da área de um mesmo município, determinando ainda que desse total não mais do que 40% pertencesse a uma mesma pessoa, que foi o caso do empreendimento. Diante das denúncias que apontavam tais irregularidades, Ludwig contra argumentava que na data em que adquirira as terras, 1967, a referida lei ainda não havia entrado em vigor”.

Nesse sentido, constatou-se que bastaria o projeto cumprir as funções determinadas pelo Estatuto da Terra para que o poder público se justificasse, e que a renda da terra extraída pelo empreendimento facilitaria e prestigiaria a criação e a expansão de empregos rurais, às pessoas físicas e às pessoas jurídicas, que tinham como objetivo “o desenvolvimento racional dos setores extrativistas, agrícola, pecuário ou agroindustrial no novo território”.

Para justificar tais metas em 1974, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) produziu um relatório sobre o Jari no sentido de explicar a real situação das atividades desenvolvidas pelo projeto, mas não foi divulgado na ocasião, só vindo a público em 1979, quando foi publicado pelo jornal Movimento. No final da década de 1970, com a liberalização

política vivida pelo país e o rompimento do sigilo que envolvia as decisões sobre o Jari, avolumaram-se as críticas e denúncias contra a atuação de Ludwig no Amapá. Isso porque em setembro de 1978, reivindicações de grupos contrários ao empreendimento publicaram reportagens em um jornal chamado Movimento que acusavam o General Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, e o então secretário particular do presidente, de praticarem tráfico de influência em favor das atividades do Projeto Jari.

Ainda como acusação feita pelo grupo, as atividades do agronegócio desenvolvidas pelo projeto eram responsáveis por 37% do déficit comercial brasileiro, acumulado entre janeiro e outubro de 1978, cujo valor total alcançava 784 milhões de dólares. Importante ter ideia da dinâmica que envolveu tais projetos, no sentido de propor em discussão a grande propaganda feita por diversos setores de formação e divulgação sobre as atividades do agronegócio de florestamento, reiniciadas após outros setores de movimentação econômica terem sido esgotados.

Nesse sentido, verifica-se que os impactos gerados por tais atividades ainda não têm dado conta de saldar as dívidas socioeconômicas margeadas pelas formas desequilibradas e perigosas com que o capital se instala nos diversos territórios amazônicos, sob a certificação de que gera melhor qualidade de vida, de renda e desenvolvimento.

Acredita-se que estas proposituras são justificativas infundadas, porque a renda da terra extraída em detrimento das atividades agrárias, seja ela qual for, representa apenas uma parcela do total do lucro gerado pelo capital investido, na aquisição e na preparação da terra para gerar produção. A outra questão é que a parcela de capital investido se efetiva a partir de iniciativas dos capitalistas e não dos governos propriamente ditos.

Por conta desse falso discurso, não há como concordar com a utilização de estratégias dessa natureza aplicadas pelos empreendimentos e com apoio dos governos locais, no sentido de gerar desenvolvimento, uma vez que, assim sendo, o Amapá e a Amazônia dificilmente se livrarão da apropriação e do controle do capital sobre a exploração da terra.

O aproveitamento dos recursos naturais pelas atividades desenvolvidas pelo empreendimento Jari não se deu na forma prescrita na legislação – Estatuto da Terra e o Código Florestal. Ao forjar a legislação, foi permitido, e ainda permitem aos proprietários de florestas heterogêneas transformá-las em florestas homogêneas, executando o trabalho, a um só tempo, de derrubada e de plantio, principalmente de espécies exóticas, visando a ampliação da renda da terra. Isso demonstra que a exploração da renda da terra no Amapá sempre foi efetivada por meio da repressão à exploração da forma empírica das florestas e dos demais recursos naturais.

Questionadas pela vigilante opinião pública, o contraponto governamental é a necessidade de atrair empresas organizadas e capacitadas tecnologicamente para a “desenvolver o Amapá”

Esse modelo de atuação seria na época, e ainda será, inevitável as explorações predatórias dos seus recursos naturais, considerando a extensa área a depender de controle e da vigilância. Para se ter ideia, em territórios do Pará e do Amapá, a empresa Jari, conforme Couto assevera (2009, p. 1),

Legalmente, Ludwig conseguiu comprovar sua propriedade sobre cerca de um milhão e seiscentos mil hectares de terra, entre títulos de propriedade plena, títulos de aforamento e títulos de posse legítimos. O empresário reivindicava, no entanto, o direito de propriedade sobre uma área ainda mais extensa, por ele estimada em torno de três milhões de hectares.

Essa extensa área é oriunda de sucessivas posses muito antigas, remontando à segunda metade do século XIX. Todavia, as áreas que se encontravam na época em fase de legalização passaram a obedecer ao controle dos órgãos competentes, tendo de submetê-las às normas legais relativas à preservação da segurança nacional. Fator aparentemente perigoso para a manutenção do projeto, pois poderia comprometer as estratégias de controle e de manipulação do uso da terra e da extração de sua renda pelo capital estrangeiro, no Amapá.

No que diz respeito aos aspectos fundiários, sobre a apropriação das terras pelo Projeto Jari, é importante distinguir as questões referentes ao estado do Pará e do Amapá. Quanto ao estado do Pará, as questões foram conduzidas pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), e pelo Amapá foram tratadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em relação ao Pará, três formas distintas contribuíram para promover a aquisição de terras pelo empreendimento Jari. A primeira diz respeito ao domínio regular reconhecido pelo ITERPA, abrangendo 225.967,6 hectares, representadas por meio de 50 títulos definitivos e de legitimação.

A segunda questão refere-se aos aforamentos, envolvendo uma área de 68.400 hectares, representada por meio de 19 títulos de aforamento, cuja demarcação encontrava-se em fase de reconhecimento à época. Na terceira forma, a mais complexa delas, relacionava-se à tentativa regularizar novas posses, que giravam em torno de 33 propriedades, localizadas no entorno do território controlado pela empresa. Nesse caso, as áreas pretendidas totalizavam em torno de 2.743.801 hectares. Porém, possíveis de reconhecimento apenas 58.913 hectares, conforme os critérios da legislação do estado do Pará, enunciados pelo presidente do ITERPA, em depoimento exarado à comissão criada para fins dessa análise.

Na época, a discrepância maior se dava em relação à pretensão inicial da Jari, que envolvia o imóvel relativo à fazenda Saracura, com área de 2.640.000 hectares, que de fato não

correspondia à realidade em relação ao tamanho da área física declarada. Esse foi um fator reconhecido pelo próprio representante da Jari, naquela comissão. Chamou atenção ainda o presidente do ITERPA que tal título não poderia ser legitimado ou regularizado em função de que a própria empresa não teria comprado a cadeia sucessória do imóvel, tampouco poderia usufruir da renda da terra naquele imóvel.

Por outro lado, conforme informações expressas por autoridades na comissão, a própria área apropriada pelo Projeto Jari, envolvendo o estado do Pará e o antigo território do Amapá, circunscritas aos rios Parú, Jari e Amazonas e ao chamado paredão, caso toda essa dimensão de áreas fosse incorporada ao patrimônio da empresa, não adicionaria mais do que 850 mil hectares. Isso significa que, até mesmo os testamentos que comprovavam a dimensão do imóvel de propriedade da Jari naquele período já se encontravam recheados de incompatibilidade, no que se refere à legitimidade na apropriação da terra e, por conseguinte, a extração da sua renda pela empresa.

No estado do Pará, foi considerado passível de reconhecimento pela Jari florestal apenas uma área com dimensão de aproximadamente 353.281,2 hectares, as quais atenderam às devidas condicionantes exigidas pelo ITERPA, ou seja, a comprovação das sucessões dominiais de acordo com processos já em andamento pelo instituto. Isso se confirma, no dizer de Becker (1990, p. 38), durante o processo de remanejamento e de nova apropriação do espaço, agudiza-se a disputa pela terra, que, adquirindo valor de troca como mercadoria, se contrapõem ao valor de uso e de exploração de sua renda. Nota-se que naquele momento a sucessão dominial era o principal comprovante a assegurar a garantia de que o posseiro era o legítimo proprietário da terra, fato que não correspondia nem atestava pelos documentos apresentados pela Jari, sobre o quantitativo de áreas pertencentes ao seu controle e à exploração da sua renda.

Quanto ao antigo Território Federal do Amapá, como áreas de jurisdição da União e afeta ao INCRA, a Jari Florestal e Agropecuária Ltda. tinha, conforme levantamento procedido por aquela entidade e fornecidos pelo seu presidente, Dr. Paulo Yokota, uma área total de quatrocentos e oitenta e quatro mil e trezentos (484.300) hectares, transcritos em nome do empreendimento, perante os cartórios de registros de imóveis competentes do estado. Comparando a apropriação de terras entre os dois territórios geopolíticos, a Jari, no Amapá, controlava duas vezes a mais o quantitativo de terra do que no estado do Para que controlava, como já foi dito 225.967,6 hectares, já oficialmente representadas por meio de 50 títulos definitivos e de legitimação.

Nessa condição, no Amapá, o critério de maior importância utilizado pelos cartórios de registros à comprovação de tais áreas foram as falhas na cadeia de sucessão dominial sobre as

terras, falhas essas que jamais tinham condições de serem detectadas, em função principalmente da pouca estrutura utilizada pelo órgão controlador das tarefas de expedição de títulos (INCRA-AP). Conforme levantamento realizado pela Jari Florestal e Agropecuária, fornecido à comissão pelo seu presidente, apenas um total de 484.300 hectares poderiam ser legítimas de apropriação e de extração da sua renda. Do total transcrito, foi solicitada ao INCRA a regularização de apenas 93 mil hectares. Todavia, conforme declaração de um informante que não quis ser identificado, o presidente daquela autarquia relatou que cabia ao órgão competente (INCRA) fazer o levantamento no sentido de identificar devidamente os títulos que foram levados a registro, e, a partir das suas constatações legítimas, ou não, regularizar o que fosse julgado cabível e procedente.

Com base nessa condição, dos 484.300 hectares pertencentes ao Amapá, cerca de 334 mil estavam legitimados por meio de títulos de propriedade e de posse sem interrupção na cadeia sucessória. O restante, 150.380,8 hectares, por títulos legitimados com interrupção na cadeia sucessória dominial. Todo quantitativo de propriedade, sem interrupção, quanto àquelas com interrupções, nas suas legalidades, representavam territórios com responsabilidades de gerar apropriação e rendas para o desenvolvimento das atividades do empreendimento, quanto para a manutenção de um quantitativo populacional que girava em torno de 40 a 45 mil pessoas na época, direta ou indiretamente ligadas aos empreendimentos ou residindo no entorno das áreas do projeto.

Percebe-se que a instabilidade socioeconômica criada pela empresa no desenrolar das suas atividades provocou vários problemas e desdobramentos sociais, para os quais o poder público, nas três esferas de governos, tinha que estar atento e sensibilizado e que não se manifestou satisfatoriamente. Por outro lado, os projetos de reflorestamento e de rizicultura desenvolvidos junto aos núcleos populacionais das silviculturas e das várzeas apresentavam características especiais, como apoio e vínculo à exploração ou ao manejo florestal e à produção de arroz, como atividades especificamente também de interesses da Jari, mas que, durante o acordo feito entre as partes, governo e empreendimento não se levava em conta.

Por conta disso, as atividades da Jari se efetivavam quase sempre alheias à manutenção dos territórios de vida das populações, principalmente no que diziam respeito à apropriação da terra e da sua renda aos atingidos pelo empreendimento, contrariando os acordos de compensação de investimento dos resíduos resultantes da extração do potencial dos recursos naturais extraídos do Amapá. Já os centros urbanos do Pará e do Amapá, como Monte Dourado e os povoados de Santo Antônio da Cachoeira e de Jarilândia, os ribeirinhos das localidades de Vitória de Jari, dos próprios ribeirinhos da localidade do Jari, Beiradão e de Beiradinho, fazendo

fronteiras com Monte Dourado e com a área industrial de Monguba, deveriam receber tratamento e atenção especial por parte do governo federal, o que poucas vezes de fato receberam a devida presteza.

Diante de tal situação, fica claro a pouca atenção dispensada às comunidades envolvidas, nas atividades dos programas, tanto por parte da Jari, quanto por parte do governo federal, em relação à apropriação e à participação da renda da terra. Em relação às ações do governo, enquanto poder público, foi notável a vivência do pesquisador, porque permitiu constatar que se faziam necessárias vivenciá-las sempre, diante do avanço do capital nas novas e contínuas territorializações, a partir das ações dos empreendimentos.

Estas formas de controle são capazes de mobilizar também novos contingentes de mão de obra para o acionamento das suas unidades de produção, para o suprimento de matéria-prima, como parte de geração da renda da terra, bem como de estruturar toda a rede de transportes na área, viabilizando os objetivos do projeto. Nesse sentido, demonstrar as transformações sofridas pelos núcleos populacionais residentes no entorno das unidades de produção ainda são a justificativa mais contundente utilizada pelo governo, em parceria com as empresas, para a aprovação pública de tais atividades.

Para a instalação do projeto, foi necessário construir certa infraestrutura de serviços básicos essenciais, como de água, de esgoto, de serviços de saúde com hospitais equipados. Em seguida, veio a grande soma de salários pagos, dada a expressiva dimensão do projeto e ao isolamento da área, o que gerou, por sua vez, um polo de atração populacional, instalando-se principalmente nas proximidades dos complexos de Beiradão e de Beiradinho. Esses assentamentos populacionais sempre foram assistidos por médicos e ambulatórios em Monte Dourado, que na época eram garantidos pela empresa, dentre outros serviços que impressionavam os envolvidos.

Não restavam dúvidas, entretanto, de que a situação socioeconômica dos núcleos populacionais era precária, os quais necessitavam de cuidados especiais por parte do poder público com as suas políticas públicas de urbanização das localidades, de programas de educação e de saúde, enfim, a dinamização econômica das áreas próximas ao empreendimento por meio de programas de colonização e de desenvolvimento agropecuário poderiam ser as formas mais adequadas para reduzir tais problemas no contexto das atividades desenvolvidas pela Jari Florestal.

Fica muito claro que a apropriação e a extração da renda da terra como objetivos principais do capital, por meio do Projeto Jari, só não pôde ser efetivado em escalas maiores porque, desde o início da instalação dos grandes empreendimentos na Amazônia, e em

particular no Amapá, a discriminação, a demarcação e a regularização das terras foram os mais frequentes problemas. Nesse sentido, para o empreendimento Jari desprender-se destes entraves, havia como meta primordial agilizar e/ou promover os processos de discriminação, demarcação e regularização das terras do Baixo-Jari, e do Baixo-Paru, localizados no estado do Pará e, de igual modo, a Região Sul do antigo Território Federal do Amapá, de maneira a permitir a apropriação legítima da terra e sua renda, viabilizando as ações do projeto e dos envolvidos pelas suas atividades.

O programa deveria ser executado de modo a resguardar os direitos e a viabilidade do empreendimento, assim como os direitos dos demais ocupantes habituais, em detrimento de outros empreendimentos de interesse para o desenvolvimento regional que pretendesse se instalar na circunscrição do Projeto Jari (ANDREAZZA, 1979, P. 116).

Conforme diretriz do projeto, a promoção socioeconômica das comunidades associadas direta ou indiretamente às atividades instaladas, ou àquelas que viessem a se instalar, sempre foram os seus objetivos permanentes. Isso porque as ações propostas pelo programa deveriam seguir as estratégias de integração do projeto à economia do Amapá, principalmente por meio da regularização fundiária também de sua periferia, a qual serviria como um dos instrumentos de indução para o estímulo à apropriação da terra e da sua renda, ocupando-a a partir dos pequenos, dos médios e dos grandes empreendimentos do setor privado.

2. Bruyzeel Madeireira S/A – BRUMASA

2.1. Histórico e a ação predatória da atividade madeireira

Em 1919, C. Bruyen-Zeel Jr. fundou em Roterdã uma carpintaria, que foi destruída por um incêndio em 1919. Em razão desse acontecimento, a marcenaria foi transferida para Zaandam. Nos anos subsequentes, ampliou suas atividades e novas fábricas foram construídas, até atingir a internacionalização da empresa por volta de 1928. Ao superar as diversas baixas financeiras, a revitalização dos negócios foi realizada por meio de novas unidades de produção instaladas em Dordrecht, na Holanda.

Por volta de 1947, a Bruyen-Zeel instalou-se no Suriname, iniciando no ano seguinte a produção de compensados naquele país, com três fábricas que atuavam nas atividades de produção de chapas aglomeradas até casas pré-fabricadas. Em 1949, o grupo adquiriu a maioria das ações da General Box Company Ltd., em Stellembosch, África do Sul, que atuava na atividade especializada de produção de caixas, em função de que ela já se dispunha de reservas florestais próprias para o desenvolvimento das atividades no setor madeireiro. Com estas condições, teve credibilidade para participar, a partir de 1955, do controle e da administração

da Societé de Gestion de la Compagnie Françoise du Gabon, localizada em Porto Gentil, na África (CASTELO, S/D, P. 9)

Portanto, a patente defendida pela Bruyen-Zeel Jr, representava um grupo internacional de alta reputação técnica na industrialização e na comercialização de produtos de madeira, além de um sólido renome nas atuações financeiras, cuja história fez com que a empresa se projetasse em muitos países. No Brasil, em particular no Amapá, no contexto da Amazônia, o controle econômico principal, durante a segunda metade do século XX se deu por meio das atividades minerais lideradas pela ICOMI.

Nessa condição, o projeto de exploração madeireira tomou corpo no Amapá a partir de 1965, ocasião em que a ICOMI vê nesse empreendimento grandes possibilidades em somar esforços no sentido de cumprir um dos seus acordos fechados sobre o investimento de um percentual de lucro no Amapá, resultante da exploração do manganês, entre o governo do Amapá, representando a esfera federal, e a ICOMI. Mas para o sucesso desse projeto madeireiro, foi necessário integrá-lo à mais moderna tecnologia desenvolvida e utilizada pela ICOMI ao se instalar no Amapá, porque conforme Nunes (2014, p. 35), o projeto de mineração de manganês “demonstrou a presença decisiva do Estado Nacional como principal apoiador para uma política de implantação de nova ordem de produção, para eliminar estruturas não capitalistas, incentivando a organização da produção com base na indústria moderna e no trabalho assalariado”.

Em 1978, após a acertada união de esforços das duas empresas, de um lado, elevando-as à capacidade empresarial, e do outro lado, a especialização de cada um dos dois grupos associados ao investimento, instala-se no município de Santana a Bruyzeel Madeireira S/A (BRUMASA), como missão de se projetar no mundo, em especial, enquanto atividade fabril de alto reconhecimento no setor madeireiro. Desse modo a parceria traria enormes contribuições à evolução produtiva da BRUMASA, a qual se destacava nas atividades do comércio de madeira. As atividades só se iniciaram após estudos e pesquisas relacionados com um projeto industrial cuidadosamente elaborado, no sentido de operar na extração da matéria prima de vegetais, tomando como base um sofisticado inventário sobre a constituição dos recursos naturais do Amapá.

As atividades relativas à exploração de madeira exercidas pelos investidores da BRUMASA foram de grande importância, bem como as atividades minerais desenvolvidas pela ICOMI. Essas duas atividades foram utopicamente as que “mais contribuíram” para o desenvolvimento do antigo Território do Amapá. O grupo holandês Bruyen-Zeel Jr, cuja experiência em industrialização de madeiras tropicais e em comercialização dos produtos no

mercado internacional, o prestígio e a confiança no grupo, tornou-se importante parceiro para a ICOMI, cuja união foi bem-sucedida (Figura 7).

Figura 7 – A Bruyzeel Madeireira S/A (BRUMASA) no Amapá



Fonte: Rogério Castelo, 2018. Adaptada por Bacelar, 2019

Logo, percebe-se que a decisão de os dois grupos empresariais juntarem seus recursos e capacidade técnica, consubstanciando-se por meio da Bruyen-Zeel Madeireira S/A, na realidade, foi o resultado de uma expressiva combinação de interesses econômicos por parte dessas corporações, que se destinaram a dar êxodo à empresa madeireira no Amapá, elevando-a à categoria de um empreendimento socioeconômico de importância ímpar. Até hoje, nenhum projeto de tal porte alcançou maior investimento industrial madeireiro apoiado pela SUDAM, na recondução da territorialização do capital e no controle da produção em larga escala, depois

da exploração do minério de manganês. Foi de uma abrangência tão considerada que, segundo Francisco (2018)²,

Essa madeira vinha de Portel, Breves aí tinha o departamento florestal, tinha uma turma que era outro departamento só pra comprar madeira. Comprava madeira do município de Breves, eles extraíam também de outras partes de outros municípios, mas eu não lembro, mas a maior parte era de Breve.

Estes municípios, na maioria, fazem parte do estado do Pará e essa compra de madeira se dava em função da estrutura de investimento que detinha a BRUMASA, tanto logística quanto financeira para atuar no setor madeireiro no território amapaense, assim como em suas áreas de confluência e de influência. Havia certa credibilidade no desenvolvimento do Amapá por parte dos envolvidos na expansão do capital por meio do agronegócio de extração de madeira, uma vez que o estado, sob a ótica fisionômica de suas riquezas, era visto como o estado amazônico mais preservado e se apresentava com o menor índice de degradação florestal do país.

Essa condição foi sempre um dos grandes chavões por meio do qual lhe permitiu com que os empreendimentos ligados ao setor madeireiro se apropriassem inescrupulosamente dos recursos naturais e da renda das florestas do Amapá. Essa percepção pode ser constatada em um dos discursos do deputado Luz (2012, p. 75),

O que vimos no Amapá dá-nos a certeza de que podemos dominar a Amazônia, porque o Amapá é um exemplo do trabalho e da conquista da terra. Não bastaria senhor presidente, que a terra fosse, de fato, dadivosa, mas seria necessário que se lhe desse o desbravador, com todas as qualidades, que o presidente Getúlio Vargas encontrou, quando há oito anos, criou o Território, na pessoa do grande administrador, estadista da nova geração, seu atual governador Major Janary Gentil Nunes.

O ideário contido no discurso do parlamentar atualmente é duvidoso, pois já se pode apontar para um futuro de muitos riscos na apropriação de madeira da floresta nativa, principalmente pelo setor madeireiro no estado. Nesse cenário, constata-se a ineficiência das políticas econômicas setorializadas, inadequado monitoramento e controle de seus recursos florestais, que sempre se desenvolveram além capacidade de regeneração da floresta.

A ineficiência do poder público, aliada ao reduzido preparo técnico e operacional são fatores que, combinadas com as peculiaridades naturais da região, também compõem um quadro de fragilidade do sistema, frente às tendências e pressões que o desenvolvimento regional impõe à riqueza vegetal nativa, principalmente quando promove o empobrecimento florestal advindo da exploração predatória de madeira nos ecossistemas. O esgotamento das

² Entrevista realizada com Francisco de Almeida ex-trabalhador da BRUMASA, no dia 20 de junho de 2018.

espécies florestais do Amapá pela BRUMASA foi descrito pela fala do senhor Francisco Almeida (2018)³, quando disse:

Era muita madeira, muita madeira mesma porque tinha um local lá traz que era cheio de madeira. Um lago lá, ai tinha um portão por onde o rebocador entrava, ai só fazia amarrar a jangada lá, ai o pessoal que trabalhavam lá, ai só fazia ligar por que tinha um funcionário mesmo que era próprio pro lago né, engatava a madeira no guindaste, puxava pra meter na plataforma lá pra entrar no rolo pra laminar.

A diversidade de biomas no Amapá, as extensas matas de várzeas, típicas da Bacia Amazônica, as grandes áreas de campo de várzeas e a faixa costeira com o maior manguezal do país, além das florestas de terra firme, com vegetação característica do maciço guianense, enfim, uma série de ecossistemas que exigem demandas socioambientais complexas, mas não recebem os devidos cuidados. Diante dessa complexidade, a BRUMASA argumentava que só o aparato de um empreendimento de monta dessa empresa apresentava condições de explorar os recursos naturais e gerar equilíbrio socioambiental e movimentação econômica ao estado, no contexto da Amazônia. Conforme Almeida (2018)⁴, “a logística da empresa era muito grande muito grande mesmo, tinha muitos rebocadores, empregados, só que o florestal era só mesmo pra isso, tinha um departamento florestal que era só de madeira, o escritório era separado só pra compra de madeiras”.

Nessa condição, as preocupações dos agentes do governo do Amapá em relação à atuação da empresa seriam aquelas advindas das pressões antrópicas feitas pelas colonizações pioneiras, pela exploração madeireira, pelo desenvolvimento da pecuária bubalina em caráter extensivo nos campos de várzea e pela intensa atividade garimpeira nos baixões. Fora esses cuidados, as atividades de extração de florestas nativas estavam aptas ao uso de novas técnicas de corte de árvores, o que para o órgão fiscalizador, poderia amenizar os impactos socioambientais durante a extração das espécies, em função do aparato estrutural e técnico utilizados pela empresa (GEA/CEMA, 1993, P. 20).

Observa-se que o próprio órgão fiscalizador reconhece que as atividades madeireiras no estado apresentavam riscos de gerar impactos ambientais e transformações não só ao território de vida dos ribeirinhos, mas também, às diversas populações envolvidas no processo de exploração. Segundo Almeida (2018), “com certeza a BRUMASA explorou até não dá mais mesmo, até porque era muita madeira, muita madeira, aqueles rebocadores quando vinham com imensas jangadas atrás que eles puxavam, com certeza que explorou”.

³ Entrevista feita com o senhor Francisco de Almeida ex-trabalhador da BRUMASA, no dia 20 de junho de 2018.

⁴ A fala de Francisco de Almeida, ex-trabalhador da BRUMAS durante entrevista no dia 20 de junho de 2018.

2.2 A BRUMAS e o controle da extração e processamento de madeira nativa no amapá

Em função de a BRUMASA apresentar um histórico no mundo, no que concerne às suas habilidades no setor madeireiro, para alavancar a extração de madeira da floresta nativa no Amapá, teve que seguir as normas administrativas públicas no sentido de realinhar a territorialização do capital e preparar a infraestrutura econômica e social adequada para dar continuidade à fomentação do progresso desenvolvimentista no ex-Território do Amapá. No dizer de Santos (2012, p. 124), “depois de encarar com decisão o problema da exploração do manganês do território, o capitão Nunes conseguiu que o governo federal lhe garantisse um empréstimo externo destinado a obras que darão ao Amapá aquilo de que ele necessita no momento: estradas e vias férreas, portos, meios de comunicação e saneamento”.

Isso significa que essa logística atenderia aos desígnios e o futuro do minério de manganês, mas já se instalou numa condição de suporte para a execução de outros projetos que pudessem dinamizar a economia do estado do Amapá. Para essa empreitada, sob as diretrizes da SUDAM, em 1978, como dito antes, instala-se no município de Santana a Bruyzeel Madeireira S/A (BRUMASA), ocasião em que, durante o período de exploração do minério de manganês pela ICOMI, observou-se um aceleração visível na ampliação das atividades sociais e nos principais setores da economia, especialmente a identificação de novas oportunidades de investimentos que pudessem gerar condições de equacionar os problemas socioeconômicos enfrentados no Amapá.

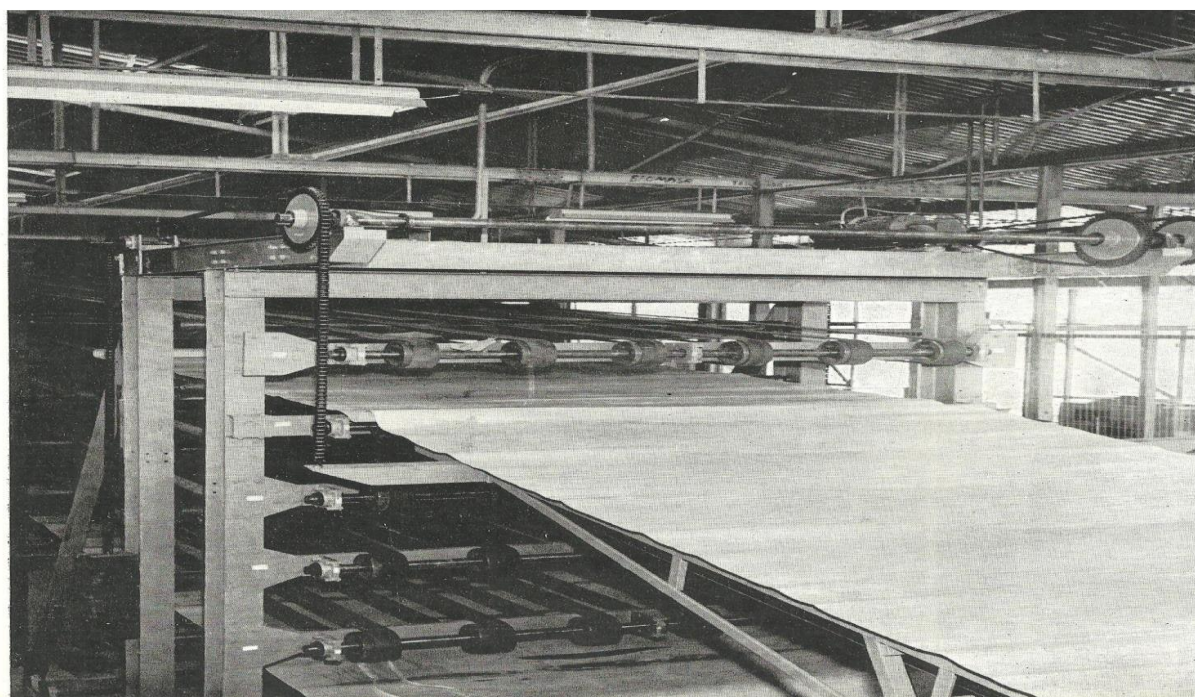
Fatores conduzidos pelo esforço do poder público federal e dos empreendimentos, auxiliados pela legislação e pelos incentivos fiscais, assim como a abundante fonte de matéria-prima a ser explorada, impulsionariam a viabilidade do projeto madeireiro e o controle da produção pelo capital. Quanto ao controle da produção, conforme Caturrinha (2018)⁵, “eu não me recordo, porque eu não tinha acesso, era só com a chefia e a pressão era grande para alcançar os metros, a pressão era grande para dar conta da produtividade. A produção era em dúzia, em metros, era bastante, mas não me recordo, mas ela comprava e vendia em metros cúbicos”. Nota-se que o controle da produção de madeira para a comercialização iniciava-se pela pontualidade e quantidade, obedecendo determinadas metas, sob o compromisso de atingir o volume correspondente ao contrato firmado com as indústrias compradoras.

A BRUMASA, sediada nas proximidades da cidade de Macapá, próximo ao Porto de Santana, o principal escoadouro de minério de manganês e de outros produtos do estado, não

⁵ Entrevista dada por Raimundo Caturrinha ex-trabalhador da BRUMASA, sobre o controle e as metas da produção de madeira, no dia 20 de junho de 2018.

teria ambiente mais apropriado para o controle da produção de madeira compensada e de madeira sarrafeada para exportação.

Figura 8 – Maquinário de produção de madeiras compensadas



Fonte: Rogério Castelo, 2018. Adaptada por Bacelar, 2019

Esse ponto estratégico facilitaria o controle e a venda das mercadorias porque em Santana do Amapá estava a porta de saída para as exportações amapaenses e a entrada dos produtos consumidos, inclusive de combustível para abastecimento da Hidrelétrica de Coaracy Nunes, instalada a pouco mais de 100 quilômetros de distância do porto. Essa hidrelétrica foi um dos instrumentos capitaneados pelo governo federal no Amapá como logística preparatória para a continuidade da territorialização do monopólio do capital agroflorestal, no sentido de impulsionar o controle da produção de madeira pelo empreendimento BRUMASA no estado.

Assim, a BRUMASA integrou-se à economia do antigo Território Federal do Amapá, numa espécie de movimento que coincidiu com os fatores que impulsionaram seu desenvolvimento, ou seja, pelo aproveitamento e pelo controle da produção dos recursos naturais abundantes para atender às suas atividades no setor madeireiro coordenado por ela própria, no intuito também de contribuir como a ICOMI, a saldar suas dívidas com o Amapá,

para minimizar o atraso nos investimentos em fontes de geração econômica de responsabilidade da empresa de mineração.

Esse compromisso recíproco entre esses empreendimentos fica mais ou menos visível durante a fala do senhor Almeida (2018), quando foi perguntado se o projeto BRUMASA foi uma sequência e teve apoio da ICOMI, dizendo: não lembro, eu só sei dizer que, quando a ICOMI fechou, muito funcionário da ICOMI passou a trabalhar na BRUMASA. Observa-se que a fala do entrevistado mostra provável boa relação entre ambas, apesar de desenvolverem atividades bem diferentes em seus setores da economia no estado.

Percebe-se que, de maneira brutal, e à custa da devastação da biodiversidade do Amapá, a ICOMI e suas subsidiárias não tiveram sequer a hombridade de reparar os prejuízos causados pela extração do manganês, pelo saque dos recursos naturais e pela constante utilização das práticas de controle das terras, muitas vezes com apoio do aparato estatal, subsidiando outros empreendimentos à continuidade destes fins. Essas ações são contínuas porque, conforme Torres et. al. (2017, p. 7), “é comum em toda a Amazônia e mesmo no resto do país que grupos privados que tentam se apropriar de grandes porções de terras públicas passem a se autodenominar “posseiros”. Ao procederem assim, pretendem autoconferir sobre certo grau de legitimidade e legalidade.

Todavia, ao contrário, mesmo o estado diferenciando-se juridicamente e no plano discursivo, o processo de constituição da posse e do controle das terras e dos recursos naturais no Amapá, na prática, sempre esteve amparado pelas decisões dos governantes. Ainda nessa visão, os autores defendem a clara distinção efetivada pelos seus papéis no mundo do trabalho e de ocupação e uso da terra, demonstrando que nesse contexto, capitalistas e posseiros representam interesses de classes sociais distintas, bem como processos antagônicos de apropriação desses bens comuns também no Amapá. Na condição de expropriadora das terras do Amapá, a BRUMASA teve de atuar como um empreendimento industrial cuidadosamente planejado e dotado dos mais modernos equipamentos, com capacidade e eficiência no aproveitamento dos recursos das florestas do Amapá.

Isso porque, havia de gerar benefícios para antigo território e para Amazônia, período em que o Amapá era totalmente dependente das ações do governo federal e que deveria, como gesto nos compromissos assumidos, assegurar o controle da produção de madeira bruta e compensadas para o abastecimento dos complexos industriais, controlada pela política de desenvolvimento da Amazônia, por meio do potencial retirado do Amapá, planejadas pela a SUDAM (SUDAM, 1967), pois, para o cumprimento das suas metas, o volume de capital que detinha pra investir na compra de madeira era muito grande.

No que diz respeito ao aspecto financeiro, como controle da produção de madeira compensada, foram tão altos os investimentos que, em janeiro de 1967, a SUDAM teve que declarar oficialmente a BRUMASA como um empreendimento de fundamental importância e de interesses para o Amapá e para a Região Norte, caso contrário, seria inviabilizado o empreendimento. Isso demonstra que a BRUMASA teve de resguardar as suas potencialidades de produtividade para tentar desenvolver o Amapá, atendendo, como já foi dito, o acordo traçado pela União, realizado entre a ICOMI e esse grupo de empresários holandeses, os quais, atuando no setor madeireiro, desenvolveram como atividade principal no Amapá a fabricação de lâminas de madeira compensada, a partir da matéria-prima extraída das florestas locais no estado e de áreas adjacentes, em larga escala, produção caracteristicamente típica do agronegócio.

Em conversa informal com ex-trabalhadores da empresa, descobriu-se que o montante de recursos para o financiamento do empreendimento girava em torno de dezesseis milhões de cruzeiros novos para a instalação da fábrica de madeiras compensadas da BRUMASA. Esse montante foi um dos maiores já investidos na industrialização da madeira no Amapá, assim como um dos maiores volumes de recursos empregados até o momento, por um empreendimento de qualquer natureza, no estado. Todo esse investimento, no dizer de Silva (2015, p. 5), representa “a lógica de sustentação das frentes pioneiras que se institui nas relações sociais a terra de negócio, a terra com estatuto de propriedade privada e o comércio de terras resultante da expansão da agricultura capitalista”, pois o trabalho contido nos desmates, extração, organização da produção, vilas, estradas e outros investimentos a valorizava no franco mercado capitalista.

Todavia, deduz-se que o investimento na extração de madeira de ecossistemas nativos envolveu outros aspectos importantes para assegurar o financiamento e o controle da produção, por exemplo: a) o empenho de parte dos investidores brasileiros no Amapá, quando fortemente dinamizaram o corte de uma das fontes mais importantes de produção de riquezas, as reservas florestais da região, em particular, as do Amapá. b) ao executar o projeto, contemplaram o seu aproveitamento da forma mais voraz, a partir de devastação predatória, a qual costumeiramente tem sido utilizada pelas frentes pioneiras durante a exploração de recursos agroflorestais.

Assim, ao dispor de recursos próprios e aplicando o recolhimento dos feitos em razão dos incentivos fiscais aprovados pela SUDAM, a BRUMASA passa a somar o seu capital às empresas do Sul, em função da sua inequívoca importância, para o “desenvolvimento socioeconômico do antigo território”. Conforme Castelo (s/d, p. 6), tomaram iniciativas a colaborar com o empreendimento um grupo de firmas tais como:

“A Cia. Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI), a Indústria e Comércio de Mineração S/A (ICOMINAS), a Empresa de Mineração (EMI), a Cia. Agrícola Rodrigues Alves, a Cia. SKF do Brasil Rolamentos, a Klabin Irmãos & Cia, a Cia. de Cigarros Souza Cruz, a Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A, a Cia. Brasileira de Pavimentação e Obras, a Cia. Ferro Brasileiro, a Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga, a Indústria Klabin do Paraná de Celulose, a ICISA S.A Indústria e Comércio, a Cia. Fabricadora de Papel, a Fazenda Uberaba S.A, a Distribuidora de Produtos Ipiranga S.A, a Irmãos Baraccat Ltda. e a Emílio Dino Almeida. As principais firmas que subscreveram ações preferenciais do projeto contabilizando um total de cinco bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros novos (C\$ 5.800.000,00). De tal importância também, foi a evidente confiança demonstrada pelos investidores estrangeiros, expresso pela participação do grupo BRUYNZEEL de um lado e, do outro por meio dos empréstimos feitos do banco, The Netherlands Investment Bank For Developing Countries, da Holanda, no montante de dois bilhões e cem milhões de cruzeiros novos (C\$ 2.100.000.00), na época”.

No relato de Castelo (s/d, p. 8), do investimento utilizado pela empresa, “quatro milhões de cruzeiros novos foram aplicados na aquisição de maquinaria, equipamentos e materiais de procedência nacional, para demonstrar as formas de organização do capital sobre o controle da produção madeireira no Amapá”. Interessante recordar, ainda, que as espécies nativas de maior valor e interesse foram as conhecidas regionalmente como as madeiras moles, tais como: a Virola, o Açacu, o Mututi, a Samauma, dentre outras espécies. Ressalta-se esse aspecto porque, para a fabricação de lâminas de madeiras compensadas, é preciso ter cautela no que diz respeito à seleção das espécies, em função de que o trabalho de prensar a madeira, para o preparo das peças prontas para o uso, não se admite misturar, madeiras moles com madeiras duras.

Por conta disso, o destaque foi dado à virola (*Virola Surinamensis*), constituindo-se como outra frente de produção de madeira sarrafeada pela BRUMASA, porque é uma das poucas espécies muito utilizadas na construção civil. Em função das suas características como leveza, pouca durabilidade e principalmente por ser adquirida pelos menores custos no mercado madeireiro, o que fez ter maior demanda. Havia, ainda, o aproveitamento do cascalho e das moinhas extraídos dessa espécie e que são muito utilizados no aquecimento dos fornos de produção de diversas mercadorias, tais como: as cerâmicas de modo geral e na produção de panificação, dentre outros setores de produção. Ainda se produziam as tábuas, os ripões, as pernas-mancas e as ripas, muito utilizados durante a preparação dos andaimes na construção civil.

Fica, assim, demonstrado que apenas de uma espécie vegetal é possível produzir uma diversidade de produtos, conforme a sua utilidade, seja para o atendimento de necessidades individuais ou coletivas, tudo de acordo com a demanda do mercado. Para isso, é importante para os empreendimentos deter o controle da produção a qual proporciona o valor das mercadorias, dependendo do tipo de demandas que seja solicitada. No caso da extração de madeira para abastecer o mercado interno e atender às demandas do exterior, a BRUMASA,

cunhada sob o conceito de modernidade, contava com um arsenal de máquinas que tiveram papel importante no desenvolvimento desse setor.

No entanto o que pôde se perceber foi que, apesar dos investimentos tecnológicos terem proporcionado o aumento e o controle da produção de madeira, a partir das décadas de 1990, ocasião em que a empresa BRUMASA passou a ser controlada por um grupo brasileiro denominado de Trevo, com administração no estado do Pará, mesmo com a sua reestruturação tecnológica, as mudanças socioeconômicas para o estado foram pouquíssimas ou nenhuma. A fala de Caturrinha (2018)⁶, confirma:

Na verdade, até quando passou eu não sei porque em 1974 quando eu entrei em 18 de dezembro, o pessoal comentava que todo final de ano eles recebiam participação de lucro né, quando era empresa holandesa. E os funcionários comentavam poxa estamos esperando a participação de lucro, que era uma grana a mais que entrava no final do mês. Aí a partir daquela data, nunca mais veio, depois que passaram pro grupo brasileiro cortaram tudo. Rapaz é impressionante.

Observa-se que os discursos estratégicos utilizados pelos capitalistas durante a extração de recursos florestais não se tratavam daquele período somente de produção de mercadorias para gerar capital e consequente mais-valia absoluta pelos investidores, mas, também se tratou de uma preparação para o estabelecimento da produção moderna com a sua nova lógica de divisão técnica e social do trabalho, bem como a produção em grande escala para o mercado de exportações. Nessa lógica de gestão ainda não entra em pauta a questão das transformações impostas ao ecossistema florestal com a extração das espécies nativas.

2.3 A Infraestrutura e a agregação de valores nos produtos

Para pensar a condição de infraestrutura e a agregação de valores nos produtos, tomou-se como base o período de 1948 a 1967, durante o qual se desenvolveu no vale do Rio Jari uma economia denominada “fase portuguesa” correspondendo a um período em que a empresa Jari Indústria e Comércio Ltda. ocupou-se do extrativismo vegetal e do comércio de mercadorias diversas, por intermédio dos entrepostos localizados às margens do Rio Jari, do Paru, do Caracuru, do Cajari e do Pacanari. Lins (2001, p. 83/85) retrata que “tal empreendimento tinha como preferência lidar com a comercialização da castanha-do-pará, do látex, do caucho, das peles de animais silvestres, com as balatas, com as madeiras nobres e as sementes oleaginosas”.

Com a compra da propriedade de José Júlio, que pertencia a dez portugueses e a dois brasileiros pelo empresário Daniel Ludwig, as atividades iniciais passaram a ser a extração, a

⁶ Entrevista concedida por Raimundo Caturrinha, falando da pouca contribuição socioeconômica gerada pela empresa, no dia 20 de junho de 2018.

industrialização da madeira, a coleta de castanha e a agropecuária, por meio de arrendamento das áreas na nova propriedade. Isso porque conforme Santos (1978, p. 48), no modo de produção capitalista, a terra é equivalente à mercadoria, e assim determinada é que ela se antepõe ao camponês, obrigando-o a comprá-la para se tornar em proprietário privado. Percebe-se que, no caso da nova gestão, de Daniel Ludwig, a compra de terra para o comércio madeireiro não canalizava ser um bom negócio em função de que assim feito parte do capital seria imobilizado.

Na agropecuária, chama atenção na época, a criação de suínos que se destacou como atividade econômica entre as comunidades porque, em momentos de falta de fornecimento de carne para o consumo da população, e dos empregados dos novos empreendimentos, tal setor de criação foi de grande importância na solução desse problema. No entanto, mesmo a companhia recebendo incentivos fiscais da SPVEA, para a instalação de uma usina de beneficiamento de castanha na localidade de Jarilândia, atual distrito do município de Jari, no Amapá, o projeto foi considerado inviável pelos conselheiros de Ludwig, que acolheu o parecer do conselho, o que fez com que o empresário suspendesse as atividades, dando fim a essa ideia.

Para a SUDAM, foi uma grande surpresa, porque já havia sido aprovados os incentivos fiscais ao empreendimento. A decisão tomada pelos conselheiros e efetivada pelo empresário provocou um dos primeiros abalos no relacionamento dos negócios desenvolvidos por Ludwig e o Governo do Amapá, com a SUDAM e com os acionistas da companhia (PORTO et. al., 2007). Esse fato se deu em condições políticas bem elaboradas e conduzidas pelo ministro Roberto Campos, na época, o qual liderava a pasta do planejamento e das estratégias para o desenvolvimento da Amazônia, que, diante do fator de desistência das atividades anteriores, passou a encorajar outros empresários a investir num projeto Florestal no Brasil, incentivos que foram aceitos e concretizados.

Nesse contexto a BRUMASA foi instalada há poucos quilômetros de Macapá, à margem esquerda do Rio Amazonas, onde se ergue a mais moderna fábrica de madeiras compensadas da Amazônia. A fábrica ocupou uma área construída em 16.000 m², com a prerrogativa de controle gerencial num terreno de 380.000 m². O empreendimento tornou-se referência geográfica, uma vez que era percebida tanto para quem navegava pelo rio quanto pelos que trafegavam pela avenida Amazonas, que por sua vez, liga o Porto de Santana à Vila Amazonas. Ambos exibiam a grandiosidade do empreendimento, a partir das suas bases de infraestrutura de importações de produtos manufaturados e das exportações de madeira sarrafeada e de laminados, para atender aos setores da construção civil e para exportações.

Vista da terra, o empreendimento mostrava o seu longo pavilhão construído em estruturas metálicas, ampliado pelas suas instalações adjacentes compostas por escritórios e almoxarifados, assim como de espaços preparados para instalações e contínua ampliação do seu complexo para a expansão da produtividade. Contemplada do rio, destacavam-se as estruturas dos guindastes e dos transportadores de correntes, alçando as toras de madeira do lago e os enviando ao interior da fábrica, do edifício e da chaminé da casa de força. O lago como depósito de toras localizado à frente da fábrica ocultava a vista dos observadores, um dos elementos de mais vivo realce na operação industrial, para o aperfeiçoamento da madeira e agregação de valores comerciais.

Com uma área de 70.000 m², o lago de toras era provido de colunas especiais, as quais mal afloravam a superfície das águas e que tinham como função prendê-los por certo período em imersão, ocultando-se da incidência dos raios solares e da ação dos insetos. O Rio Amazonas, os seus afluentes e o lago, na verdade foram os auxiliares de grande valia para as atividades de mobilização da matéria prima até chegar ao complexo operacional da empresa. O rio se destacava entre os demais porque sempre foi e ainda é o ambiente que permite fazer o percurso natural da madeira, é o protetor dos toros, o amolecedor das cascas e a principal fonte de fornecimento de água para o atendimento das necessidades industriais e domésticas.

Tecnicamente, o empreendimento àquela época foi visto como de natureza evoluída, a produção de madeira compensada e de madeira bruta eram medidas em metros cúbicos. O lago reservatório de toros servia para substituir ao lado da fábrica as funções do rio e dos seus afluentes. Por conta disso, todo o aparato que antecedia o processo de produção e do controle dos valores das mercadorias agregou também outros elementos ao processo de produção para possibilitar o aumento da cotação dos produtos no mercado. O cálculo dos custos considerava o tempo, o quantitativo de perdas dos toros durante os traslados, os gastos com combustão, os valores da mão de obra dos mateiros, dentre outros gastos, para em seguida incluir no valor das mercadorias para a comercialização. Somados a estes elementos, utilizavam-se produtos manufaturados, tais como: cola, lixas, inseticidas e fitas de aço para auxiliar nas embalagens da matéria-prima.

O processo de transformação da madeira iniciava-se a quilômetros do complexo industrial, começando pelo corte das árvores, a preparação dos toros para seguir os seus primeiros trajetos, os quais eram diversos, até chegar à fábrica ao lado do Porto de Santana. Nessa fase de preparação, o empreendimento recorria à força de trabalho dos camponeses, dos ribeirinhos, caboclos, mateiros-guias, biqueiros, dentre outros segmentos sociais e figuras importantes trabalhando muitas vezes até 14 horas por dia para extrair as toras. A fala de

Almeida (2018)⁷, confirma as informações, “com certeza empregou muita gente, muita gente ela empregou, era três turnos funcionando, não parava, era terminar largava uma turma e pegava outra, com certeza contribuiu muito, empregou muita gente”.

Nessa condição, a apropriação da renda da terra pela extração de madeiras nativas pelo empreendimento já se fazia presente em função do que, na visão de Santos (1978, p. 49), “na medida em que a propriedade privada da terra constitui um dos elementos da produção no campo, resulta daí a possibilidade de haver a geração de uma renda da terra”. Essa prática de arrendamento das terras pela BRUMASA, para extração de madeira se comprovou pelo que disse Almeida (2018), “ela só fazia extrair assim, ela não tinha terreno próprio, essa madeira era comprada né, encomendava aí o classificador chegava lá no porto no município de Breves e outros lugares, já estava tudo tirada a jangada, tudo agendado né ela não tinha é assim terreno próprio, então era tudo comprado”.

Dando continuidade ao processo, uma vez prontos, as toras de madeira eram amarradas com cabos de aço, formando grandes jangadas, eram rebocados rio abaixo ou acima, dependendo da origem da madeira. Conforme Almeida (2018)⁸,

Naquela época, a BRUMASA possuía três rebocadores construídos de chapas de aço em Niterói, nos estaleiros da Companhia Auxiliar de Construção e Reparos Navais (CACREN), movidos a Diesel com 170 HP de potências, cada um dos barcos. Durante as marés de lanços, ao chegarem à fábrica, as toras atravessavam uma comporta até atingir a primeira eclusa, de onde eram transferidos ao lago. Após um período de permanência em imersão, eram encaminhados à operação industrial, que era toda mecanizada em alto grau tecnológico.

Este aspecto, entretanto, é merecedor de referência destacada para a BRUMASA, no setor de industrialização e do comércio de madeira no Amapá. O empreendimento possuía “Lay out” concebido por meio de tecnologias e provido de equipamentos modernos, provenientes de fabricantes de reputação mundial, inclusive de composição em grande parte de fabricação brasileira. Dentre tais aspectos, sobressai-se toda a parte elétrica constituída pelo projeto e pela sua execução. Todavia, essa demanda recaía sobre seus custos também na agregação de valor das mercadorias, tanto naquelas de consumo da empresa, quanto nos produtos para exportação, e, acima de tudo, na redução dos preços pagos aos trabalhadores envolvidos no processo de localização das espécies, seleção, brocagem ao entorno dos troncos, derrubada, aparação e amarração em jangadas para dar destino à fábrica de compensados e sarrafeados.

⁷ Francisco de Almeida sobre a importância da BRUMASA na economia do Amapá. Entrevista concedida no dia 20 de junho de 2018.

⁸ Entrevista com Francisco de Almeida, no dia 20 de junho de 2018, falando da logística da BRUMASA na preparação da madeira para exportação.

Ademais, a sua estrutura metálica dos grandes edifícios constituída por duas pontes rolantes pesando 2t cada, dois sistemas de monovias de 15t e de 30t, a instalação de vapor e de água quente, as tubulações de cunho especiais, os equipamentos transportadores mecânicos, incluindo seis talhas elétricas contendo 0,5t cada, os três rebocadores, toda a oficina mecânica, o sistema de exaustão de poeira para não prejudicar a saúde dos trabalhadores, e, por fim, o tratamento de água assegurando pureza do líquido para o consumo doméstico e para o emprego industrial. Em conversas informais, dá para perceber que a BRUMASA foi mais um complexo industrial que se instalou no Amapá equipado de uma estrutura capaz de explorar em larga escala, deixando para trás apenas os vestígios de uma imposição sem limites à sociedade e ao meio ambiente do estado.

No que diz respeito à operação industrial para o beneficiamento da matéria prima como um dos ingredientes na agregação de valor das mercadorias, ela consistia nas seguintes etapas: o descascamento, a serragem e a laminação as toras já cortados sob medida, processo pelo qual se obtinham verdadeiros tapetes de madeira, constituindo-se assim as futuras chapas de revestimento e material de enchimento dos compensados. O aproveitamento do cerne das toras conhecidos regionalmente como âmagos, eram inclusos nos lotes de madeira bruta, a formação das chapas de laminados, a secagem, o preparo dos fios, a junção das chapas, a prensagem, o dimensionamento de cada uma, o lixamento das chapas, a triagem, o tratamento contra fungos e cupins e, por fim, o acondicionamento, todo um aparato sofisticado para assegurar a maior agregação de valor durante a produção de derivados de madeira (grifo nosso).

Para prover as necessidades de energia elétrica e de vapor d'água, durante o processo de preparação da madeira, no dizer de Caturrinha (2018),⁹

Foram montadas duas caldeiras de 10.000 kg de vapor/horas, à 350 graus, para obter uma pressão de 30kg/cm², que funcionavam por meio da queima de cavacos de madeira e serragem (esses conhecidos regionalmente como moinhas) de madeiras. Parte do vapor produzido destinava-se à alimentação de um turbo-gerador, cujas características de potências giravam em torno de 2.140 KVA, 9.500 rpm e 6.600 volts. O restante do vapor era transformado em água superaquecida a elevada pressão, atingindo uma temperatura de 180 a 220 graus, a qual era bombeada para os secadores, para as prensas e para as rejuntadeiras da fábrica de compensados e de madeiras sarrafeados.

O corpo operacional de trabalhadores da fábrica à época girava em torno de trezentos e cinquenta pessoas empregadas na empresa, número que crescia assim que a oferta da matéria prima aumentava, chegando a operar com duas linhas de produção, em dois turnos, nos quais

⁹ Entrevista concedida por Raimundo Caturrinha, ex-trabalhador da empresa, no dia 20 de junho de 2018, demonstrando o mecanismo de geração de energia, para o processamento final da produção de madeiras.

não se incluíam as centenas de pessoas que trabalhavam por conta própria, desenvolvendo atividades relacionadas à extração da matéria-prima, principalmente na fase de obtenção as toras de madeira, em diversos lugares. Conforme Lins (2001, p. 74), “considerando o número de dependentes daqueles trabalhadores, pode-se inferir da importância dos benefícios socioeconômicos gerados pelo empreendimento à região e em particular ao Amapá, àquele contexto de reordenação do capital”, ou seja, por um lado, assegurou as condições de sobrevivência das populações locais, mas, por outro lado, o empreendimento deixou um profundo custo social e ambiental praticamente irreparável ao estado.

Em função da excelente estrutura e do planejamento montado pela empresa, bem como no que diz respeito às atividades madeireiras, tais fatores levaram a BRUMASA à possibilidade de colocação no mercado internacional de parte da sua produção, no qual já tinha deixado grandes impressões sobre a qualidade e a adesão das mercadorias por ocasião das primeiras levadas iniciais de seus produtos. Para esse fim, as previsões eram de atingir em média/ano, uma produção em torno de 24.000 m³ de compensados de qualidade que atendessem ao elevado padrão internacional. Enquanto essa meta se concretizava, para o Amapá ficaram as esperanças da população, que via na fábrica de compensadas e de sarrafos oportunidades de melhorias para o estado, algo que jamais se concretizou.

O governo federal envidou todos os esforços para estimular o “desenvolvimento” do estado, no que diz respeito à aplicação de recursos de que dispunha na construção da infraestrutura de base para atrair investimentos durante a década de 1970/80, por meio de incentivos fiscais, capitais e técnicas de outras áreas do país. Esse tipo de investimento demonstrava que era bom negócio para a ampliação da economia no Amapá.

Todavia, os supostos benefícios socioeconômicos oferecidos ao Amapá, que tanto se propagava, não ocorreram como o esperado. Essa afirmação negativa segundo Caturinha¹⁰ “Apesar de ser a minha fonte de renda, mas era lamentável, porque a degradação da floresta era intensa, sem contar que nos interiores em áreas arrendadas eram as famílias inteiras que trabalhavam para fornecer madeiras eu creio porque era muita madeira que chegava”. A fala do entrevistado confirma os propósitos dos grandes projetos instalados no estado, ainda nos tempos atuais.

3. AMCEL - Amapá Florestal e Celulose S.A. - Plantio e Agregação de Valor ao Pinus e Eucalipto

3.1 A Gênese da Territorialização Monopolística do Capital no Amapá

¹⁰ Entrevista cedida por Raimundo Caturrinha, ex-funcionário da BRUMASA, no dia 20 de junho de 2018.

A Amapá Florestal e Celulose S.A. (AMCEL) foi criada em agosto de 1976 como integrante do Grupo CAEMI, com propósito de cumprir o compromisso da ICOMI em gerar renda e cumprir seus compromissos com o desenvolvimento do Amapá, após o esgotamento da exploração do manganês. Em 1995 a Champion Papel e Celulose Ltda., uma subsidiária do grupo americano Champion International Corporation, instalou-se no Amapá com a meta de formar uma base para processar florestas plantadas no cerrado amapaense, num período de sete anos. Esse período seria dedicado ao estudo e identificação das madeiras a serem exploradas, incluindo a construção de uma fábrica para a produção de cavacos com a capacidade de armazenamento em média de 2,5 milhões de toneladas anuais.

Conhecendo a experiência da AMCEL com o cultivo e processamento de pinus no Amapá, a Champion Papel e Celulose adquiriu os direitos acionários da AMCEL, em 1996. Quatro anos depois, em 2000, a International Paper do Brasil Ltda. adquiriu o grupo Champion, e promoveu a substituição do plantio de pinus por eucalipto. Atualmente, o controle acionário da AMCEL é dos Grupos Japoneses, Nippon Paper Industries (NPI) e Nippon Yusen Kabushiki Kaisha (NYK), empresas com vasta experiência na área florestal e na utilização de fibras vegetais. De acordo com o depoimento do diretor de assuntos comerciais da empresa, a AMCEL já ocupa cerca de 130 mil hectares de área plantada com eucalipto e pinus e mais 180 mil hectares de vegetação nativa, as quais abrange atualmente sete municípios do Estado: Santana, Macapá, Porto Grande, Ferreira Gomes, Itaubal do Piririm, Tartarugalzinho e Amapá (Fig. 6).

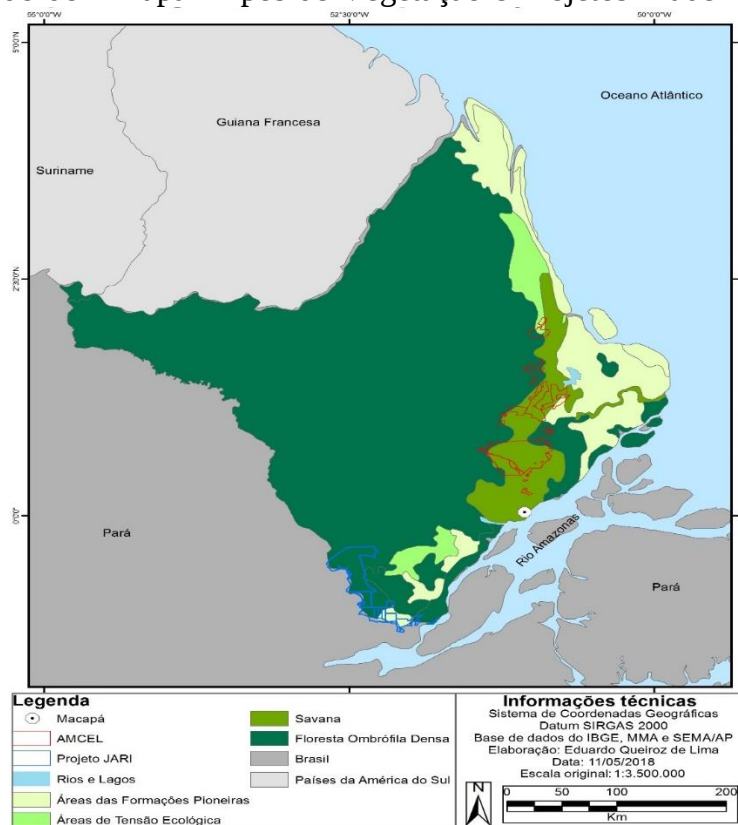
A AMCEL, atua no setor de manejo florestal, processar as espécies e exportar madeiras verdes e cavacos de eucalipto, produzidos de acordo com as exigências e padrões de qualidade, para suprir de matéria-prima a indústria de celulose, de papel e de produtos de madeira. O processamento industrial exige controle de alta precisão, dividido em classe e subclasse as atividades. Na primeira classe, inclui a etapa que vai do plantio ao corte. Nas subclasses, inclui a produção de diversos tipos de produtos derivados da madeira. Dentro dessa subclasse, estão as mercadorias resultantes das atividades como: o corte, o aplanamento da madeira, a secagem, o lixamento, a imunização, etc. porque nessa fase a madeira é preparada tendo em vista o produto final e o seu destino.

O Grupo japonês, constituído pela Nippon Paper Industries (NPI) e Nippon Yusen Kabushiki Kaisha (NYK), que comanda a AMCEL atualmente, constitui-se de um dos empreendimentos remanescentes da fusão das empresas Marubeni Corporation e a Nippon Paper Industries Co. Ltda. a maior organização Japonesa, integrando uma *trading*, e que investe no agronegócio de conglomerado.

Mas, independentemente do potencial desse grupo, a constituição do forte controle fundiário pela AMCEL no Amapá inicia-se a partir de 1977, quando a empresa ainda fazia parte do grupo CAEMI, constituído pela ICOMI como uma das suas subsidiárias, ocasião em que concorre a um edital de alienação de pessoas de direito privado ou órgão público da administração indireta, e possibilitou aos seus empreendedores assumirem o controle das terras e da exploração dos recursos florestais em territórios amapaenses. Penha (2018)¹¹, demonstra alguns mecanismos para essa constituição:

Isso aqui funcionou por meio de fomento, aqui as terras são nossas. Esse grande bloco de terra é proveniente da ICOMI, pois quando ela ganhou a concessão para explorar a mina e o governo federal contratou a obra, fizeram uma licitação pública federal de um bloco de 160.000 ha e a AMCEL/ICOMI saiu vencedora dessa licitação. Uma licitação que passou pelo congresso nacional na época, aprovado tem ata disso aí. Foram concessão pública da União para desenvolver o Amapá, só que quem ganhou foi a ICOMI, várias empresas entraram na concessão cada uma requerendo uma certa área e lá na frente a ICOMI tornou um bloco só e aí gerou 165.000 ha e virou AMCEL.

Figura 9– Estado do Amapá -Tipos de Vegetação e Projetos Madeireiros – 2018.



Fonte: IBGE, MMA e SEMA/AP, 2018.

A aquisição das terras da AMCEL foi realizada mediante participação em concorrência do Edital de Licitação Pública nº 1/1978, autorizado pelo Senado Federal pela Resolução nº

¹¹ Entrevista concedida por Carlos Penha diretor de relações públicas e comercial da AMCEL, no 10 de junho de 2018.

151 de 5 de dezembro de 1978¹², instrumento legal emitido pelo governo federal, que permitia ao INCRA alienar terras públicas para os fins a que se destinavam de acordo com a Resolução supracitada.

Art. 1º – É o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autorizado a alienar terras públicas, arrecadadas e transcritas em nome da União, localizadas no Território Federal do Amapá, com uma área total de 741.693 ha (setecentos e quarenta e um mil, seiscentos e noventa e três hectares), com as seguintes especificações e finalidades assim discriminadas: **a)** 208.388 ha (duzentos e oito mil, trezentos e oitenta e oito hectares), na região delimitada pelos rios Araguari, Falsino e Tartarugal Grande, para colonização por intermédio de cooperativas que venham a se habilitar na forma da Instrução Especial INCRA nº 13, de 27 de fevereiro de 1976, aprovada pela Portaria nº 77, de 27 de fevereiro de 1976, do Ministro de Estado da Agricultura; **b)** 533.305 ha (quinhentos e trinta e três mil, trezentos e cinco hectares), constituídos em 3 (três) áreas, sendo a de nº I com 137.584 (cento e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e quatro hectares), constituída de 12 (doze) lotes; a de nº. II com 128.309 ha (cento e vinte e oito mil, trezentos e nove hectares), constituída de 7 (sete) lotes, e a de nº III com 267.412 ha (duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e doze hectares, constituída de 27 (vinte e sete) lotes, destinados à implantação de projetos de florestamento, exploração florestal e agropecuários, a serem alienados, mediante licitação, segundo critérios estabelecidos no Decreto-Lei nº 200, de 1967, e na Instrução Especial INCRA nº 12, de 22 de fevereiro de 1976, do Ministro de Estado da Agricultura. (BRASIL. SENADO DA REPÚBLICA)

Diversas empresas participaram desse processo como a ICOMI e o grupo CAEMI, que adquiriram grandes áreas de terra de domínio da União, no então Território do Amapá. Nos anos subsequentes, grande parte dessas terras foram transferidas para a AMCEL.

Como divisória entre duas épocas e no intuito de reorganizar a estrutura fundiária e alcançar seus objetivos, a Lei de 1850 redefiniu o conceito de terras devolutas, tornando legal o sentido com o qual “devoluto” vinha sendo aplicado desde os tempos coloniais como sinônimo de “vago”, ou seja, no dizer de Silva (1996, p. 157),

Até a promulgação da Lei, o sentido original de devoluto era aquele de terra concedida, que pelo fato de o concessionário não preencher as condições da concessão voltava ao senhor original no caso a Coroa”. Entretanto com o tempo o segundo significado de devoluto foi empregado na Lei nas suas duas acepções a antiga e moderna, como vago, inculto. A escolha de chamar as terras públicas nacionais de terras devolutas e de defini-las por exclusão, as que não estiverem no domínio particular dentre outras condições divide até hoje a opinião dos comentadores.

Portanto, percebe-se que o ato de concessão das terras do Amapá por meio do edital de alienação de pessoas de direito privado ou órgão público da administração indireta, datado de 1978, sobre concorrência de terras devolutas, foram pautadas ainda como os resquícios anteriores à implantação dos grandes programas de desenvolvimento para o Amapá. Pois foi exatamente esse processo histórico que subsidiou a constituição da gênese do monopólio

¹² Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Resolucoes/1977.pdf>. Acesso em 15 jan. 2019.

fundiário pela AMCEL, para a produção de madeiras e de cavacos. Uma das questões que se coloca é o pressuposto de que esse empreendimento está dentro da cadeia do agronegócio.

Conforme o Edital nº 1/1978, foi por meio da execução de projetos agropecuários, de desflorestamento ou de reflorestamento de espécies exóticas para a produção de madeiras, derivados e cavacos, que a AMCEL se instalou no Amapá, no sentido de dar continuidade à territorialização monopolista do capital por meio das atividades agroflorestais. Para esse edital, a AMCEL concorreu pela aquisição de terras no Amapá, para atuar no setor madeireiro para a produção de madeiras verdes e de cavacos, pois as áreas preferidas para instalação do empreendimento foram as savanas, um tipo de ecossistema na época considerado como um bioma improdutivo à agricultura camponesa tradicional, mas com possibilidade de investimentos para a produção de mercadorias e de seus derivados para exportação.

Sob a jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e sob o comando da Divisão Territorial e Técnica do Amapá (DTTA), a presente concorrência visava à alienação de lotes variando de 2.669 a 36.955 hectares para a execução de projetos agropecuários, com grandes investimentos na produção em larga escala. Para nortear a aquisição das terras, os licitantes tinham como principal fonte de informação um estudo da região, consubstanciado em bases cartográficas, mapas geomorfológicos de solos, de fitoecologia, de aptidão agrícola dos solos e do uso potencial das terras no Amapá (Edital nº 01/78), sem considerar as posses das populações que historicamente estiveram ocupando as áreas.

De acordo com Mateus (2018), “não se sabe se na época da licitação a comunidade já estavam lá, talvez naquela época como o INCRA fez licitação e passou despercebido talvez e fez a licitação com eles já lá, porque pode ter acontecido”. Isso significa que antigamente estas licitações eram assim, o INCRA não ia em campo. Eram tão estranhas estas licitações que as exclusões através de posses eram feitas posteriormente. E isso era previsto no edital, ou seja, se houver posseiros nas áreas, fazia-se, então o ajuste na hora que for feita as demarcações.

Note-se, também, que houve uma soma de fatores que contribuíram para o empreendimento, como as áreas de florestas naturais, a posição geográfica e estratégica do Amapá em relação ao acesso ao Caribe, à Europa e ao oceano pacífico via Rio Amazonas, a oferta de infraestrutura básica existente, e a oferta do mais importante recurso que sempre foi a disponibilidade de terras com a sua biodiversidade e dos incentivos fiscais. Esses são fatores que estimularam, a partir de 1978, a criação do Distrito Florestal, no município de Amapá, pela AMCEL, tendo como centro geográfico o município de Tartarugalzinho, demarcado pelos seus extremos, os municípios de Calçoene e de Santana. Importante alertar para um fator que poucos

estudiosos têm percebido é sobre a destinação das florestas nativas existentes como enclaves e aos redores das savanas que não se sabe ao certo o destino de sua potencialidade

Tanto que, a partir do novo Distrito, buscou-se a integração vertical e horizontal do uso da floresta com a indústria de beneficiamento das espécies, utilizando para desflorestamento/florestamento, apenas as áreas identificadas com as tipologias de cerrados do tipo savanas e campos cerrados não inundáveis. No entender do Dr. Edimilson (2018)¹³, “são áreas mais planas e de menor quantidade de chuva, ao norte chove mais e alaga. Eles plantaram para se ter uma ideia tem áreas que a AMCEL plantou eucalipto no município de Amapá que apodreceu todo, porque o eucalipto precisa de muita água mais não tão abundante”. O plantio da AMCEL se dá a partir do município de Amapá para o sul do estado, para o norte existe uma área que eles plantaram, mas não deu certo e ficou como área de reserva.

Para se tornar a maior empresa de desflorestamento/florestamento e exportadora de cavacos do estado Amapá, a AMCEL contou, ao longo das últimas quatro décadas, com a contribuição e o apoio de pessoas que se dedicaram para oferecer o melhor do seu trabalho e com a vasta experiência do empreendimento na área florestal na extração de fibras vegetais. Somando-se a isso, há as condições hídricas do solo e das condições ambientais da região, assim como a garantia dos seus produtos, além do controle de um território econômico que envolve cerca de 130 mil hectares de terras disponíveis para o plantio de florestas renováveis, e mais 180 mil hectares de áreas de reservas nativas para serem utilizada no futuro para a expansão do cultivo agroflorestal.

Ressaltam-se nesse contexto de exploração que as áreas anteriormente que foram utilizadas para o plantio de pinus durante as atividades desenvolvidas pelo Projeto Jari foram transferidas para o controle da AMCEL, dando continuidade à extração e a produção de madeira da espécie pinus spp, as quais já existiam, todavia, assumindo o florestamento com menor intensidade. No que se refere ao cultivo de eucalipto spp a empresa já ultrapassa nas savanas o plantio de 100.000 hectares dessa espécie. Paralelamente, já investindo e substituindo largamente a produção de pinus spp, por eucalipto spp para a exportação de madeira, cavacos e de seus derivados, um negócio que tem dado à AMCEL o poder de controlar e apropriar-se de um vasto território físico e simbólico no estado.

Por conta dessa atitude do empreendimento, deduz-se que a extração de madeira para a produção de cavacos, proveniente de plantios de florestas no Amapá, é superior à extração oriunda das florestas nativas por outros setores comerciais no estado, os quais diversificam os

¹³ Entrevista concedida por Edimilson chefe do Departamento de Regularização Fundiária do INCRA, no dia 16 de outubro de 2018.

destinos e a utilidade da produção de madeiras nobres e de valores diferenciados. Tem-se observado *in loco* o descontrole na gestão dessa atividade pela AMCEL com o aval dos gestores do estado por meio dos órgãos fiscalizadores, chega a ponto de colocar em risco o potencial das espécies de madeiras nativas, que estão se esgotando, em função da expansão do plantio das espécies exóticas.

É fato que a AMCEL controla essa enorme área de terra no Amapá, por meio do projeto florestal que tem demandado constantes investimentos de capital, o que reflete o tamanho e o potencial desse empreendimento para a produção em grande escala. Por conta da sua “grandiosidade” no domínio do agronegócio no setor de desflorestamento/florestamento, em 2003, a AMCEL recebeu a Certificação de Gestão Ambiental, ISO 14001, fator esse, que contribuiu bastante para que os seus acionistas, em 2004, optassem pela substituição do plantio de pinus spp, por eucalipto spp, em função de diversos fatores como rapidez no crescimento, consistências nas estruturas de suas fibras, dentre outros fatores.

Na atualidade, a empresa possui a Certificação de Manejo Florestal (CERFLOR) e o Certificado de Cadeia de Custódia (PEFC), todas em função da sua atuação no setor madeireiro, produzindo matéria-prima para suprir a indústria de celulose e dos seus derivados, para os mercados europeu e asiático (AMCEL, 2003). Esses são aspectos que se consideram importantes para a apresentação da atuação da AMCEL no Amapá, nesse capítulo, como um dos instrumentos de maior impulso no que diz respeito à consolidação e a expansão do agronegócio no estado. Por conta da abrangência desse empreendimento, entendeu-se a importância em dedicar-se o terceiro capítulo sobre a atuação da AMCEL no setor agroflorestal, com suas particularidades e implicações territoriais.

CAPÍTULO III

TERRITORIALIZAÇÃO DO MONOPÓLIO AGROFLORESTAL – AMCEL

Se quarenta anos atrás houve grandes transformações sociais, econômicas e ambientais no Amapá, conforme as pesquisas apontam, o sentido da territorialização do capital pela AMCEL permite mostrar que o significado de fronteiras e conflitos permanecem válidos, embora neles existem diferenças significativas, em consequência da complexidade do atual contexto histórico que vivemos e que se referem sobretudo às novas motivações e interesses por atores que os impulsionaram. Tais mudanças não se tratam somente dos domínios institucionais governamentais, tampouco da expansão territorial do capital, mas sim de forças que tempos atrás atuavam e que se manifestam atualmente com forte e diferente atuação nas escalas do global ao local, configurando-se como verdadeiros atores geradores de novas configurações territoriais.

Dentre tais forças, destacam-se os grandes projetos, os governos locais e o apoio estrangeiro. O resultado da nova configuração territorial não expressa mais fronteiras e conflitos passageiros, mas adquirem dinâmica local própria. Nesse sentido, a ideia central desse capítulo é reunir, a partir das atividades produtivas de eucalipto desenvolvidas pela AMCEL, conteúdos capazes de projetar de maneira ampla as transformações geradas pela produção agroflorestal, representando assim um panorama de sua atuação mais geral no estado e que envolve as múltiplas dimensões nas mudanças nas suas bases físicas, naturais e até nas representações construídas sobre o território, passando pela dinâmica econômica e política e marcando a operacionalidade do discurso e das práticas da empresa na implementação de suas metas no Amapá.

3.1 O caráter conceitual

O processo de territorialização dos monopólios do capital agroflorestal no Amapá se dá a partir da disseminação do processo de mundialização do capitalismo monopolista e, consequentemente, da adesão pelo Brasil da política neoliberal, fatores que impulsionaram os grandes empreendimentos capitalistas a se transformarem, adotando novas formas de atuação em diversos territórios. Nesse sentido, pode se afirmar que a territorialização do capital monopolístico é um processo constituído de uma superestrutura que atua em diversos territórios, sob a égide das determinações expressas diretamente e indiretamente pelos grandes grupos econômicos. Por conta das suas determinações próprias, estes grupos gestam-se nas entranhas das múltiplas relações entre as classes burguesas mundiais, nacionais e locais,

combinando com o Estado suas ações por meio de novas estratégias de irradicação do seu poderio.

Conforme Oliveira (2016, p. 127), “é por este caminho que novas alianças estão fazendo surgir novas empresas articuladas em novos grupos econômicos. Gestam-se um capitalismo monopolista, oligopolizado no plano mundial, e, os grupos econômicos são a expressão direta dele”. No caso do Amapá, evidenciam-se o empreendimento Jari celulose que atua na atividade de desflorestamento e no reflorestamento de áreas para a produção de celulose e de madeiras, a BRUMASA, que se destacava nas atividades de extração e do comércio de madeira nativa, e a AMCEL, empreendimento que atua também no setor de produção de madeiras verdes e de cavacos para exportações.

Estes empreendimentos representam e dão sequência às estratégias determinantes pelo capital mundializado para a territorialização do monopólio do capital por meio do setor madeireiro, ou seja, eles sempre se instituíram no Amapá como resultado de ações do capital monopolístico, atuando articuladamente em termos mundiais e locais, mediante o processo de fusão, da aquisição, da associação, dentre outras formas de junção de forças capitalistas, tornando-se a característica principal no controle socioeconômico também no estado do Amapá.

Essas empresas monopolistas mundiais (world monopolists companies) articulam-se por meio de dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária e florestal mundial: a territorialização dos monopólios (territorialization of monopolies) e a monopolização do território (monopolization of territory) (OLIVEIRA, 2016). No Amapá, a AMCEL é uma empresa remanescente do grupo CAEMI, que detém a propriedade da terra, a produção de mudas de eucalipto, o plantio e a realização dos tratos culturais, corte, transporte, processamento, comercialização, atividades portuárias com terminal próprio no Porto de Santana, por onde exporta os cavacos de eucalipto para diversos países. Assim a AMCEL, como outras empresas do setor de madeira e celulose se territorializa, controlando e executando todo o processo produtivo de madeira. É o capital monopolizando o território sem aliança efetiva com outras classes. Conta efetivamente com o apoio da estrutura jurídico-política do estado em todas as suas instâncias.

Essa condição de controle estatal na economia e no comércio mundial exige certa metamorfose na forma de atuação do capital monopolista, no sentido de reordenar-se em outras dimensões. A partir das décadas de 1960/1970, tenta dar início a recusas ao Estado, seu principal apoiador, nos períodos de formação dos monopólios. No entanto, o que se observa é a continuidade do Estado Nacional em constituir-se como base de sustentação aos

empreendimentos para a territorialização dos diversos monopólios nas diversas escalas do global ao local.

Observa-se que, para a efetivação das estratégias neoliberais, para a transnacionalização da economia, o Estado teve de se submeter ao encrave territorial para o capital e utilizar-se das formas clássicas do imperialismo colonialista político-militar, da geopolítica de áreas de influência, dentre outras formas de articulação de controle territorial. No dizer de Pimentel (2018)¹⁴,

Esses novos empreendimentos têm a ver ainda, sutilmente com o acordo de Washington, a companhia siderúrgica nacional, o aeroporto no município de Amapá, numa cidade pequeninha, fazendo uma linha de frente de São José, no porto da costa rica, depois Bogotá. Em Bogotá fizeram um aeroporto cimentado e não tinha nem cimento, o americano fez tudo. Depois no Amapá, nele ele fez uma base de zepelim, traziam equipamento pesado para fazer o aeroporto. Daqui eles iam para Natal, África do Sul, costa da África. Esse era o caminho, que os americanos tinham para entrar na guerra para levar as forças aliadas sem passar pelo mar, porque o mar estava minado pelos Alemães como era que ia mandar gente pra lá. Os aviões de baixa autonomia, eles voavam dos EUA para outros lugares.

Portanto, o cenário característico que se apresenta para aquele período coordenado pela lógica neoliberal e direcionado pelo empreendimento AMCEL em suas atividades corresponde “a um imaginário social” que busca justificá-lo como racional, legítimo e correto, como formas contemporâneas da exploração de recursos agroflorestais, a partir do setor de atuação dos empreendimentos e da forma de controle na produção desenhada para a dominação e controle dos diversos territórios e de suas populações locais.

3.2. A AMCEL e as estratégias de desenvolvimento do AMAPÁ

Na continuidade histórica do processo de territorialização do capital agroflorestal, pelo qual o Amapá tem passado sob o controle da AMCEL, várias foram as estratégias executadas com apoio do estado, com vista à promoção do seu desenvolvimento socioeconômico. Por conta dessas iniciativas, nesse subitem procura-se fazer um levantamento básico dos mecanismos de evolução e retração adotados para o crescimento do Amapá, a partir de meados da década de 1970, objetivando compreender as implicações socioterritoriais decorrentes dessas estratégias, bem como de algumas alternativas de investimentos que tiveram como perspectiva a reestruturação econômica do estado amapaense, evidenciando os conflitos de interesse entre os modelos de ocupação na visão externa ao território e ao modelo endógeno de ocupação, fundamentada no modo de vida dos camponeses tradicionais.

¹⁴ Testemunho da singela participação do Amapá na guerra com os Norte Americanos em entrevista com Carlos Penha diretor de relações públicas e comerciais da AMCEL, no dia 23 de junho de 2018.

Nesse sentido, é importante mostrar que o modo de produção capitalista, por meio do sistema financeiro de ocupação do território amapaense, foi pautado pelos procedimentos de atuação de políticas territoriais formuladas ainda no início das ações e efetivadas pelo Estado nacional, a partir de meado do século XX, políticas que estimularam a geração de benefícios oferecidos à agentes estrangeiros, em atividades dessa natureza. Todavia, estes benefícios foram caracterizados para melhorar e viabilizar o acesso e a exploração dos recursos naturais disponíveis na Amazônia. Para essa empreitada, o planejamento Estatal foi a estratégia mais importante depois dos financiamentos, caracterizando-se como ação geopolítica, que assegurou com maior contundência a ocupação e o controle do território no intuito de promover o desenvolvimento do Amapá.

No dizer de Costa (1991, p. 62/65), “por se tratar de grande território, mesmo há pouco tempo estruturado logisticamente como o resto do país, as políticas de sua ocupação sempre procuraram combinar os interesses dos empreendimentos de exploração econômica com estratégias tipicamente geopolítica global”. Assim, observa-se que, a partir do emprego das ações geopolíticas externas, as prioridades de um pensar em relação ao desenvolvimento do Amapá e da Amazônia de modo maior não teve origem nos interesses daqueles que ocupam efetivamente o espaço amapaense, mas nas intenções daqueles que dele se apropriaram e se voltaram para a exploração das suas potencialidades naturais e mesmo simbólicas. Como afirmou Pimentel (2018)¹⁵,

Isso aqui funciona por meio de fomento, aqui as terras são nossas. Esse grande bloco de terra é proveniente da ICOMI, pois quando ela ganhou a concessão para explorar a mina e o governo federal contratou a obra, eles fizeram uma concessão de terras, fizeram uma licitação pública federal de um bloco de 160.000 ha e a AMCEL/ICOMI saiu vencedora dessa licitação. Uma licitação que passou pelo congresso nacional na época, aprovado tem ata disso aí. Essas terras foram concessão pública da União para desenvolver o Amapá, só que quem ganhou foi a ICOMI, várias empresas entraram na concessão cada uma requerendo uma certa área e lá na frente a ICOMI tornou um bloco só e aí gerou 165.000 ha e virou AMCEL. Como ela é uma sucessora da ICOMI, nós assumimos.

Essa lógica capitalista está fundamentada no imaginário que Gonçalves (2001), denominou de imagens criadas sobre a Amazônia, ou seja, a imagem que ainda se tem a respeito da Amazônia é mais uma imagem sobre a região, do que da região. Uma forma de tratamento dado à região, a qual sempre contribuiu para que seu território ficasse submetido à geopolítica de controle desde os tempos coloniais e da sua incorporação a “ordem Moderna”. Observa-se, com isso, que, no contexto do processo de ocupação do Amapá, destacam-se dois fatores

¹⁵ Encontro com Carlos Pimentel explicando as estratégias da AMCEL para desenvolver o Amapá no dia 22 de junho de 2018

importantes que caracterizam as estratégias territoriais oficiais voltadas ao estado, e que podem ser observadas ainda na segunda década desse novo milênio, que se apresentam interligadas e com fortes relações entre si. No entender de Brito & Costa (2006, p. 197),

O primeiro relaciona-se ao fato de que o pensar sobre o desenvolvimento do Amapá se configurou como ações de fora para dentro. De forma em que ao longo do processo de sua constituição Estadual as políticas de movimentação socioeconômicas institucionalmente planejadas sobre o território foram conduzidas por agentes externos a ele pautadas por meio de estratégias de ocupação e exploração dos recursos naturais e de espoliações das suas populações sem considerar a dinâmica socioterritorial interna. O segundo fator relaciona-se ao fato de que o Estado sempre se configurou como o principal agente do planejamento, elaborando estratégias geopolíticas de ocupação e de controle do seu território e que tem origem ainda no período colonial português.

Mas é prudente destacar que essas estratégias geopolíticas adotadas pelo Estado brasileiro foi um dos mais importantes alicerces para a constituição do estado amapaense, uma vez que elas fundamentaram as ações a partir dos postulados de defesas dos seus limites territoriais e na concepção de um estado constituído de reservas de recursos naturais a serem explorados pelo capital mundial, mas também como lastros de riquezas para as futuras gerações. Foi mesmo a partir da década de 1960 que o estado amapaense se tornou um ícone da implantação de estratégias que visava o seu “desenvolvimento econômico e social”, assim como a sua inserção na dinâmica produtiva nacional. Isso porque o Amapá, assim como a Amazônia, coadunados entre si, sempre sofreram com as características de geopolíticas típicas de povos/região submetidos aos desígnios do capital estrangeiro. Conforme Becker (2005, p. 71), “a geopolítica para esses fins, sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenção no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios”. Logicamente seus efeitos se manifestam também na dinâmica territorial do Amapá.

Nesse sentido observa-se que o processo de apropriação de terras e de produção no território amapaense pela AMCEL, adotado pelo Estado a partir da década de 1970, foi subsidiado por meio de estratégias que se configuraram como “modernas” para a Região Norte. Assim, foram tomados os procedimentos que deram impulsos para a elaboração das estratégias de desenvolvimento para o Amapá, os quais foram subsidiados pela elaboração de planos e de instrumentos políticos que se responsabilizaram de territorializar o espaço amapaense, com a finalidade de fomentar as superestruturas necessárias para a promoção do processo de monopolização agroflorestal no estado.

Durante a elaboração da pauta de prioridades coordenada pelo governo federal e desenvolvida pela gestão da AMCEL, deduz-se que foi pensada de início um plano de controle do território amapaense pelo empreendimento, a superposição de territórios, a criação de polos de desenvolvimento, a execução de outros projetos, e, o mais importante, o apoio do ideário de

concentração de terras para a territorialização do monopólio do capital estrangeiro no estado. Curiosamente, foi a partir do km 50, ao longo da BR 156, que as savanas atraíram o interesse da empresa AMCEL, em função de que as propriedades estavam sobre as posses no entorno das áreas urbanas, pelos camponeses e pequenos criadores e outros tipos de posseiros pois, naquelas áreas, as “licitações perfeitas” aconteciam na época em áreas federal, públicas, por serem terras devolutas na época, terras da União.

Segundo Becker (1990, p. 27), “o espaço da empresa tem posição estratégica, graças às suas vantagens técnicas; é afastado das zonas relativamente mais povoadas para evitar maiores conflitos de terras, mas não tão longe que isole das bacias de mão de obra”. O que não é o caso da AMCEL, que se instalou mais distante das áreas urbanas em função dos interesses nas terras e nos seus recursos naturais no estado. A partir desse perfil de gestão, pautado na logística que contava com as estradas como espaços de circulação dos produtos das florestas, não há dúvida de que o projeto agroflorestal da AMCEL avançou. Isso porque anteriormente a movimentação econômica no estado era subsidiada por um processo de organização socioterritorial cunhado no modelo triangular dos rios, das várzeas e das florestas, passando, a partir dessa nova estrutura, melhor definir a função do Estado no contexto econômico regional e nacional.

Ainda com as melhorias infraestruturais, o estado do Amapá, por meio da AMCEL, continua a se submeter a uma espécie de exploração dos seus recursos naturais, não exclusividade do setor mineral, mas desta feita, pelos setores agroflorestais, com vista à continuação de sua contribuição para o equilíbrio da receita e da elevação das exportações. Nesse sentido, Becker (1990, p. 27), disse:

Praticamente 50% dos investimentos dos projetos correspondem a incentivos fiscais e muitos deles são fictícios, abandonados dentre outros casos, assim considera-se que a política de incentivos fiscais resultou em grandes perdas de impostos aos cofres públicos sem que o fluxo de capital privado previsto para a Amazônia se efetivasse. Pois, considerando o objetivo geopolítico da rápida apropriação de terras na região e nele incluindo a atuação da AMCEL no Amapá foi ela bem-sucedida.

Conforme Brito & Costa (2006, p. 198), “[...] o Estado passou a ser o maior interventor na economia, pois acreditavam-se que a eficácia dos processos de modernização regional centrava-se no desenvolvimento de políticas públicas capazes de racionalizar a aplicação de capitais na região”. Percebe-se que, com a intervenção do Estado cada vez maior na economia da Amazônia, certo quantitativo de empresas de menor porte incentivadas pela atuação da AMCEL instalaram-se no Amapá, atraídas pelos subsídios que também sustentaram o projeto ICOMI, ou seja, os novos empreendimentos passam a atuar pautados pelos incentivos e isenções fiscais, prevendo o esgotamento do minério e o cumprimento de garantia do acordo de recompensas dos lucros auferidos durante a atuação da ICOMI em Serra do Navio, repassados

ao Estado. Sintetizando: foi um verdadeiro “drible do rabo da vaca” aplicado pelos capitalistas na sociedade amapaense.

Observa-se que esse acordo entre as empresas permitiu alterar a ordem estratégica de desenvolvimento do território amapaense, fazendo surgir novo padrão de ocupação do espaço das savanas amapaenses, centrado no modelo desenvolvimento de um grande projeto no setor agroflorestal, tendo como suporte logístico a BR 156, a abertura de ramais no interior do estado como meio de circulação de mercadorias. A partir da década de 1970, o Estado nacional ampliou ainda mais suas ações, desencadeando novas estratégias de desenvolvimento e de modernização na região, o que permitiu paralelamente a intensificação do processo de reestruturação socioterritorial, em particular na porção oriental da Amazônia, incluindo o Amapá. Nesse contexto, a atuação da AMCEL no setor de desflorestamento/florestamento segue as estratégias determinadas pelo Estado. Segundo Brito & Costa (2006, p. 198/199), dentre os principais pilares estão:

Os projetos de colonização dirigida pelo Estado, com propósito de ocupar a região; a ampliação dos incentivos fiscais para os quais a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA), tiveram papel importante; além de investimentos estatais voltados para o reconhecimento das potencialidades da região, através de levantamentos de dados de suas características físicas, no que foi fundamental o projeto Radam-Brasil e a atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE).

Observa-se que, tanto para o Amapá quanto para a Amazônia, a década de 1970 foi decisiva para a instituição de estratégias para a integração com outros territórios. Como nos recorda Coelho (2003, p. 661/662), “tinham como objetivo principal a necessidade de integração entre a Amazônia e o Nordeste brasileiro e incentivar a produção agrícola na Amazônia voltado para o mercado externo”. No caso do Amapá, no contexto regional, o destaque é percebido pelo desenvolvimento e pela expansão do setor agroflorestal da AMCEL, servindo como espaço ideológico e prático de expansão econômica e atrativo populacional, e contribuindo para o deslocamento do eixo migratório do sentido Nordeste-Centro-Sul, em direção ao estado, na perspectiva de amenizar as tensões sociais marcadas pela concentração fundiária e conflitos sociais diversos nos territórios de origem.

A recuperação da rodovia, BR 156, e o controle federal das terras localizadas ao longo do seu trajeto serviram de base para a expansão econômica e de alocação populacional em projetos de colonização. Estes fatores somados parecem constituir-se em um dos marcos principais das estratégias de desenvolvimento estadual, motivado pelo governo central e operacionalizado pela AMCEL.

No pensar de Becker (1990, p. 23), exatamente “a partir de 1968, incentivos fiscais e créditos especiais a baixos juros são mecanismos seletivos que subsidiam a implantação dominante de empresas agropecuária vinculadas a firmas nacionais e multinacionais”, o que foi o caso da AMCEL, no Amapá, que se instalou naquela época no setor agroflorestal. Incentivos e créditos que contribuíram para acelerar o processo de territorialização agressivo do setor agroflorestal, no território amapaense, cujo o padrão de ocupação passou a privilegiar o eixo rodoviário como espaço de circulação, fazendo com que ao longo da via ampliassem e surgissem vários povoados. Segundo Becker (1982, p. 15), “[...] esse processo tem dimensão espacial, ou seja, caso não haja mudança estrutural, verifica-se tão-somente a expansão do sistema que é o crescimento, mas não o desenvolvimento”. No Amapá, tem-se o caso da AMCEL nas atividades do agronegócio florestal, com procedimentos de destruição/plantação/produção de madeiras verdes e de cavacos para exportação, que cresce, mas não desenvolve o estado.

Segundo Brito & Costa (2006), o Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais para a Amazônia (POLAMAZÔNIA) criados em 1974, e em função dele, o governo federal selecionou áreas em que se concentrariam grandes investimentos financeiros e infraestruturais capazes de modernizar e desenvolver a região. A AMCEL se instala no Amapá nesse contexto, Segundo Becker (1990, p. 25), “a exploração da madeira complementa a quadro do uso da terra”, ou seja, os agentes tentam diferenciar o uso da terra e a exploração de madeira pelo setor privado no momento em que se organiza a produção no que se refere a escala do estabelecimento, relações de trabalho, tempo de implantação, uso de equipamento e insumo, extensão da área desmatada e ritmo de desmatamento.

No que concerne à instalação de grandes projetos, como a AMCEL, no Amapá, no setor agroflorestal, as preocupações maiores centram-se no que diz respeito em grande parte ao volume de custos diretos e indiretos de degradação, impactos e danos ao meio ambiente, assim como ao processo de desenvolvimento socioeconômico dos espaços nos quais foram implantados. Na concepção de Addad (1994, p. 343/345), os principais fatores para essas preocupações destacam-se:

Do ponto de vista das políticas públicas a gestão central dos projetos instituídos no período, foram concebidos e implantados de maneiras autoritárias, pelos quais os grupos mais afetados pelos danos ecológicos e sociais não tiveram chances de se manifestarem criticamente; do ponto de vista social muitos dos projetos em questão aconteceram em um período histórico no qual a consciência ecológica pouco se manifestava como força de contestação junto à opinião pública nas maioria das escalas regionais e estaduais; do ponto de vista técnico a análise e avaliação desses projetos, para fins de financiamentos não se adequavam ao seu fluxo de caixa, pois os custos sociais e ecológicos de suas implantações e operações não foram capazes de obter algum critério que calculasse a rentabilidade social e ambiental dos seus danos.

As consequência dos fatores elencados são diversas tais como os problemas ambientais, por conta dos desmatamentos, da poluição dos rios, da extinção de espécies vegetais e animais, da redução da biodiversidade, das ameaças ao esgotamento de reservas extrativistas, das transformações nas relações de trabalho, da redução das atividades produtivas tradicionais, do aumento no desemprego, a morte das veredas e a preocupante aceleração dos conflitos fundiários que há tempos vêm sendo ampliados em nível regional e local.

Com essas consequências, Gonçalves (2001, p. 119) disse que nos últimos anos tem-se “tentado construir uma nova imagem da Amazônia, a de “desordem ecológica e social”. Mas, supõem-se que, o que temos hoje é a manifestação na Amazônia de diferentes ordens, de múltiplas lógicas que a séculos foram encobertas e que agora se apresentam ao debate público com viva voz, sem intermediário”.

No Amapá, a necessidade na redução do poder do estado no desenvolvimento das atividades do agronegócio de florestas se deu por conta do enfraquecimento do sistema federativo nacional, o que priorizou o complexo arranjo de partilha e repartição político-territorial. Na visão de Costa (2004), o Estado nacional passou a ter a necessidade de considerar as transformações em curso em função do aperfeiçoamento do sistema político e econômico brasileiro no setor agroflorestal.

Esse autor acrescenta, ainda, que o Estado nacional passou a ter a necessidade de aceitar estas transformações na política de atuação dos entes da federação por conta da exagerada centralização nas ações do governo federal. Todavia, essas mudanças chegaram a ponto de reduzir a importância da União, revalorizar as funções dos estados e introduzir a singular autonomia aos municípios. Nota-se com isso que, apesar da flexibilização e transferência das ações da União para estados e municípios, considera-se que essa foi uma das mais importantes estratégias para a constituição de uma rede de controle socioeconômico hierarquizada, consistente e diretamente da União aos territórios, tendo os entes estaduais e municipais como agentes no planejamento e atuantes diretamente aos seus interesses.

Outra mudança na caracterização da atuação do Estado no desenvolvimento da Região Norte e do Amapá nessa conjuntura ocorreu em detrimento das alterações realizadas na Constituição de 1988, que foram determinadas pelas influências da dinâmica estrangeira, decorrente da crise econômica da década de 1980, a qual determinou novos modelos de desenvolvimento pautados na liberação da economia e na execução de melhorias estruturais. Para tanto, estabeleceram-se a redução das barreiras alfandegárias, e da carga tributária, diminuição da participação do Estado na economia, tendo com grande consequência a

privatização da maioria das empresas estais, para atender às pressões pelo pagamento da dívida externa ao capital financeiro. No Amapá, essas medidas caíram sempre como um filão para permitir com que a AMCEL e outros empreendimentos se apropriassem ainda mais das terras e dos seus recursos naturais.

Com base nesses novos elementos, foram adotadas outras diretrizes para o planejamento da região, e a AMCEL, instalada no Amapá, teve que adequar-se às novas diretrizes em relação ao planejamento da Amazônia. Para dar suporte a essas diretrizes, foram elaborados o programa “Brasil em Ação”, para atuar de 1996 a 1999 e o “Avança Brasil”, para o período de 2000 a 2003, responsáveis pelo suporte das estratégias de integração e de desenvolvimento gerenciadas pelo governo federal nas últimas décadas. No pensar de Coelho (2003, p. 655/657), “os eixos de integração nacional e internacional foram concebidos como alternativas de articulação entre vários territórios, tendo como objetivos a redução dos custos de transporte, a diminuição dos custos de exportação e das importações de produtos de natureza diversa”.

No caso do Amapá, o “novo” modelo de desenvolvimento se caracterizava pela instalação, com apoio do governo, de infraestrutura desenvolvida pela AMCEL, necessária à ampliação das atividades agroflorestais e desenvolvimento econômico do estado. Observa-se que, a partir dessa ótica, os investimentos feitos no território amapaense, deveriam ser divididos com a iniciativa privada, utilizando-se dos processos de concessão e privatização dos serviços agroflorestais por empreendimentos nacionais e estrangeiros, no caso a AMCEL, capazes de proporcionar o desenvolvimento e resgatar a autoridade e o controle do estado na dinâmica territorial local. Estes programas foram concebidos de modo a promover o desenvolvimento autossustentável e reduzir as diferenças regionais, mediante atividades que proporcionassem a criação de empregos e outros possíveis benefícios sociais por investimentos privados. No entanto, o que se tem visto é o contrário. A AMCEL, no Amapá, tem dado significativa contribuição à expansão da territorialização do capital mundial como oportunidades na obtenção de benefícios próprios.

Entretanto, os mesmos mecanismos e o cenário político que fizeram resgatar as diretrizes do modelo de desenvolvimento da Amazônia pela AMCEL baseadas nas determinações externas do capital agroflorestal, também ensejou o aparecimento das manifestações dos movimentos de lutas desencadeadas pelos diversos grupos locais e regional, assim como dos grupos ambientalistas, nacionais e internacionais. Esses grupos propuseram a criação de um importante elemento, o corredor da biodiversidade no Amapá, com vistas à ampliar a conservação ambiental e também como resistências à expropriação das terras. Esse tipo de ação coletiva local é importante no sentido de desconstruir o discurso de que o Amapá

é o estado mais preservado da federação, e de que as características de atuação desses empreendimentos, com suas transformações causadas ao meio ambiente e ao território de vida das populações amapaenses, em nada se modificam.

No entanto, Becker (2001, p. 142), nos orienta mostrando que “esses acontecimentos se configuram como uma forte disputa entre as potências pelo controle do capital natural da região, ao mesmo tempo em que movimentos sociais pressionam por sua preservação”. No Amapá, estas forças encontram terreno fértil para suas ações, graças às mudanças estruturais geradas pelas políticas anteriores, pelas incipientes lutas sociais lideradas pela CPT – AP, e pela singela organização da sociedade civil em atos públicos e em pequenos projetos alternativos em andamento. Ressalta-se que esses projetos alternativos de cunho preservacionista têm sido apontados pela busca de novas territorialidades idealísticas e práticas geridas pelas diversas populações de ribeirinhos, índios e camponeses de diversas origens que resistem à expropriação das suas terras e dos seus recursos pela territorialização do capital agrário.

Observa-se que no Amapá, ao considerar que as relações sociais se dão em escalas, a partir dos laços familiares, dos amigos e das vizinhanças, dentre essas formas alternativas de atuação interna, se destacam os projetos comunitários, tais quais os de educação ambiental, liderados pelos ambientalistas, das entidades de mobilização das associações de moradores em suas reivindicações, de pescadores, dos agricultores tradicionais e dos quilombolas afetados pelo empreendimento AMCEL e sua política de atuação no setor agroflorestal nas savanas do estado. De acordo com Brito e Costa (2016, p. 203), entre outros projetos, destacam-se os de conservação das reservas naturais, que têm como cerne a demarcação das terras indígenas e de Unidades de Conservação (UCs) de vários tipos, as reservas extrativistas (RESEX), definidas a partir da luta dos seringueiros.

Chama-se atenção para esse processo no que diz respeito à fragilidade com que se dá o controle, a vigilância e a conservação das áreas de atuação desses projetos comunitários, no que concerne ao enfrentamento à ocupação e à exploração inadequada dos seus territórios. Todavia, há iniciativas que devem ser anotadas, como é o caso da tentativa de constituir novo padrão de desenvolvimento em sentido amplo, direcionado às populações do Amapá. Uma das mais importantes experiências desenvolvidas nesse sentido no estado foi o PDSA, como política pública de cunho inclusiva. Apesar de que em suas grandes ações ter partilhado e pactuado aos objetivos e aos interesses do capital por meio das atividades e da política de atuação desenvolvida pela AMCEL no estado, tais ações podem ter contribuído para o enfraquecimento da gestão de mais um dos governos que tentou, com pouco ou sem sucesso, superar as

transformações geradas por esse grande império do capital latifundista, instalado nas savanas do Amapá.

Como se observa, as diversas políticas públicas desenvolvidas para a Amazônia são caracteristicamente também operacionalizadas pela AMCEL no Amapá, as quais evidenciam transformações na dinâmica de organização do território amapaense no contexto regional, pois elas manifestam os conflitos de interesses dos vários grupos sociais também durante a história da construção do estado. Nesse sentido, as ações geopolíticas para a Amazônia, no dizer de Becker (2005, p. 71), obedecem “às redes para as transformações e são desenvolvidas nos países ricos, nos centros do poder, onde o avanço tecnológico é maior e a circulação planetária permite que se selecionem territórios para investimentos, que depende também das potencialidades dos próprios territórios”, pois atuam no processo de construção e reconstrução da organização socioterritorial do estado, no contexto dos enfrentamentos por suas territorialidades, refletindo os divergentes interesses gestados pelos modelos externos e internos adequados para a apropriação e o uso dos territórios de vidas dos amapaenses.

Isso porque, no dizer de Becker (2004, p. 31), “a Amazônia adquiriu uma nova escala como região efetiva do país”. Nesse processo de transformação e de conflitos na região, o que se tem constatado é o desenvolvimento de políticas, a partir da ótica de extratégias de diferentes grupos sociais, que permitiram surgir fatos novos, resistentes a sua livre apropriação elaboradas por forças externas, tanto em nível da construção material quanto da organização social que influíram na sua condição atual. De forma que o movimento ambiental nacional e regional, nessa construção e organização, fortalece sua atuação também no cenário amapaense, tornando-se parceiro dos projetos alternativos locais. Isso significa que o desenvolvimento econômico preterido por meio da atividade agroflorestal da AMCEL no Amapá se fundamenta nas características recentes do planejamento para a Amazônia, por meio do qual somente aperfeiçoou estratégias antigas, para fundamentar a aceleração da ocupação, controle das terras e a exploração dos recursos naturais de cunho ilimitados no estado.

As características desse tipo de gestão sempre motivaram a aceleração de conflitos de interesses entre projetos conservacionista e desenvolvimentista, no Amapá, configurando-se como um processo de politização econômica da natureza, que, desnaturalizando a questão ambiental, reconhecem-se vários sujeitos com projetos diversos em relação a monopolização do território do agronegócio agroflorestal, dos quais um deles é o projeto agroflorestal desenvolvido pela AMCEL. Conforme Becker (2004, p. 31),

As ações combinadas de processos globais, nacionais, regionais e locais, políticas contraditórias ambiental e de desenvolvimento, alteram o povoamento na região, expressando-se territorialmente no embate entre três grandes padrões de uso da terra

que são a) a reprodução do ciclo de exploração da madeira/expansão da pecuária/deflorestamento; b) as experiências sustentáveis do extrativismo florestal e pesqueiro tradicional melhorados e, c) a agropecuária capitalizada. Na essência, tais processos constituem em um jogo de forças cujo o poder de afirmação é difícil de ser previsto, razão pela qual na fase atual do desenvolvimento socioeconômico da região norte constitui-se em uma incógnita.

Observa-se que esses padrões característicos de desenvolvimento que tanto se busca ainda não chegaram a acordos sobre uma definição satisfatória, dentre as diversas ações já emplacadas socioeconomicamente, mais parecem bastante ambíguas, arbitrárias ou parciais que não sustentam o desenvolvimento em sua plenitude. Tais condições se justificam em função de que a corrida em favor de uma satisfatória definição e prática dessa possibilidade real não é um procedimento apenas acadêmico, mas é também baseada na necessidade de utilizar instrumentos conceituais e eficazes que orientem os objetivos e as ações dos empreendimentos com perspectivas justas para as populações envolvidas nesse processo. De acordo com Lacoste (1980, p. 50/51),

[...] isso se faz necessário em função de que “desenvolvimento implica uma comparação que é possível basear-se numa definição verdadeira como estado objetivo e situação concreta na comparação entre dois termos concretos, sem o abstrato, nem ao estranho que são o surto econômico e o surto demográfico”.

No Amapá, o que se tem percebido sobre desenvolvimento é uma devida distorção duradoura entre o crescimento populacional mais ou menos elevado e um tímido crescimento da economia. Portanto, a condição de desenvolvimento propagado pela AMCEL, no estado amapaense, pode ser constada a partir de suas estruturas de mobilidade socioeconômica sem necessariamente recorrer à comparação com outros estados da Amazônia, muitas vezes distantes, sem os parâmetros para comparações concretas internamente, que não se relacionam com casos avaliados entre os territórios. Nessa ótica, Lacoste (1980, p. 51) nos alerta “o desajustamento que existe hoje entre o crescimento populacional e o marasmo da produção determina a plena originalidade histórica do desenvolvimento/subdesenvolvimento. Trata-se de um fenômeno inteiramente novo na história da humanidade”.

O desajustamento socioeconômico e principalmente o desequilíbrio ambiental provocado pela AMCEL na ocupação do território não deve permanecer como um processo contínuo, nem mesmo com características de tempos remotos na fragmentação do Amapá na estrutura regional. Todavia, sendo características de processo econômico considerado como fenômenos recentes que se instalaram nos estados da federação em épocas de conjuntura diferentes, deduz-se que é possível coincidir o desenvolvimento num estado em que iniciou o processo de crescimento da população, cujo ritmo não foi compensado com o surto do

desenvolvimento econômico propagado por empreendimento de dimensão do porte da AMCEL, instalado nas savanas amapaenses.

Isso porque o seu propósito estratégico foi preparado a partir de processos complexos e determinações de consequências socioeconômicas e ambientais que têm por função diferenciar a estrutura de gestão de um estado equilibrado socioeconomicamente e desequilibrado dessas instâncias de desenvolvimento territorial, a partir da sua movimentação produtiva, em grande escala. Tais estratégias se territorializam, de acordo com Becker (2001, p. 135), porque “a ocupação da Amazônia brasileira que se inicia com o domínio colonial, antes da constituição do Estado nacional não atentou para a realidade interna de territórios com sua autonomia local, convivência com os habitantes, ao contrário, privilegiou um modelo exógeno de expansão”.

Esse modelo foi sustentado num volume sem precedentes do capital estrangeiro e na configuração socioespacial no Amapá, no contexto da Amazônia, conforme Calaça & Silva (2016/1, p. 7), “marcaram o início de um recorrente processo de internacionalização da região, que frente a seguidas crises do mercado da borracha e já no século XX, passa a agir no setor da indústria madeireira e da mineração”. Portanto, sobre a análise das estratégias utilizadas pela AMCEL para dominar a dinâmica do território das savanas amapaenses, o que se pretende mostrar além do estímulo para realizar uma leitura crítica desse projeto de características hegemônicas é um pouco de alerta para a apreensão mais completa das transformações que levam em consideração o todo e ultrapassem o viés econômico geradas pelo capital agrário, sob as perspicácias do lucro no campo do Amapá.

3.3 O controle da produção pela AMCEL

Ao longo dos seus 39 anos de atividade, a AMCEL continua ampliando o controle das terras, da produção de madeira e o seu poder impositivo no Amapá. Segundo a empresa, o clima e o solo do Amapá são os maiores desafios a serem superados e adequados à evolução das atividades produtivas. A perspectiva é alcançar melhorias do material genético para garantir a qualidade do produto final. Esse é um dos grandes desafios, uma vez que o parque industrial é constituído por uma unidade com a capacidade para produzir inicialmente 2,5 milhões de toneladas de cavacos de madeira, por ano no município de Porto Grande (AMCEL, 2016).

A produção tem como base de escoamento o terminal portuário instalado no município de Santana, interligado a um sistema de transporte de cavacos que inicialmente deveria ser por meio da estrada de ferro do Amapá. Mas, com o término do contrato da extração do manganês de Serra do Navio pela ICOMI e a transferência da sua estrutura logística para a gestão do governo do estado, o transporte de madeira verde e de cavacos das fontes extraídas até o

terminal portuário passou a ser realizado por meio de carretas, por meio do eixo Norte/Sul da BR 156, que liga o Amapá de sul a norte do estado até a divisa com a Guiana Francesa.

No que diz respeito à unidade industrial da empresa, de início, por si só, teve que gerar a energia para o consumo próprio, além de um excedente de cerca de 18MW, que seria aproveitado pelo governo do estado (GRANDES PROJETOS II, S/D, P. 12). Todo o complexo estrutural logístico foi instituído para assegurar o controle da produção em suas diversas fases, assim como constituir-se numa estrutura de mudança no perfil da produção primária florestal e secundária industrial no Amapá, proporcionando alterações no modelo tradicional de produção que sempre teve como base o extrativismo e a extração direta dos recursos naturais minerais e madeireiros em florestas nativas.

Outros desafios que AMCEL tem superado é no que concerne à constância na qualificação de pessoas e no desenvolvimento de tecnologias florestais, bem como na qualidade das operações, na aquisição de novos maquinários e de transportes coletivos. No que diz respeito ao controle da produção no dia a dia da empresa, esses aspectos fazem parte do conjunto de ações que buscam dar mais segurança e conforto aos colaboradores e, consequentemente, melhor desempenho e produtividade em suas atividades.

No que tange à questão ambiental, o desmatamento é uma necessidade para o plantio de eucalipto. Não há como conciliar o deflorestamento com o reflorestamento para a substituição da vegetação nativa, de um ecossistema complexo, por espécie exótica, e simplificado, onde a vida animal se submete às condições de restrição. Há que se considerar que o eucalipto é uma espécie vegetal com característica que absorve muita água, em função do seu rápido crescimento. Segundo Penha (2018)¹⁶, “a legislação ambiental é respeitada. Tem o plantio aqui, tem um riozinho, tem uma vereda, tem uma baixada, tem a mata nativa, isso é preservado. É exatamente nessas áreas que está perto da estrada que os invasores aproveitam para ocupar”, figura 8.

Todo o planejamento da empresa se realiza com objetivo abrangente de replantar florestas necessárias ao atendimento industrial, voltado para a produção de madeira verde e de cavacos, sustentado a partir das vantagens comparativas da posição estratégica da localização do estado do Amapá e da possibilidade de agregar valor às atividades de produção florestal. Como consequência desse objetivo, o empreendimento foi instalado para perseguir a empreitada de desenvolver socioeconomicamente os municípios afetados pelo projeto, assim como todo o Amapá, disseminando as novas tecnologias no contexto de integração da

¹⁶ Testemunho da atuação da AMCEL em entrevista dada por Carlos Penha no dia 22 de junho de 2018

Amazônia à economia mundial, uma vez que a AMCEL já dominava as tecnologias de desflorestamento/florestamento, experimentadas em áreas de cerrados no Mato Grosso do Sul e em São Paulo, onde a produção atingiu níveis superiores a 50 mt³/ha/ano (Jornal diário do Amapá, 1995, P. 4).

Figura 10: Veredas no interior das savanas do Amapá – 2018



Fonte: Pesquisa de campo – 2018 -

Associado a esses fatores, o empreendimento tem se proposto a obedecer às características naturais da região e de manter áreas de reservas e de preservação permanente que não ultrapassem os limites estabelecidos na legislação pertinente. Conforme informativo (AMCEL, 2016), da área total pertencente ao projeto florestal de 289.260 hectares como dito antes, a previsão do plantio girou em torno de 100.000 hectares. As demais áreas foram destinadas à infraestrutura, preservação de reserva legal e de conservação. Os investimentos de capital previstos para o empreendimento foram da ordem de R\$ 334 milhões. Sendo destinado o montante de R\$ 211 milhões para uma rotação do Projeto Florestal, no período de 21 anos, e R\$ 123 milhões para a estruturação do Projeto Industrial.

Conforme depoimento emitido por agentes da administração pública, a justificativa proferida tanto pelo governo do Amapá, quanto pela gestão da AMCEL, no que diz respeito ao controle das terras e da produção de madeira verde e de cavacos, foi no sentido de que o empreendimento tem contribuído para a descentralização das atividades produtivas, para a

fixação da mão de obra no interior do estado, para a ampliação da perspectiva de desenvolvimento socioeconômico e para o incremento das atividades dos setores secundários e terciários, além de acelerar a movimentação de outras atividades econômicas no eixo Macapá-Santana. Observa-se que é um discurso alinhado característico de projetos que se estabilizaram por meio de conjunturas e incentivos do governo federal e apoio dos governos locais, a favor dos capitalistas em suas investidas econômicas.

Tanto que o controle da produção de madeiras e de cavacos pela AMCEL se sustenta em função de que a dinâmica do empreendimento gestado combinou com a postura da política econômica de vários programas de governos no Amapá. Somente no período de 1995 a 2002, com o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), sob pressão, a empresa incorporou a questão socioambiental no planejamento e nas suas ações, interligando-a com a área social (PDSA, 1995/2002).

No que tange às gestões dos governos anteriores ao período de governo do PDSA, assim como nas gestões que se sucederam, o que se observou foi a intensa atuação da AMCEL sobre as terras públicas do Amapá e sobre a posse dos camponesas e dos quilombolas. O que significa, conforme Lomba & Silva (2015, p. 18), que “[...] há um processo de luta pela terra no estado do Amapá e que ela é marcada pela violência e por estratégias, tanto do grande capital quanto do próprio estado”.

O controle do território amapaense, demarcado pelo quantitativo de terras apropriadas pela AMCEL, remonta exatamente à década de 1970, quando da criação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), criado com finalidade de executar, promover e controlar as questões agrárias na Amazônia. Segundo Torres et. al. (2008, p. 47),

Tornava-se necessário, então, encontrar uma forma de esvaziar a inquietação social causada pela concentração fundiária, mas os interesses em jogo amparado pelo Estado, não permitiam que se vislumbrasse qualquer forma de distribuição da terra, ou seja era preciso fazer reforma agrária mantendo intocada a sagrada instituição do latifúndio.

Entretanto é a partir daquele contexto de organização e controle das terras pelo poder federal que nasce todo um esquema também de controle da produção pela AMCEL, em função da rápida colonização em escala, ou seja, a criação do INCRA foi efetivada para realizar justamente a distribuição de terras, sob o interesse e mando do governo federal, no sentido de estimular, orientar e raramente prevenir ações praticadas por grupos com intenções de apropriarem-se das áreas consideradas desocupadas ou vazios populacionais.

O I Plano de Integração Nacional (PIN) previa que os projetos de colonização teriam sua localização numa faixa de 100km de cada lado de qualquer rodovia federal, os quais, dessa

maneira, foram concebidos num esquema de urbanismo rural a ser adotado nas chamadas “áreas de vazios demográficos”. No Amapá, houve limitações, porque parte das terras ao longo da BR156 já se encontravam sob a propriedade ou a posse da AMCEL. Com esse indício, observa-se que tal empreendimento já se efetiva na condição de um grande latifúndio.

3.4 A AMCEL: seu império latifundista e os conflitos territoriais no AMAPÁ

As terras apropriadas pela AMCEL se encontram ao longo da BR 156, que se estende de Macapá a Calçoene, exercendo influência em nove municípios amapaenses, como centro nodal, o município de Tartarugalzinho (Figura 9). Foi exatamente por meio da instalação de grandes empreendimentos, segundo Oliveira (2007), que o Brasil presenciou, entre as décadas de 1960 e 1980, a formação dos maiores latifúndios que a história brasileira conheceu. Nota-se que, quando se trata do Brasil, a Amazônia foi a região preferida, pois o Amapá nesse contexto constituiu-se no território agroflorestal à disposição das atividades da AMCEL para o controle das áreas. Conforme Magnoli (1999, p. 12), “nesse período as empresas transnacionais americanas, europeias, e japonesas representaram um papel de vanguarda nesse processo, estabelecendo as primeiras regiões industriais modernas no Brasil, na Argentina, no México, na África do Sul e em tantos outros países”.

Nessa região do Amapá, sob os efeitos da formação latifundista, aglutinam-se sob o controle da AMCEL, a partir do município de Tartarugalzinho, contornando uma área no bioma de savanas com cerca de 289.260ha, dos quais, 100.000ha deveriam ser desflorestados e replantados com eucalipto nos primeiros 10 anos, com a previsão de gerar 2.060 empregos diretos. Desse total, 210 seriam vinculados para assegurar a manutenção do viveiro florestal, 1.105 no plantio e a manutenção florestal. Além disso, seriam necessários 745 trabalhadores destinados às operações de colheita, do transporte do produto verde e do embarque de cavaco (GRANDES PROJETOS II, 1996/97, P. 18).

O investimento do projeto foi de 211 milhões, já os custos operacionais envolvendo mão de obra e insumos somaram R\$ 963 milhões para dinamizar as atividades ao final de um ciclo de três cortes durante vinte e um anos. Desse total, R\$ 298 milhões foram utilizados na fase de formação da floresta e o restante na utilização da colheita e de transportes de madeiras verdes em toras. Nessa condição, deduzem-se que o empreendimento já se institui na condição de um projeto, dispendioso e agressivo socioterritorialmente em função do volume do capital investido exclusivamente para a produção em escala para exportação. Por conta das características naturais do Amapá e a exigência de grandes áreas para as atividades de silvicultura, os critérios

estabelecidos, conforme Juchem & Moraes (1992, p. 20), para a instalação do projeto levaram em conta três níveis de impactos e de influências:

a) “Indiretamente: envolvendo as terras inicialmente dos nove municípios onde se localizam áreas destinadas ao projeto florestal; b) Diretamente influenciando áreas onde a empresa adquiriu ou deverá ainda adquirir imóveis para ampliar a sua área de plantio, conservação e preservação que se constitui em forma blocos: Bloco I foi constituído por 376,2 mil há localizadas entre os rios Tartarugal/Tartarugalzinho e o Rio Grande; Bloco II constituído por 335,5 mil há, localizado entre o Rio Araguari e o Bloco I; e, o Bloco III composto por 447,8 mil ha, situado ao sul do Rio Araguari; e, o bloco sob impacto ou influências vinculadas constituído por uma área de 289,260 há, das quais a 249.260 ha já estão em atividades e de onde foi iniciado a implantação do desflorestamento/florestamento para a produção de eucalipto”.

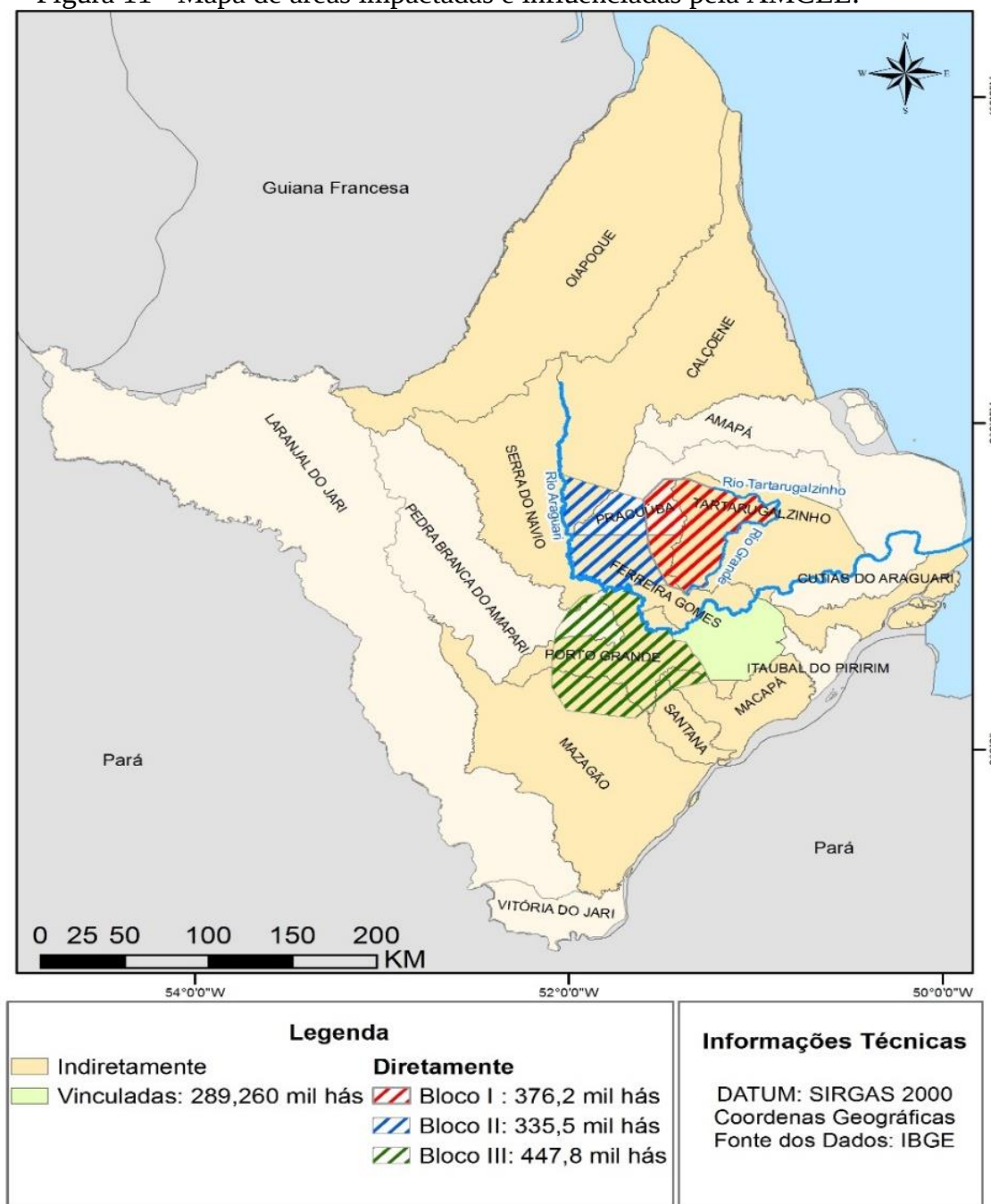
É importante chamar atenção de que, quando se trata do quantitativo de terras controlado pela AMCEL, para a instituição das atividades de desflorestamento/florestamento de eucalipto nas savanas do Amapá, só se referem às áreas de influência vinculadas ao projeto efetivamente atingidas por meio das suas atividades que juntas somam um quantitativo, em média, de 289,260ha, das quais, 249.260ha já estão em atividade, mas pouco se refere ao quantitativo de áreas que envolvem indiretamente e que são vinculadas ao empreendimento que, somadas às terras afetadas, Tudo isso, forma uma área que gira em torno de 1.099.500ha, distribuídos entre os blocos I, II e III, cujas dimensões não se sabe exatamente (GRANDES PROJETOS II, S/D).

Considerando tamanha dimensão no controle das áreas no estado, o empreendimento se reveste de um enorme império latifundista constituído por meio das ações de grilagem e de violência de diversas naturezas, que vão de ameaças até a queima de casas e plantações para forçar a desocupação da área pelos camponeses, que será vista no capítulo V.

A infraestrutura logística do empreendimento se articula a partir da sua unidade industrial, de um terminal portuário e pelo sistema de transporte do produto acabado. Para essa interação, foi criada no município de Porto Grande a unidade industrial, devido à posição estratégica em relação aos plantios florestais, que possui estrutura básica da BR156 e por ser no período de sua instalação servido pela antiga rede ferroviária que transportava minério de manganês de Serra do Navio ao Porto de Santana e atualmente por alguns ramais da rede rodoviária.

De início, a unidade industrial em funcionamento chegou a processar 2.950.000 toneladas de madeira em toras por ano. As expectativas desse investimento na produção e para o processamento de madeira pode atingir em média 85% da matéria prima, transformada em cavacos qualificados para a fabricação de celulose, o restante dos 15% tidos como resíduos são usados para a geração de energia.

Figura 11 - Mapa de áreas impactadas e influenciadas pela AMCEL.



Fonte: IBGE, 2000

A infraestrutura logística do empreendimento se articula a partir da sua unidade industrial, de um terminal portuário e pelo sistema de transporte do produto acabado. Para essa interação, foi criada no município de Porto Grande a unidade industrial, devido à posição estratégica em relação aos plantios florestais, que possui estrutura básica da BR156 e por ser no período de sua instalação servido pela antiga rede ferroviária que transportava minério de manganês de Serra do Navio ao Porto de Santana e atualmente por alguns ramais da rede rodoviária. De início, a unidade industrial em funcionamento chegou a processar 2.950.000

toneladas de madeira em toras por ano. As expectativas desse investimento na produção e para o processamento de madeira pode atingir em média 85% da matéria prima, transformada em cavacos qualificados para a fabricação de celulose, o restante dos 15% tidos como resíduos são usados para a geração de energia.

Tal unidade chega a funcionar diuturnamente, 365 dias por ano, produzindo e transportando toras de madeira por meio de caminhões do tipo carreta longa, pela BR 156 até o atual Porto de Santana. Conforme Caric et. al. (2019, p. 4),

A partir de 2002 a AMCEL vem aumentando a produção da monocultura, essa expansão deu-se principalmente depois de 2004 quando a corporação substituiu os lotes plantados de *Pinus* spp por *Eucalyptus* spp. Até o ano de 2002 o PROBIO marcou aproximadamente 70 mil hectares de eucalipto no estado, a partir disso conseguimos identificar novas áreas de plantações que equivalem a 37.407,59 mil hectares de eucalipto na região do cerrado amapaense. Dado o exposto, de 2002 até 2003 o crescimento foi equivalente 6.238,61 mil hectares, de 2003 até 2018 a expansão corresponde a 31.168,90 mil hectares. O total das áreas que produzem eucalipto no Amapá corresponde atualmente à 107.508,83 mil hectares, área que se concentra a maior produtividade nos cinco municípios do estado, Macapá, Itauba, Porto Grande, Ferreira Gomes e Tartarugalzinho.

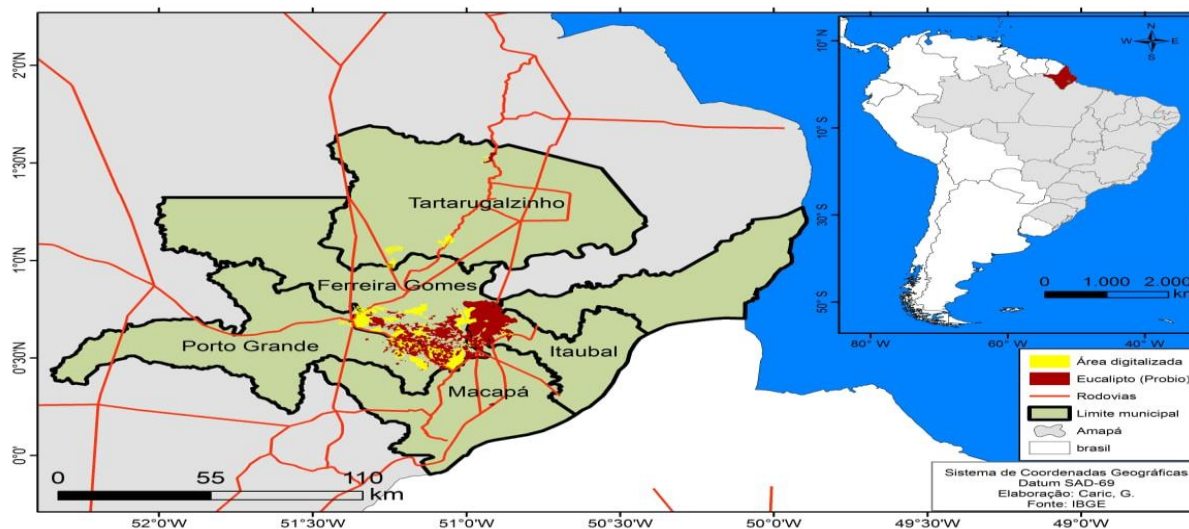
Observa-se que, apesar da contínua expansão do plantio até 2018, isso equivale aproximadamente 8.000ha a mais, previstos para os primeiros 10 anos, que foi de 100ha. Um dos fatores importantíssimos para a aceleração e a ampliação da produtividade foi a substituição do *pinus* spp, por *eucalipto* spp. Segundo Penha (2017), “a substituição do pinho pelo eucalipto é em função da produtividade sim, o pinho demora 15 anos para abate, já o eucalipto com seis anos, você tem uma árvore pronta de mais ou menos 20 cm de diâmetros, cresce com a temperatura mais rápida”. Isso sem considerar os demais municípios que ainda apresentam vestígios das primeiras plantações, mas em função dos fatores naturais escassos ou em excesso, não foi possível a continuidade da atividade, com exceção do município de Oiapoque onde não há presença nem interesse pela atividade (Fig. 10).

É por conta da expansão do capital que as transformações socioeconômicas e ambientais se aceleram, em função de que as novas frentes que se apetitam por savanas atuam da mesma forma em que agiram nas antigas zonas conquistadas localizadas nas matas até então intocadas. Isso porque a existência de matas é também uma das condições naturalmente importantes para a constituição de novas frentes de expansão, antigamente considerada como entraves ao desenvolvimento das lavouras e de outras atividades, que tinham de ser queimadas radicalmente. Já na atual era da tecnologia, as florestas permitem a sua valorização e o aproveitamento das espécies nativas. Esse é uma das formas também de aproveitamento de grande parte da riqueza vegetal pela AMCEL, que com o aval do poder público apodera-se dos

recursos florestais nativos, ampliando ainda mais o seu latifúndio, gerando intensos conflitos. A fala de Paulo (2018)¹⁷, demonstra as tensões conflituosas pela terra no Amapá.

“Mestre vou bem aqui dizer uma coisa pro senhor, Jesus viveu trinta e três anos, eu estou com 58 anos, então eu estou com quase o dobro de que Jesus viveu na terra, tá entendendo, pra mim pouco importa, agora não venha me humilhar não, atrás do que é meu, vou em qualquer lugar sem medo, agora se não for meu, se eu dever eu fico calado, mas se eu não dever, eu falo mesmo”.

Figura12 - Mapa da localização do plantio de eucalipto - 2019



Fonte: IBGE, elaborado por Caic, G, 2019.

Nota-se o nível de tensão, ira, angustia, desrespeito, humilhação, dentre outras formas de pressão, que são utilizados como os principais instrumentos de expropriação e controle das terras pela AMCEL, há mais de 40 anos, após instalar-se nos anos de 1980 no estado. E o desconforto pelas pressões utilizadas pela AMCEL sobre as terras vão adiante e mais permeado de intenções conflituosas. Ao indagar de onde parte as ameaças, referindo-se às ações da AMCEL, exigindo a desocupação de suas terras, o Sr. Paulo (2018)¹⁸ declara:

Eu não, não, eu não mexi com ninguém não, nem quero conversas com eles, eu vou ao Ministério público, ainda não derrubaram nada meu, nem são bestas deus me livre. Tô dizendo pra você que eu quero viver só até o dia que eles vierem, eu digo e não peço segredo em qualquer lugar, o cupim come, mas um filho da peste não derruba não. Não é papo furado não moço eu digo e não tenho medo não, eu aprendi a respeitar agora medo nunca morou comigo não.

Percebe-se a grave situação que vivem outros camponeses que ocupam terras sem a devida titulação. Afinal, são grileiros que utilizando de títulos duvidosos, apoderam-se de grandes áreas, movimentando o comércio ilegal de terras. Além de retardar o processo de

¹⁷ Testemunho do agricultor Paulo Batalha no dia 13/10/2018, sobre conflitos pelas terras gerados pela AMCEL, no Amapá.

¹⁸ Declaração dada por Paulo Batalha no dia 13/10/2018, sobre iniciativa dos conflitos por terras no estado.

ocupação e legalização normal pelos órgãos estaduais, acaba por deixar o campo no Amapá em estado de constante tensão. Uma extensão de novos conflitos que atinge outros setores e posseiros envolvidos nas disputas pela terra demonstram o quase total descontrole desses atos por parte das instituições e agentes do setor fundiário do Amapá.

Então hoje eu vejo o estado com um potencial muito grande, mas a parte política é importante, porque o estado tem uma deficiência muito grande na parte fundiária, seríssima. O empresário quer chegar aqui e ter segurança, que vai chegar aqui e a terra que ele vai plantar seja dele, mas, aqui tem um embrolho, é terra da União, terra do estado eu não entendo disso. Teria que ter um envolvimento político maior para destravar esse nó. A regulamentação fundiária é importante porque o próprio pessoal que trabalham com a gente se queixa muito disso.

Quando se trata dos pequenos posseiros, os conflitos são mais aterrorizantes ainda, uma vez que se transformam em verdadeiras guerras por disputas de um pedaço de chão. Seja entre os pequenos, ou entre os grandes produtores e médios posseiros, as relações passam a se efetivarem a partir de atitudes que mais parecem a barbárie no campo. Em matéria exibida pelo Programa Fantástico da Rede Globo (Exibido no 2 de dezembro de 2018)¹⁹ um suposto proprietário, sem nenhum constrangimento, declara guerra a um grupo de posseiros e afirma que “se eu tiver de matar vinte pra eu não morrer eu faço”. Isso significa que, independentemente de serem pequenos, grandes ou médios produtores, a lei no campo do Amapá é igual para todos, se necessário pagarão com a própria vida pelos seus atos cometidos em disputas pelas terras e a maioria das autoridades competentes não se manifestam.

Nessas disputas, estão “fazendeiros”, posseiros e empresas, envolvendo diversos setores da sociedade amapaense, travando embates acirrados por uma área gigantesca maior do que muitos países da Europa e a batalha não é só nos tribunais, ela tem ligação com fraudes, propinas e com a violência e as ameaças constantes entre os setores envolvidos, principalmente aos pequenos produtores. Conforme Silva (2018)²⁰, “algumas pessoas aproveitaram valendo-se dessa ferramenta da burocracia para cooptar servidor e obter vantagens e obter titulação de imóveis e até com suspeitas de esquentar títulos”.

No que concerne às formas de atuação da AMCEL, sobre a apropriação e disputa pelas terras, o exemplo do Sr. Joaquim Barata de oitenta anos (2018)²¹, um posseiro que trabalha em suas terras desde 1970, nove anos antes da instalação da AMCEL instalar-se no Amapá. Ao

¹⁹ Fazendeiros, empresas e posseiros travam ‘guerra’ por terras férteis no Amapá. Programa Fantástico. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/videos/t/todos-os-videos/v/fazendeiros-empresas-e-posseiros-travam-guerra-por-terras-ferteis-no-amapa/7205807/> Acesso em: 15 dezembro, 2018

²⁰ Entrevista concedida pelo meritíssimo Juiz João Bosco da Silva ao Fantástico do dia 2/12/2018

²¹ Entrevista feita pela reportagem do fantástico com o senhor Joaquim Barreto no dia 2/12/2018

ser indagado pelo repórter Marcelo Canelas, do Fantástico²², sobre uma ação de despejo judicial interposta pela empresa contra ele, o Sr. Joaquim relata:

[...] vamos até a beira do igarapé, tudo isso aí o INCRA demarcou esses terrenos, foi, tanto o meu como o dele e, mostra documento antigo de pedido de regularização de posse junto ao INCRA. Mais adiante o repórter indaga sobre o despejo judicial e ele diz: “agora porque é Japonês que está aí, agora que é dono das terras. Aí procurando coisa velha, agora parece que descobriu por lá, não sei quem cutucou nele, daí vieram encher o saco aqui. A ordem judicial dizia que nós entramos aqui como se fosse “grilo sorrateiro”.

Observa-se o poder de controle e de coação da empresa até mesmo sobre alguns dirigentes, autoridades e diversos setores de instituições que se alinham numa verdadeira lógica de apropriação dos meios de produção dos camponeses em benefício de outros, usando institucionalmente suas influências em prol dos interesses de setores diversos. A fala de uma pessoa não identificada²³ expressa a fragilidade dos moradores diante do tratamento dispensado pela AMCEL, aos verdadeiros posseiros “a gente entrou aqui como se fossemos gatos forasteiros” em seguida é possível perceber ainda mais a impotência dos camponeses, quando a matriarca da família, disse: “se for coisa que ela queira questionar com a gente, o que que a gente pode fazer, eles são maiores do que nós”. É possível perceber o clima de tensão e de impotência profundamente enraizado na relação que se instalou pelo modelo de gestão dos grandes empreendimentos, estado e populações.

3.5 O melhoramento das sementes e o controle na produção de eucalipto

O monopólio no controle das terras e da produção de madeiras verdes, cavacos e de seus derivados no Amapá pela empresa AMCEL se eleva ainda mais, porque ela é a pioneira em experimentos para o melhoramento das sementes de eucalipto, buscando soluções para o suprimento do plantio nas savanas do Amapá. Isso por que, no dizer de Paschoal (1989), quem domina as sementes controla a humanidade. Nesse caso, não se trata diretamente do milho, arroz, trigo, da banana, melancia, feijão de corda, dentre outros vegetais responsáveis pela sustentação econômica das populações e do suprimento da dieta humana no estado, mas, do patenteamento da produção de eucalipto que está sob o controle de um empreendimento japonês poderoso no setor madeireiro, a partir do controle genético de produção, que é o domínio das sementes da espécie eucalipto spp.

²² Programa Fantástico, **Rede Globo de Televisão**, 2 de dezembro de 2018.

²³ Entrevista concedida ao **Rede Globo de Televisão**, 2 de dezembro de 2018 por uma pessoa não identificada, sobre a impossibilidade de reação frente a empresa AMCEL, supondo ser a matriarca da família.

É importante ter em pauta que, durante séculos, a seleção de espécies vegetais realizada por agricultores, em várias partes do planeta, principalmente em território de vida de populações de países do terceiro mundo, permitiram revelar uma variedade de culturas alimentícias necessárias à sustentação alimentar da humanidade. “Modernamente”, o que tem sido observado é que a seleção de vegetais feita pelos países desenvolvidos passou a eliminar a diversidade de tipos de plantas utilizáveis em prol da maior produtividade e uniformidade genética de espécies para a produção em larga escala. Essa mirabolante façanha pelo plantio de espécies exóticas instalada no Amapá pela AMCEL tem permitido elevar a sua vulnerabilidade em relação ao ataque de insetos e doenças de origem até então desconhecidas às espécies nativas locais.

De acordo com Paschoal (1989, p. 147), “devido a essa maior susceptibilidade às variadas espécies modernas há constantemente necessidades de se fazer pesquisas e adquirir novos materiais genéticos para compensar as mutações e os frequentes desequilíbrios biológicos causados por pragas e patógenos”. Mas quando se trata de monopólio de áreas e de produção em larga escala de espécies uniformes, entra em discussão algumas estratégias importantes, que ainda são de pouco conhecimento, e dentre elas estão a de que o empreendedorismo agroflorestal moderno procura se instalar de preferência nas áreas periféricas ou mais distantes dos centros urbanos e locais desenvolvidos, por conta das consequências e dos enfrentamentos que tais atividades implicam ou são contrapostas as suas determinações socioambientais.

Um deles, por um lado, é o distanciamento das áreas de influência de gestão administrativa e de fiscalização, porque é exatamente a partir do isolamento ou o pouco contato com órgãos e segmentos sociais que os empreendimentos se aproveitam para atuar indiscriminadamente suas atividades, desconsiderando as diversidades de elementos envolvidos em território próprio ou alheio. Esse gesto funcional dos empreendimentos permite gerar desconforto de nível conflituoso capaz de anular as potencialidades e as capacidades de reação dos indivíduos dentro do seu próprio chão. Por outro lado, o melhoramento de espécies e de sementes, o controle da terra, o domínio da tecnologia e o controle do processo de produção levam à condição de domínio ainda mais da natureza e do modo de vida dos camponeses.

Toda essa situação se dá por conta de que os capitalistas veem nos países do terceiro mundo o seu trunfo para avançar nos programas de melhoramento das sementes de espécies de produção uniforme, porque o que está em jogo são políticas de atuação no setor agroflorestal bastante complexo, não só para os territórios agregados pelos empreendedores. Na Amazônia, sob o mando da AMCEL, especialmente no Amapá, essa empresa, controla o setor madeireiro

no contexto do estado. Nessa empreitada há mais de 40 anos, o que se observa é a redução da biodiversidade, redução dos ecossistemas naturais, substituição das variedades locais por variedades geneticamente uniforme, oriundas de países desenvolvidos.

Tais consequências, a partir do controle de sementes e do melhoramento das espécies de eucalipto spp, tende a ampliar-se, podendo não só gerar uma crise profunda de alimento para os amapaenses, mas também para as populações da Amazônia, assim como para os países fronteiriços, onde a maioria da população depende dos recursos naturais e da diversidade da fauna e silvestre para se manterem. Por conta e risco desse processo, Paschoal (1989) nós alerta, “não só as nações desenvolvidas dependem do terceiro mundo como suporte genético, mas, também aquelas em desenvolvimento, as quais são obrigadas pelos trustes internacionais a importarem sementes selecionadas dos países desenvolvidos, muitas vezes originárias dos seus próprios germoplasmas”.

Portanto, uma questão também importante a ser considerada nessa discursão no Amapá é sobre o controle das sementes patenteadas pela AMCEL no estado, que se refere aos germoplasmas ou espécies em extinção resultante das suas atividades uniformes. Não se sabe se estão sendo cuidadosamente guardadas com segurança nos bancos de dados das suas controladoras internacionais, regionais e mais preocupante ainda, nos centros de estudos do Amapá, e que possam ser partilhados sua publicidade, pois tais justificativas não passam do imaginário, porque na realidade estes estabelecimentos não oferecem condições de segurança absolutas, porque existem enormes riscos de perda dos recursos genéticos, em função dos descuidos com meio ambiente, de falhas nos equipamentos, na gestão de controle e ainda pelo desconhecimento da sua importância. As preocupações se dão em função de que, ocorrendo acidentes desta natureza, a indução de mutação dos germoplasmas por métodos fosforescência, radiações e outras tecnologias não constituem alternativas para o salvamento do processo natural de conservação e utilização racional das espécies nativas.

Dessa maneira, são preocupantes eventuais riscos de, nas transformações e no controle dos germoplasmas armazenados em condições duvidosas pela AMCEL, causarem danos à biodiversidade do território amapaense, com o objetivo de acelerar a produtividade, a partir da diversidade de espécies. A produtividade uniforme desenvolvida pelo empreendimento é recente, uma vez que, em nível nacional, inicia-se com a revolução verde, a qual contribuiu para essa situação, sob o pretexto haver explosão populacional e fome nos países em desenvolvimento do terceiro mundo. Conforme Mooney (1987, p. 148), “com apoio dos países desenvolvidos, das fundações Rockefeller, Ford e Kellogg, com suporte financeiro do Banco

Mundial, da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciaram uma “revolução” na produção agrícola em prol do capital mundial”, e não para a manutenção das sociedades nativas.

Foi com a mesma revolução verde, entre as décadas de 1940 e 1950, que se consolida no mundo a indústria agroflorestal, com indícios de bases química. No caso do Amapá, quem dependeu desse ideário verde foi o Projeto Jari Celulose, em parte instalado no estado. Observa-se que o aumento da produção de alimentos pela revolução verde foi importante, mas os problemas foram maiores para as populações envolvidas no processo, porque passou-se a substituir os cultivos tradicionais nas suas origens por variedades geneticamente uniforme.

No Amapá, a AMCEL continua a realizar essa missão, o que tem contribuído para a redução das fontes naturais utilizados nos melhoramentos das sementes para o controle da produção no seu setor de atuação, tornando os agricultores tradicionais dependentes de cultivares dependentes das empresas de sementes e com maiores exigências de uso de insumos.

Outro vitorioso nesse sistema de cultivo é o setor de produção de fertilizantes e de agrotóxicos, transformados em segmentos de negócios das multinacionais em função das características de produção agroflorestais “modernas” desenvolvidas no estado. A maior demanda em insumos na produção de eucalipto levou o empreendimento AMCEL a montar o centro de pesquisas genéticas para o melhoramento da espécie, devido às maiores exigências das companhias privadas, para em seguida entrar no ramo da comercialização de sementes.

Isso porque os cultivares oriundos de modificações genéticas ficam suscetíveis ao ataque de insetos e doenças típicas das variedades melhoradas, bem como sua pequena competitividade com ervas invasoras, o que exige o uso de agrotóxicos com mais frequência. Essa tendência justifica a compra de firmas sementeiras por empresas que produzem e vendem produtos químicos de uso agrícola e veterinário, porque o trunfo está sobre o controle das sementes para o aumento da produção.

De acordo com Vechi et. al. (1997), “o pacote tecnológico de sementes mais produtos químicos subsidiados pelo governo, resultaram em sistema global de distribuição e comércio voltado para os interesses das firmas multinacionais e jamais para o lucro dos agricultores e nutrição e saúde do povo”. É o caso da atuação da AMCEL no setor de madeiras verdes e de cavacos para exportações, que tem, ao longo de sua história no estado, desenvolvido a uniformidade da espécie eucalipto spp, contribuindo para o aumento da vulnerabilidade das culturas e eliminando a diversidade dos biomas.

Nesse sentido, observa-se sobre a iniciativa da AMCEL na execução do melhoramento das sementes e da sua comercialização o realinhamento nos negócios do comércio de madeira, o qual necessita afinar-se com as diretrizes dos investidores detentores dos requerimentos legais

dos direitos dos melhoramentos de plantas ou da lei de patenteamento, exigindo uniformidade genética na produção de eucalipto spp, para que sejam reconhecidos e identificados de acordo com a devidas exigências dos mercados, o suficiente para a garantia de lucros certos, o que se deduz ser motivos para o encorajamento da empresa subsidiária das multinacionais japonesas a participarem desse novo desafio na produção de sementes para aperfeiçoar, aumentar e melhorar a qualidade da madeira, cavacos e de seus derivados.

Notam-se, com isso, que a base para essa empreitada está no investimento de um grande volume de capital estrangeiro nas savanas do Amapá, com a justificativa de desenvolvimento socioeconômico no estado, o que, desde o início de suas atividades, vem provocando enormes danos ecológicos, econômicos e sociais aos camponeses do Amapá. A decisão de melhoramento das espécies de eucalipto spp pela AMCEL já se manifesta tardiamente, a partir do final da década de 2000 e de forma bastante tímida, por conta das recusas pela sociedade amapaense em função dos impactos causados em outros estados brasileiros pelo mercado de sementes e de melhoramento dessas espécies.

O retardamento da decisão se deu principalmente quando a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, por unanimidade, no dia 2 de março de 1977, uma moção contrária à proposta do projeto de lei de melhoria de cultivares, por ser nociva aos interesses nacionais e à biodiversidade. A distribuição de cópias e acesso ao presidente da república, ao ministro da agricultura, às assembleias legislativas dos estados e aos líderes dos partidos na Câmara e no Senado Federal, assegurou a não aprovação da proposta (VECHI ET. AL. 1977).

O movimento contrário ao projeto, que não saiu do papel naquela época, foi assumido pela Associação do Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, no período de 1976 a 1981, transformando-a na entidade de maior defesa das causas ecológicas e conservacionistas no Brasil. Conforme Vechi et. al. (1977, p. 150),

após vários encontros entre profissionais e propositores de melhoramento das sementes, liderados pela International Plant Breeders (IPB), empresa controlada pela Dutch Royal/Shell uma companhia sementeira multinacional inglesa, que detém o primeiro lugar no mundo na venda e controle de sementes melhoradas deduziram-se na ocasião que o patenteamento e melhoramento das sementes e das espécies uniformes provocariam consequências profundas de desnacionalização, em função da diferença de competitividade entre empresas nacionais e estrangeiras no setor, elevaria os preços das sementes, a extinção das cooperações e o não pagamento do royalties para uso da variedades melhoradas pelo setor privado proponente.

A IPB instalou-se no Rio Grande do Sul e no Paraná para negociar sementes de trigo e soja, variedades que dominam o mercado internacional, assim como introduzir a legislação de patenteamento de sementes para assegurar o monopólio da venda, ao mesmo tempo, transferir para o setor privado o controle da pesquisa e a produção de sementes tradicionalmente

produzidas entre nós pelo setor Estatal. É o caso da atuação da AMCEL, no Amapá. A diferença é que essa é subsidiária de uma corporação japonesa que, se valendo dos incentivos fiscais do governo federal, em troca de reduzidos benefícios ao Estado nacional e local, o poderio na comercialização da produção no mercado nacional e estrangeiro de cultivares de madeira se eleva a cada ano.

Ressalta-se que a empresa, apesar de atuar no mercado de produção florestal, com o plantio de eucalipto fins industriais desde 1977, e de possuir larga experiência em ações ambientais e parcerias com os governos no Amapá, todavia, o apoio dos incentivos do governo federal e local de natureza diversa concedidos ao empreendimento ao desenvolvimento de suas atividades é o principal suporte. Acordo dessa natureza se confirma conforme diário do Amapá (1995, p. 3), que disse: “a partir desse ano a Champion/AMCEL Amapá e Governo do estado estabeleceram diálogo, com possibilidade de parcerias entre ambos”. Tal diálogo permitiu a ampliação no domínio das terras e no destaque a produção nacional de madeiras e de sementes melhoradas, tornando-se autossuficiente para as suas demandas, assim como para o fornecimento de sementes para outras empresas.

A partir dessa abrangência, o empreendimento passa a contribuir de forma significativa para o aumento da média nacional de produção de madeiras verdes e de cavacos provenientes de desflorestamento/florestamento com eucalipto spp.

Com o acordo de parceria entre o empreendimento e o governo do estado, sem a participação das populações atingidas, a Pastoral da Terra, seção Amapá, constata que o governo, para amenizar as tensões socioeconômicas nas áreas, nomeou um grupo de trabalho para discutir os problemas das terras adquiridas pela AMCEL, as quais estavam sendo questionadas tanto pela Comissão, quanto por posseiros afetados (CPT/AP, 1996).

É possível notar que a AMCEL ao investir nos experimentos para o melhoramento/aperfeiçoamento das sementes e de mudas de eucalipto spp para suprir a demanda do mercado europeu, asiático e americano de madeira, não foi o suficiente para evitar os questionamentos dos posseiros do Amapá, sobre o enorme poderio na apropriação das terras pela empresa no estado. A omissão do poder público nessa mediação com a empresa, no sentido de salvaguardar o direito de posse aos camponeses afetados, foi praticamente renegada, pois, ao ser perguntado a um posseiro afetado pelo empreendimento de codinome Tiririca²⁴ disse:

A comissão nomeada pelo governo pá discutir os problemas das terras dominadas pela AMCEL em Tartarugalzinho falou pra empresa, patrocine as ações sociais do estado.... e ainda que a empresa participe do asfaltamento de 10 km de um trecho

²⁴ Entrevista concedida por um agricultor de codinome Tiririca sobre a atuação do governo e da AMCEL no Amapá, no dia 15 de agosto de 2018.

próximo da cidade e discuta outras parcerias com o Centro de Formação de Recursos Humanos do Estado, que tá bom”.

Por meio do depoimento fica evidente a omissão ou a parcialidade do poder público quando se trata de assegurar direito de posse e de compensação pelos danos causados por empreendimentos aos territórios de vida dos camponeses do Amapá. Todavia, o mais importante para a AMCEL foi a constituição do laboratório experimental de produção de sementes e de mudas no sentido de garantir e demonstrar que os resultados com o plantio de alta produção com o gênero eucalipto em outras regiões do Brasil foi de bons resultados, e que o caso deveria ser replicado no estado do Amapá.

Para se justificar e comprovar os seus bonos, a empresa utilizou como exemplo a experiência inicial de sua atividade em uma área com o plantio de 600ha, na fazenda Asa Branca, no município de Tartarugalzinho, em 6 de junho de 1995, onde se deu preferência às áreas degradadas pela pecuária extensiva e também pelas áreas de agricultura itinerantes. A partir dessa escolha, passou-se para o preparo do solo por meio de gradagem, subsolagem e curvas de nível, a definição dos aceiros e estradas, seleção das áreas para corredores de flora e fauna, combate às formigas; preparo do local do viveiro, plantio, irrigação, adubação, replantio, campina mecanizada e readubação (AMCEL, 2003).

Nas demais áreas adquiridas, as atividades foram direcionadas à construção de residências para funcionários operacionais e para os técnicos responsáveis pelo levantamento topográfico, com vista à utilização do acervo tradicional como experimentos na melhoria das sementes e do aperfeiçoamento das espécies uniformes de eucalipto spp. Por ser o Amapá um estado localizado numa posição periférica para os interesses do capital no mundo capitalista moderno, foi-lhe negado até mesmo a condição de se defender, pelo contrário, tudo isso revela que se tornou um ente que se obriga, desde o início de sua formação, a atender as estratégias dos capitalistas nos seus ciclos de exploração.

Atualmente uma das mais eficazes decisões para atender o controle da produção de madeira no estado foi a iniciativa de criar o centro de melhoramento das sementes e aperfeiçoar a qualidade do solo para ampliação da cultura do eucalipto e, junto a isso, dar início à sojicultura nas savanas. A atualização dos mapas de controle de cada propriedade sob o seu domínio, assim como daquelas áreas que ainda serão adquiridas, ficarão disponíveis às suas demandas no que concerne sua contínua expansão. Por conta desses aspectos, nesse item, tentou-se mostrar basicamente as transformações socioeconômicas e ambientais que o controle das sementes e das espécies unificadas pela AMCEL no Amapá pode oferecer.

3.6 A importância do viveiro para o controle da produção

Sob o domínio da empresa e por conta das suas demandas no que concerne à contínua expansão de suas atividades, a AMCEL, em dezembro de 1996, seguindo o planejamento do projeto de produção de eucalipto e também para assegurar o controle da produção, deu-se início às atividades para a construção do viveiro para a produção de mudas para o plantio. O montante exigido para a instalação desse setor foi na ordem de R\$ 3 milhões. A manutenção e a movimentação desse setor de produção de mudas se dá a partir da captação inicial de água do Rio Tartarugalzinho, para um depósito com capacidade de armazenamento de 3 milhões e 700 mil litros de água para suprir o consumo de um dia no viveiro.

O total de líquido é utilizado basicamente em estado natural, apenas 25% recebe certa quantidade de mistura de nitrogênio, fósforo e de potássio para uso da adubação, o que exigiu a construção de uma lagoa de monitoramento, sobre a qual pouco se sabe sobre o seu mecanismo de funcionamento e de cuidados com o meio ambiente. Sabe-se também que o viveiro utiliza também as águas subterrâneas captadas por meio de poços artesianos construídos em pontos estratégicos do setor. Conforme um ex-trabalhador do laboratório, Santos (2019)²⁵,

O mecanismo de abastecimento de água garante à irrigação a produção de mudas a partir de três processos básicos: a) pelo macro estaquia, b) micro estaquia e c) melhoramento das sementes”. No primeiro processo a preparação das mudas é realizada a partir da coleta de brotos feita no campo, as quais são levados para a casa de vegetação e transformados em macro estacas de dimensões entre 6 a 8 centímetros, contendo um ou dois pares de folhas.

Essa amostra de mudas é considerada pelos coordenadores de produção como adequadas para o treinamento do pessoal e para a reprodução de espécies regionais. No entanto, a macroestaquia não entra nos planos de prioridades da Nippon Paper Industries (NPI) e nem da Nippon Yusen Kabushiki Kaisha (NYK), controladoras da AMCEL, porque não interessa para a empresa a diversidade de espécies, mas, a sua unificação de eucalipto spp para a produção em larga escala. Todavia, conforme Diário do Amapá (2000, p. 6), “a AMCEL optou pelo processo de microestaquia ou micropropagação, que é um sistema processual de produção de mudas que por meio de laboratório se tem a obtenção de árvores clones selecionados”. Conforme José (2018)²⁶, um dos coordenadores do viveiro ele disse:

“Aqui a empresa prefere a micro estaquia ou micro propagação através de laboratório para a obtenção de árvores clones selecionados. Pois até o ano 2000 mais ou menos a Champion trabalhou no centro de mudas e ambiência florestal com esse processo e

²⁵ Entrevista com Robson dos Santos no dia 12 de outubro de 2018, fala sobre a importância do viveiro de mudas da AMCEL, no controle da produção.

²⁶ Entrevista com Antônio José que fala da preferência e importância da técnica de microestaquia e micropropagação, no dia 12 de outubro de 2018.

deu certo”. Ainda segundo o coordenador, “mas, agora se houve falar de controle e melhoramento das sementes pela nova empresa que manda na AMCEL, não sei não, eles vão dar a ordem”.

O terceiro processo de obtenção de mudas é realizado por meio das sementes que, de acordo com Poraquê (2018)²⁷,

Durante o trato das sementes, utilizando o novo material genético resultam em mudas de alta qualidade, essa técnica combina com a escolha dos sítios adequados, do melhor prepara do solo, do controle efetivo de pragas e ervas invasoras, do sistema de cortes e de transportes de baixo impactos sobre o meio ambiente, assim como a racionalização no uso dos equipamentos e da mão-de-obra. Somadas a evolução tecnológica, estas são as medidas básicas que mais contribuem para a significativa redução dos custos e para o aumento da produtividade e dos plantios em áreas contínuas evitando expandir as áreas com novas derrubadas. Observa-se a importância do viveiro para o aumento e o controle da produção de eucalipto spp., mas também se percebe as preocupações dos envolvidos sobre o avanço de novas áreas a serem degradadas e danificadas em função do avanço do processo de produção.

Tais práticas já vem sendo utilizadas tecnicamente por sucessivas rotações, e o que se tem observado é uma crescente produção, com o mais baixo custo por tonelada. A AMCEL atua numa área considerada ainda pequena até 2017 com a média de 130 mil hectares de terras utilizada pela empresa em relação a sua área disponível. Percebe-se que esses são fatores que motivam os novos empreendedores que, por ventura, vierem a se instalar no Amapá, pois é um projeto que se territorializou monopolisticamente no Amapá, despojando todo um potencial financeiro e tecnológico, os quais lhe proporcionou ser uma gigante latifundiária no estado. Entretanto o sucesso da AMCEL no Amapá está se dando em função, particularmente, dos incentivos fiscais concedidos pelos governos federal, a partir da injeção de capital estrangeiro, sob o comando do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e estadual, por meio da decisão da gestão da política econômica desenvolvida no Amapá.

Portanto, os ciclos de exploração dos recursos naturais que se configuram como a gênese do agronegócio no Amapá, após o esgotamento do manganês, se dá com a instituição dos empreendimentos que tiveram como meta primeira a territorialização dos monopólios do capital sob a extração de madeira e produção de celulose pelo Projeto Jari; pela extração de florestas nativas para a produção de madeira sarrafeada e de madeira compensada pela BRUMASA e pelo desflorestamento/florestamento de pinus e eucalipto para a produção de madeiras verdes e cavacos pela AMCEL. Essa forma de atuação do capital no Amapá combina com o que disse Shiva (2000, p. 300), “a exploração dos recursos naturais se dá conforme diretrizes das explorações da natureza em sua primeira fase quando ainda havia a certeza de que a abundância

²⁷ Entrevista cedida por João Poraquê técnico agrícola que fala da importância da combinação de controle da produção no viveiro, no dia 12 de outubro de 2018.

e a livre disponibilidade das riquezas naturais eram ilimitadas exploravam-se vorazmente os recursos naturais”.

Percebe-se que as atuações de todos os empreendimentos instalados no Amapá sempre foram implementadas por ações minadas de características e intensidades semelhantes e profundamente danosas, ou seja, grilando e apropriando-se indevidamente das terras dos posseiros e devastando os territórios de vida dos camponeses para favorecer a produção em larga escala. Nos últimos dez anos, essas práticas têm sido efetivadas pela instituição de projetos liderados pelos grandes produtores de grãos, investindo o capital agrícola, a partir da monopolização dos territórios e expansão das *commodities* também para exportações. Essa de investimentos internacionais e os incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal, com apoio do governo local, têm sido as formas que mais contribuíram para a realização dessa empreitada no estado.

O viveiro da AMCEL se tornou um dos principais instrumentos de suporte à produção e à expansão da silvicultura no Amapá. A AMCEL está entrando no processo de produção de grãos, tendo realizado o primeiro experimento em 2017, que permitiu gerar novas expectativas de investimentos no setor de grãos. A nova lógica da produção de *commodities*, no contexto atual de expansão desse setor, a empresa aproveita os espaços de articulações promovidos pelas multinacionais brasileiras, governo estadual e os produtores de grãos, no sentido de viabilizarem o novo circuito, incluindo o Amapá, na movimentação e escoamento da produção brasileira aos mercados internacionais.

CAPÍTULO IV

MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A EXPANSÃO DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS NO AMAPÁ

1 A Logística Territorial na Amazônia. O Amapá no Circuito do Agronegócio

Dentre os vários corredores que antecedem a conexão com o Amapá, estão o tradicional circuito formado pela BR 364 e BR-163, que se estende de Tenente Portela-RS a Santarém-PA e faz conexões com de o Porto de Paranaguá e o de Santos, utilizados pela maioria das multinacionais, somados ao corredor ferroviário constituído pela América Latina Logística e a sua conexão com a Ferrobán no estado de São Paulo.

Na sequência, está corredor formado por um sistema multimodal: rodoviário, hidrovias dos rios Paranaíba, Paraná e Tietê, e ferroviário da Ferrobán. Este corredor tem em São Simão, no estado de Goiás, um terminal graneleiro e outro em Anhembi, no estado de São Paulo, operado pela empresa exportadora Caramuru. O outro é o corredor rodoferroviário que liga a mina de Carajás, escoando a produção de ferro do Sudeste do Pará e do Sul do Maranhão, pelo Porto de Itaqui, operado pelas multinacionais Bunge, Cargill e ADM. Há, também, o corredor rodoviário que escoar a produção realizada no leste do Pará, envolvendo as regiões de Paragominas, com embarques pelo Porto de Belém, pela empresa Bunge. Outro modo de escoamento é pelo corredor rodoviário constituído pela BR-174, que liga Roraima a Manaus e ao Porto Itacoatiara, que começou a operar no início de 2006, pelo grupo empresarial Amaggi.

Há também o corredor rodoviário integrado pela BR-364, e a hidroviária, ligando o Rio Madeira ao Rio Amazonas, com por dois terminais graneleiros em Porto velho, de propriedade do grupo Amaggi e da Cargill. Além desse, o grupo Amaggi tem outro terminal graneleiro em Itacoatiara, no estado do Amazonas, que faz o transbordo das mercadorias para os navios de grande porte. Mas, a Cargill também tem o seu próprio terminal instalado no Porto de Santarém, no Pará, com as mesmas finalidades; apesar de ambas empresas atuarem em setores equivalentes, cada qual comanda a sua estrutura operacional.

Estes investimentos que as multinacionais e os grupos nacionais já fizeram e continuam fazendo apoiam-se no seu mais importante subsidiário: o Estado brasileiro, na perspectiva de que os projetos desenvolvidos pelos governos se efetivem conforme os acordos realizados entre ambos. Pode-se destacar no Amapá as perspectivas de ampliação dos negócios de grãos, por meio da instalação da Bunge em Santana do Araguaia no sul do Pará. A partir desse ponto, as suas conexões de interesses passam por Nova Xavantina, Querência do Norte, Bom Jesus do

Araguaia, Porto Alegre do Norte e São Felix do Araguaia, ambos se movimentando no Leste de Mato grosso, no território do entorno do Rio Araguaia.

A conexão para os mesmos fins é a ligação dessa rede com a compra de uma área no distrito de Miritituba pela empresa Amaggi, localizada às margens do Rio Tapajós, em frente à cidade de Itaituba no estado do Pará, tendo em vista, a instalação de um terminal graneleiro para o escoamento da produção de grãos pela BR 163 - Cuiabá-Santarém. Isso se confirma a partir do pensar de Penha (2018)²⁸, quando fala:

Eu acho importante a chegada da soja, porque só a silvicultura é pouco para o Amapá, a soja vai trazer muitos benefícios para cá, não muito mão de obras como dizem, não é bem assim. Nós temos 700 empregados. Agora traz um tipo de consumo, equipamentos, vai melhorar muito, vai movimentar o porto, o dinheiro vai girar mais.

Toda essa possibilidade de avanço do agronegócio se confirma sob a regência de políticas de planejamento para conexão do Amapá com a Amazônia e os demais territórios brasileiros que atuam nas atividades do agronegócio. Para tal empreitada, instalam-se duas hidrovias na Amazônica como logística para o transporte de grãos, determinadas pelo programa Brasil em Ação, elaborado ainda pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, a hidrovia do Rio Madeira no trecho entre Porto Velho e Manaus e a hidrovia do Rio Araguaia e do Tocantins. Na hidrovia do rio madeira como ela já operava, necessitou apenas de melhorias, a partir da introdução de um sistema de drenagem e de balizamento para facilitar e melhorar a mobilidade das embarcações do tipo balsas/barcaças para atuarem nos transportes de grãos. No caso da hidrovia Araguaia/Tocantins, iniciaram-se os estudos sobre os impactos ambientais (EIA), e não concluíram sequer o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

É bom lembrar que, mesmo os projetos das hidrovias Araguaia/Tocantins ficando paralisados, todavia, as barragens do Rio Tocantins continuaram a ser construídas, capacitando a viabilidade de navegação do rio. Outros projetos hidroviários, tais como de Teles Pires/Tapajós e Paraguai/Paraná mesmo não iniciados, mantiveram-se em perspectivas para a sua criação durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva como prioridade no contexto do Plano Plurianual de 2004/2011. Observa-se que a surpresa da gestão Lula, na abertura de apoio ao agronegócio, foi a possibilidade da pavimentação e melhoria da BR-163, que liga Cuiabá/Santarém, no trecho paraense, financiado por um consórcio privado, envolvendo empresas até então pouco conhecidas e indefinidas, operadoras de grãos, que em função da crise

²⁸ Conversa com Carlos Penha diretor de relações públicas e comercial da AMCEL, no dia 30 de novembro de 2017, fala sobre a importância da chegada da soja no Amapá.

na produção das *commodities* de soja durante a safra de 2004/2006, foi ignorada pelos interessados (OLIVEIRA 2016).

Também como forma de compensação os acordos entre governo federal e empresas privadas em apoio ao agronegócio na Amazônia, fizeram parte desse programa a construção de dois gasodutos na década de 1990. Um deles saindo de Urucum até a capital Manaus, e o outro gasoduto projetado para ligar o complexo de Urucum a Porto Velho, em Rondônia. Nesses dois casos, na região, até então foram de praxe as consultas feitas pelos empreendimentos privados aos gestores dos estados amazônicos, sobre a possibilidade do fornecimento de gás extraídos no “coração” da Amazônia. Mas, quando se tratou de *commodities* de grãos, o apoio estatal foi partilhado com as multinacionais sem cerimônia, mesmo correndo risco de as atividades do agronegócio gerarem grandes transformações ao meio ambiente e aos territórios de vida das populações regionais. Entretanto, os fortes movimentos contrários e a ação de embargos acatada pelo Ministério Público à sua estruturação, resultaram na interrupção do processo de licenciamento para o início da obra.

Diante desse fato, foi possível perceber outra estratégia para justificar a mediação do governo federal nessa operação de apoio ao agronegócio, para a conexão de acesso ao Amapá, foi no que diz respeito às melhorias na infraestrutura de obras, tais como a recuperação da rodovia BR-163, nos trechos Cuiabá e Terra Nova e de Santarém até Rurópolis; na BR-364, nos trechos entre Cuiabá e o estado do Acre; na BR-174, que vai de Manaus até a fronteira com a Venezuela; dois trechos rodoviários ligando a cidade de Marabá à rodovia Belém-Brasília, e o último compromisso foi ligar a cidade de Imperatriz à malha rodoviária do estado do Maranhão. De acordo com Penha (2017)²⁹,

Além do mais ela vem porque o empreendedor tem olhos comprido você vê que está acabando com as terras no Mato Grosso por exemplo não há mais terras e aqui as terras são baratas perto da rodovia, tem a logística, tem as duas empresas que estão vindo para cá que já tem experiências, precisa reduzir custos dos transportes do Mato Grosso para cá montam um porto estruturado, encurtando o tempo e diminuindo valores nas exportações dos grãos.

Na busca de alternativas às metas do capital no circuito dessa logística, aglutinam-se a estes tipos de estratégias, em função da necessidade de mais terras para viabilizar a produção de *commodities*, até mesmo a prática de outras ações como forma de desviar a atenção da população no que diz respeito à monopolização dos territórios do agronegócio na região, tudo para promover a territorialização dos monopólios pela exploração de recursos naturais. É nessa

²⁹ Fala de Carlos Penha diretor de relações públicas e comercial da AMCEL, no dia 30 de novembro de 2017, falando dos mecanismos utilizados pelo governo local para viabilizar a conexão do transporte de soja pelo Porto de Santana.

malha rodo-hidroviária que o Amapá entra no circuito de utilização do Rio Amazonas como ponto estratégico entre portos para conduzirem as barcas até o Porto de Santana e dar prosseguimento à exportação das *commodities* para o exterior.

Estas obras transformarão a infraestrutura de transporte na região, alterando completamente a logística existente, o que contribuirá para gerar a redução do tempo e dos custos de transporte, assim como o deslocamento da carga do maior centro de produção de grãos, que é o estado de Mato Grosso para a Amazônia. Na conexão com o Amapá, Penha (2017)³⁰ mostra que,

o empresário vê longe, a instalação de uma empresa portuária, essa logística oportuniza vinda dos produtores, compradores de terras, sabe o que está acontecendo com esse boom da soja, tem muita gente boa, mas tem muita gente ruim, alguns já me procuraram, mas eu não dei confianças, a AMCEL vai fazer o seu próprio projeto, eles já fizeram muitas cagadas, estão pegando corretores e que a questão fundiária aqui é complicada, porque a AMCEL tem as suas terras e algumas que ela comprou também de famílias tradicionais, aqui que já tinha posses antigas e hoje em dia as nossas terras são tituladas e outras passadas em cartórios então eles acham que a terra é da União pois, as terras estão todas discriminadas.

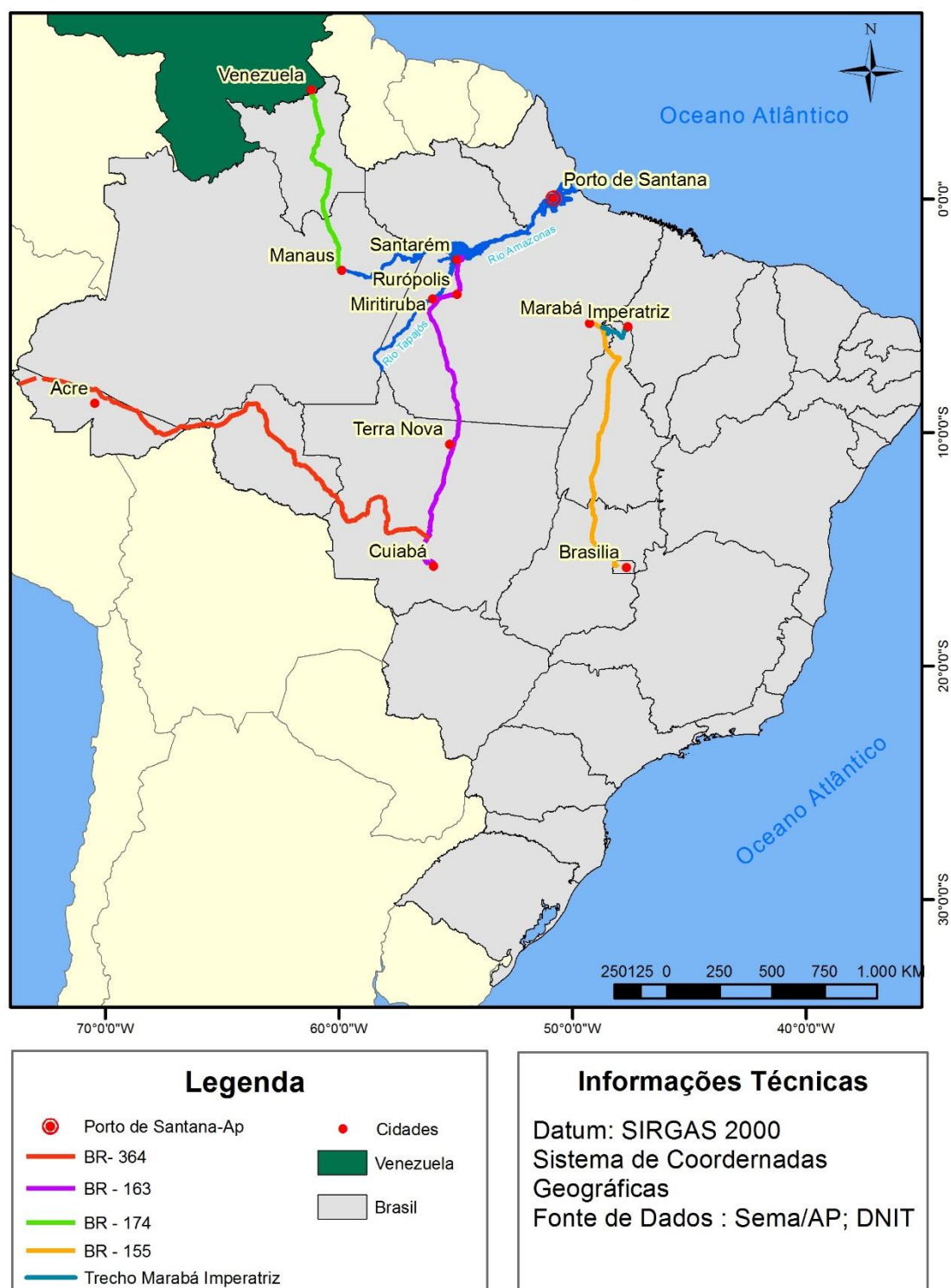
Outro exemplo marcante dos investidores do capital agrícola foi o acordo de barganha política que representa a construção da ferrovia Ferronorte, nos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, projetada com os mesmos objetivos, de reduzir os custos das mercadorias e dos seus transportes, dos grãos pelas hidrovias na Amazônia, para deslocar a atenção do Centro Oeste para a Amazônia.

A empreitada tem também em vista a instalação de um terminal graneleiro para o escoamento da produção de grãos pela BR 163, pela Cuiabá/Santarém, isso é, após a sua pavimentação total porque, conforme informações, nem todos os trechos estão apropriados para tal empreitada. Todavia, a lógica de produção de *commodities* no Amapá não se justifica, considerando a dimensão, as qualidades das savanas e o volume de produção de grãos, mas também de poder incluir o Amapá as condições de infraestruturas logísticas mais adequadas para atender o armazenamento da produção de grãos vindas de outros polos brasileiros a serem transbordadas em Miritituba no município de Santarém, seguindo de montante a jusante pelo Rio Amazonas, transportada pelas barcas até o Porto de Santana no Amapá.

³⁰ Fala de Carlos Penha, diretor de relações públicas e comercial da AMCEL, no dia 30 de novembro de 2017, falando da importância da logística e do Amapá no novo circuito do agronegócio pelo Porto de Santana.

Figura 13: Mapa dos eixos Rodo/hidroviário de conexão e circulação das *commodities* pelo Amapá

Mapa dos eixos Rodo/Hidroviário de circulação das *commodities*



Fonte: Sema/AP; DNIT, 2000. Elaboração: SILVA, R. P da, 2019. Autor: Bacelar, M. O. B. 2019

Como já mencionado, o estado do Amapá, pela sua importância política de localização e nas estratégica de intercâmbio econômico interno e externo, a partir do Porto de Santana, instalado à margem esquerda do Rio Amazonas e contemplado pelo canal norte do mesmo rio, de forma sequencial, pode passar definitivamente a dar continuidade à mobilidade mercadológica ao atlântico, facilitando o acesso das exportações de *commodities* para os Estados Unidos, para a Europa, Ásia, China e Japão. Pois é nessa perspectiva também que o Amapá, nos últimos anos da 2ª década do novo milênio, vem-se articulando sobre investimentos de capitais asiáticos e chineses interessados nas importações da produção de grãos cultivados nas suas savanas.

Frente a esse gigantesco planejamento pelo capital agrícola, é possível perceber que as políticas de infraestrutura logística para viabilizar a exportação de grãos do Amapá e pelo Amapá, oriundas de outro polos produtores, têm fundamentos que muitas vezes extrapolam o pensar e o agir dos atores do agronegócio, pois a estratégia geopolítica de alteração na infraestrutura, principalmente de transporte na Região Norte, foram e continuam sendo realizadas com o objetivo de viabilizar a monopolização do território do agronegócio, a expansão do capital e as suas operações nas exportações. De acordo com as demandas dos mercados externos, a engrenagem montada para esse projeto precisa gerar menos ônus nos preços das mercadorias, durante o seu processo de circulação até chegar ao seu destino final. É nesse sentido que o governo, como mediador na condução política dessa empreitada, tem sido de vital importância. Conforme Roberto (2017)³¹,

[...] eles têm projeção para a ampliação da estrutura logística, porém os dias são espinhosos, pois as metas de ampliação é um tempo de 25 anos mais ou menos, a longo prazo seja efetivado. Porém as coisas não acontecem tão fácil é nesse estágio em que se encontra agora, que a parte política e jurídica tem que andar juntas, porque no Amapá foi descoberto que desde 1981 para cá, nunca se viu implantar algo que pudesse desenvolver este estado, que nesse estado, viesse se implantar aqui algo que lhe desses créditos. Os grandes produtores estão interessados nas terras do amapá só para produzir soja. A projeção do porto de Santana se dependesse apenas só do porto as coisas seriam mais simples, apesar de se chegar naquele montante bom de produção, o próprio porto tem que ser ampliado porque faz parte do investimento do porto, mas nesse estágio eu vejo que política é que tem que encampar essa forma definitivamente das ações, porque não pode a parte administrativa andar e a outra parte política não acompanhar, ou vise versa porque tem que andar juntas porque no Amapá finalmente foi descoberto outras possibilidades, mesmo eu não sendo daqui, eu sou do Rio grande do Sul meu pai veio para cá em 1973 e eu vim para cá definitivamente em 1981.

Observa-se o quanto de importância para o desenvolvimento do agronegócio se dá em relação ao apoio dos governos locais, pois no Amapá não é diferente dos demais estados

³¹ Entrevista com Paulo Roberto, diretor presidente da Companhia das Docas do Amapá, no dia 29 de novembro de 2017, falando das “dificuldades” enfrentadas pelo sistema de engrenagem do capital para viabilizar as exportações pelo Porto de Santana do Amapá.

brasileiros, que dependem não só dos financiamentos facilitados para alavancar os negócios, mas necessariamente também estão sob as determinações do controle das políticas econômicas e da legislação como suporte à sua prosperidade. Tem-se, pois, que o agronegócio, seja de Agrofloresta, seja de grãos, sem essa base de sustentação, não consegue a autogestão. Nesse sentido, a própria viabilidade desse tipo de atividade pelos seus entes condutores das políticas públicas já demonstra dano socioambiental aos territórios de vida dos envolvidos, porque, de início, permite com que o estado em toda sua escala de gestão, seja Federal, estadual e municipal, retire grande parte dos investimentos no setor agrícola tradicional ou do complexo rural para investir e sustentar a monocultura de exportação, como um dos mecanismos de equilíbrio das contas públicas.

É necessário atentar sobre a importância da cooperação do estado nessa missão, porque também consolida política estratégica de divisas econômicas do mercado agrícola brasileiro no contexto das exportações. Por conta desses interesses, o agronegócio tem provocado mudanças de natureza diversa nas gestões de governo, o que tem gerado novos impactos e transformações nos territórios de vida das populações e ao meio ambiente, porque são obras que alijam as demandas econômicas e o modo de vida dos camponeses da Região Norte e do Amapá. Nota-se que obras de infraestrutura em busca de localização estratégica para agilizar a movimentação do capital mundial provocam uma forte reorganização e alinhamentos nas movimentações dos investimentos feitos pelas empresas, para melhor redesenharem o sistema de circulação das *commodities* para exportação nesse início de século. Conforme Roberto (2017)³²:

então hoje eu vejo o estado com um potencial muito grande pois a parte política é importante porque o estado tem uma deficiência muito grande na parte fundiária seríssima e o empresário quer chegar aqui e ter segurança, que vai chegar aqui e a terra que ele vai plantar seja dele mas, aqui tem um embrolho, terra da União, terra do estado eu não entendo disso e teria que ter um envolvimento político maior para destravar esse nó a regulamentação fundiária é importante porque o próprio pessoal que trabalham com a gente se queixão disso.

Isso mostra a importância do capital agrícola mundializado por meio da estrutura logística que tem sido planejada para o Amapá, envolvendo de forma associada e conforme as condições de viabilidade ou não desse processo para o atendimento dos objetivos dos empreendimentos de natureza multinacional, nacional e local.

Todavia, o que está acontecendo, além da expansão da produção de grãos é, a utilização da estrutura ainda incipiente do Porto de Santana para transbordar e armazenar os grãos

³² Entrevista com Paulo Roberto diretor presidente da Companhia das Docas do Amapá, no dia 29 de novembro de 2017, falando do potencial do estado para a expansão das *commodities*, mas reclama das articulações políticas para a agricultura no Amapá.

provenientes do Centro-Oeste, para em seguida exportar. Mas essa agitação no comércio de grãos está levando à fermentação de novo e perigoso mercado, que é o de especulação de terras nos vários municípios onde se aceleram as atividades do agronegócio, mercado imobiliário motivado por diversos fatores, dentre o mais importante tem-se o baixo valor da terra por hectare. Este setor está gerando transformações de natureza patogênica ao meio ambiente do Amapá e às suas populações envolvidas. Esse é um dos pressupostos que nos levam a entender não só o mercado de terras, mas, também, a movimentação do mercado de *commodities*, em particular da sojicultura no estado, promovendo disputas por territórios nas savanas, nas florestas e até nas veredas, territórios de vida das populações camponesas.

2. A estrutura portuária em Santana do Amapá.

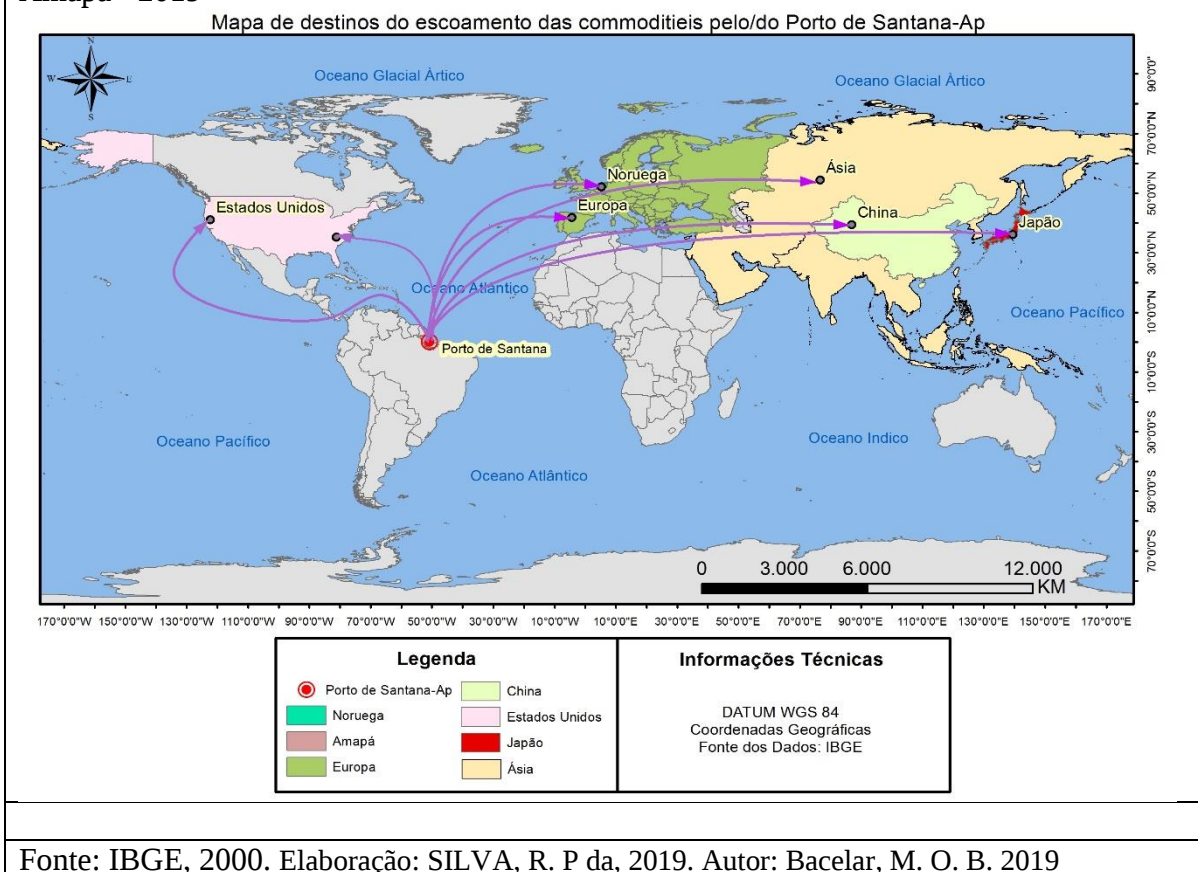
Para melhor compreender o processo de expansão da produção e de comercialização de grãos no Amapá, é importante refletir sobre as condições da estrutura logística das rododivias e também portuária, responsáveis pelo embarque, condução e desembarque da produção para exportações, que deverá movimentar um volume grandioso de mercadorias, considerando que não será somente a produção no Amapá que será armazenada nos silos do Porto de Santana, mas também, receberá um considerável volume de grãos, provenientes da Região Centro-Oeste, a serem transportados via rodovias até Miritituba no distrito de Santarém, no Pará, e de lá, por barcaças/balsas, até o porto. O Porto de Santana e o Terminal de Uso Privado da CIANORTE recebem as cargas de soja e farelo de soja para exportação, armazenam e de lá embarcam em grandes graneleiros para os mercados mundiais (Fig. 11).

É necessário mostrar esse trajeto para melhor entender as formas de controle socioeconômicas do capital agrícola e também sobre o domínio dos territórios aquáticos, pelas empresas do agronegócio, que continuam imbricados, a partir da estrutura logística montada como vetor para o recebimento/armazenamento na origem, traslado/escoamento da produção, armazenamento no destino intermediário, que é Porto de Santana e distribuição da produção para o mercado nacional e para o exterior.

Isso porque está se procurando analisar o agronegócio no contexto mais abrangente, e no sentido de revelar as transformações resultantes desses projetos agrícolas que se empenham em fixar-se no Amapá. É importante reconhecer que, para facilitar a movimentação das *commodities* brasileiras, conforme Nunes (2014, p. 113), “a estrutura portuária de Santana no Amapá encontra-se pronta para essas atividades desde 1957, quando a ICOMI realizou o primeiro embarque do minério de manganês extraído de Serra do navio”, município atualmente do mesmo nome, destacando-se naquele período a fase tipicamente preparatória para a

instalação dos grandes empreendimentos na Amazônia, dos quais o Amapá sempre foi um dos territórios contemplados.

Figura 14: Mapa de destino do escoamento das *commodities* pelo/do Porto de Santana, no Amapá - 2019



Destaca-se que, naquela conjuntura, depois da segunda guerra mundial, o Amapá foi envolvido por um processo recheado de negociações políticas, financeiras e principalmente de avaliações sobre o grau de suporte da estrutura e construção do Porto de Santana por empreendimento internacional, assim como de compra de equipamentos para a operacionalização das demandas portuárias. Após muitas articulações e conversas, surgiu o acordo de Washington, que fez parte na tomada de decisão sobre o apoio do Brasil no monitoramento do Atlântico, como aliado dos americanos, assim como a instalação de base militar no município de Amapá. Nesse contexto de negociações, estava em jogo o escoamento do minério de manganês para os Estados Unidos.

A empresa americana Foley Brothers Inc. foi contratada para construir toda a infraestrutura do porto, além de três faróis marítimos para suprir o balizamento do canal norte do Rio Amazonas, recebendo a bagatela de valores em torno de 4,3 milhões de dólares pelo serviço. Paralelamente à estruturação do Porto de Santana como vetor de transformação do

território agrário amapaense, outras iniciativas como demarcou-se as áreas mineradas propriamente ditas, as estradas de serviços, de maquinários de processamento e ambientes de acondicionamento para estocagem de produtos, tudo para assegurar a grande empreitada na preparação logística para a submissão do estado às exportações. Ao entorno do porto, estavam o escritório, galpões de equipamentos, manutenção via férrea e geradores de energia elétrica, dentre outros equipamentos (ICOMI, 1983). Somados à estrutura, o administrador do antigo território permitiu a empresa responsável pela obra o uso da água, madeira, pedra e outros recursos naturais da região que fossem necessários para a construção da infraestrutura do porto sem ter que gastar pela utilização.

Acompanhando o que disse Becker (1990, p.71/74), “são exigências características quanto aos projetos econômicos que se instalaram na Amazônia e que de forma estrutural modernizados pelas novas tecnologias compreende-se que eles correspondem a uma nova escala não só de embasamento para a produção, mas também de organização e principalmente dotados de funções de controle do território agrário”, ou seja, são também responsáveis pelas ações geradoras de conflitos, entendidas como estratégias para influenciar ações de controle dos territórios no espaço amapaense.

Sob a lógica da Amazônia, o Porto de Santana do Amapá, é caracteristicamente considerado, ainda, como um território enclave, em função da sua plataforma estar instalada numa área isolada na foz do Rio Amazonas, que sempre atendeu aos objetivos das demandas do capital mundial, territorializando o capital monopolista estrangeiro. E nesse início do novo século, já se prepara para atender às demandas de transporte das *commodities* produzidas nas savanas do estado, assim como a produção de outros estados brasileiros. Penha (2017), expressa:

Eu acho importante a chegada da soja, porque só silvicultura é pouco para o Amapá, a soja vai trazer muitos benefícios para cá, não muito mão de obras como dizem, não é bem assim. Nós temos 700 empregados. Agora traz um tipo de consumo, equipamentos, vai melhorar muito, vai movimentar o porto, o dinheiro vai girar mais, porque vai melhor logística para a Amazônia e para o Amapá.

Conforme Dias (2018, p. 14), o porto como um “sujeito técnico capaz de criar condições sociais inéditas e de estruturar novos sujeitos, particularmente pela emergência de novos sujeitos de querer e poder, assim como os Estados Nacionais também desenvolvem estratégias para mobilizar e apropriar-se de parcelas do espaço e dessa forma produzir outros territórios”. Ainda sobre as atividades relacionadas à soja e ao eucalipto, Penha revela (2017)³³,

³³ Fala de Carlos Penha, diretor de relações públicas e comercial da AMCEL, no dia 30 de novembro de 2017, referindo aos cuidados na manipulação da produção no Porto de Santana.

Não vai ser sobre sistema de rotação, dentro no nosso bloco de terras nós vamos escolher, não vamos criar outra empresa, somente uma divisão da Silvicultura e da soja. A estrutura é simples e a mesmo tempo complexos, pois já foi feito um acordo com a Ciampart e com a Caramuru para se utilizar o mesmo porto para que se usassem o mesmo equipamento para os embarque e desembarque dos produtos, pois o equipamento é da AMCEL. Quando chegar os cavacos embarca-os, quando chegar a soja se lava os equipamentos e vai se embarcar a soja, há um acordo entre as partes, quando nós carregamos deixamos limpo para eles quando eles carregam deixam limpo para agente, porque não pode ter contaminação, Caramuru, Ciampart e AMCEL.

Nesse caso sugere-se manter certa forma de monitoramento por parte de órgãos competentes sobre as condições sanitárias na operação dos produtos, durante o desembarque, acondicionamento, reembarque e condução dos produtos até os seus destinos final. É evidente que tal forma de manipulação pode causar diversos transtornos na aceitação principalmente das *commodities* de alimento nos mercados consumidores.

3. O território das *Commodities* no Amapá

É importante lembrar que o avanço das áreas cultivadas e do quantitativo na produção de grãos, em particular, o cultivo de soja no Amapá, iniciou-se sob influência da movimentação da produção da Região Sul, dando a ela o privilégio de se destacar dentre as demais regiões, no que se refere à maior produtividade e a sua hegemonia, durante toda a década de 1990. A ocupação de grande parte das áreas daquela região pela produção de grãos permitiu que os empreendimentos dirigissem as atenções à Região Centro-Oeste, mais precisamente para o Mato Grosso, atraídos pelos chapadões centrais e ocupando a maioria das porções de ecossistemas do cerrado e parte da floresta equatorial amazônica, tornando-a como a principal produtora desses *commodities*, no país.

Nas duas primeiras décadas deste século, houve forte expansão das *commodities* sobre os diversos biomas que integram o Cerrado brasileiro. Conforme Oliveira (2016), isso demonstra que os ambientes ocupados pela soja, na região, durante as safras de 1990/1991, e de 2004/2005, as áreas plantadas mais do que se multiplicaram, saltando de menos de 10 milhões de hectares para mais de 20 milhões de hectares, o que representou um terço das áreas ocupadas pela produção agrícola no Brasil. Tal avanços chegou à Região Sudeste e a Nordeste mais precisamente à Região Oeste da Bahia e ao Sul do Maranhão e do Piauí, em ambos os estados territorializando-se nas áreas de cerrados. A Região Norte, nessa conjuntura, apresenta ainda a menor participação na expansão do cultivo de grãos, embora já apresentando resultados surpreendentes, a partir da utilização também dos Cerrados no estado de Tocantins. Todavia,

atualmente, o mais novo registro da ocupação de áreas e da expansão da produção de *commodities* nos últimos dez anos está se concentrando nas savanas do Amapá.

A compreensão do processo de expansão do plantio de grãos no Amapá, por ser um estado que, no contexto da Amazônia, é dos mais preservados socioambientalmente, requereu reflexão mais acurada sobre alguns pontos. O primeiro foi discernir o porquê das intenções dos produtores de grãos a se instalarem em áreas preferencialmente das savanas, e posteriormente de acordo com as suas demandas adentrar-se às florestas. Tal estratégia, dependendo das circunstâncias, em que favoreça o capital agrícola observou-se que qualquer outro bioma, pode ser agregado a monopolização das atividades do agronegócio. A questão a ser levantada é de que os biomas de modo geral não correspondam as demandas do “novo modelo” de produção, porque consequentemente os efeitos das suas ações, irão diferenciar-se ao considerar o grau de intensidade das transformações de uma e de outra área (OLIVEIRA, 2006).

No que se refere às *commodities* de grãos no Amapá, estão sendo produzidas nas savanas seguindo as determinações e a preferência dos investidores da maioria dos estados brasileiros, determinadas também para a Região Norte, com o aval do IBGE. Para tanto, usou-se como experiência o estado do Tocantins, no sentido de comparar e expressar resultados, a partir do volume de produção dos territórios ocupados por essas atividades. Mas, os controladores do agronegócio estão se esquecendo de considerar as diversidades socioculturais e ambientais locais (modo próprio de produção), que na sua maioria ainda carecem de melhores adaptações para aderir o “novo processo” de produção unificado.

Nessa condição no Amapá, as preocupações com as transformações geradas pelas práticas do agronegócio dizem respeito à expansão dessa produção nos diversos biomas, como nas áreas de floresta, nas savanas, nas várzeas mais elevadas, as quais podem sofrer transformações e danos dessa atividade, o que afeta a sociedade e o meio ambiente de modo geral.

Portanto, é importante deixar registrado esse suporte condutor para a compreensão do processo de monopolização das *commodities* nos diversos territórios de interesses dessa atividade. Por conta de novos avanços desse processo, constatou-se que foi a partir dos anos de 1998 e 1999 que as áreas cultivadas e a produção de *commodities* de grãos passaram a aumentar continuamente. O aumento dessas atividades no estado permite observar que tal processo constitui-se em mais um período na contínua territorialização do monopólio do capital agrícola como somatória do saque dos recursos naturais, dos desmandos e da desagregação do modo de vida dos camponeses. Em função desse movimento, houve significativo aumento do cultivo e da produção das safras de 2001 e 2002, 2003 e 2004. Se não fosse os efeitos da grande seca nos

estados da Região Sul e do excesso de chuvas na região Centro-Oeste do país, contribuindo para a perda de grande parte da produção, em 2004/2005 o Brasil teria sido surpreendido mais ainda, devido ao aumento no volume de grãos com a participação dos estados Amazônicos. Mas, somada a crise econômica mundial, o setor de grãos sofreu redução bem acentuada. Esses fatores contribuíram para a redução da produção durante as safras de 2005/2006 (OLIVEIRA, 2006).

Apesar das perdas, o crescimento constante da produção de grãos, comandada pela soja (*Glycine max*), continua surpreendente, tendo em conta que ainda em 2015, conforme Brasil (2015), o governo brasileiro destacou números próximos aos 100 milhões de toneladas produzidas no país, cultivadas em aproximadamente 37 milhões de hectares. Espantosamente, uma produção que tem como o maior e principal consumidor o mercado chinês. Isso significa que o aumento na produção induz maior expansão das terras cultivadas também no Amapá. De acordo com Penha (2017)³⁴, essa motivação se dá porque,

O experimento da soja em 2017, em 100ha rendeu 59 sacos de soja por hectare, isso mostra que o grupo é capacitado para as atividades e vamos chegar a 20 mil hectare de soja plantada, mas não é amanhã nem depois de amanhã, japoneses são cautelosos, pragmáticos, vamos chegar em 2018. É uma variedade desenvolvida na região, não é transgênica, porque a Caramuru não trabalha com transgênicos. Eles não vão comprar terra, vão arrendar, vão controlar para produzir soja natural. As exportações do eucalipto do Amapá 50% para o Japão e 50% para a Europa, a soja vai ser diferente porque não temos ainda para quem vender, somente a produção.

Esses dados indicam que o Amapá já se inclui não só participando no aumento da produtividade, como também se destaca pela derrubada das florestas e demais biomas no estado, apesar de as florestas não serem o bioma preferido por esse setor, mas é em função das pressões e da ganância dos capitalistas estrangeiros, com o aval dos governos, sobre a produção regional e local que essa façanha se realiza.

Observa-se que as transformações geradas pelo agronegócio de grãos no estado ainda estão relacionadas com o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – o PRODECER. Criado na década de 1970, tinha como base fundamental a efetivação de um modelo de produção de *commodities* em escala comercial. De início, o programa incentivou a produção de arroz e com investimentos nas atividades das pastagens. Na década seguinte (1980), os esforços se concentram na produção de grãos, principalmente a soja, visando principalmente a exportação, tudo isso alicerçado pelo capital internacional e pelas políticas de expansão agrícola brasileira (PARANAIBA, 2012). Recordar-se que no Amapá, na década de 1980, ainda não se tratavam de negócios direcionados para a produção de grãos, até

³⁴ Entrevista com Carlos Penha diretor de relações públicas e comercial da AMCEL, no dia 30 de novembro de 2017.

porque foi o período em que a AMCEL se instala no estado para desenvolver o agronegócio de florestas, caracteristicamente no bioma das savanas.

Portanto, há mais de quatro décadas o Amapá vem desenvolvendo atividades que implicam em mudanças na sua forma de ocupação. A expansão para a região marca a nova forma paradigmática, tendo em vista que, antes nova lógica do complexo rural, o estado sempre foi caracterizado pelo desenvolvimento da agricultura de subsistência, pequenas áreas de pastagens e exploração de recursos naturais de baixo impacto. Com o incentivo do Estado e com o poderio financeiro de diversas companhias, a região passou a sofrer sérias transformações, mudando sensivelmente a configuração do território amapaense com o desenvolvimento das *commodities*.

Com a inserção da agricultura mecanizada, conforme Lameira (2016, p. 15), ocorre uma modificação na organização territorial do estado, com aparecimento de grandes propriedades, característica bastante presente na agricultura comercial”. Essas ações do agronegócio permitem desenhar outras formas no espaço que dificultam, de certa maneira, a promoção da gestão fundiária, devido ao baixo índice terras destinadas aos verdadeiros posseiros. Todavia, Costa (2012) fala que os baixos valores cobrados pela terra, aliados à pouca tecnologia desenvolvida pelos agricultores/camponeses tradicionais, têm favorecido a aquisição de grandes áreas para o desenvolvimento agrícola comercial, servindo de atrativo para o plantio de grãos.

Como dito anteriormente, o cultivo de grãos nas savanas do Amapá é relativamente recente, se comparado a outros estados brasileiros, os primeiros ensaios se deram por volta de 2004, por meio de produtores advindos da Região Centro-Oeste do Brasil, principalmente do estado do Mato Grosso. Observa-se que o início dessa atividade ligada ao processo de expansão da agricultura comercial para a Amazônia Legal, nas últimas décadas do século XX, representou o “avanço da fronteira agrícola”, ou seja, a monopolização do território do agronegócio pela entrada do capital agrícola no Amapá teve a participação política, que tornou compatíveis as intenções do governo federal, atrelado ao Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB).

Mas, o cultivo de grãos no estado teve efetivo início a partir dos primeiros anos do século XXI nas savanas amapaenses. Essa atividade ficou em repouso por mais ou menos oito anos, no que diz respeito ao plantio, retomando fôlego a partir de 2012, conforme se vê nos primeiros registros contabilizados pelo IBGE, por ocasião da colheita durante a safra de 2013.

É bom destacar que, pelo tempo que o agronegócio de grãos se instalou no estado, especialmente a monocultura da soja, o que tem-se observado é que essa atividade tem

promovido pouco ou quase nenhum desenvolvimento para o Amapá, tampouco para os estados brasileiros. O que se observa são profundas transformações socioeconômicas e territoriais que se ampliam a cada ano, com o aumento da produção de grãos e ocupação de novas áreas plantadas, o que contribuiu pelos graves problemas, de diversas dimensões, como concentração fundiária, redução da biodiversidade e em particular a desagregação dos territórios de vida das populações/comunidades envolvidas nesse processo.

No Amapá, o cultivo de grãos tem se efetivado nas savanas, principalmente com maior intensidade na porção que envolve os municípios de Macapá, Itaubal e parte da área do município de Porto Grande, na Região Sudeste e Centro do estado. Conforme o Zoneamento Socioambiental do Cerrado do Amapá (ZSC) (2016),

O estado do Amapá possui aproximadamente 889.714,694,5ha, mas pelas condições diversas a serem consideradas apropriadamente áreas aptas ao cultivo gira em torno de 480 a 570 mil hectares de savanas. Pois no contexto da área total de distribuição do referido bioma se fazia necessário excluir algumas partes que não caberiam serem analisadas para efeito de ordenamento territorial, a saber: as áreas que demarcam o entorno periurbano e de expansão das cidades de Macapá e de Santana. Juntas, as referidas áreas definem uma poligonal que em parte coincide com a delimitação constante do Plano Diretor do Município de Macapá; um enclave localizado no baixo curso do rio Cassiporé. Neste caso, o isolamento locacional da área e sua associação com campo hidrófilo foram considerados como condições não favoráveis para o ordenamento territorial e consequentemente para o cultivo de commodities.

A redução do quantitativo de áreas de savanas agricultáveis está pautada em condições de que, nas suas adjacências, também estão incluídos os territórios que abriga projetos de assentamento, unidades de conservação, áreas de remanescentes quilombolas e a principal atividade agroflorestal desenvolvida pela AMCEL: a silvicultura, para a produção de madeiras verdes e cavacos para exportação, e já iniciando os primeiros experimentos com o plantio de soja recentemente. Essa atividade favorecida pela infraestrutura do Porto de Santana, pelas rodovias estaduais AP 070, AP 340 e da BR 156 e o novo circuito de movimentação de *commodities* pela Amazônia, o estado pode estar a poucos passos de retomar o tão esperado desenvolvimento econômico, mas esse desenvolvimento gera mais dúvida do que certeza.

Diante desse cenário e de suas particularidades discutidas até este momento, foi possível desvendar e conhecer as formas de uso das savanas amapaenses, procurando-se responder diversas questões, inclusive o processo de expansão do cultivo de soja que pode favorecer as tomadas de decisões no que diz respeito à monopolização do território do agronegócio pelo capital agrícola.

A acurada análise do desenvolvimento do cultivo de grãos no estado pode contribuir para qualificar melhor a gestão territorial, os enfrentamentos nas disputas por territórios, minimizar os impactos socioambientais e finalmente demonstrar os diversos conflitos

provocados pelo contínuo processo de apropriação das áreas de savanas. Porquanto, é eficiente gestão territorial que terá meios de controlar, direcionar e inibir conflitos sobre a posse da terra, de grilagem e de usurpação dos imóveis rurais, mostrando a função do governo do Amapá no avanço da fronteira agrícola no estado no contexto da Amazônia, no que diz respeito à gestão territorial e às perspectivas para o futuro do estado, a partir dos resultados socioeconômico e ambiental, marcados pela monocultura.

CAPÍTULO V

DISPUTAS TERRITORIAIS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES NO AMAPÁ

1 A expansão da fronteira e os conflitos sociais no campo

A região das savanas do Amapá pode ser interpretada por muitos como um celeiro, onde a produção de riqueza resultará maior geração de emprego e renda, a partir de um modelo técnico, um aporte de recursos e infraestruturas que começa a configurar esse território em suas formas e conteúdo modernos. No entanto, atentando para os dados, sobre as vivências e sobre os modos de produzir, essa podem ser uma interpretação parcial dos processos socioterritoriais.

Essa reflexão é fruto da presença e da atuação de diferentes grupos sociais, identificados como populações/comunidades tradicionais. Esses grupos vêm convivendo com os diferentes ciclos econômicos e formas de ocupação do território, bem como de diferentes programas e políticas públicas, os quais fazem do Amapá uma fronteira de disputas por espaços, sendo a terra o meio de reprodução da vida dos seus ocupantes tradicionais, o bem mais disputado no cenário do agronegócio. Por conta desses elementos, o objetivo desse capítulo é de analisar as disputas territoriais e as estratégias de resistência dos camponeses a esse processo. São sujeitos sociais que ocupam essas terras há décadas.

O Amapá, até as últimas décadas do século passado, tinha seu desenvolvimento socioeconômico baseado nas atividades agroflorestais e na produção camponesa e indígena. Conforme Silva (1982, p. 114), foi através “[...] da incorporação de novas áreas que se ampliou a produção agrícola brasileira que se iniciou desde a expansão do café no século passado até mais recentemente para atender a crescente demanda de matérias-primas e produção de alimentos pela industrialização”.

Isso significa que o desenvolvimento agroflorestal no estado já se inicia num contexto de uma fronteira aberta à apropriação capitalista, apesar de estar ocupada. No pensar de Martins (2014, p. 12), “nos estudos clássicos, a fronteira é um processo que apresenta limitações nas análises dos seus aspectos que constituem as ciências humanas”. Somado a esse problema, a fronteira e a sua expansão interna nos diversos territórios, em particular no Amapá, é onde o favorecimento da ideologia da figura do pioneiro ainda é evidente. Essa evidência do pioneiro se dá “a partir de uma concepção de modernidade baseado na ética que fez do sujeito um objeto e mesmo um objeto de si mesmo, o sujeito posto como estranho em relação a si próprio” (MARTINS, 2008, p. 18).

Nota-se que a idéia de sujeitos estranhos a si mesmo no contexto de fronteiras e das suas dimensões se dá em função do pouco aprofundamento nos estudos geográficos, sociológicos e dentre outros campos de investigações das ciências humanas nos diversos ambientes mundialmente, que ainda credita as verdades das implicações dos objetos produzidos e das ações realizadas a figura do pioneiro, do desbravador, do herói das façanhas impossíveis.

Por conta dessa condição, autores que substituíram a figura mítica do pioneiro pela suposição equivalente de que a fronteira está na ponta da história e sua dimensão modernizadora e transformadora da sociedade, sua realidade mais dinâmica trabalham, no fundo, com a versão que desloca para o sentido social uma história de definição da fronteira até então centrada na personalidade, do suposto herói da conquista das novas terras de seu interesse. Mas, para Martins (2014), na concepção “moderna” de fronteira as qualidades do ator, de herói criador, se transfere para a própria concepção de fronteira fetichizada, negando o aparentemente novo da fronteira, o qual é resultado de uma complicada expressão de combinação de tempos históricos e processos sociais, que recriam formas arcaicas de dominação e arcaica de reprodução ampliada do capital, e, como tais, a subordinação e a expropriação dos camponeses, bases para a violência que as caracterizam atualmente.

Essa lógica permite entender que os aspectos que constituem as fronteiras não somente dizem respeito a uma região distante e vazia demograficamente, mas dizem respeito a uma variável constituída de fatores sob a ótica do ponto de vista do capital, e entendida no ambiente das relações sociais de produção como normal. Já o sentido humano da fronteira é o resultado ao mesmo tempo da condição e da conjunção entre o físico e o simbólico do processo, tanto de territorialização dos monopólios quanto do novo processo de modernização das atividades no campo brasileiro. A fronteira é uma condição que aglutina diversos fatores que se encontram vinculados diretamente às modernas atividades agrícolas e florestais que, em função de suas dinâmicas, estão gerando conflitos na estrutura fundiária do Amapá. Martins (2008) disse que “é uma modernidade constituída ainda pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada...”

De acordo com Silva (1982, p. 116), a existência de terras “sem dono” na fronteira funciona como um regulador moderno na intensificação das atividades agrícolas, condicionando assim o seu desenvolvimento extensivo/intensivo”. Isso significa em sentido contrário, que o custo adicional da intensificação das atividades pelo capital, determina o ritmo da incorporação produtiva nas terras da fronteira. Ainda conforme o autor, são basicamente essas condições de determinação que orienta a incorporação do progresso técnico na

agricultura. O Amapá, como um território onde os grandes empreendimentos agroflorestais, até há pouco tempo, atuaram, aumentando inicialmente a produtividade do trabalho por meio da mecanização, agora experimenta um novo momento, onde se apresentam novos atores territoriais hegemônicos do capital.

Na segunda década desse século, com a instituição e a expansão da produção de grãos no estado, essa política de atuação continua produzindo suas grafias. Como nos alerta Silva (1982, p. 117), “há sim zonas não efetivamente ocupadas, mas onde a terra já representa uma mercadoria que tem preço, e está sujeita, aos mecanismos de compra e de venda. Nessa condição a terra não está livre, mas a sua apropriação privada requer definição precisa de sua propriedade jurídica”.

O estado do Amapá, sob a ótica de fronteira, se traduz em conflitos fundiários, que vão desde as disputas entre atores do capital, como por exemplo entre a AMCEL e os sojicultores, entre estes e os camponeses como tem sido comum nos demais estados da Amazônia desde a década de 1970. Penha (2017), evidencia essa real condição quando disse:³⁵

Aqui as terras são nossas, esse grande bloco de terra vem da ICOMI, pois, quando ela ganhou a concorrência da mina ela queria terra e não tinha e ela fez uma licitação pública de um bloco de 160 mil há de terras e a AMCEL se viu vencedora nessa licitação. Uma licitação que passou pelo congresso nacional na época dos militares tem ata essas terras têm concessão pública para desenvolver o Amapá só que quem ganhou foi a ICOMI, ela colocou várias empresas para concorrer na licitação e lá na frente elas se unem num bloco só o que era permitido legalmente na época e gerou 165 mil há gerenciada pela AMCEL. Só que AMCEL é uma sucessora da ICOMI ela ficou com as terras.

Isso se dá em função de que, segundo Martins (2014), “as formas arcaicas continuam ganhando vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna”. Esse modelo de controle das terras e dos seus recursos no Amapá contribui para que seus ocupantes notadamente os camponeses continuem vivendo relações econômicas, concepções de vida e de mundo, a partir das ações familiares e das práticas da coletividade rural como estratégias de resistência. Todavia, pelo seu modo próprio de agir, tem de se adaptar aos novos tempos, no sentido de redescobrir os enfrentamentos contra as novas formas de atuação tecnológica da modernização do capital no campo, como estratégias de resistência.

Como se trata aqui costumeiramente da conquista da “última fronteira” a ser dominada pelo capital agrícola, o caráter conceitual de fronteira no Amapá requer certa análise mais acurada em função das transformações provocadas pelos antigos empreendimentos e pelas mais

³⁵ Entrevista com Carlos Penha diretor de relações públicas da AMCEL, no dia 10 de novembro de 2017.

recentes atividades de produção das *commodities* de grãos, os quais têm causado o enfrentamento e as disputas territoriais acirradas entre os grandes proprietários de terras que já existiam, os que chegaram, expulsos de outros territórios e entre os antigos ocupantes, quase sempre pequenos posseiros agricultores tradicionais. No estado, a intensificação dos conflitos se dá em função de que existem terras disponíveis para apropriação, que são constituídas por posses e terras públicas ocupadas ou não.

Nessa perspectiva, o conceito de fronteira que melhor se adequa às novas formas de monopolização dos territórios no Amapá está fundamentado na ideia de que fronteira é uma categoria de análise geográfica, constituída pela multiplicidade de fatores socioeconômicos e simbólicos, que em grande parte envolvem indivíduos e suas ações subestimadas e negligenciadas pelo cotidiano das políticas econômicas agroflorestais. Conforme Martins (2014, p. 11), nessa linha, se “toma a fronteira como lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano, no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história”. Nesse caso a preocupação mais importante para a análise dessa questão seria as interações geográficas com os saberes sociológicos, extraíndo e compreendendo os significados das grafias geográficas que se manifestam, pelos aspectos difusos que geram os encontros e desencontros, assim como os desafios que constituem o sentido e o significado da fronteira no interior das sociedades.

O significado das grafias de que se trata são representados pelos conflitos que devem ser incorporados e internalizados, a partir das suas mais profundas formas materiais e simbólicas de interpretação nas suas manifestações, no sentido de desvendar os seus novos significados decorrentes das transformações sociais alcançadas por meio da expansão das fronteiras nos territórios das savanas do Amapá. No dizer de Martins (2014), é “praticamente impossível desvendar os segredos da situação da fronteira, sua dimensão sociológica e porque não geopolítica, densa e significativa, com os instrumentos habituais da investigação fictícia, da neutralidade ética e da indiferença profissional e fingida do pesquisador”. Esse estado de ser da questão da fronteira no Amapá, tem acompanhado e conduzido os rumos históricos do modo de vida das populações camponesas no estado. Essa condução permite afirmar que ainda não está claro o entendimento sobre o significado nem a gênese das surpreendentes revelações produzidas pelas grafias manifestadas pelas diversidades de fronteiras produzidas no campo amapaense.

Portanto, acredita-se que o mais importante para caracterizar e definir as fronteiras nos diversos territórios, dentre eles no Amapá, é compreender o significado das ações humanas, tendo como representantes os conflitos socioterritoriais de naturezas diversas. Numa arriscada

conceituação, pode-se dizer que, no contexto desses conflitos, a fronteira é um processo constituído basicamente por instâncias de natureza econômica, política, ideológica e cultural, as quais certamente são poucos esclarecidos geograficamente no campo acadêmico, necessitando exame com mais veemência e consistência. Ao negligenciar a relevância dessas instâncias na compreensão das fronteiras é permitir não rasgar a cortina nebulosa que ofusca o olhar físico e simbólico dos efeitos gerados pela mundialização do capital agroflorestal no Amapá.

2 O Amapá e as transformações socioespaciais

Para descobrir a gênese oculta de um fenômeno é preciso ser consciente de que existe uma verdade intrínseca nas coisas, e para detectá-la é importante ver além da verdade aparente, em função de que ela não te permite acessá-la diretamente. Kosík (1995) disse que essa noção de sentido de busca se dá porque a estrutura do acontecimento pertence a uma realidade de ordem distinta da realidade dos fenômenos, a qual cobra uma atuação especial de quem a busca, conhecê-la, enquanto elementos de apropriação da realidade. No Amapá a estrutura do agronegócio enquanto meio de apropriação dos territórios, por ser um processo ainda considerado novo para a convivência dos camponeses, exige constante atenção no monitoramento dessas atividades, no sentido de alertar a sociedade sobre as transformações que essa atividade pode gerar ao campesinato.

Para melhor compreender a dinâmica dessa estrutura, é preciso compreender historicamente o desenvolvimento das atividades na dimensão econômica, política, social, ideológica e cultural entre as classes envolvidas, cuja movimentação e a materialidade permite lidar com o simbólico e com o concreto, obtendo por esse caminho uma aproximação inicial para descrição e para a interpretação da realidade em questão. “O conceito é sempre um discurso sobre algo, pode se afirmar que o conceito de fronteira é um discurso sobre um lugar, significando uma forma de ver o lugar, que pode ser um novo olhar sobre o mesmo. Daí a necessidade da sua representação para fazer a sua leitura” (BERNARDES, 2005, p. 14).

Pode-se dizer com isso que o conceito de fronteira agrícola para o Amapá se adequa mais à percepção de fronteiras territoriais, em vez de fronteira propriamente dita, porque a função dos elementos chegantes para a sua dinâmica nem sempre tem sentido de fixação, todavia apenas reforçam o sentido de passagem, não implicando socioeconomicamente em desenvolvimento para os que já estão. Enquanto que para quem está cravado no território, a fixação do chegante é mais provável, tendo em vista a natureza daquele que já vivencia tal realidade. Essa noção de fronteira que se transforma significa pensar criticamente sobre as

condições que se apresentam para a constituição das ideias sobre sua existência como propulsora de conflitos, ou seja, é importante observar e compreender em quais condições estão se dando os conflitos processuais que permitem a geração de fronteiras, tanto físicas quanto simbólicas pelos atores do agronegócio.

Santos (1995, p. 4/5) afirma que “as fronteiras são uma realidade que, como tudo, se subordina à marcha da história, cujo significado, cuja importância, muda com a história”. Isso demonstra compreender e valorizar a produção social no decorrer da sua história, contrapondo de forma clara ao mito da unidade territorial capitalista desenvolvida a partir dos anos de 1970, pelos militares. Esse ideário influenciou também a formação do agronegócio no território amapaense. De acordo com Bernardes (2005, p. 15), aquela época “tratava-se de oferecer as terras vazias, sem homens na Amazônia para os homens sem terras do Nordeste ou provenientes de outros territórios destruídos geopoliticamente”. Já nesse início de século, as terras no Amapá sem posses e sem domínios pela lógica do capital agrário devem ser ocupadas por médios e pequenos produtores de *commodities*, oriundos do Mato Grosso, do oeste de Goiás, do Tocantins, dentre outros estados, no sentido de expandir-se economicamente.

Partindo do contraponto entre a percepção de fronteiras que trata da coisa fixa e de fatos em movimento, acredita-se que é fundamental questionar e reinterpretar os seus conceitos em função das diferentes compreensões emitidas pelos seus proponentes individuais. Essa preocupação permite examinar melhor e compreender como o conceito de fronteira pode ser capaz de dar conta de explicar fenômenos onde novas necessidades e outros interesses começam a se manifestar. Nesse norte é que estamos abordando a expansão da fronteira agrícola moderna no Amapá, com base na lógica que começa atualmente a estruturar o agronegócio e desestruturar as atividades agrícolas dos camponeses nas savanas do estado, a partir da instituição do “novo” corredor de exportação, imprimindo a substituição das antigas formas territoriais ensaiadas, a partir de 1995, na estrutura agrária do estado.

O “novo modelo agrícola” para viabilizar as exportações passa a ser percebido à medida que o uso de técnicas modernas constitui a base da produção do território no contexto da economia mundializada, pois os diferentes tipos de territórios nessa fronteira também passam a se diferenciar por sua diferente capacidade de dar rentabilidade as suas inversões, em função de condições de ordem técnicas e organizacional do capital. Conforme Bernardes (2005, p. 2/3), “isso se concretiza na medida em que a fluidez e a velocidade das técnicas da informação e demais estruturas técnicas, produzem lugares com novos conteúdos que podem gerar conflitos, ocorrendo o processo de (re) estruturação com a participação de ações políticas que contribuem para alterar a dinâmica territorial local/regional”. Mas para essa reestruturação, alguns fatores

sócio-políticos e econômicos foram decisivos para que fossem percebidas mudanças e transformações nos territórios de vida dos amapaenses.

3 Gênese das disputas territoriais e a resistência camponesa do Amapá

Para compreender o processo de disputas contra a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios sobre o controle da apropriação dos territórios de vida dos camponeses no estado, foi de grande valia o resgate dos principais fatores que subsidiaram a gênese das políticas de ocupação, controle e exploração dos recursos naturais que se inicia, desde o início da colonização do estado, passando pelo estágios de território federal, estadual e, atualmente, a partir das duas primeiras décadas desse século, com a sua “mais nova e última fronteira” de expansão do capital mundial pela produção de *commodities*.

No tocante ao período colonial, as terras e os recursos naturais do atual estado do Amapá foram cobiçadas pelo agronegócio e continuam despertando o interesse de estrangeiros, tendo em vista os seus potenciais valores econômicos no mercado externo (PORTO ET. AL. 2003), pois as marcas grafadas pela construção de fortes, pela instalação de vilas e de povoados, permitem constatar os testemunhos desses modelos de empreendimentos instalados no estado, como mecanismos geradores de bases de fixação, de exploração, disputas e de controle dos territórios de vida dos amapaenses. Como mecanismo de equilíbrio entre as forças que compõem os setores de interesses no Amapá, surgem a perspectiva da criação de novos territórios federais (MEDEIROS, 1946). Dentre os quais, em 1920, aparece a primeira manifestação política local para a criação do Território Federal do Amapá (REIS, 1949, p. 178-180; SANTOS, 1998, p. 20).

Desmembrado do Pará, o Amapá, teve sua área organizada a partir dos municípios de Almeirim (PA) e pelo seu distrito de Arumanduba, gerando da união dessas duas áreas o município de Mazagão, Macapá e Amapá. A partir desse reordenamento, o ente território do Amapá passou por reestruturações no sentido de dirimir diversas preocupações, dentre as mais importantes, destacam-se a geopolítica na fronteira do município de Oiapoque, o ordenamento da atuação de empresas instaladas nas áreas dos municípios de Santana, de Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Porto Grande e Vitória do Jari. Há, ainda, a exploração aurífera de Calçoene, a construção da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes, em Ferreira Gomes e a coordenação de ações de movimentos políticos locais, no tocante à criação dos novos municípios de Tartarugalzinho, Cutias, Itaubal e de Pracuúba.

O rearranjo territorial foi necessário porque, conforme Jacques (1977, p. 187/188), a expectativa de criação dos territórios federais "como núcleos de civilização nessas áreas

periféricas do território nacional era ‘prestar grandes serviços ao país’ não só em assunto de defesa nacional, como também em matéria econômica e social”. Por conta dessas prerrogativas, as responsabilidades dos entes federativos foram consideradas importantes também para a compreensão de suas participações nos cenários nacional e regional. No caso do Amapá, a divisão coube assegurar os objetivos das elites locais. Conforme Temer et. al. (1975), dentre os mais relevantes, destacam-se: a pouca representatividade política no legislativo nacional; estar sempre à mercê dos critérios adotados pelo governo federal sobre indicação e nomeação dos seus governadores; manter-se sob a égide de pactos no desenvolvimento de políticas de controle territoriais entre estado e as suas elites locais. Nesse sentido, é possível perceber que esse conjunto de fatores foram capitados e colocados em práticas antes mesmo da consolidação do território do Amapá como estratégias para evitar determinadas ações de resistência dos envolvidos nesse processo.

E, uma das justificativas para a instituição do modelo de política centralizadora para gerir o Amapá foi de que, até aquele período, a única experiência de estrutura administrativa de natureza territorial tinha sido desenvolvida no Acre. Até a Constituição de 1937, o território federal caracterizava-se como uma adição ao espaço nacional, submetido diretamente à União, com a vocação de se converter em estado-membro da Federação. Conforme Mayer (1976, p. 24), os motivos que levaram a criação do território e suas perspectivas de ascensão a estado foram:

a) por definir o Brasil como um Estado Federal, constituído pela União indissolúvel dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios Federais; b) porque foi a primeira e a única Constituição que os implantou efetivamente, sob a orientação de um processo legal; e c) por apresentar melhores justificativas e diretrizes que a Constituição anterior, expressas no seu artigo 6º: a) apresentou uma justificativa para a sua criação, “no interesse da defesa nacional”; b) determinou que as suas áreas seriam oriundas de “partes desmembradas dos estados”; c) a sua administração seria regulada por Lei especial.

Em função da introdução de novos elementos econômicas e novas formas de políticas de gestão pela Constituição Federal ao cotidiano do território amapaense, notadamente novas modificações foram surgindo na estrutura espacial, assim como em suas relações tradicionais, seja na ampliação da sua urbanização, seja aumentando a exploração de seus recursos naturais. Conforme Porto (2003), as mudanças na qualidade de vida dos ocupantes do território amapaense, mesmo com a nova logística ampliada com energia elétrica, construção de rodovias, a ampliação dos setores de saúde e de educação, por mais que esses serviços tivessem existido por 84 anos atrás, na dinâmica real desses entes brasileiros, todavia, não conseguiram estabelecer visão clara sobre o que significou essa experiência na reorganização socioterritorial do Amapá, e muito menos sobre as suas atuações no contexto da Amazônia brasileira.

Note-se que não foram levadas em conta as particularidades dos modos de vida dos camponeses. Isso significa que mesmo, o capital e sua gestão se reordenando no sentido de expandir-se por áreas longínquas, constata-se que muito há ainda a ser feito nesse território, com o propósito de proteger o campesinato. Fica evidente, que o Amapá sempre foi um território em constante disputas, e que ainda desenvolve suas atividades como um ente precário em suas ações administrativas, políticas, econômica, dentre outras funções, reforçando o modelo de organização/desorganização do seu território no espaço das regiões subdesenvolvidas. Andrade (1987, p. 48-49), indica que tal processo é também consequente:

... da descontinuidade das áreas habitadas, ou de área com população extremamente rarefeita entre os centros populacionais de população mais densa; da abertura de zona economicamente produtiva para o exterior; da dependência da vida econômica da dinâmica do mercado externo, e a consequente dominação da economia regional por centros de decisão localizados em outros países; da existência de fronteiras arbitrárias, instituídas sem o consentimento dos interesses da população local; da imprecisão da regionalização comercial opondo-se à rigidez da regionalização administrativa, o que dá origem a conflitos e ao aparecimento de decisões que freiam ao desenvolvimento”.

Sobre esses fatores, no caso do Amapá, ao contextualizá-lo ao modelo dos territórios federais, é possível fazer reflexões que se remetem às condições para instituí-los, a exemplo das experiências e particularidades da Amazônia tida como “território vazio”. Nesse sentido, pode-se identificar pelo menos duas experiências, a do Acre e a do Amapá. No primeiro, destaca-se a exploração da borracha como uma das justificativas sobre as origens de sua criação como território federal.

No caso amapaense, o manganês tornou-se a principal base produtiva por 40 anos (1957-1997). Na terceira experiência, pode-se destacar a própria criação deste modelo de unidade federativa no Brasil. Temer et. al. (1975) disse que, até 1969, tais modelos não apresentaram uma definição jurídica, porque nasceram principalmente a partir de decisão política, sem consulta à população local, a exemplo daquelas criadas na década de 1940. O quarto fator refere-se à própria movimentação do capital, a qual no mundo globalizado, são criadas as condições para a sua circulação, seja ampliando a rede de articulação econômica, com a ampliação dos fluxos comerciais, seja ampliando uma rede administrativa.

Para isso, foram criadas áreas de administração direta do governo federal na área de fronteira em 1904 e na década de 1940, representadas pelos territórios federais (PORTO, 2004b), posteriormente, para ampliar o controle socioeconômico territorial, foi criada uma região administrativa na década de 1950, denominada de Amazônia Legal e na década de 1990, a criação das Áreas de Livre Comércio na Amazônia, ampliando a área de influência da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Observa-se por esse processo, que, à medida que o acesso à Região Amazônica foi se ampliando, as relações econômicas se tornaram mais

complexas e aperfeiçoadas para o capital, contribuindo, dessa forma, para reestruturar e controlar melhor a configuração territorial do espaço amapaense.

Percebe-se que a evolução política e econômica do Amapá do cenário nacional já passou por três modelos de gestão: a centralizada, descentralizada e a gestão estatizada. O que as distinguiram até o momento não foi o grau de responsabilidade exercido pelo governo central nas diretrizes das gestões territorial, mas o grau de ingerência sob as diretrizes econômicas, políticas, sociais e administrativas na condução do atual estado. Tanto que o período de 1904 a 1969 caracterizou-se pela elevada participação do poder central sobre os territórios federais, ou seja, as diretrizes se originavam na Capital Federal, via Ministério do Interior, e para assegurar os objetivos e a extensão da organização federal, o Governador era nomeado pelo Presidente da República.

Esse modelo de gestão instituído no Amapá não deixa dúvida de que é o fator que se caracteriza como o mais relevante na promoção de disputas por territórios, por recursos naturais e pela intensificação inicial de contínuos conflitos gerados por interesses socioeconômicos entre a expansão do capital e a recusa dos trabalhadores, oferecendo resistência às fronteiras criadas pelos interesses hegemônicos. Freitas (1991) disse que, nesta etapa, foram realizados debates sobre a natureza jurídica e as especificidades dos territórios nas políticas públicas e no planejamento regional. Mas, indaga-se: quais são os vestígios que asseguraram tais debates? Durante os dois períodos, um que vai de 1943-1964, com a ocupação militar nas fronteiras, e após 1964, com a política do desenvolvimento e integração, em nenhum desses períodos foi possível identificar enfrentamentos políticos capazes de certificar a autonomia plena do Amapá no cenário nacional.

Assim, a segunda etapa ocorreu no período de 1969 a 1988, caracterizando-se por estar sob as orientações do Decreto-Lei nº 411/69, que tratava da definição jurídica dos territórios federais, suas funções, o processo de escolha e a função de seus representantes, e que deu continuidade às orientações adotadas vinculadas ao poder central. Essa forma de atuação do capital, sob a máscara da descentralização, contudo, ficou somente no idealismo dos resquícios militares, pois essas unidades administrativas continuaram a atuar por meio de gestão centralizadora, tendo em vista permanecerem vinculadas ao Ministério do Interior e os seus governadores continuarem sendo nomeados pelo Presidente da República, indicados pelo Ministro do Interior e aprovados pelo Senado Federal.

No tocante à terceira etapa, a partir de 1988, o Amapá, já na condição de estado, poucas mudanças foram constatadas na estrutura socioeconômica para o seu desenvolvimento.

Para alcançar o equilíbrio e o *status* geopolítico de estado, nessa nova fase, foram condicionadas as seguintes diretrizes: condições demográficas e econômicas pautadas pela Constituição de 1934, artigo 16, § 2º, orientados por legislação específica ou complementar; Constituições de 1934, 1937, 1946 e de 1967), bem como orientação constitucional de 1988. Controlados pela legislação, as novas perspectivas para o estado eram de que se criassem ou aperfeiçoassem as condições políticas, jurídicas e econômicas para a unidade se autoadministrar.

Contudo, no Amapá, poucas mudanças têm sido observadas, porque as disputas pelos recursos naturais e pelos territórios de vida dos nativos e posseiros do estado são minadas pelo preconceito e pela usurpação das suas potencialidades. Mesmo após 1988, a passagem de Território a estado, a ingerência na monopolização dos territórios é visível, o exemplo clássico foi a criação do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, passivo de resistência por partes dos seus posseiros legítimos. Um tipo de disputa territorial injusta, porque sempre imposta, ignorando as populações lá instaladas.

Vencida a exploração do manganês de Serra do Navio, que se estendeu de 1957 a 1997, que deu origem ao agronegócio no Amapá, não foi considerado o espaço entre 10 e 13 anos de extração subjacente, sob a alegação de que este espaço se refere ao período formador e estruturador das atividades econômicas e a organização territorial amapaense. Mas, o que poucos sabem foi que antes desse intervalo foram instaladas infraestruturas e estimuladas atividades econômicas, principalmente no setor do extrativismo mineral, com a produção do ouro no município de Amapá, no distrito de Calçoene, atraindo um contingente de garimpeiros, incentivando a sua emancipação, em 1956.

Paralelo a esse período, mediante investimentos, a Icomi promoveu o fatiamento da exploração dos recursos naturais com o Grupo Caemi, já discutido em outra etapa do trabalho, sob o pretexto do cumprimento dos acordos socioeconômicos de compensação firmados entre o governo do Amapá e as respectivas firmas. Não é exagero afirmar que as negociações contribuíram para que os capitalistas retomassem à usurpação dos recursos naturais e simbólicos do Amapá, reorganizando-se territorialmente e consolidando outra etapa do monopólio de exploração no estado. Com o grupo Caemi, conforme Porto (1998, p. 118), “passa a instituir-se no Amapá uma variedade de investimentos executados por outros empreendimentos de menor impacto para a economia” como a instalação do Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA) na Serra do Navio, e a Companhia Progresso do Amapá (COPRAM), em Santana (1966)

Percebe-se que a partir do comando do capital estrangeiro dado pela Icomi, ao grupo CAEMI, inicia-se a diversificação de atividades, visando criar outras opções para dar continuidade à territorialização e ao monopólio do capital no território amapaense. Cada projeto passa atuar em setores de diferentes naturezas entre si, o que passa a gerar transformações no território agroflorestal do estado. Cabe salientar que o mundo rural não pode ser separado do contexto maior, que envolve outros setores, como da indústria, do urbano e outros ligados às disputas territoriais, frente às formas de resistência dos camponeses pela terra e pelos seus recursos. Entretanto, é bem verdade que o camponês fica alheio às transformações geradas pelos “novos” empreendimentos na estrutura dos modos de vida dos amapaenses. A reação continua sendo apenas as esperanças de dias melhores.

É óbvio que a diversificação no planejamento e na exploração dos recursos naturais no Amapá sempre obedeceu à lógica do planejamento do poder central, e, com isso, foi observada e elaborada uma série de intenções administrativas e políticas pelos seus dirigentes na tentativa de inverter as questões locais. De acordo com o Decreto-Lei nº 411/69, as medidas adotadas por esse documento eram contrárias, administrativamente e politicamente, aos interesses dos seus dirigentes locais, porque dispunham sobre a administração dos territórios federais a organização dos seus municípios e das outras providências. Esse objetivo maior do governo federal anulava o dinamismo político, jurídico e econômico próprios dos novos atores e dos seus territórios, mesmo continuando vinculados às decisões do governo central, a partir do Ministério do Interior.

Nota-se que foram poucas as vezes que, no Amapá, seus raros dirigentes locais se manifestam contrários aos mecanismos de planejamento socioeconômico impostos ao estado, mesmo indicados e sondados por atores que sempre asseguraram e deram continuidade às ações do governo central. Isso mostra o limite em que já se encontraram os representantes do poder central no que diz respeito à usurpação dos recursos naturais e da dignidade humana nos espaços dos territórios amapaenses. Todavia, os sinais contrários a essas ações representaram formas de resistência.

Já a partir da década de 1980, ficou evidente que as etapas do “novo” reordenamento territorial no estado tinham de continuar obedecendo aos instrumentos legais de gestão de políticas e de economia para atender às elites nacionais e estrangeiras. E os mecanismos utilizados para esses períodos foram: o 1º Plano de Desenvolvimento do Amapá, de 1975 a 1979; o 2º Plano de Desenvolvimento do Amapá, que abrangeu de 1980-1985); e o 3º período, que foi dirimido pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Amapá entre 1986 e 1989.

Nessa diversificação de planejamento no contexto das décadas de 1980 e de 1990 o destaque da sua economia passou a ser feito por um dos empreendimentos mais volumosos em movimentação econômica instalado em 1976, em Porto Grande no setor de madeiras verdes, com a instalação da Amapá Florestal e Celulose S.A. - AMCEL, também como integrante do Grupo CAEMI, atualmente instalada a sua sede administrativa em Santana. Ainda conforme PORTO (1998, p. 119), em 1981 o cultivo do dendê, em Porto Grande, desenvolvido pela Companhia de Dendê do Amapá (CODEPA); em 1982, Azevedo Antunes adquiriu a maioria das ações do Complexo Industrial do Jari, envolvendo a Fábrica de Celulose e a Mineradora Caulim da Amazônia (CADAM), de Daniel K. Ludwig. Em 1986, foi estabelecida a Companhia de Ferro-Liga do Amapá (CFA), e, em 1983, em Santana do Amapá foi instalado o novo empreendimento, a Mineração Novo Astro S.A. (MNA)

Com a constituição de 1988, com a ascensão do Amapá a estado no final das décadas de 1990 e início da década de 2000, as expectativas criadas pelas novas relações sociais econômicas e políticas do novo ente com o governo federal impulsionaram algumas reflexões sobre a sua nova dinâmica de desenvolvimento. Em um período de crise nacional, o estado buscava alternativas econômicas para a manutenção do seu sustento, mas com certas restrições no que diz respeito à proteção ao seu patrimônio natural e com a valorização das potencialidades de suas populações. Conforme Costa et. al. (1999), no que tange às atividades econômicas exercidas no Amapá, durante a década de 2000, elas se caracterizaram pela diversificação das atividades econômicas, mas, as atividades de extração mineral não cessaram.

Dentre atividades consequentes da ascensão do Amapá a estado, vivenciou-se uma ampliação do número de média e pequenas empresas no Distrito Industrial de Santana do Amapá, como beneficiadora de madeira pelo setor moveleiro; a pesca industrial com o beneficiamento de pescado e dando continuidade nas práticas artesanais nesse setor; aumentou a produção de embarcações pela carpintaria local; uma fábricas de gelo e de beneficiamento de pescados na foz do Rio Amazonas, no distrito do Bailique; gradual aumento na criação de gado bubalino e na expansão da sua área de pastagem; o governo do Estado priorizou o aproveitamento dos recursos da produção agrícola e florestal, beneficiando a merenda escolar e a mobília escolar estadual; promoveu incentivo à exportação dos produtos locais, articulados por cooperativas e associações presentes em eventos empresariais nacionais e internacionais; mas também motivou a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e de Santana (ALCMS), para atuar no equilíbrio da comercialização de bens importados. Costa et al (1999).

Essas iniciativas na diversificação dos setores da economia do estado passaram a exigir novas formas de ocupação, gestão e exploração dos recursos territoriais, com base nos

pressupostos da sustentabilidade sobre o desenvolvimento local. Motivada na década de 2000 pela Iniciativa de Integração das Infraestruturas Regional Sul-Americanas (IIRSA), como um dos instrumentos que incentivou o governo federal a criar o Programa de Aceleração do Crescimento 2007/2010 (PAC), o Amapá passa a despertar interesse internacional em integrar esse cenário, sob a égide do agronegócio. Isso porque, conforme Jesus & Mauro (2016, p. 6),

com a expansão da fronteira agrícola na direção dos estados do Acre, Rondônia, Amazônia, Pará e mais recentemente ao Amapá, os empreendimentos ligados a esse setor exigem e vão requerer ainda mais investimentos em estruturas logísticas do tipo que se destacam pela instalação de institutos de pesquisas, rodovias, ferrovias, aeroportos e principalmente melhoramentos nas hidrovias os quais se efetivados ao longo dos anos, deverá promover e consolidar mudanças consideráveis nas formas de ocupação do território no contexto da Amazônia brasileira e Sul-Americana.

Percebe-se que as transformações socioeconômicas por que passou o Amapá, desde a sua ascensão a Território, passando pela Constituição de 1988, transformando-o em estado até a presente ocasião, o destaque está na abrangência de sua ascensão no âmbito político e administrativo. Todavia, o estado passa a demonstrar ainda pouca maturidade e “autonomia” na elaboração dos seus planos governamentais, no sentido de desenvolver políticas públicas de cunho inclusivo em seus chamados “Programa de Governo”.

Chamar-se atenção quando se trata de “maturidade e autonomia estatal” no sentido de autogerir-se, porque foi possível perceber certa reação coletiva por parte dos dirigentes, dos grupos sociais organizados, dos partidos políticos e dos movimentos sociais, promotores de ações que se caracterizaram como disputas territoriais e estratégias de resistências, reivindicando a normalidade e a igualdade no trato das questões que dizem respeito às constantes e insustentáveis investidas do governo federal em territórios amapaenses.

No contexto das disputas e de resistência, o Amapá vivenciou três programas importantes de governo. O primeiro programa se converteu em Plano de Ação Governamental de 1992-1995, que procurou articular as políticas regionais com o contexto estadual, buscando o desenvolvimento do Amapá segundo a identificação e a exploração racional de seu potencial, de modo a minimizar as distorções sociais existentes e a retomada do crescimento econômico, dando-se destaque ao incentivo ao turismo.

É nesse período que as estratégias de resistência começam a surtir efeito, apesar da gestão de governo ser dissidente do período militar, e comandado por um militar, ele tenta minimizar as graves distorções socioeconômicas e ambientais causadas pela ingerência do poder central nessa unidade da federação. Por conta das ingerências do governo federal a favor dos interesses dos capitalistas e mais particularmente contra os “camponeses”, esse Plano apresentou poucos resultados sociais e econômicos práticos.

4 A chegada do desconhecido e o aumento dos conflitos territoriais no campo do Amapá

O quadro conflituoso passa a se complicar ainda mais a partir da instituição e monopolização do território rural pelo capital agrícola, que entra no cenário camponês, introduzindo novos componentes, no que diz respeito às disputas pela ocupação e uso das terras no estado para fins de aproveitamento dos biomas de savanas à expansão da produção de *commodities* para exportações. A introdução desse novo componente, permite o surgimento e o crescente aumento das disputas e lutas populares no campo, claramente lutas políticas e fundiárias. É o que nos alerta Martins (1993, p. 61).

Se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não tem por destinatárias as populações... algumas vezes, as populações que possa apresentar algum estorvo para a implantação dos grandes projetos governamentais, seja pelo aniquilamento pela integração e assimilação, seja até pela aniquilação física, apesar de todas as advertências, apelos e denúncias de diferentes grupos e movimentos, por uma reorientação da política governamental.

Todavia, os efeitos desses projetos no Amapá no contexto das disputas por territórios, além de movimentar o capital que atua amparado pelos elementos infraestruturais, responsáveis por efeitos desconhecidos, nova personagem adentra o cenário amapaense: o agronegócio como questão que se coloca para resgatar o contexto de que a AMCEL e outros empreendimentos estão dentro da cadeia do agronegócio após o termino da exploração do manganês no Amapá. Fato que se configura para os mais desatentos como irreal. No pensar de Penha (2018)³⁶, isso se confirma,

Eles não têm ideia confirmado, é preguiça, eles não trabalham com a terra. Esse é o pressuposto porque não nasceu do nada o agronegócio. Voltando as formas da década de 40 é isso mesmo, a ICOMI existia aqui e crescia no estado do Amapá e deu forma ao Amapá. Porque que virou território, por causa da importância econômica do manganês, pra melhorar o status do território, que era dependente do Pará, e passou a território aí melhorou a economia política e a ICOMI veio pra cá e ela investiu, vai gerar riquezas, vai melhorar um pouquinho o governo federal disse: então vamos passar a território, com a exploração mineral, aí começou a melhorar a organização política do Brasil, aí foi caminhando, eu sou da turma de defender aqui no Amapá a ICOMI, criou inclusive o estado, o estado existe, professor, em função da ICOMI.

Observa-se que, apesar do controle das suas terras e dos seus recursos naturais, as empresas obedecerem à interferência do governo federal constantemente, mas no que tange à questão fundiária, a partir da territorialização das novas empresas no estado, observa-se que essa questão passa a se apresentar bastante comprometida. Martins (1993, p. 63) retruca a chegada do desconhecido dizendo “não se trata de introduzir nada na vida dessas populações,

³⁶ Entrevista com Carlos Penha diretor de Relações públicas da AMCEL, no dia 1º de junho de 2017.

mas de tirar-lhes o que tem de vital à sua sobrevivência: terra e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política”.

Para conduzir a nova ordem de investida dos novos projetos, o Amapá sempre contou com três órgãos institucionais que tratam sobre a ocupação e o uso dessas terras no estado: o INCRA, que até 25 de janeiro de 2019 representava e cuidava das terras da União, que agora passa a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura; as terras indígenas, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) como órgão de proteção ambiental. Entretanto, estes órgãos, por pressões oriundas da bancada ruralista, correm o risco de serem despojados das suas ações, e o Amapá deverá ainda mais ter o seu território disputado pela expansão do capital agrário.

Na possibilidade de controle dessas ações, Paes (2003, p. 84) já nos indicava que “o conselho deliberativo de ambos os órgãos deverá ter maior representatividade política, de modo que a sociedade como um todo possa, por meio de seus representantes, posicionar-se e influir nas decisões, particularmente na escolha de prioridades de ações”, no sentido de não correr o risco da banalização das funções dos órgãos que “controlam” essas questões no estado. Isso porque, pelo quantitativo de áreas total das unidades de conservação existentes no Amapá até 2002, de 31,73 % do seu espaço físico, que já era protegido legalmente, fazia dele um território preservado. Com a criação do PNMT, em 2004, esse percentual aumentou para 48,7%.

Somados os 10,4% que correspondem às terras indígenas demarcadas, os 8,2% das áreas do estado relativas aos assentamentos agrícolas demarcados pelo INCRA, equivalendo a 11.716,27 km², e ainda, 10 km de zona de amortecimento do entorno das unidades de conservação no total de (1.144,31 km²), equivalente a 0,8% da área do estado, tal quantitativo totaliza 97.360,04 km², ou seja, 68,2% de território com limitações de uso pode ser comprometido com a expansão do agronegócio.

No entanto, quando se trata da limitação de uso das terras, é importante entender que esse fator, o qual destaca a condição do Amapá como estado preservado, por um lado, é favorável à manutenção dos territórios de vida das suas populações, mas por outro, historicamente sempre foi uma das vias que abriu precedência para o capital, no que diz respeito à exploração descontrolada dos recursos naturais, com elevação das disputas, da apropriação irregular e da grilagem de terras. Há de considerar, ainda, que até recentemente nenhuma das unidades de conservação de qualquer natureza criadas e demarcadas, possuem planos de manejo para a sua gestão (PORTO, 2004b, p. 19/21).

Essa condição contribui para a constância de atos ilícitos praticados pelos empreendimentos na dinâmica do estado. Isso demonstra os atos de inconveniências praticados

pelos dirigentes locais em acordo com o governo federal, os quais, a propósito, contribuem para o aumento das disputas pelos territórios de vida dos camponeses, uma vez que omitem em agir dentro dos tramites corretos em defesa dos direitos das populações/comunidades camponesas. A contramão desses atos está fundamentada no que disse Santos (1996, p. 63), “ato é formado por um comportamento orientado; se dá em situações; é normativamente regulado e; envolve um espaço ou uma motivação”. Percebe-se que se esses atos são realizados em diferentes conjunturas sociais e econômicas como forma de orientações e motivações efetivadas para disputar e gerir as potencialidades econômicas e simbólicas no estado. Enéias (2018)³⁷ disse que foi,

[...] uma licitação 01/78-INCRA-Brasília, só tem uma coisa, o cidadão chegou lá em Brasília pegou o mapa, sabia quem estava na área e quem não tava, só que na época era poderosa, porque era uma parceria da Icomi do Grupo Caemi, uma empresa testa de ferro, depois fez um contrato com a AMCEL, pra AMCEL desenvolver um trabalho, aí transferiu as terras para a AMCEL e deve ter o número de matrícula, isso aí você vê no cartório.

É uma demonstração de que, a cada momento histórico, foi normalizada a expropriação da terra e dos seus recursos, o que tem permitido a constante disputa entre os grandes proprietários, grileiros e camponeses tradicionais, uma vez que visam a atender as necessidades de movimentação do capital no contexto local e no nacional, assim como também combater a resistência dos camponeses pelos seus territórios de vida. Observa-se a que ponto a política de regularização fundiária desenvolvida pelos órgãos controladores no estado chegou, como é o caso do cúmulo da instabilidade que está dividida sobre as decisões tomadas pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União, em cancelar muitos títulos que estavam prontos para serem entregues aos pequenos e médios produtores. Enéias (2018) disse: ³⁸

Há um órgão fiscalizador, o Tribunal de Contas da União (TCU), ele fez um levantamento, eu também sou contra a lei de titular uma área sem vistoria, encontrou irregularidade pode até estar de acordo com a lei, mas não está de acordo com a instituição, é complexo. Agora esse problema fundiário é sério pra viabilizar o agronegócio aqui, porque essas empresas só compram a terra com garantia de propriedade, pra garantir o financiamento...

No tocante a essa questão, há necessidade de certificação mais detalhada no que diz respeito à veracidade dos documentos, uma vez que a sua legalidade permite assegurar a cada posseiro um patrimônio legítimo, que determinará sempre o destino e a qualidade de vida dos seus ocupantes, sejam camponeses tradicionais com suas diversas culturas ou agricultores de cunho unificado em sua produção de monocultura.

³⁷ Entrevista com Enéias chefe do departamento de Legalização de Terras do INCRA, no dia 1º de junho de 2018

³⁸ Fala de Enéias chefe do (DLT) do ICRA, no dia 1º de junho de 2018.

Portanto, observa-se que a pouca atenção e a reduzida qualidade nos serviços prestados aos camponeses no Amapá requerem urgência na definição da legalidade e expedição da titulação dos imóveis, o que poderá servir como o principal instrumento de motivação para melhorar a vida no campo. Segundo Enéias (2018), “aqui uma pessoa chega com tecnologia e, o que acontece? o agricultor aqui ele não tem incentivo, se ele tivesse um trator já ia destocando, mas é tradicional mesmo, essa é a questão, eles falam uma coisa, ela não vem dos estados, eles não vêm ver a realidade, atender as nossas opiniões”.

Todavia, para estimular esta movimentação dos empreendimentos, investiu-se em infraestrutura, como rodovias, ferrovias, portos. Um dos mais importantes instrumentos foi o balizamento dos canais norte e do sul da foz do Rio Amazonas para facilitar a circulação da produção. Os incentivos fiscais do governo federal e o financiamento estrangeiro foram os suportes para atender os fluxos econômicos do agronegócio no Amapá. O reduzido cumprimento da legislação foi sempre um dos fatores que muito contribuiu para o estado não controlar, até antes da década de 1980, a política de expropriação das terras e dos recursos naturais, pois a União considera o Amapá um estado sem grandes alterações ambientais. Essa é a estratégia para esconder as práticas ilícitas desenvolvidas pelos empreendedores no estado.

Nota-se que sempre existiu a questão fundiária no estado, visto que os conflitos territoriais se iniciam primeiramente entre os vários órgãos responsáveis pelo setor, a partir de indefinição e de critérios de competência não especificados. Não há definição e não se resolvem entre si a quem cabe a competência de resolver os problemas fundiários no Amapá. Há muitos órgãos envolvidos no processo de regularização fundiária como o INCRA, que cuida dos assentamentos rurais, o Programa Terra Legal, que é responsável pela regularização da posse de terras da União, e o IMAP, pelas terras de domínio do estado do Amapá. Nessa condição, os mais prejudicados são aqueles que dependem da terra para nela sobreviver. Enéias (2018), “comprova a afirmação e lamenta “nós estávamos indo bem na expedição de títulos, estávamos indo bem mesmo, mas chegou a transferência pronto. Agora vê bem, planta e precisa do título, aí o estado não dá, a Terra Legal não dá e aí, fica parado”. Refere-se a transferência das terras da União para o estado do Amapá.

A CPT (2017) mostra que há muitos conflitos entre os próprios órgãos, entre camponeses, órgãos e empreendimentos e ainda indícios de grilagem, no Amapá, em função também da indefinição de competência a que instituição cabe dirimir esse processo. Mas a CPT traz a lista de conflitos, que, por vezes, ocorrem entre pequenos posseiros, outras vezes, entre posseiros e fazendeiros e entre a AMCEL e camponeses.

No que coube ao INCRA, a partir da década de 1970, o órgão criou o projeto fundiário do Amapá, antes mesmo da sua superintendência se instalar no estado. Ele chegou e fez os processos de discriminação e de arrecadação de terras, ou seja, o INCRA chegou nessa área do Amapá e separou algumas glebas e fez o processo de discriminação e verificou o que era particular e o que era público, o que sobrava de certa área arrecadava e matriculava em cartório em nome da União. Então o INCRA fez isso com várias glebas, 10 ou mais glebas, por isso que o pessoal diz que o estado não tem terras, porque esse órgão na década de 1970 foi e matriculou essas terras no nome da União. Muitas dessas áreas da AMCEL que tem títulos e registros em cartório sobrepõem-se a essas glebas. São propriedades duvidosas, as quais são elementos de disputa institucional, privada e social.

Na maioria das áreas demandadas por sojicultores ou pela AMCEL, existem muitas comunidades e há muito tempo que o INCRA, como órgão competente, não tem como resolver a questão. Na discriminação que o INCRA fez na década de 1970, existe alguma informação escrita somente no projeto como proposta de projeto fundiário. Marcos (2018)³⁹, confessa:

Eu acho que vocês vão ter uma imensa dificuldade para encontrar dados sistematizados, catalogados. Tem um banco de dados com algumas informações aí, porque o INCRA não tem muito controle das demandas, as coisas vão acontecendo no dia-a-dia. É aquela história, está trocando o pneu do carro com o carro andando. Agora tem mais recente a ocupação do cerrado aqui mas tem muito a ver com essas áreas que foram devolvidas pela CHAMFLORA, são as posses que ela comprou, a CPT denunciou era reconhecida como posses mesmo, eles reconheceram e devolveram, as pessoas com “uma visão” entre aspas foram lá e ocuparam as áreas e daí os conflitos.

Observa-se diante do depoimento, que o INCRA tem certo controle dos processos de regularização, porque em cada gleba o órgão fez todo o processo, fez as cópias de certidões de todas as glebas, são cópias meio desatualizadas, mas tem, tem matrícula no cartório, dá para ir nos cartórios e certificar sobre a veracidade dos documentos.

O INCRA continua fazendo o seu trabalho fundiário, entretanto boa parte dos conflitos hoje, se dá pela seguinte questão: há o Sistema de Informações de Geoprocessamento de Imóveis (SIGEP), que é próprio para registrar propriedades. Uma vez feito, georreferenciamento segue para o INCRA, que toma conhecimento da malha fundiária do estado. Mas não é só isso, há outras regras para chegar ao georreferenciamento. Junto a isso, há outro instrumento, denominado de Módulo de Regularização Fundiário (MRF), que é específico para a regularização fundiária também. A regularização fundiária atualmente no Amapá não é mais feita pelo INCRA. Pela Lei 11.952/2009, compete à Secretaria de Regularização

³⁹ Conversa com Marcos técnico da procuradoria jurídica do INCRA no dia 16 de outubro de 2018.

Fundiária da Amazônia Legal (SERFAL) a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; que popularmente é chamada de Secretaria da Terra Legal, que é vinculada à Casa Civil da Presidência da República.

O fundamento dessa mudança está pautado pela Lei 3.204/2001, pela qual o presidente Fernando Henrique Cardoso transferiu as terras que eram da União, matriculadas pela União, para o estado do Amapá. Na lei, foram incluídas terras situadas em Rondônia, Roraima e Amapá. Entretanto, a regulamentação da lei somente veio 16 anos depois, por meio do Decreto 8.713, na gestão da presidenta Dilma, no dia 15 de abril de 2016. No seu texto, exigia a discriminação e a exclusão das terras que são de assentamentos, quilombolas, indígenas e as glebas de Unidades de Conservação. Ocorre que, de 2001 a 2016, as terras continuaram sob o domínio da União, com o INCRA à frente das regulamentações fundiárias. Porém, sobreveio a Lei 8.952, criando a Secretaria Extraordinária de Regulamentação Fundiária da Amazônia Legal (SERFAL), que assume o controle de todas as áreas que estavam incluídas na Amazônia Legal, incluindo o Amapá. A partir dessa decisão, o INCRA deixa de atuar e passa toda a competência para SERFAL, criando, assim, certa confusão do ponto de vista da interpretação da lei.

A lei fixa que ficam transferidas para o Amapá e compete ao estado regularizar essas terras. O IMAP começou a regularizar algumas terras e começou a emitir os títulos. Entretanto, a SERFAL, que tinha essa competência, moveu ação civil pública que resultou numa determinação, em caráter liminar, que foi expedida em março de 2018, dizendo que o IMAP tinha que se abster de fazer qualquer procedimento nessas terras que estavam nas glebas da União.

Além disso, há o SIGEP, tem o módulo de posse, cuja metodologia é a seguinte: o possessor que trabalha e mora numa área quer regularizá-la. Faz-se, então, georreferenciamento, que é inserido no SIGEP, para, a partir daí, entrar com o requerimento para a regularização fundiária do imóvel. Todavia, é por meio desse novo instrumento que está se realizando com maior quantidade e rapidez as questões de grilagem das terras no estado, o que tem gerado grande quantidade de conflitos, porque os mais “espertos” vão lá e vê pelo SIGEP que tem uma área vaga em lugares até desconhecidos e a pessoa paga um profissional com experiência e ele faz o georreferenciamento. Em seguida, vai ao INCRA e solicita a titulação do lote ou da área, só que esse SIGEP pode estar sobreposto a outra área, em vários pontos, várias comunidades, várias propriedades, e quando o proprietário vai fazer o verdadeiro georreferenciamento, já

consta outro SIGEP de rapina da área. De acordo com Marcos (2018), “isso leva a grandes e complicados conflitos, objeto das operações feitas pela Polícia Federal sobre essa prática.

Existem ainda os conflitos que envolvem os territórios das comunidades quilombolas, porque várias comunidades não estão reconhecidas e a maioria dessas áreas sempre estiveram em territórios de interesse do agronegócio de florestas pelos empreendimentos madeireiros e, principalmente, pelas *commodities* de grãos lastreados ao longo do Rio Pedreira, Rio Matapi e cortados pela rodovia AP 70, apresentando muitos conflitos nessas áreas.

Com as mudanças de órgão para tratar da questão fundiária e a indefinição de competência, o INCRA só trabalha com projetos de assentamentos, quilombolas e o ordenamento territorial, cadastros e algumas outras atividades desenvolvidas no setor, mas, a regularização e emissão de títulos de domínio para quem busca a regularização fundiária fica a cargo da SERFAL, ou programa “Terra Legal”.

[...] aí tem um impasse. O Terra Legal pode, não pode, ficando meio que parado durante um tempo esperando uma definição de quem é a competência de fazer a regularização fundiária. A regulamentação fundiária de 2007 para cá ela vem enfrentado essas modificações na legislação e por conta disso o processo de regularização fica travado durante muito tempo, até alguém falar não, a União continua titulando essas terras porque se não vai ficar parado. (MATEUS, 2018)⁴⁰

Por conta desses impasses, a Justiça determinou que o a SEFAL continua a atuar na legalização das terras até que efetivamente as terras sejam transferidas. Foi realizada audiência pública, em 12/10/2018, para tratar da questão de falta de emissão dos títulos de domínio. Isso porque os posseiros estão conseguindo titular seus lotes, mas, somente com auxílio da Justiça. No decorrer da audiência, foi muito enfatizado sobre a expedição do primeiro título pelo programa Terra Legal. Mateus (2018), desabafa: “durante a audiência, nós, representantes do INCRA, ficamos calados em função de que naquela ocasião não era lugar para polemizar.

Mas, é importante reconhecer que, na história de regularização fundiária, quando eram expedidos os títulos pelo INCRA do Amapá, desde 1976, foram expedidos aproximadamente 5000 títulos, dentro de 30 mil hectares, fora os títulos antigos que foram expedidos por meio de licitações, inclusive os da AMCEL, que fez transformá-la em um dos maiores latifúndios no estado.

Nessa condição, os mais prejudicados são os trabalhadores rurais, aqueles que dependem da terra para sobreviverem. Enéias (2018) comprova a afirmação e lamenta “nós estávamos indo bem na expedição de títulos, estávamos indo bem mesmo, mas chegou a transferência e pronto. Agora vê bem, planta e precisa do título, aí o estado não dá, a Terra

40 Entrevista com Antônio Mateus técnico do INCRA, no dia 16 de outubro de 2018

Legal não dá e aí, fica parado”. Como já avaliávamos anteriormente, a questão fundiária no estado passa por período de turbulência incondicional, uma vez que até esse final desta década, os destinos fundiários das terras estão indefinidos.

O IMAP – Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá, no que diz respeito à atuação nas questões fundiárias, é o órgão oficial do estado destinado a atuar no ordenamento fundiário e na fiscalização ambiental. O IMAP é um órgão licenciador ambiental, obedecidos os limites legais. Quando ao ordenamento fundiário, o instituto conta com uma equipe técnica integrada pelo presidente, o diretor, o coordenador e os gerentes. A Instrução Normativa IMAP nº 4 de 15/2/2017 estabelece, no seu Art. 1º, que “a presente Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar, no âmbito do Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá - IMAP, o processo de regularização fundiária de terras rurais públicas estaduais discriminadas, arrecadadas e matriculadas em nome do Estado do Amapá de até 15 (quinze) módulos Fiscais”. (AMAPÁ, 2017).

O Amapá apresenta situação bem complexa. A União iniciou, na verdade, um processo de arrecadação das terras lá pelos anos de 1970, onde foram matriculadas em torno de 23 glebas, e, nesse período, vem fazendo regularização fundiária. Em 1988, por ocasião da criação do estado, o Amapá foi considerado um estado sem território, ou seja, um estado que não tinha de certa forma suas áreas, uma vez que estavam em nome da União. Vários juristas amapaenses defenderam que as áreas que estavam em poder da União deveriam ser repassadas para o novo estado, porque não existe estado sem território, assim como não existe município sem território.

Por conta dessa situação, a maioria dos municípios apresenta uma quantidade de área pequena, outros não possuem área alguma. Diante dessa condição, o estado começou a brigar por essa transferência de terras. Em 2007, depois de muitos questionamentos, houve na verdade uma decisão política, em que o ex-presidente Lula veio ao Amapá e assinou o Decreto de nº 6291/2007, e, junto com o decreto, assinou um termo de cooperação técnica. De forma que esse foi o primeiro marco de um processo de transferência das terras da União ao estado do Amapá, perfazendo um total de 23 glebas. Esse primeiro decreto de transferência deu toda a possibilidade de o estado começar a fazer o processo de regularização, obedecendo aos termos de cooperação técnica para a regularização. Entretanto, esses atos não se realizaram como o planejado.

Para a transferência das terras da União para o Amapá, seria necessário o devido trâmite cartorial, obedecido todo um pacote de leis que regem a matéria, como é o caso da Lei nº 10256/2001, que trata, entre outros aspectos, o georreferenciamento, com todas as suas regras e atos normativos. O caminho a ser seguido para fazer a transferência das 23 glebas seria o

georreferenciamento, a certificação do INCRA e, por fim, registro em cartório. Entretanto, atrás dessa aparente simplicidade na regularização de terras, há, no estado, uma complexidade que não pode ser desconsiderada, uma vez que estas glebas envolvem situações bem adversas, como os quilombos, os territórios indígenas, as áreas de Marinha, as zonas de fronteira, as unidades de conservação, os assentamentos rurais, ou seja, uma infinidade de casos que devem ser observados na regularização das terras do Amapá.

Outra situação que dificulta a regularização de terras no Amapá se trata da grande ocupação destas 23 glebas, que se estendem pelos 16 municípios do estado. Assim, torna-se necessário fazer o georreferenciamento com as devidas observações dos limites de cada município. Há glebas que se estendem por cinco municípios. Diante disso, vê-se que há um imenso trabalho a ser feito, a um custo muito alto, por meio de gestão política, econômica e social, devido à complexidade da causa.

Em 2007, com o Decreto 6291, surgiu uma inconsistência jurídica, tendo em vista que esse decreto regulamentava a Lei Federal de nº 10.304 de 2001, ou seja, um decreto não pode substituir a lei federal. Diante dessa inconsistência, foi, então, editada a Lei nº 11. 949/2009, criada para regulamentar terras no estado de Roraima, mas incluíram o estado do Amapá no contexto para dar prosseguimento ao processo de transferência das terras da União para o Amapá.

Apesar de todo esse arsenal de regulamentações, quase nada mudou a situação do Amapá. Em 2016, para regulamentar a Lei nº 10.304, de 2001, foi editado outro decreto de lei complementar, o de nº 8.713/16, que transfere ao domínio do estado do Amapá as terras (glebas) arrecadadas e matriculadas em nome da União.

Hoje, o estado trabalha se orienta pela Lei Complementar nº 110/18 – GEA, de 15.1.2018, que dispõe sobre as terras públicas e devolutas do estado, que disciplina a ocupação. Por esse instrumento, o governo do estado, pelo IMAP tem feito o georreferenciamento em quase todas as glebas. Mas, para que as terras sejam transferidas do domínio da União para o estado do Amapá, é preciso que se destaquem as áreas de unidades de conservação, as terras indígenas, as áreas de quilombos, os assentamentos, dentre outras exigências. O IMAP está tentando fazer um acordo de cooperação técnica com o INCRA para que o IMAP não faça nenhum tipo de regularização em áreas já tituladas.

Observa-se, assim, a grande complexidade que deve ser ressaltada, devido às unidades de conservação que não foram georreferenciadas e os assentamentos. Ainda mais porque, nem mesmo o INCRA conhece a real situação de expansão promovida pelo próprio INCRA. Em meio a tantos desmandos, há casos com certa consolidação de territórios, como os indígenas e

os quilombolas, alguns, ainda dependentes de regularização pelo estado. Esse panorama caótico revela que decorrerá muito tempo para até a delimitação definitiva das áreas envolvidas.

Por isso o estado está tratando do processo cartorial de transferência e vai deixar o resguardo do destaque dessas áreas *a posteriori*, ou seja, o trabalho que seria do INCRA será feito pelo estado do Amapá. Como o estado tem a necessidade de fazer com que o ordenamento territorial seja efetivado, por ser uma das prioridades do governo, o estado vai ter que assumir, em parte, essa grande responsabilidade. Portanto, é esse o panorama geral que se tem hoje estado do Amapá no que concerne à regularização de suas terras.

A SERFAL é representada por um escritório aqui no Amapá, o IMAP tentou fazer acordo de cooperação com a SERFAL, mas foi recusado, sob o argumento de que não está em conformidade ao mencionado no decreto. Conclusão, nem a União nem a equipe técnica da SERFAL querem repassar ao estado as terras, colaborar, contribuir, nem cumprir com o que está no decreto. E essas dificuldades se alongam por 11 anos. Essa é também uma das formas dos conflitos travados entre as instituições.

Observou-se, durante visitas aos órgãos envolvidos na regularização fundiária das terras do estado do Amapá, que há também conflitos entre as instituições, uma vez que o papel do Ministério Público é recomendar a aplicação e o cumprimento das leis, mas na época o governo do estado não acatou a recomendação, com base no Decreto nº 6.291/2007, porque, no entender do governo, não há falha na cooperação técnica, entre os órgão fundiário em suas atividades, pois a regularização das terras estavam sendo realizadas dentro dos padrões legais.

Observa-se que o recuo do IMAP, em não acatar a determinação judicial, de paralisar com a atividade, foi por conta de que na lei está escrito: Ficam transferidas e compete ao estado regularizar as terras do Amapá. Essa determinação gerou dúvida no real sentido de que o IMAP pudesse dar início à regularização de algumas terras. Todavia ao começar a emitir os títulos das propriedades, a SERFAL, entendendo ser dela essa competência, moveu ação civil pública em seu favor, que culminou na determinação judicial, em caráter liminar, expedida em março de 2018. A decisão retirou a competência do IMAP sobre tal questão, e determinou que se abstenha de não realizar qualquer procedimento com relação às terras que estavam nas glebas da União, nas vinte e três glebas. Conforme Ricardo (2018), ele disse:

O que eu posso falar que hoje o IMAP não tem a estrutura que ele acha que deveria ter, uma estrutura técnica, temos que contar com a competência de outros funcionários de outras secretarias, sobre os órgãos eles ajudam a gente, o IMAP hoje eu vejo ele tem um cuidado, um interesse muito grande que existem em torno de toda uma questão de estereótipo de como ele foi criado. De uma certa forma, uma certa razão e agente que está aqui dentro da casa a gente sofre os efeitos desse estereótipo negativo. O que que acontece hoje o IMAP está fazendo seu papel junto a SERFAL e nós estamos cumprindo o decreto, no sentido de que a gente está fazendo agora a cópia dos títulos,

o decreto fala que tanto a SERFAL como o INCRA, deverão enviar cópias do acervo fundiário para que o IMAP possa fazer o acervo regional de tudo que está lá. Nesse momento nós já estamos com a cópia dos livros fundiários da SERFAL, dos títulos que foram emitidos em 2013, salvo melhor juízo 1000 títulos entre os setecentos que foram emitidos muito antes, 900 e, poucos que foram emitidos que ainda foi daqueles entre os interessados.

O que se percebe é que o IMAP ainda continua entendendo que cabe a ele. Com base no decreto de regulamentação da transferência das terras da União para o estado, cuidar das terras, discriminando-as e demarcando as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios; as unidades de conservação já instituídas pela União e aquelas em processo de instituição; as afetadas, de modo expresso ou tácito, a uso público comum ou especial e aquelas destinadas a uso especial do Ministério da Defesa; as terras objeto de títulos expedidos pela União que não tenham sido extintos por descumprimento de cláusula resolutória; e territórios quilombolas já delimitados e aqueles a serem delimitados pelo INCRA, por meio de relatório antropológico, no prazo de vinte meses, contado da data de publicação do decreto dentre outros critérios (Decreto nº 8.713/16).

Assim, o IMAP continua trabalhando nas questões fundiárias, mas em aspectos que sejam de sua exclusiva competência, no sentido de legitimá-las em nome do Amapá. Desta forma, está cumprindo fielmente Decreto nº 8.713/16, o qual levanta muitas dúvidas no que concerne às suas determinações. No mais, alguns técnicos do instituto que compõe o núcleo de regularização fundiária estão promovendo a titulação de terras da União, mas somente em casos de determinação judicial. Tem ocorrido de muitos interessados ingressarem na Justiça para regularizar as terras, diante da negativa da via administrativa em solucionar o problema. Nesses casos, havendo determinação judicial o IMAP é acionado para cumprir a decisão.

Atualmente, o IMAP constitui-se de apenas uma gerência da Coordenadoria do Patrimônio Fundiário (COPAF). A outra gerência é o Núcleo de Desenvolvimento e Ordenamento Fundiário (NDOF), responsável pela descrição fundiária. Por meio das gerências, o instituto vai receber as terras e colocá-las no nome do estado, todas regularizadas. Ainda sobre a questão da transferência, o órgão está fazendo o trabalho de regularização, copiando e fotografando os livros fundiários, para poder regularizá-las. O instituto está também fazendo um levantamento junto aos cartórios do estado, a fim de localizar as terras matriculadas em nome da União e, em seguida, promover a averbação relativa à transferência para o estado.

Nos cartórios, a documentação das áreas está organizada em nome da União e de terceiros, as quais já foram destacadas e fornecidos os títulos. Com esses dados, torna-se mais adequado para o IMAP definir por qual órgão foi emitido tal título. Dessa forma, é possível

saber quais títulos foram emitidos pelo INCRA ou pela SERFAL. Assim, com base nessas informações, monta-se um grande mosaico das terras do estado.

Como se não bastasse toda essa confusão administrativa, eis que surge mais um embrolho. Com a criação de novos cartórios em vários municípios, é necessário que o interessado tenha de recorrer a outro cartório, onde está o registro anterior, para, a partir daí, iniciar os lançamentos no novo cartório.

De acordo com Ricardo (2018), “nessa condição a pessoa quer regularizar a terra por lá pelo município de origem, mas se a matrícula foi feita em Macapá, nessa condição o título é nulo de pleno direito, por conta do princípio do constitutivo da origem registral”. Por isso que o IMAP precisa utilizar de certas habilidades para tentar observar todos esses detalhes e buscar uma forma conjunta para resolvê-las. Diante dessa situação, foi observado também certo grau de estresse por parte dos técnicos do instituto, quanto por parte dos camponeses usuários das terras.

As inconveniências observadas entre os técnicos do IMAP e os agricultores, de modo geral, foi notado com frequência por ocasião das exigências de documentações pelas instituições que lidam com financiamentos. A confusão é tamanha que a Agência de Fomento do Amapá (AFAP) e o Grupo Guararapes, que promovem financiamentos, mantêm departamento exclusivo para orientar aos que buscam recursos financeiros, com garantia hipotecária dos imóveis sem titulação definitiva.

Em conversa informal com um trabalhador da localidade de Corre Água, no município de Itaubal, ele disse que na AFAP precisa falar com o senhor Altemir, que ele responde melhor essa pergunta. “Mas ele antecipa que precisa que tenha pelo menos um registro de posse, um termo de posse, não sei lhe dizer se um requerimento em si basta, ou se precisa do título, quem poderia responder seria o próprio Alcemir”.

Todavia, pela própria experiência, quando o agricultor vai procurar o IMAP, ele já se dirige, na maioria das vezes, relatando que tem um processo tramitando na instituição, para mostrar que ele busca o financiamento, mas não se sabe ao certo qual é a margem desse financiamento, a linha de crédito que está utilizando para assinar os documentos. O que se sabe sobre a propriedade é que, enquanto o cartório não emitir um documento de propriedade, não há como fazer hipoteca como garantia do financiamento. Ricardo (2018 disse:⁴¹

Respondendo pelo IMAP, quando procuram agente que estão buscando linha de crédito, a gente pede para instruir um processo para que eles apresentem lá, institui a

⁴¹ Entrevista com Rômulo Ricardo Gerente da Coordenadoria do Patrimônio Fundiário (COPAF) do IMAP, no dia 11 de outubro de 2018.

tramitação. Então o resultado desse trabalho do IMAP, copiando os títulos, porque que é importante para o cartório, porque o cartório ele vai dizer o seguinte poxa, já que o INCRA emitiu tantos títulos e eles não vieram registrar e quando nos montarmos o mosaico vai ficar claro, porque eu tenho uma gleba, aí vou no mosaico eu já tenho lá o contato com as glebas que foram registradas. Importante também aí nesse trabalho é vocês procurarem o cartório Elói, porque lá eles têm uma tecnologia extraordinária. Ele está sempre atualizado. Por exemplo gleba número quatro eles sabem lá quantos títulos que já foram e que já foram destacados dentro de uma gleba originária.

Observa-se por esses depoimentos que vivenciar esse processo é lidar com um enorme quebra-cabeça, porque os cartórios agregam uma espécie de mosaico constituído pelos títulos registrados. Quando o IMAP concluir o seu trabalho junto às outras instituições, como o INCRA e a SERFAL o próprio IMAP terá também o seu mosaico, constituído pelos títulos que foram emitidos por ele. Com isso quando se sobreporem lotes dentro da mesma gleba, vai ser possível identificar os títulos emitidos pelo INCRA e pela SERFAL, registrados em cartório, também os títulos emitidos e não registrados e títulos que foram emitidos e que não foram entregues e esse conjunto de informações, tudo, enfim, deve constituir uma imagem real sobre a situação fundiária no estado.

Com base nessas estratégias, durante o processo de transferência das terras da União para o estado, as pessoas que têm os títulos que foram emitidos e registrados estarão excluídas da transferência, por conta do próprio decreto. As pessoas que têm os títulos que não foram ao cartório também passarão pela análise do IMAP, que fará a inserção destes títulos nos bancos de dados e promover a devida regularização do imóvel. Esse é um caminho que o IMAP deve fazer com muito cuidado, a fim de detectar quais os processos se encontram nessas condições. Mas, poderiam perguntar qual é a segurança jurídica, para evitar a questão da grilagem, porque sobre a questão fundiária como um todo, o IMAP tem uma margem de ideias dos procedimentos que pode ser observado, no sentido de dar respostas sobre as anomalias fundiárias no estado. Conforme Calaça (2018),

Foi observado em 2017, por volta do mês de setembro que durante um campo de reconhecimento que tinha um grupo hospedado em um hotel, compradores de terras conversando com um corretor e acompanhado de um mapa, ocasião em que alguém perguntou, - mas, não tem problema com as terras? E alguém respondeu - ôoo, não! - sem problemas, - é terra garantida e num evento anterior que participamos estava o presidente da APROSOJA, ele disse olha o pessoal vive um ano e um dia a posse é reconhecida por direito, ou seja, é tudo muito fluído.

Conforme relatos colhidos *in loco*, pode-se observar o seguinte: “Na verdade, o que acontece não é que um ano e um dia esteja garantido, mas se você tem uma determinada terra e alguém invade, o que vai acontecer, você pode entrar com um pedido de reintegração de posse, mas o caráter liminar da medida só cabe se for menos de um ano a invasão. Se tiver um ano e um dia já é caso de compor como posse velha, já cabe o substituto da liminar. Mas o

invasor faz tudo para tentar enganar os fiscais e técnicos e trata de construir alternativa que justifique a sua permanência na área como uma casa de pau velho, uma cerca tudo para dizer que são antigos”. De acordo com Ricardo (2018)⁴²,

Se tem uma alvenaria que tem mais de 20 anos no lugar por força da lei se não está na família ninguém pode chegar lá e tirar um pedaço sem ter autorização. Assim como diz o outro cadê seu documento, como é que uma pessoa tem o direito de requer uma área que está lá um ano e um dia e diz agora é minha e um cara que não pode continuar lá. Isso só pode ser ao contrário, inverteu a ordem então como no estado não tem autorização para legislar, mas, não importa quem vai legislar se é o IMAP, só não se sabe quem vai fazer, mas, tudo mudou...

A Subsecretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (SERFAL) foi quem assumiu essa função, que também é conhecida como o Programa de Regularização Fundiária - Terra Legal, instituído pela Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009, alterada pela Lei nº 13.465 em 2017, com plenos poderes para dirimir os impasses fundiários também no Amapá. Observa-se, com isso, a existência de uma série de elementos jurídicos, políticos e de interesse de poucos, assim como ações negativas executadas pelos atores envolvidos nas questões fundiárias, que são capazes de gerar conflitos entre os órgãos e entre órgãos e usuários, ou seja, a pouca sistematização, planejamento e clareza nas ações levam a desarticulação do sistema agrário no estado. Ricardo (2018)⁴³, relata, a título de exemplo:

O que aconteceu na localidade do Porto do Céu, o Ministério Público disse: olha vocês têm que colocar lá no Porto do Céu, o pessoal que está na área do aeroporto, aí o IMAP foi lá pegou a propriedade do estado que é um lote comprado e titulado e criou Porto do Céu. Depois que foram colocados lá, vieram procurar o órgão e transferir o seu órgão para cá para o IMAP. Pela lógica, o próprio Ministério Público tinha que dizer olha vai lá e titula, mas, está lá a briga. Os lotes foram de propriedade do estado, mandado pelo Ministério Público para criar aquele assentamento para que aquelas pessoas que estavam lá assentadas próximo do aeroporto, isso aconteceu. Mas esses assentados não primam o papel, o conflito do Porto do Céu é um conflito de quem quer trabalhar e de quem não quer trabalhar.

Seguindo esse movimento, e vivenciando algumas questões no campo, constatou-se que não só no IMAP, também no INCRA tem muitos problemas, porque o “cidadão foi lá e fez um requerimento solicitando uma área que estava dentro da propriedade que era titulada em cartório, e conseguiu passar a área para o seu nome, um posseiro disse: - você está dentro da área do assentamento, ele disse: - não, aqui está matriculado no cartório, cadê o proprietário, - ai quando o governo mandou fazer o cadastro das pessoa para ocuparem os lotes, os outros que não foram contemplados disseram, eu quero um pedaço e alguém do INCRA disse não, meu

⁴² Fala de Rômulo Ricardo, Gerente da Coordenadoria do Patrimônio Fundiário (COPAF) do IMAP, no dia 11 de outubro de 2018.

⁴³ Relato de Rômulo Ricardo Gerente da Coordenadoria do Patrimônio Fundiário (COPAF) do IMAP, no dia 11 de outubro de 2018.

amigo, tu estás com sorte de eu deixar você ficar aí nesse pedacinho que você está, você está com sorte mesmo.” Conforme Ricardo (2018),

Nós tivemos a oportunidade de estar lá no Porto do Céu, com o juiz numa audiência pública resolvendo conflitos de todos os moradores lá dentro para resolver. O seu INCRA eu não estava, mas lá em Brasília o INCRA disse quando fizeram? e nós cabaças brancas do INCRA vamos fazer tudo para que estas terras fossem transferidas, porque eles estão com uma insegurança. Aí você percebe que o INCRA com o IMAP não conseguiu se encaixar para resolver problemas.

Na questão de trato com os recursos públicos, em 2008, um deputado federal pelo estado colocou na época R\$ 600.000,00 sobre a forma de emenda parlamentar para resolver o problema da demarcação e legalização de todas as glebas de terras, recurso que, depois de fazer o levantamento, dava para regularizar duas quantidades de áreas, mas só foi possível legalizar oito, ainda faltam 12 glebas para serem organizadas para completar o trabalho.

Estão tentando repassar um quantitativo de 20 milhões de hectares, mas na verdade são só 15 milhões, porque se não forem extraídas as áreas comprometidas e legitimadas, em não sendo feito isso, não será possível essa empreitada por que não se cumpriram estes requisitos. Além de tudo isso, ainda há o CCA – Cadastro de Controle Agrário para gerar mais confusão e dificultar a população do campo, a regularização das terras.

Diante desse caos, surgem pessoas que, usando de novas informações, fazem outros cadastros para usurpar, grilar as terras, ou seja, se beneficiam da tecnologia e da legislação para se apropriarem de terras alheias, conforme relatos a seguir: “... ao selecionar as suas terras, os indivíduos e os empreendimentos instalados no estado acharam que já seria dele, entenderam que seria dele as propriedades. No entanto, ainda bem que atualmente existe muita tecnologia voltada para estas questões, melhorando, demonstrando as irregularidades. Mesmo com esse apoio, supõem hipoteticamente que a pessoa sofreu um processo de grilagem. Nesses casos, o técnico por si só, por formação, por conhecimento, ele vai investigar determinadas marcas como vegetações, imóveis porque a casa tem uma função social que é fazer uso da terra e como cultura efetiva”.

E continuam as narrativas: “... o técnico vai montar a peça para provar esse fim, se ele quiser pode usar o sistema RADAM para justificar por meio de fotos de quando é, quantos anos existem no local os sinais, ou você pode pedir uma imagem de 10 anos atrás e está lá, o projeto RADAM tem essas imagens só que você paga um valor para poder buscar essas imagens. São esses instrumentos utilizados conjuntamente com os quais os órgãos por meio dos seus técnicos fazem o acompanhamento das questões agrárias na Amazônia Legal, não basta a declaração de que fez uma casa, tem um CCA. Conforme Ricardo (2018), “as áreas existem, estão lá, é importante visitá-las *in loco* porque quando você for imprimi-las para checar as informações,

está tudo de acordo com as exigências dos órgãos acompanhadores”. Ainda transcrevendo os depoimentos colhidos, na interpretação de Adão Filho (2018)⁴⁴, ele diz:

“Porque lá no artigo 299 do código penal diz não é responsabilidade de quem acreditou em você, assim como você vai num cartório e registra uma coisa, vende uma casa e registra, o problema não é do cartório acreditar, o problema é seu, pois a prova é de que foi passado de fulano para fulano por isso o cartório faz da forma que você se apresenta. Portanto, o discurso de que ter a posse de um ano e um dia é apenas uma possibilidade de ter o direito de eu pedir o registro da propriedade em meu nome, requerer a posse da terra como sua propriedade, que você possa adquirir o direito de dizer que eu posso registrar em meu nome”. E ainda: “- Se eu estou um ano e um dia, ninguém vem dizer, olha essa área é minha ou estás invadindo a área de alguém, por isso se diz um ano e um dia porque ninguém importunou você.”

Nesse sentido, a responsabilidade maior de legitimação de propriedades recai sobre a gestão e de atos proferidos por servidores públicos, porque eles diferem dos particulares, em função de que os particulares fazem tudo aquilo que a lei proíbe e os servidores públicos só podem fazer o que a lei permite, é o caso dos técnicos do IMAP, que tentam de certa forma atender ou realizar algumas exceções do ato discricionário e do ato vinculado. Do ato vinculado é expresso o presente dos requisitos, o ato é certificado. No ato discricionário o servidor observa e existe uma margem de liberdade que o agente tem de discutir. É isso, essa é a realidade desenvolvida pelo instituto, hora fazendo justiça, hora negligenciando durante o processo fundiário amapaense”.

Observa-se por meio do depoimento que o IMAP está reavaliando os seis procedimentos para colocar em ordem a gestão dos processos. Constituir ainda o seu principal instrumento de condução que deve se concretizar por meio de uma instrução normativa interna, será fundamental justamente para dar um direcionamento, ao órgão. Conforme Jurandil (2018)⁴⁵,

[...] estamos em um momento político e, não sabemos o que vem para o próximo ano. De repente pode haver, independente de uma continuidade do governante, esse trabalho tem que continuar, para não ter uma mudança nessa rota, está se criando um habito que ele vai dar prosseguimento, vai enviar para o Ministério Público tomar conhecimento e ele vai cobrar, pena que o diretor atual poderá não estar mais em exercício, mas, o outro que vier vai ter que dar prosseguimento. O IMAP está sendo muito mais rigoroso em todos os atos, criando responsabilidades para todos os servidores, principalmente para aqueles que emitem pareceres dentro dos processos.

Iniciativas dessa natureza permitem que tenha sobre regulamentação fundiária um trâmite legal, com procedimento legal, com transparência em todos processos e que todos possam ter acesso, o que na verdade está se criando é outro ordenamento jurídico para os

⁴⁴ Entrevista com João Francisco Inácio Filho Adão fiscal de Ordenamento Territorial do (IMAP), no dia 11 de outubro de 2018.

⁴⁵ Entrevista com Jurandil Dias Moraes Diretor da Diretoria Técnica de Ordenamento Territorial (DIROT), no dia 11 de outubro de 2018.

trâmites ambientais e territoriais, em função de que há muitas falhas, principalmente por falta de clareza nos regramentos das atividades do órgão, que são necessários, como a regulamentação da lei de terra do estado, dentre outros instrumentos legais, para que se possa ter um ordenamento jurídico e criar procedimentos que sejam adequados ao processo ambiental e territorial.

Independente dos conflitos institucionais travados com o IMAP, o instituto sempre enfrentou outros conflitos principalmente os de natureza original. Estes são enfrentamentos que surgem quando se inicia o processo de regularização fundiária, a partir de segurança primária que é o fortalecimento das instituições. Isso permite observar o processo de ocupações irregulares, não tão diferente do processo de ocupação irregular simples, mas, nesse caso, a grande maioria dos conflitos que se percebe são gerados pelos próprios ocupantes originais.

Estes ocupantes são aqueles que moram há muito tempo nas áreas, os quais são muitas vezes induzidos ou cooptados por outros interesses a negociar a sua área por um preço muito mais baixo do que o preço do mercado e o posseiro acaba negociando. Após certo tempo, percebe que fez uma grande besteira, que sua área vale muito mais, após dois ou três anos geralmente em média. Essa situação gera incômodo ao vendedor, que passa a questionar o comprador, alegando que foi induzido, enganado, que vendeu uma área por preço muito baixo, que foram atos considerados imperfeitos e que infelizmente permite gerar conflitos de diferentes magnitudes.

Durante a pesquisa de campo, constatou-se que existem outros casos de ocupações principalmente sobre terras devolutas ou “vazias” e que muitos “ratos da terra” acabam pagando pessoas que também tem uma visão de que “ali está desocupado, vazio”, para invadir as áreas porque segundo eles é nosso. Na verdade, é preciso cumprir com o que está estabelecido na lei estadual e lei federal e que muitas vezes não se cumpriu. Por essas razões também que não se pode ocupar uma área, simplesmente por ocupar, ainda que a terra esteja desocupada ou devoluta. É necessário obedecer ao regramento para incluir aqueles trabalhadores que mais se alinham com o campo, os próprios camponeses, que, a partir da regularização de seus lotes, passam a desfrutar e a produzir para o bem de todos. O que não pode acontecer é seguir a velha política do grande capital, que, além de se apropriar indevidamente, expulsa os seus próprios donos.

Há uma classe do agronegócio que é constituída por produtores de grãos, na sua maioria, irregulares. É constituída de empresários que estão vindo para as áreas rurais do Amapá para plantar, desenvolver principalmente a agricultura de grãos de soja, milho e de outros tipos, porque a terra aqui é muito mais barata e existe uma condição estratégica para as exportações.

Entretanto, o que se constata é que a maioria dos órgãos e principalmente o IMAP, lamentavelmente com a ciência do governo do estado, está sob a égide das políticas de expansão do agronegócio. Por conta dessa corrida por terras, pessoas estão sem trazidas de fora e usadas como “laranjas” para poder comprar terras de forma irregular e alimentar o mercado fundiário no estado.

Conforme Jurandil (2018), “o SIGEF está sendo um dos instrumentos que têm contribuído bastante para essa prática. O cidadão que está no Amapá liga para o interessado que está no Mato Grosso e fala, olha está no SIGEF a minha área, estou vendendo, eu quero um valor tal”. Na verdade, ele colocou no SIGEF porque o cidadão de bem, o posseiro original não teve condições de fazer o georreferenciamento, nem o estado atentou para essa estratégia e essas ações tem permitido chegar ao absurdo de serem realizadas negociações à distância. O grileiro já vende porque acha que a terra é dele e o comprador quando chega aqui na terra tem gente morando. Estes são amostras de conflitos diversos que acontecem no Amapá atualmente e o IMAP ordenado pelo governo do estado, que são os principais responsáveis por esses absurdos”.

Além do mais, existem alguns conflitos relacionados às terras da AMCEL, possuidora de grandes áreas no estado. Com frequência, a AMCEL recorre à justiça para retirar muitas pessoas que estão dentro das suas terras, só que há alguns questionamentos de pessoas que já moram há muitos anos nas áreas e que atualmente estão sendo retiradas. Conforme Jurandil (2018), “nunca foi dela e agora estão sendo, ou seja, passava ao lado das suas terras e agora ela expandiu para dentro da área de cerrado. Estes são os maiores conflitos que se tem entre a AMCEL e os posseiros antigos”. Essa é uma das possibilidades para perceber que a maioria dos conflitos sociais e fundiários estão relacionados com as atividades da AMCEL e sua política de gestão no estado.

Portanto considera-se que, no caso do IMAP, com o novo reordenamento e a revisão do regimento interno, mudando todo o organograma, ou seja, a estrutura que tem atualmente, para atender às questões ambientais e territoriais, está defasada e necessita de atualização e melhorias infraestruturais. Nessa mudança, é necessário incluir a ouvidoria agrária e ambiental e criar uma pasta exclusiva para a fiscalização territorial para solucionar essas pendências. A partir dessa iniciativa, deve-se estabelecer todos os registros relacionados aos conflitos agrários, conflitos sociais e conflitos ambientais. Existem outras iniciativas que podem ser remodeladas, como o organograma do instituto, uma vez que o atual não atende às diversas demandas.

Segundo o IMAP, não tem havido conflito com a AMCEL, porque os títulos não foram dados pelo estado, mas pela União, por meio do INCRA, portanto, são títulos de tempos

passados. Todavia, há quem conteste as dimensões das áreas adquiridas pela AMCEL O IMAP, está fazendo análise de um mapa sobre as áreas da AMCEL, e fazer a verificação dos registros em cartório, para, em seguida, promover o georreferenciamento e constatar as reais dimensões das terras da empresa no Amapá.

A AMCEL, no que concerne à sua atuação no estado, produz efeitos diversos, que vão de grandes contribuições ao desenvolvimento do estado à desarticulação dos territórios de vida dos envolvidos diretamente e indiretamente pelo processo de extração de pinus, plantio de eucalipto e, mais recente, o agronegócio de grãos. Há, ainda, conflitos provocados por pessoas que se aproveitam desses enfrentamentos e passam a agir indevidamente nesse contexto, contribuindo para o aprofundamento dessas questões.

Na concepção de Ferreira (2018)⁴⁶, existem casos realmente que são concretos, são pessoas que moram há muito tempo na área, mas existem pessoas que se aproveitam do momento e acabam adentrando às áreas apossando-se de um pedaço de terra, mas, ganhando terras irregularmente, porque vão criando problemas para os demais posseiros. Nesse sentido, Sável (2019)⁴⁷, afirma: onde tem dois ou três mal-intencionados no meio de dez, vai estragar o trabalho de quem está querendo fazer corretamente, isso é muito ruim, por isso que se deve ter muito cuidado, pois concretamente a situação no Amapá sobre as questões fundiárias é bastante complexa.

O território foi criado em 1943 e emancipado para estado em 1988, portanto constatou-se que existem documentos de terras que são de origem ainda do estado Pará e documentos de terras que são da época de ex-território do Amapá. Conforme Jurandil (2018)⁴⁸, no caso da AMCEL como já mencionado ela apresenta títulos de propriedade de terras desde de 1978 e, você tem ainda certos fatores complexos que são mais recentes o agronegócio, o mercado negro e a grilagem de terras.

⁴⁶ Declaração emitida pela procuradora Marina Selos Ferreira da procuradoria da República no dia 15 de dezembro, 2018, sobre a questão fundiária no Amapá. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/videos/t/todos-os-videos/v/fazendeiros-empresas-e-posseiros-travam-guerra-por-terras-ferteis-no-amapa/7205807/> Acesso em: 15 dezembro, 2018.

⁴⁷ Entrevista com Sável, ex-Delegado Titular da Delegacia Estadual do Meio Ambiente (DEMA-AP), no dia 28 de março de 2019.

⁴⁸ Entrevista com Jurandil Dias Moraes Diretor da Diretoria Técnica de Ordenamento Territorial (DIROT), no dia 11 de outubro de 2018.

Diante dessas mudanças, constatou-se que há documentos de terras emitidos também pelo Pará, ou seja, antes mesmo da transformação da área em território em 1943. Ainda Jurandil (2018)⁴⁹, completa:

Atualmente o que está na competência do estado agora com essa transferência das terras, o estado tem que fazer realmente. Mas, com a criação do grão Pará foram emitidos títulos a época pelo IBRA, depois vem o Estatuto da Terra anterior a 1964. Por exemplo agora pegou-se recente um documento mais antigo que realmente o estado pode dar o reconhecimento, só não pode porque agora tem um decreto de transferência, só para isso tem que ser feito uma análise, uma discussão documental, fazer uma perícia, tem que buscar informações junto ao Pará para poder fazer a coisa certa, tem que fazer uma verdadeira perícia. Principalmente porque são áreas muito grande e são áreas que hoje estão cheias de pessoas e como se fará isso, tem que ser tomada uma decisão, vamos reconhecer, vamos procurar fazer tudo o que tem que ser feito, mas o principal de tudo é que se tem veracidade total a emissão de reconhecimento de domínio, não é sobre toda a área mais....

Esse indicativo demonstra certa preocupação com os processos que deram origem à titulação das terras de domínio da AMCEL, por envolver questões fundiárias que se passam nas terras do estado. Vê-se, pois, que é necessário realizar um trabalho minucioso para poder averiguar e retirar todas conclusões sobre a veracidade dos documentos referentes ao império latifundista da empresa. As áreas como não pertencentes à AMCEL devem ser distribuídas aos posseiros. Isso porque não se pode desconsiderar todo um histórico das pessoas que ocuparam suas terras antes de o empreendimento se instalar na região. É bom que seja feita a ação discriminatória da área para poder identificar os reais posseiros. Porque discutir o domínio é um fato e discutir a posse é outra situação. Tanto que quando vai se discutir uma posse, não se discute o domínio porque o interessado quer ganhar o domínio, principalmente dentro de uma área que envolve área da AMCEL, mas que o ocupante está lá, por exemplo, há vários anos, garantindo a posse do ocupante, tomando como base o direito a usucapião.

Ao vivenciarmos o campo, munidos de uma lista fornecida pela CPT, conseguimos cobrir os conflitos que nas áreas da sojicultura, mas não chegamos a ver conflitos fundiários, foram detectados conflitos ambientais. Conflitos fundiários são mais frequentes nas áreas de plantio de eucalipto pela AMCEL. Para a constatação dos fatos, levantou-se a hipótese de que a AMCEL precisa resolver atualmente um segundo problema, que é o de ter áreas de reservas para o cumprimento das exigências da legislação ambiental.

Quanto às savanas do estado, a reserva é de 35%, porque “não é considerado bioma Amazônico”, ou seja, aplica-se o mesmo critério adotado para o Centro-Oeste. Essa condição

⁴⁹ Entrevista com Jurandil Dias Moraes Diretor da Diretoria Técnica de Ordenamento Territorial (DIROT), no dia 11 de outubro de 2018.

leva a crer que os conflitos com os ribeirinhos e com as comunidades tradicionais são muitos em função das necessidades de ter áreas de preservação.

A AMCEL possui muita área no Tartarugal Grande e no Tartarugalzinho e foi constatado durante as pesquisas de campo que naquelas áreas o INCRA não tem dado as devidas atenções. Uma vez que, na região, constatou-se que existem áreas quilombolas ainda não regularizadas pelo INCRA. De acordo com Jurandil (2018), “o IMAP não tem tantos problemas com a AMCEL, mas tem conflitos realmente, por conta das propriedades dos ribeirinhos que ela disse que estão dentro das suas áreas, os mais próximos são lá em Cutias do Araguari, em Porto Grande também por volta do km 117, indo pela antiga perimetral”.

Há, também, situação conflitiva com a dona Francisca, moradora do retiro São Francisco, Município de Itaubal, que também a AMCEL entrou em 100 hectares dela, que acionou a justiça contra a empresa. Conforme relato da moradora:⁵⁰

[...] estas terras, o meu sogro tinha uma terra lá do outro lado porque passando isso ali é um igarapé e lá mais adiante passa outro o igarapé grande e esse aqui é um braço e a casa do meu sogro era lá em cima do outro lado, então, e lá fica meu cunhado e para cá era terra devoluta não tinha nada, não tinha estrada, a onça vinha beber água aqui e dormia por aqui. Um dia eu vim passar uma festa com o meu sogro eu tinha 16 a 17 anos, estava casada já com o filho dele mais velho. Ele disse, mas aqui é muito bom minha filha essa terra aqui é boa para fazer roça, mas, ninguém quer, eu disse, mas não tem dono mesmo ele disse não, isso aqui está a Deus dará e não tem dono, só tinha do lado de lá que o pessoal explorava do lado de lá é a torre da AMCEL que fica lá em cima.

Durante a conversas foi possível perceber que foi mais ou menos em 1982 que a ocupante passou a morar naquelas terras. A AMCEL veio muitos anos depois questionar sobre a posse da área. Continuando o relato, ela explica:

Eles vieram aqui pediram licença para deixar os peões lá que eles iam abrir o ramal. Na época eu era menor ainda, eu já era casada, mas eu era menor de idade, meu marido que conversou com ele e o meu cunhado que mora aí. Veio conversou, pediram licença se podiam colocar os homens ali, fizeram um acampamento ali debaixo daquelas árvores, limparam lá fizeram o acampamento e colocaram 74 homens lá, aí que vieram as máquinas e abriram esse ramal que vocês vieram, isso aí não tinha nada dentro, o pessoal caçava, tinha mata grande mais para lá que derrubaram para plantar o Pinus e era onde o pessoal caçava, mas, não tinha nada.

Depois de preparados os ramais, uma pessoa responsável pela empresa na época, que já é falecido, passou a conversar e a expor interesse pela terra. Dona Maria Francisca (2018)⁵¹, contou que um representante da AMCEL disse para o meu cunhado e para o meu marido assim:

⁵⁰ Entrevista com a senhora Maria Francisca no retiro São Francisco, no dia 12 de outubro de 2018.

⁵¹ Relato durante a entrevista com a senhora Maria Francisca no retiro São Francisco, no dia 12 de outubro de 2018.

[...] rapaz essas terras aí de vocês são muito boas, vocês deveriam negociar com agente, agente tratava a terra plantava Pinus, tu sabes o que é Pinus? Aí eles foram explicando, explicando e quando esse pinus crescer se a gente pretende vender aí a gente viria e pagaria o arrendamento da terra de vocês e dividiria dando uma porcentagem, isso aí olha ia melhorar a situação de vocês, vocês iam melhorar os ramais porque, com a plantação do Pinus, constantemente os ramais iam ser tratados e vocês não iam andar por caminhos parece índio assim. Aí meu marido e meu cunhado fizeram acordo, mas só assim conversando, só verbal. Aí eles vieram fizeram mesmo o plantio todinho aí, meteram máquinas, meteram homens aí era gente e ficou muito bonito.

Observa-se o quanto de expertises foi utilizada para convencer os moradores a ceder a área, porque vislumbravam uma possibilidade de melhorar de vida. No entanto, são tipos de estratégias que os empreendimentos se valem para usurpar, em primeiro lugar, a boa-fé dos trabalhadores. Ingenuamente, sem nenhum documento comprobatório do acordo realizado entre a empresa e o seu proprietário, foi um pretexto para apossar-se das terras e desenvolver suas atividades ilícitas nas terras de origem duvidosa.

Ficou muito bonito, agente adorou porque tinha as estradas, a gente já via gente porque pra aparecer gente por aqui era difícil e a gente ia por aqui pegar os transportes e depois já tinha estrada aí melhorou, só que depois que cresceu, vieram as máquinas, ninguém apareceu aqui pra dizer nada, meteram aí e colheram, meu marido já tinha falecido. Eu vi barulho de máquinas e derrubando e eu disse espera lá, isso aí tinha um trato e fui lá com o meu cunhado, tinha ido lá esse tenente ou capitão Amaro uma coisa assim, que foi o chefe que tinha feito o trato com ele. Ele disse, é comadre vá lá em Santana que é lá o escritório da AMCEL e eu disse, mas o senhor deveria ir comigo porque foi o senhor uma das pessoas que tratou com ele direto (Francisca, 2018).

A propriedade érea composta por 100 hectares. Conforme relato: “De acordo com uma pessoa que trabalhava no INCRA chamada de carequinha, ela colocou lá no computador e disse não, da dona Maria as terras são dela. O INCRA não vendeu nadinha lá, ela disse, olha, eu tenho um documento só não tirei xerox porque o rapaz não quis que eu tirasse ele só me mostrou eu li o documento, mas ele não permitiu que eu tirasse xérox, mas tem um documento, a AMCEL tem um documento que foi tirado em Brasília e que consta que eles têm metade daquelas terras, ele disse não; o INCRA não está sabendo disso, mas foi expedido pelo INCRA”. De forma que é impossível acreditar que o próprio órgão responsável pelo controle das terras no estado não tenha ciência sobre mais uma ação criminoso realizada pelo empreendimento no campo do Amapá.

Ao perguntar se ela reivindicou suas terras ela disse: “mas, como que eu vou reivindicar isso, porque quando eu vou no INCRA sabes o que eles dizem, dona Maria, a senhora perdeu de gaiata pra AMCEL esses 100 hectares, eu disse: é, e vocês ainda tripudiam na minha cara, porque a culpa não é minha, a culpa é de vocês aí”. Francamente percebe-se que realmente foi o instituto que fez a jogada com eles, assegurando a ação indevida e permitindo a anexação e

exploração de eucalipto na área e essas atitudes são lamentáveis, mas continuam em outros territórios camponeses do Amapá.

O discurso da empresa é de que não pode vender nenhum palmo de terra porque é de sua propriedade. Conforme Léo (2018)⁵², moradora da comunidade de Inajá, no município de Itaubal:

sim, agora já deu bem que entender, por acaso se eu tenho meu pedaço de terra lá, eu não posso vender nenhum palmo pra ninguém, porque é o que eles querem, tá entendendo como é que é feito, ai um tempo desse colocaram um funcionário do governo que ele é até funcionário do bombeiro, porque o terreno dele é grande mesmo, tem trezentos de frente por mil e pouco, ele foi vender 100 metros ai, aqui direto esse ramal, fiscais da CHAMFLORA corre direto aqui dentro, fiscalizando ai pegaram os caras fazendo as casas, o que acontece foi o gerente da CHAMFLORA mandou os paus-mandados dela aqui desmanchar as casas e eu não sei porque dessa questão quem está fora não entra, quem está dentro não sai.

Nota-se que a questão da AMCEL com os moradores é porque ela tem uma área que tem que ser preservada, na sua própria área. Portanto, mente e fala que a área é documentada, mas ela nunca mostra o documento se ela é documentada de verdade. Pois, os posseiros também não têm títulos, porque são impedidos de retirá-los, alguns tem documento de cadastro expedidos pelo IMAP, mas dizem que só vale expedidos pelo INCRA, os posseiros vão até ao órgão e dizem que tem que esperar a decisão da AMCEL para poder resolver os conflitos. Vê-se o acúmulo do absurdo, em que uma instituição que deveria cuidar das questões fundiárias dentro do rigor da lei, ao contrário, se curva ao poder do capital e das políticas do agronegócio. O senhor Viana (2018), morador mais antigo da comunidade de Inajá, disse:

Sempre tivemos título né, e depois dele é o meu outro tio Manoel Barros eles todos tinham títulos definitivos dos terrenos. Também ali no outro ramal, tem o outro parente da gente que é o falecido Dico Viana também tinha título definitivo da terra que eles também alegam que as terras lá tudo é deles. É uma parte que eles têm que preservar né, que eles tenham que trabalhar, mas, essa área que eles falam é de reservas, então, eles com ações jurídicas, com alguns moradores daqui da comunidade, não é esse o caminho certo.

Sobre o caos que se instalou o Amapá, há, ainda, outros relatos, como: “Informações que se teve foi que a última casa que eles iriam derrubar era a de um senhor idoso, que morava sozinho, mas não chegou a acontecer porque algumas pessoas se reuniram e foram para o rádio, pra televisão falar sobre essa questão que eles vinham e derrubavam e iam embora sem nenhuma preocupação. Outra vítima de violência dos trabalhadores da empresa passou mal na época e com isso ela ficou doente traumatizada, pressão alta, doença do coração, tudo, e nenhum dos órgãos, até hoje, tomou providências, nem o IMAP, nem o INCRA, um manda para o outro, e

⁵² Entrevista com a senhora Leo moradora da Comunidade Inajá no município de Itaubal, no dia 12 de outubro de 2018.

os posseiros vão no INCRA, eles jogam para o IMAP e falam que não é responsabilidade deles, porque essas terras são da AMCEL”. Conforme relato de Oliveira (2018)⁵³, agricultora do ramal do Biló, pertencente a comunidade de Inajá, município de Itaubal,

Eles dizem que são donos das terras, mas, eles não mostram documento nenhum porque o papai já foi pra duas audiência ou três, quando chega lá eles não mostraram documentação, só falam que tem documentação, título definitivo da terra mas, também não apresentam nada, mas eles na audiência eles falam que tem título definitivo dessas terras aqui, só que eles não apresentam, eles não mostram porque não tem, eu exijo, eles dizem não sei, porque não deu pra trazer mas está no escritório.

Nota-se, que, em função de as terras ainda estarem sob domínio da União e por ainda não estarem definitivamente sob o ordenamento do estado, todavia, esse desacordo contribuiu para piorar a situação dos posseiros originais, abrindo cada vez mais precedência para que a AMCEL tomasse todas as providências possíveis para aproveitar-se do embrolho e a cada dia aumentar o seu latifúndio à custa dos conflitos com os camponeses, pois a omissão dos órgãos nessas questões é visível. Ocorre que foi criada uma secretaria, a SERFAL, que é a mesma Terra Legal, para regularizar estas terras. E mesmo o IMAP, iniciando a regularização dos imóveis, o Ministério Público Federal entrou com um recurso e recomendou a suspensão, porque é de competência da SERFAL. O resultado disso foi que ficaram todas essas questões de terras do Amapá sem solução, porque já seria de competência do estado, mas, como dito antes, o estado foi impedido de resolvê-las. De acordo com Oliveira (2018),

O defensor público nosso sabe disso, mas é lento e não há o que negar, vocês são os posseiros porque vocês estão há muito tempo e a posse está com vocês. Tem muita gente que não tem. Assim, por exemplo, aqui no meu terreno eu só faço plantar a roça essas coisas, não tenho casa porque eu não vou fazer casa para que daqui a um ano, dois anos ele virem derrubar. Aí é um prejuízo muito grande. Derrubaram o retiro da minha mãe, outro mais lá na frente só era mesmo coberto era Maria Tenilda, ali na casa da Elizabeth também foi derrubado, na casa desse rapaz que foi para a rádio, para a televisão que hoje ele está na penitenciária, está preso e a casa do Odiel que é do bombeiro, mas ele porque comprou terreno de outra pessoa derrubaram também. Mas pra gente que mora dentro e não tinha pra onde ir outra casa, quando eles derrubaram eles ficaram debaixo das plantas.

Quando se fala sobre as ameaças realizadas pela AMCEL o desespero dos moradores chega a ser preocupante, em função de que não se tem para quem recorrer, chegando a esse absurdo o controle desse empreendimento sobre a estrutura administrativa, política e social do estado. Igualmente absurdo o descumprimento dos acordos realizados pelo judiciário nos enfrentamentos com os camponeses, assim como o descumprimento da própria legislação

⁵³ Entrevista com Irenilda Viana de oliveira agricultora da Comunidade de Inajá, ramal do Biló, no município de Itaubal, no dia 12 de outubro de 2018.

ambiental que tem de funcionar de acordo com as prerrogativas ditadas pela empresa. Conforme Oliveira (2018),⁵⁴ moradora da comunidade do Inajá,

Quando eles mandam, a gente nem bem espera, eles chegam o mandado de desocupação, aí eles dão um prazo e é da Justiça, do fórum de ITAUBAL, eles mandam a primeira vez, quando da segunda vez, aí, já vem com as pessoas pra tirar pra derrubar, porque quando aconteceu com a mamãe nem mandaram já vieram direto, só que eles falaram para minha mãe se a senhora quiser ir agora tirar lá desmanchar pra senhora não perder telha eu falei a senhora não vai. Porque eles disseram, não, minha filha, eles falaram que eles vão demolir, uma pessoa é analfabeta, ela não sabia nem o que era demolir. Ela pensava que era outra coisa, eu falei mamãe demolir eles vão derrubar o seu barraco aí ela se desesperou, eles derrubaram o barraco dela e ela passou quase um mês que não queria ir mais pro terreno dela. Depois ela construiu outro de novo pra quando ela vir trabalhar ficar debaixo, almoçar porque ela fica o dia todo, mas ela passou de um a dois meses sem vir no terreno dela, ela disse que não vinha mais. Aconteceu isso, quando eles vêm, eles passam assim um tempo quando eles vêm que a gente esqueceu, aí eles vêm com o mandato de reintegração de posse.

Durante a pesquisa de campo, estes fatos conflituosos foram constatados também entre a AMCEL e os ribeirinhos, numa comunidade no município de Itaubal. É uma área que não tem plantio próximo de eucalipto, mas que estão georreferenciadas pela empresa e existem disputas com a comunidade ribeirinha. Essas áreas são ambientes inadequados para o cultivo de eucalipto.

Nesse contexto de tantos conflitos provocados não só pela AMCEL, mas por vários empreendimentos instalados no Amapá, acredita-se que a sua origem é de certa forma a extensão dos conflitos existentes no estado, eles têm origem nas questões fundiárias relacionadas com o resto do país, na sua estrutura fundiária. Segundo Edmilson (2018),

Não sei se vocês sabem como foi que a AMCEL se tornou dona desse latifúndio, foi por licitação. Na licitação, inclusive temos os termos de licitação de algumas das suas áreas. Como o Roni trabalha sobre a questão agrária e falei para ele por um aluno dele que nós temos os processos de licitações mais antigos para fazer um trabalho sobre a questão da formação do latifúndio no Amapá. A origem do latifúndio no estado foi o processo licitatório das décadas de 1970, 1980, aconteceu que esses processos no Estado ele seguiu o resto da Amazônia. Aquele momento de atrair empreendimentos ditos agroindustriais ditos agroindustriais para a Amazônia eles desconsideraram qualquer ocupação histórica que tivesse aqui nas áreas. A maioria das áreas que a AMCEL se diz proprietária não foi ela quem comprou, foram empresas de fachada que não podemos comprovar os termos, os empresários compraram as áreas falando que, durante a licitação, o seguinte: quando a empresa for demarcar, quantificar precisamente, inclusive ela tem problemas entre os empreendimentos sobrepondo-se as terras entre eles mesmos, porque não ficava claro o que era dela.

Rememorando o que já foi dito de modo geral no Edital de Licitação nº 01/78, dizia que se houvesse ocupação na área licitada, a pessoa tinha o direito preferencial. Mas, caso não participasse da licitação, deveria sair, a única coisa que teria era discutir uma indenização e a

⁵⁴ Continuação da entrevista com Irenilda Viana de Oliveira, agricultora da Comunidade de Inajá, ramal do Biló, no município de Itaubal, no dia 12 de outubro de 2018.

empresa, em alguns casos, era obrigada a fazer a exclusão. Há uma área muito emblemática na região do Itaubal, na localidade de Alta Floresta. Uma comunidade que existia na área que foi licitada, e um cidadão que era dono de um cartório no Pará comprou três áreas, mas nunca foi agricultor, que a transferiu para a AMCEL.

A empresa não fez a devida exclusão dessas ocupações, ou seja, o procedimento, de certa forma, alijou todas as ocupações que tinham comunidades tradicionais. Um dos instrumentos utilizados mais recentemente pela empresa foi a estratégia de que, onde havia ou ainda há ocupações não se plantou, mas tratou como reserva legal. Hoje, a AMCEL tem judicializado a maioria dessas áreas e tem retirado os seus ocupantes, fazendo, dessa forma, a comprovação da reserva legal. Segundo Edmilson (2018)⁵⁵,

Os conflitos que chegam aqui praticamente são em área de reserva legal dela. Porque a pessoa fala não, ela não tem plantio de eucalipto lá, nunca soubemos que lá fosse área da AMCEL, na época estava legal, então titulouse deixou as pessoas lá num cantinho quando em dado momento o cara vai reivindicar a propriedade da terra aí descobre que está dentro da propriedade da empresa. Ela não passou por um certificador deles lá, aí pela identificação não tínhamos, na verdade o INCRA da via judicial para resolver os problemas. Todo um protocolo de negociação de acordo, a gente sabe que não fica fácil, nem sempre a Justiça faz dessa forma.

Há relatos de que a derrubada de casas e plantações se dá por pessoas armadas. Além disso, com a construção da AP 070, os produtores de grãos chegaram com outra cultura, com relação à regularização da terra. Ao contrário do amapaense de maneira geral, os agricultores não se preocupam em regularizar as terras. Essa característica também é em função das atividades desenvolvidas pelo produtor amapaense, que em geral, não acessa crédito, baixo nível tecnológico, ou seja, uma cultura diferente. Poucas vezes se dirigem aos órgãos para regularizar suas terras, isso também contribuiu para aumentar os conflitos.

A AMCEL está promovendo testes em algumas áreas plantando soja, mas a empresa se esbarra em algumas dificuldades na remoção das raízes do eucalipto. Para substituir o eucalipto pela soja, será necessário um custo muito elevado para deixar o solo em condições de receber os grãos, devido às raízes profundas do eucalipto. A remoção exigiria maquinário apropriado, com um custo que deverá ser repassado ao preço da soja.

Segundo Edmilson (2018), “o pessoal aqui fala: o agronegócio é muito limitado aqui. A expansão do agronegócio vai ter vários problemas aqui; primeiro é o problema da terra, segundo, é o nosso clima, eles dizem que para ser viável o agronegócio tem que conseguir fazer duas safras, plantar soja e plantar pinus, eles só estão conseguindo uma”.

⁵⁵ Entrevista com Edmilson, chefe do Departamento de Regularização Fundiária do INCRA, no dia 16 de outubro de 2018.

Para entenderem o eixo que vai do município de Amapá ao de Tartarugalzinho, que é o palco dos frequentes conflitos gerados pela empresa, é preciso ter acesso a processos oriundos das licitações e a compra de terras pela AMCEL. O relato de um camponês, de codinome Visagem (2018)⁵⁶, morador do município de Tartarugalzinho, comprova parte dos conflitos,

E porque a gente é desempregado né, a gente vive desse ramo da gente, quando a gente não tem a mandioca madura, a gente vive disso aí né do açaí, do peixe, da caça. Eu mesmo nunca peguei caça pra vender, é só pra manter minha família. Agora, negócio de peixe, sim, a gente vende. A bacaba o açaí, a gente vende muito. Por enquanto a gente pode ir até o rio pescar. Tem algum lugar aqui que eles proibem, porque acho que você sabe que é da Marinha. Da beira do rio pra beira da terra, parece que é 100 metros de terra, né, que a gente tem. Uma vez, de novo eu estava pescando na beira do rio, eles pegaram minha bicicleta. Nessa época era o pessoal da AMCEL, eles pegaram 12 bicicletas, eu sei que eu ainda fui processado, eu paguei dois anos e seis meses de pena, porque eles me pegaram com quatro malhadeiras, duas zagaia e uns anzóis e um isopor que eu trazia cheio de peixe. Eu não sabia, alguém me denunciou. Quando eu vim de lá pra cá, era mais ou menos meia noite pra uma hora da madrugada, o pessoal do IBAMA me coisaram na estrada, aí, estava eu minha esposa e meu filho. Eles quiseram levar minha esposa presa, eu digo não. Isso aí me pertence e a minha esposa não tem nada a ver no meio dessa arrumação. Aí, me levaram detido, me prenderam no sábado, uma hora da madrugada, foram me soltar no domingo, era 6 horas da tarde. Teve audiência, teve 6 audiências com o pessoal da AMCEL e eu fui processado, porque nessa época era área da AMCEL, mas o peixe não é da AMCEL, nem o rio né, a AMCEL não precisa disso.

Toda essa severidade aplicada pela empresa, para controlar suas terras, não está propriamente defendendo algum cultivo do agronegócio, mas, apenas para serem mantidas como área de reserva da empresa.

Para se ter uma ideia da real situação por que passa o estado, a AMCEL plantou eucalipto no município de Amapá, que se perdeu devido ao excesso de água. Mesmo caracterizado como latifúndio socialmente improdutivo, a área serve ao capital.

No município de Porto Grande, ao indagar sobre a propriedade das terras ocupadas pelos moradores daquela região, que estão sendo invadidas pela AMCEL, dona Maria (2018) fala:⁵⁷

Ela diz eu acho que sim porque dizem que ela não tem documento. Estas terras aí o pessoal fala que ela não tem documento dessas terras. As pessoas antigas, os mais velhos do que eu, ela vai chegando vai abrindo terreno já fazendo as propriedades e ninguém faz nada, porque aqui o pessoal diz que o juiz é comprado pela AMCEL, que sempre ganha e outros perdem. Meu cunhado está de questão com ela, com a AMCEL também, porque ele tem um terreno ali que fica na área da AMCEL, não é da AMCEL, ela diz que que é dela, mas, aí está na Justiça lá, aí tivemos a audiência. É nessa área que era do dendê pra ali, aí está em questão, ele mora em Macapá, só que ele tem casa aí, tanques de peixes, tem fornos de carvão e está embargado lá pela AMCEL, pela Justiça, aí estão recorrendo agora por Macapá. Eu não sei, acho que ela invadiu mesmo, se foi ela mesmo, na época era terra devoluta mesmo, aí nessa beirada todo mundo chega e tira um terreno. Lá da minha casa pra lá tem muito terreno ainda, estão fazendo casas, tem muito terreno ainda.

⁵⁶ Conversa com um pequeno agricultor Zeca Visagem, do município de Tartarugalzinho, relata sobre as ações da AMCEL, no dia 15 de outubro de 2018.

⁵⁷ Entrevista com dona Maria, moradora do município de Porto grande, no dia 13 de outubro de 2018.

Observa-se pelos depoimentos que as terras em disputas entre AMCEL e os posseiros originais, assim como pelos novos posseiros, são mesmo terras da União, que em função da indefinição das transferências para a gestão do governo estadual, estão sendo ocupadas e griladas, tanto pela empresa, quanto pelos envolvidos também no mercado de terras clandestinas. De acordo com Aluísio (2018)⁵⁸,

É assim, esse meu cunhado ele já tem mais ou menos 8 a 9 anos lá dentro e a AMCEL ela tem um geo que fala que é do quilômetro..., ele sabe tudo da AMCEL que ele já vasculhou tudo lá. Pega do km 78 pra lá área Platon e, a AMCEL com a ganância dela veio cobriu o geo todinho do povo que já era antigo aqui. Tem gente mais lá na frente, ali perto de Ferreira Gomes que moram a 40 anos na terra. A AMCEL foi lá derrubou a casa do povo e mandou sair. O pessoal era fraquinho, pobrezinho, não pode se mexer, mandaram eles retirar. Eu só estou contando o que eu acompanho com ele e é recente ele vai te explicar tudo isso. Essa briga com a AMCEL já vem rolando uns quatro a cinco anos e a AMCEL só vai expandindo, eles estão pegando áreas pra vender pro pessoal da soja. Mas eu acho que não é o dono agora que é o Japonês, eu acho que é o povo daqui que estão, injeta como AMCEL e vende porque estão vendendo. O meu cunhado vai lhe conta essa história que ele sabe lá onde está tudinho. Eles pegam tudo, porque eles já têm uma advogada e vasculha tudo. O meu cunhado tem o geo, que é mais antigo do que o da AMCEL, aí ela mandou cobriu o geo dele e ele foi lá mandou voltar de novo. Ele tem documento, tudo o que você pensar de documento ele tem, tanto é que AMCEL derrubou uma casa dele ali, tá filmado também e ele tem como provar tudo isso aí. Arrancou as plantas dele, mais de 150 pés de coco, já ameaçaram ele lá, só que ele não é muito fraco, eles têm medo dele. Ele não é muito fraco, ele diz assim, vocês que sabem se quiserem vir derrubar minha casa vocês vêm. Só que traz outra casa na cabeça pra plantar aqui. O amigo ali perdeu 40 ou 60 mil pés de abacaxi, o Piauí. Que a AMCEL foi lá e acabou com tudo. Se vocês verem aonde o cidadão mora não pertence a AMCEL, é nada lá, ele mora atrás de uma mata de uma outra ressaca. Lá ele só queria trabalhar e a ganância é o grande problema da humanidade. O problema aqui é com a AMCEL, tudo que mexe aqui eles abordam...

Reis (2018)⁵⁹, morador do Assentamento Nova Colina, na divisa com a comunidade Igarapé Peixe Boi, no município de Porto Grande, conta que aqui há conflitos por terra com a AMCEL. Disse ele:

É da ponte do Peixe Boi pra lá pode ser porque o meu irmão, o meu cunhado está com questão da terra lá com a AMCEL. Eu acho que deve ser aquele meio ali. Do Peixe Boi pra lá. O meu irmão está em Macapá, mas o meu outro irmão está lá, lá que a AMCEL embargou a área do meu cunhado, o Ramiro, está embargado pela Justiça. Tiveram audiência e a AMCEL tornou a ganhar a causa, já são duas causas que ele vai lá e toda vez ela ganha, por isso que eu disse naquela hora que os juízes daqui são comprados pela AMCEL, por que a AMCEL tem né. Agora ele vai recorrer em Macapá pra ver se resolve alguma coisa. Lá, eles estão sabendo que eles estão em questão com a AMCEL com as terras aí.

Em conversa informal, um pequeno agricultor conta sua história de vida: “Fui um trabalhador da COPALMA, vim de Belém, sou técnico agrícola, vim de Belém para tomar conta desses projetos. Esse projeto aqui são três mil hectares nessa área aqui que era plantado dendê

⁵⁸ Entrevista com Manoel Aloiso, pequeno agricultor do município de Porto grande, no dia 13 de outubro de 2018.

⁵⁹ Entrevista com Deusdete Souza Reis, morador do assentamento Nova Colina divisa com a comunidade Igarapé Peixe Boi, no município de Porto grande, no dia 13 de outubro de 2018.

e mais mil e duzentos hectares. Ali por trás do Monte Tabor é outra área, inclusive era meu irmão que tomava conta lá. Eu cheguei aqui em setembro de 1993, aí nós trabalhamos até 1999. Aí teve uma bronca: disseram que nós trabalhávamos de escravos aqui, foi um jogo político, deu no Jornal Nacional que a gente trabalhava de escravo, inclusive eu fui preso passei três dias na Federal, eu mais 17 funcionários, mas ninguém provou, era mentira, foi um candidato que queria comprar a área aqui e o Japonês não vendeu, um senhor chamado Mesquita. Eu não vou julgar, área de Sarnei. Eu estou nessa área aqui desde de 1995, e falei para o japonês: - olha, deixa uma arinha para mim trabalhar, ele disse não, Paulo, eu que te acompanhei nessa área grandes contornos, eu tô fora. Você pode ficar na área trabalhando que isso é área devoluta. Eu disse tá. Quando é agora a AMCEL vem me perseguindo toda a área era dela, negativo. Disse o agricultor Paulo (2018):⁶⁰

Esse mês passado eu tirei meu georreferenciamento, eu tenho uma topografia antiga aqui do Teodolito ainda, mas aí agora tudo mudou e, aí é o seguinte, eu fui tirar meu georreferenciamento da área, eu estou aqui desde 1995, 23 anos, aí quando eu mandei colocar no SIGEP, aí tá como a AMCEL, tirou isso tudo dentro da área dela. Agora eu só quero viver até o dia em que a AMCEL vai lá, sabes porque, ela não comprou terra de ninguém, eu vivo aqui a 30 e poucos anos, o meu filho não pode ter um pedacinho de terra, agora a AMCEL pode vim sei lá de onde, foi que ela veio e tomar todas as terras e ficar mexendo com os agricultores entendeu?

E os depoimentos deveriam chamar atenção das autoridades governamentais, dos órgãos que cuidam das questões fundiárias e, em particular, da Justiça, que intermedeiam essas causas no estado. Nesse contexto, é possível perceber o descaso com que tratam as questões fundiárias no Amapá. O pior é que não se vislumbra nenhuma providência para prevenir ou evitar os conflitos. Conforme Paulo (2019)⁶¹,

Mestre, vou bem aqui dizer uma coisa pro senhor. Jesus viveu trinta e três anos, eu estou com 58 anos, então, eu estou com quase o dobro de Jesus na terra, tá entendendo? Pra mim, pouco importa, agora não venha me humilhar não, atrás do que é meu. Vou em qualquer lugar sem medo. Agora, se não for meu, se eu dever, eu fico calado, mas se eu não dever, eu falo mesmo. Se eles vierem negociar... eu não, não, eu não mexi com ninguém não, nem quero conversas com eles, eu vou pro Ministério Público. Ainda não derrubaram nada meu, nem são bestas, Deus me livre. Tô dizendo pra você que eu quero viver só até o dia que eles vierem, eu digo e não peço segredo em qualquer lugar, o cupim come, mas um filho da peste não derruba não. Não é papo furado não, moço. Eu digo e não tenho medo não. Eu aprendi a respeitar, agora medo nunca morou comigo não.

Ainda sobre os conflitos provocados pela AMCEL no dizer de José (2018),⁶²

A AMCEL pelo que eu vejo, a AMCEL veio, eu acho que ela foi aqui, eu não conheço muito como é que é, mas ela foi se apossando aí, comprando do pessoal que estava

⁶⁰ Entrevista com o pequeno agricultor Paulo Batalha, morador do município de Porto Grande, no dia 13 de outubro de 2018.

⁶¹ Entrevista com Paulo Batalha, morador do município de Porto Grande, expressando a sua indignação diante das injustiças provocadas pela AMCEL, no dia 13 de outubro de 2018.

⁶² Entrevista com o pequeno agricultor, morador do município de Macapá, demonstrando as formas de dominação, controle e usurpação das terras e dos recursos naturais pela AMCEL no Amapá.

ali, né, foi comprando e de alguns foi tomando, e ela se apoderou da metade do estado. Ela tem muita terra, ela pegou isso aí a preço de banana do pessoal que estava lá, o que comprou, que nem comprou foi abraçando.

O plantio da AMCEL mais intenso concentra-se nas savanas do estado, como em Tartarugalzinho, ao sul do estado. Na parte norte, como no município de Amapá, o cultivo não obteve sucesso, mas a área ainda continua como reserva da empresa, o que tem gerado inúmeros conflitos. A estratégia da AMCEL é classificar como reserva legal todas as áreas que estejam com projetos fundiários, as áreas onde existem comunidades posseiras e as áreas que têm conflitos envolvendo a titularidade da empresa.

As áreas localizadas mais ao sul do estado, nas proximidades da capital e do porto, foram ocupadas por fazendeiros, para a pecuária. Conforme Penha (2017),⁶³

... a partir do km 50, no meu entendimento, eu acho que a cidade e as pessoas estavam no entorno da cidade, daí vinham os fazendeiros e as licitações perfeitas na época, era áreas federal, públicas, eram terras devolutas na época, terras da União, porque também as áreas que foram disponibilizadas no atacado foram as que constam de antemão nos blocos de sua propriedade, além de que o custo foi muito pouco, para o que vale hoje.

Apesar de as áreas da AMCEL não estarem nas proximidades do porto e da capital, o fato é que a empresa é detentora de terras que passam um bilhão de reais,

Nesse sentido, o pressuposto é de que, a partir do momento em que o empreendimento esgotar a sua produção nas savanas, uma coisa é certa, as suas áreas vão se transformar em um verdadeiro deserto. Primeiro, porque haverá um tempo muito longo até as raízes de eucalipto se decomponham, para abrir espaço a outras culturas. Segundo, porque as savanas não se recompõem facilmente. A regeneração da área será, portanto, extremamente lenta, com grandes impactos ambientais.

O agronegócio de grãos, segundo Edmilson (2018), o pessoal aqui fala “o agronegócio é muito limitado aqui, a expansão do agronegócio vai ter vários problemas aqui, primeiro é o problema da terra, segundo é o nosso clima, eles dizem que para ser viável o agronegócio tem que conseguir fazer duas safras”. No caso da AMCEL, que fez o primeiro experimento com soja em 2017, a empresa diz que não vai trabalhar com sistema de rotação, vai eleger áreas específicas só para o plantio de soja. De acordo com Penha (2018),

... não vai ser sobre sistema de rotação, dentro no nosso bloco de terras, nós vamos escolher, não vamos criar outra empresa, somente uma divisão da silvicultura e da soja. Não, nós vamos ter duas atividades aqui, uma que é a agricultura, que é a soja, e a outra é a silvicultura do eucalipto, não é rotatória, não, não porque aí poupa de eucalipto inviabiliza a agricultura. Dentro do bloco de terra nosso vamos escolher uma parte para a agricultura, não vai viabilizar a soja e viabilizar a silvicultura, acaba de

⁶³ Entrevista com Carlos Penha, Diretor de relações públicas e assuntos comerciais da AMCEL, no dia 1º de junho de 2018.

se fazer um experimento de soja, pedimos licença do governo para plantar a soja, fantástico nossa experiência.

No caso dos outros produtores, as perspectivas são de que possam continuar plantando para atingir a colheita em duas safras. Até 2018, só estão conseguindo colher uma safra. Mas as transformações socioambientais já são visíveis. A ampliação da área produtiva não pode ser a única meta a ser atingida, uma vez que a expansão do agronegócio tem gerado sérias transformações socioterritoriais. Nos municípios em que as atividades de grãos estão se desenvolvendo, vê-se que a movimentação não é simples como propagado pelos produtores e pelos diversos meio de comunicação. É necessário, e urgente, conhecer e monitorar essa atividade, no intuito de reduzir maiores danos socioambientais causados aos territórios de vida dos amapaenses. A produção de soja do Amapá ainda é muito pequena, em comparação com os produtores do Centro-Sul. A safra de 2018/2019 foi de 57.4 toneladas.

Quando foi perguntado sobre conflitos gerados pela plantação de grãos, a dona Maria (2018)⁶⁴, moradora da comunidade de Casa Grande, no município de Macapá, disse:

O maior conflito é questão do agronegócio, porque vem muitas pessoas de fora e vem pedir alojamento pra comunidade, inclusive eles queriam passar o porto, por dentro da nossa comunidade só que aí a comunidade não aceitou, vinha pelo igarapé aí vinha subindo e ia atravessar por dentro da comunidade, só que ela não aceitou, porque vinha tudo o que não presta também. E aí eles fizeram um acordo para não fazer o porto. Não pode porque primeiro que eles estavam derrubando a mata, já é proibido, aí entrou a SEMA, porque aqui a comunidade Casa Grande ela está protegida dentro da APA do Curiaú, aí não pode desmatar e eles já vinham desmatando de lá porque a gente não ia tá lá, né, aí aquelas árvores grandes antigas todas já estavam sendo serradas.

Em seguida a moradora do quilombo chamada Gabriele (2018)⁶⁵, disse:

Eu ouvi uma moça dali que estava falando se eu não me engano que eles vão se reunir, o pessoal da comunidade, eu não sei o nome dela, mas parece que é Aparecida o nome dela. Existe algum conflito com a soja aqui. Acho que foi no último mandato do Camilo que existiu próximo ali na área da ressaca também, que teve um problema ali também, porque da ressaca pra cá teve um plantiozinho de soja teve um tempo, aí parece que essa área aí da frente foi doada pra comunidade e eles estavam plantando, mas não eram só eles, era gente de fora.

Esses aspectos demonstram o quanto o Amapá tem sido um dos estados da federação que tem convivido com a efetiva implementação de fronteiras arbitrárias, traçadas sem consultar os interesses da população local. São diversas situações que tem gerado uma série de conflitos e disputas por parte de empreendimentos antigos e recentes contra as populações e comunidades, o que tem contribuído para que haja maior pressão antrópica na ocupação das

⁶⁴ Entrevista com Dona Maria, moradora da comunidade de Casa Grande no município de Macapá, no dia 9 de outubro de 2018.

⁶⁵ Entrevista com Brenda Gabriele, moradora da comunidade Abacate da Pedreira, município de Macapá, no dia 9 de outubro de 2018.

suas áreas, principalmente após a publicação dos resultados dos levantamentos que revelam as potencialidades naturais, o que também passou a ampliar os conflitos socioambientais entre instituições e as populações atingidas, impedindo os camponeses do uso material e simbólico dos seus recursos e o desenvolvimento humano.

Na comunidade do Lontra da Pedreira, no município de Macapá, Souza (2018)⁶⁶ disse que:

A maior reclamação sobre o plantio de soja se dá porque veio numa tarde mosca branca, agora que ela devora, você vê ela voar assim igual uma poeira, mas ela é um inseto, ela suga a folha, ela vem no vento daqui porque quando eles jogam o veneno na soja fica branco, ela sorcio da soja, aí ela vem igual uma cinza de manhã. Aquilo assim você olha assim chega faz branco. Acho que vem, quando eles tocam ela. Olha, melancia a gente não tiramos aqui esse ano porque a mosca atacou. Me admiro que é uma coisa muito pequena e não tem, que os técnico agente compramos remédios de todo jeito. Ela a modo que ela pega assim na folha da couve, na folha da melancia aí ela queima porque ela suga tudinho o sumo da planta, aí pronto ela... um vizinho meu, nos plantamos quinhentas pé, meu vizinho plantou mil e poucos pés, meu genro plantou também, maracujá, a mesma coisa aí é um problema porque quando eles botam esse veneno aí, prejudica até a gente mesmo, o fedor do veneno.

Nota-se que, como são comunidades ribeirinhas, a outra importante preocupação dos moradores com o plantio de grãos é no que diz respeito à contaminação dos rios e dos igarapés, que fornecem pescados para a população. Quanto ao, por ter maior volume d'água, ainda não se percebe a presença de agrotóxicos, mas em suas nascentes, entre as matas, já é perceptível a turbidez da água e peixes mortos por veneno. O fato se dá especialmente na localidade do Ambé e na comunidade de Peixe Boi. Conforme Souza (2018)⁶⁷,

Os moradores mesmo falaram uma vez eu tava até... não sei se conhece o desembargador Carmo Antônio. Ele tem um terreno pra cá. Eu tava trabalhando, fazendo uma casa lá pra ele, aí o pessoal estava comentando isso lá, até nesse dia o Carmo Antônio tava lá, eles conversando pedindo como era que eles podiam fazer e ele disse o que vocês podem fazer é denunciar, levar a denúncia pra, se tiver uma prova, bato a foto do peixe ne que tá morrendo, não sei se eles fizeram isso. Aqui é proibido, não por causa disso né, porque fica longe, o rio desce aqui, aí a mata é grande quando ela desce daqui já desce no baixo, eu acho que aí ela não atinge, ou no rio não, mas dentro da floresta o que tiver com certeza.

Observa-se que os pequenos agricultores tentam de várias formas resistir aos impactos do agronegócio, mas não veem saída porque entre os próprios moradores há os que têm interesse em receber apoio dos produtores de grãos. Muitos estavam esperando que, pelo menos viesse

⁶⁶ Entrevista com o pequeno agricultor Ciro de Souza, comunidade Lontra da Pedreira, no município de Macapá, no dia 9 de outubro de 2018.

³⁷ Continuação da entrevista com o pequeno agricultor Ciro de Souza, comunidade Lontra da Pedreira, no município de Macapá, no dia 9 de outubro de 2018.

um técnico para orientá-los. “Mas, o senhor Conrado, ele trabalhou muitos anos na comunidade e chegou a orientá-los: olha filho vocês não abrem as pernas para o pessoal que vem do Sul que eles vão tomar conta disso aqui todinho. Quando vocês quiserem abrir o olho vocês estão presos. E as orientações, de acordo com Ciro (2018), continuam “hoje eu digo para o pessoal, mas quando, olha, eles chegam aqui quanto você quer nesse pedacinho aqui? Aí o cara pega vende, aí, pufe!! tem dinheiro, daqui um dia eles vai cutucando até comprar o resto deles assim que eles fizeram”.

Dois fatores importantes geradores de conflitos fundiário e ambiental utilizados pelos sojeiros foram observados com frequência. O primeiro diz respeito de que os produtores de grãos não compram a maioria das terras para plantar, por ser mais lucrativo arrendá-las, e, nessa condição, tem que apostar para que o solo proporcione uma boa colheita, caso contrário são devolvidas e os danos ambientais são inevitáveis. O segundo fator diz respeito de que, mesmo comprando as áreas para a produção, os danos ambientais também ocorrem, os quais somam-se aos danos sociais, levando-os aos conflitos fundiários, em função da venda das terras a preços que não garantem a subsistência, e que na maioria das vezes envolvem propriedades cujas características correspondem ao um bem de herança dos posseiros. Nesse sentido, Souza (2018)⁶⁸, comenta:

... mas eu vi ai um pessoal. Compraram, Teve uns lotes ai que eles venderam por cinquenta ou sessenta mil 100 hectares com certeza. Hoje daqui pra fora tudo é soja fora o assentamento. O assentamento tá fora mas o que não tá dentro da área do assentamento tá tudo limpo. Ai outra coisa que eu falei pro pessoal ano trasado, eu tava ali na beira vigiando aquela casa de uma senhora, ai chegou um pessoal da ambiental, ai eu falei pra eles, era o chefão lá, o pessoal me apresentaram, eu disse que quero conversar com o senhor a respeito dessas terras aqui porque eu disse pra ele porque a gente mora aqui se for pra gente tirar essa arve aqui, eu disse pra ele, eu tenho que ir lá, eu vou perder dias e dias pra mim poder mandar cortar essa árvore. Se eu for pego derrubando ela, sem um documento, eu vou pagar 5 mil reais de multa e esse pessoal da soja ai, que tiram milhares e milhares de árvores nesse campo ai, qual é a resposta que o senhor dá pra mim? Ele enrolou e enrolou e não me respondeu, essa terra ai tá tudo só chão tudo limpa não tem nenhum pé de murucuzero que isso era um campo bonito tudo, tudo, isso né ...

Nessa condição os mais prejudicados naquelas áreas são os aqueles que verdadeiramente dependem da terra para nela sobreviver, os camponeses ribeirinhos. Aparecida (2018) disse: “eu acho assim meio difícil, né, porque em vez das pessoas virem de fora, né, as pessoas daqui que deveriam, né, e colocam um negócio é difícil pro pessoal da comunidade, ai, olha, ai não gera emprego, não gera nada, ai, na comunidade porque tudo eles trazem de fora, é, tudo, é máquinas do trabalho”. Conforme Eneias (2018), “agora o agronegócio de grãos chegou aqui e

⁶⁸ Continuação da entrevista com o pequeno agricultor Ciro de Souza Comunidade Lontra da Pedreira, no município de Macapá, no dia 9 de outubro de 2018.

os camaradas são mais “espertos”. Agora os compradores e arrendatários das terras eles pecam como cidadãos, eles não vêm aqui, não olham para saber, porque pode haver sobreposição, pode estar vendendo a terra que já tem dono né, agora”.

De acordo com Ramos (2018)⁶⁹, morador da comunidade Ressaca da Pedreira,

Os conflitos que teve aqui de soja na ressaca foi por causa do veneno que botaram aí. Aí nos denunciemo. Aqui teve algumas reclamações, mas, não foi no fugido. Nós fomos conversar com eles mesmo lá com o Jhou. Não coloquemos nenhum documento. Ele disse que ia voltar de madrugada, mas, até agora ele não voltou mais, a gente só conversou, o pessoal queria fazer abaixo assinado eu disse eu vou conversar primeiro, ele disse que não ia colocar mais de avião o veneno, porque você sabe que de avião atinge muito, estava atingindo as plantas, matando porque o veneno é forte. Essa parte aqui do plantio do pessoal morria tudo, não segura não, agora parou faz uns seis meses não jogaram mais, parou. Eles pegaram uma multa de dois milhões de reais, por conta da pulverização e porque eles desmataram uma área de 180 hectares e não foram lá no IMAP, no IBAMA, retirar a licença. Empurraram o cerrado do campo. Aí vieram a ambiental multou eles, porque eles pegaram até na beira do lago, com a lançante que vem do rio, né, aí destamboca tudo, aí tem que ser multado mesmo.

Na comunidade de Ariri, de acordo com os dados da CPT (2016), existem áreas que têm conflitos, mas os conflitos que buscamos são aqueles causados pelo cultivo de eucalipto e de soja. Ainda há os conflitos internos, nas comunidades, com familiares.

De qualquer maneira, foi importante observar todas as situações, porque na comunidade e na região do Ariri, na altura do quilômetro 32, à margem esquerda da BR 156, no sentido sul norte do estado do Amapá, em 2016, foi fotografada uma área de plantação de soja em frente à entrada da comunidade do Mel da Pedreira, e agora não tem mais nada lá. Conforme relato de uma pessoa na comunidade, há conflito entre a pessoa que arrendou e um sojicultor. Houve conflito de interesse, não se sabe se é isso mesmo se abrange toda aquela área, envolvendo só uma família. O IMAP foi chamado, porque se sabe que a responsabilidade pela regularização passou da União para o IMAP, que se recusou a dirimir os conflitos de natureza jurídica enquanto essa questão não for resolvida. De acordo com Marciliano (2019):⁷⁰

Essas dificuldades a gente vão tendo porque se nossas áreas de terras fossem tituladas fica fácil pra gente adquirir um financiamento pelo banco, mas não tem. Olha a gente tá lutando bote tempo pra titular, aí inclusive deram até fim do nosso documento lá dentro do IMAP, agente entrou com um advogado resgatamos o nosso documento de volta, só que aí a gente vai ter que entrar de novo com outro processo pra regularizar, quer dizer uma coisa, muito difícil pra gente fazer um financiamento porque, como ela não dá pra ser agricultura, mas a nossa comunidade ela própria para fazer a piscicultura. Tem muito lugar pra fazer tanque pra criar peixe, mas bate nessa questão, porque você tem que ter recursos pra captar as coisas, tem um ditado que só ganha

⁶⁹ Entrevista com Raimundo Ramos morador da Comunidade Ressaca da Pedreira, vila do Fugido, no município de Macapá, no dia 9 de outubro de 2018.

⁷⁰ Entrevista com Marciliano, Presidente da Associação dos Moradores da Comunidade do Ariri, município de Macapá, no dia 10 de outubro de 2018.

dinheiro quem tem dinheiro, quem não tem fica aí mamando o dedo. Ele faz com a dificuldade dele mas não é uma coisa que dê pra lucrar.

Não bastasse, para licenciar as atividades do agronegócio de grãos, o IMAP passou a utilizar-se da nova redação dada à Lei Complementar nº 5, de 18 de agosto de 1994, que instituiu o Código de Proteção ao Meio Ambiente do Estado do Amapá (CPMA), que acrescenta o artigo 10-A, na referida lei complementar, onde, no seu § 6º, diz que, para análise e expedição da Licença Ambiental Única (LAU), somente são exigidos os documentos previstos nesta lei complementar. Uma lei que envolve a cultura de grãos que está sendo muito questionada, pois dispensa estudos profundos sobre impactos ambientais. Como é de competência do estado a sua aplicação, nessa condição, o IMAP só tem beneficiado o agronegócio no estado, aprofundando ainda mais os conflitos. Tem-se discutido bastante a aplicação desse instrumento, principalmente pelo Ministério Público, no caso de as comunidades serem consultadas sobre qualquer empreendimento de impacto que se utilizasse a LAU. A Licença Ambiental Unificada será exigida nos casos em que as características do empreendimento assim o indiquem, para as fases de localização, concepção, implantação e operação, como uma única licença.

Pelo menos dentro dos territórios de comunidades tradicionais, nos quilombos e no eixo da AP 070, em 2018, onde se desenvolve com maior intensidade o agronegócio de grãos, as licenças emitidas com base na referida lei foram bem combatidas, pois há uma enorme disputa conflituosa entre os que a emitem e os órgãos que fiscalizam. No meio dessa guerra está o interesse do capital agrícola, amparado pelo governo e pelos empreendimentos privados. Nesse embrolho, quem leva a pior é o Amapá e as populações/comunidades atingidas, uma vez que não se respeita sequer os limites de reserva legal. É muito comum as firmas licenciarem uma parte do empreendimento e ampliarem a área, para tornar o plantio maior.

Segundo informações colhidas no IBAMA, houve embargos nas atividades da soja no ano de 2018, por meio judicial. Importante salientar que a questão sobre impacto ambiental está ligada ao contexto de normas ambientais mais flexíveis, criadas pela Lei Complementar nº 2/2015, da Assembleia Legislativa do Amapá, com apoio da bancada ruralista e do governo do estado. Por conta desse conflito de competência entre os diversos órgãos, o IBAMA, ao detectar que havia divergência entre o licenciamento de área plantadas, por meio de imagens, decidiu aplicar multas pelo descumprimento da lei federal. Sabe-se que o IMAP está tentando derrubar as multas devido à promiscuidade de competência entre os órgãos.

Em 2016, a CPT/AP disse: “a utilização da LAU é uma coisa que preocupa muito”. Essa manifestação foi para alertar o INCRA sobre os danos socioambientais que a lei pode causar. Durante a pesquisa de campo, no dia 16/10/2018, foram fotografadas várias veredas que estão

correndo sério risco de ocupação. São essas situações que podem ser usadas para denunciar os crimes ambientais. Havia queimada bem próximo às veredas, em total desrespeito à legislação ambiental.

De acordo com Mateus (2018), “boa parte dos conflitos que estão ocorrendo atualmente no Amapá são resultantes da utilização um instrumento chamado Sistema de Informações de Geoprocessamento de Imóveis (SIGEP)”, próprio para registrar propriedades. O indivíduo faz georreferenciamento da área para que o INCRA tenha conhecimento da malha fundiária do estado, no entanto, esse sistema gera outro instrumento, o Módulo de Regularização Fundiária (MRF), que é para a regularização das diversas áreas do estado. Isso porque a regularização fundiária atualmente não é do INCRA, mas da SERFAL, popularmente chamada de Terra Legal, que é uma secretaria vinculada a Casa Civil da Presidência da República.

É por meio do SIGEP que se inicia a regularização de posse, mas, é por meio dele que novos conflitos são formados, conforme se extrai do seguinte relato: “... por exemplo se você quiser, a metodologia dele é o seguinte, eu sou posseiro, trabalho numa área, moro naquela área e quero regularizá-la. Faço o georreferenciamento da área, jogo no SIGEP e em seguida faz-se o requerimento para a regularização fundiária. É por esse instrumento que estão aplicando os golpes para a efetivação das questões de ocupação, grilagem e venda de terras irregulares no estado. O aperfeiçoamento tecnológico desenvolvido para o SIGEP possibilita a localização e o controle das áreas de interesse dos comerciantes de imóveis rurais, para aquecer o mercado fundiário no setor. Essa “eficiência fundiária” tem gerado inúmeros conflitos rurais, ambientais e sócias, porque os mais “espertos” vão lá e detectam por meio do SIGEP a existência de áreas “vazias ou desocupadas, devolutas, da União”, e, por meio dessa prática, os interessados registram ou pagam um profissional para ele fazer o registro no SIGEP das propriedades em seu nome.”

Em seguida vai ao INCRA, para regularizá-las, só que o SIGEP está sobreposto a outra área em vários pontos, de várias comunidades, e várias propriedades. Quando o proprietário original vai fazer o SIGEP, já consta um outro. Isso leva a grandes e complicados conflitos, objeto das operações feitas pela Polícia Federal, prisão de diretores de órgãos, secretário, dentre outros envolvidos. Essa é uma artimanha ainda muito utilizada no Amapá, assim como na Amazônia, armada, quase sempre, por empreendimentos, empresas particulares, grupos empresariais e indivíduos proprietários de imóveis ou que trabalham no mercado fundiário, no sentido de se beneficiarem.

Toda a movimentação envolve a legislação, os órgãos públicos, os empreendimentos privados, a tecnologia, a gestão governamental e produtores de grãos, dentre outros, formando um organograma difícil de entender. Assim, José (2018)⁷¹ disse:

...aqui, o que mais tem é gente vendendo terras. É perigoso, é perigoso... Agora que estão poucos, porque passou aquela euforia do povo comprar e tal, mas o que tem de nego malandro aí vendendo terras duas três vezes. Um senhor falou em Tartarugalzinho que um cidadão comprou uma terra e pagou 600 mil por uma parte e ela desapareceu com os 600 mil. Como é que você dá 600 mil assim para uma pessoa que você não conhece, não é falta de critério, muita malandragem.

É importante antecipar que atualmente existe em andamento no estado um estudo de mercado de terras, e essa iniciativa irá revelar melhor a situação atual no setor fundiário do estado. Conforme Edmilson (2018)⁷²:

... eles estão finalizando um agora, daqui a um ou dois meses vai estar publicado, mas já levantaram as amostras de preços e a terra continua aumentando de preços. Isso também vai gerar o aumento do conflito, porque se for ver a geografia do cerrado do estado essa parte que acompanha a BR 156, lá para o norte é um cerrado mais úmido, é um cerrado que alaga, é muito limitado para a cultura de grãos. Já na AP 070, que nós estamos, é o melhor cerrado em questão de relevo, o processo de laterização do solo não foi avançado. Se for observar um dos primeiros conflitos que vai ter aqui é o conflito com o agronegócio e a cultura de eucaliptos com a AMCEL, porque não tem tanta quantidade de cerrado, a proporção ao norte do estado é menor, e a soja, ela é uma cultura que a rentabilidade é muito pequena, depende de volumes de terras exatamente. O pessoal estava falando aqui, poxa parei de plantar porque eu me endividei todinho com uma das associações que financiavam para produzir antecipado, não tirava os custos de produção.

Atualmente, os produtores que estão no estado plantando o fazem com recursos próprios, porque não possuem terras regularizadas e não conseguem financiamento bancário com juros menores. Por falta de capital financeiro, alguns entram no esquema das associações para cultivarem em pequenas áreas, resultando em colheitas singelas. Os conflitos nesses eixos de produção também ocorrem por conta da expansão, ou seja, é um problema espacial, ou se expande para as áreas de florestas ou se refaz as formas de redistribuição das terras que estão concentradas nas mãos da AMCEL e de outros produtores do agronegócio. Conforme Sável (2018),⁷³

... existem inquéritos ambientais e que muitos pode falar publicamente e outros não, por conta do sigilo legal. De 2012 até 2018 quando eu assumi a secretaria, isso vem crescendo nas áreas abrangidas pelo agronegócio e tem aumentado. Nós temos caso que está sendo investigado de grilagem de terras, utilização de empresa laranjas para exploração de madeiras, porque há uma progressão de como as ilicitudes ocorrem. Muito semelhante com o que já se viu no Pará, em Rondônia, no Mato Grosso. Há um

⁷¹ Entrevista com o Senhor José, pequeno produtor, morador do km 44 na BR 156, no município de Macapá, no dia 15 de outubro de 2018.

⁷² Entrevista com Edmilson chefe do Departamento de Regularização Fundiária do INCRA no Amapá, no dia 16 de outubro de 2018.

⁷³ Entrevista com Sável, ex-Delegado da Delegacia Estadual do Meio Ambiente (DEMA-AP), no dia 28 de março de 2019.

processo de grilagem de terras genericamente falando, documentos públicos fraudados provavelmente com o envolvimento de servidores de órgãos, tanto da esfera federal, quanto estadual. Há uma exploração irregular da madeira. Posteriormente se implanta exploração mineral e por último a exploração de soja, e a criação extensiva de gado. A preocupação com o meio ambiente é residual, irresponsável e criminosa. Desprezo total com o meio ambiente e as chagas sociais deixadas com esses tipos de exploração são evidentes.

Nesse processo, o mercado de terras clandestino avança nos diversos sentidos, principalmente nos valores das compra e venda da terra por hectares. Enéias (2018)⁷⁴ lamenta a situação “nós estávamos indo bem na expedição de títulos, estávamos indo bem mesmo, mas chegou a transferência, pronto. Agora vê bem, planta e precisa do título, aí o estado não dá, a Terra Legal não dá e aí, fica parado”. Esperava-se que, por meio da regularização das terras, os conflitos e a venda de lotes irregulares seriam controlados.

Quando se refere à compra e venda de terras sem documento, Eneias (2018) responde:

Amigo isso é uma pergunta bem... eles compram, não vão no local pra ver, não vêm no órgão pra saber se tem a documentação da área se é uma terra normal ou não. O camarada vendo a terra, ele dá a terra, não tem documento, mas, é coisa séria ele disse, como é que não tem, eu não compraria, pois é isso aí, é papo furado é. E uma circulação grande de gente comprando terras.

A declaração revela que a expansão do agronegócio, tanto de produção de madeira, quanto do plantio de grãos, tem trazido grandes prejuízos para as populações/comunidades no estado, principalmente prejuízo ambiental, social e fundiário, por conta do uso de agrotóxicos, compra e venda irregular de terras, grilagem e expulsão de posseiros. Sobre o mercado de terras, relata Enéias (2018)⁷⁵,

Agora, esta Lei 1852 de 25 de junho de 2009, tem alguns artigos, algumas partes porque tem aqui num artigo que diz que a posse de 5 anos pra frente tem que ser feito a ambiental, ela é falida pra mim porque vamos dizer aqui em Macapá quatro módulos fiscais são 18ha se regularizar sem fazer uma vistoria? Tem que ir lá, tem que ter o laudo, né. Isso tem que tá tudo no processo. Eu conheço bem, não tem ninguém pra fazer o processo, eu conheço em 93, o cara foi fazer o processo, foi titulado o cara nem foi lá, não cortou uma vara, eu conheço, quer dizer ele se prevaleceu aqui, quer dizer chega um documento de Brasília dizendo assim, olha você tá..., como é que se diz, você vai responder um processo porque vocês titularam uma área que não tem benfeitoria, por uma denúncia não tem respaldo nenhum, enquadrado na 1852, tem uma portaria que a gente fez também que exige, é portaria do INCRA, só vai pra lá. A lei geralmente ela regulamenta decretos.

O mesmo trabalhador Eneias (2018) reclama da ação do órgão fiscalizador e disse:⁷⁶

Olha aqui, eu estava com não sei quantos títulos pra entregar. Lá vem o Ministério Público, aí saíram em cada estado e cancelou um bocado de títulos que já estava pronto pra ser entregue, os que já estavam entregues, cancelou, criou um grande problema

⁷⁴ Entrevista com Enéias, chefe do Departamento de Legalização de Terras do INCRA, no dia 1º de junho de 2018.

⁷⁵ Continuação da entrevista com Enéias, chefe do Departamento de Legalização de Terras do INCRA, no dia 1º de junho de 2018.

⁷⁶ Declaração feita por Enéias, chefe do Departamento de Legalização de Terras do INCRA, no dia 1º de junho de 2018.

porque, quem está na terra precisa do título. Agora, aqui tem essa coisa, o agronegócio, só tá deixando dinheiro pro estado. Eles tem que pagar para eles gastar e a soja, alguns tem alguns silos pra ração, porque é um estrago muito grande, vocês já foram nos silos pra vocês verem o estrago que tem? Até porque está começando e está chegando uma carga de soja lá do Mato Grosso pra embarcar.

Nesse processo, de modo geral, o que se tem observado é a expansão dos atos ilícitos praticados pelos diversos empreendimentos, por grupos de indivíduos inescrupulosos e por diversos agentes ligados aos órgãos públicos, para atender ao interesse de poucos. Na verdade, são atores vinculados pelo agronegócio de florestas, de grãos e do mercado de terras, combinados entre si, a partir de mecanismos capazes de violar de qualquer modo os direitos constitucionais e consuetudinários das diversas populações/comunidades envolvidas por esse processo de expropriação, controle e domínio dos territórios de vida dos camponeses, ou seja, os inescrupulosos capitalistas.

Conclusão

O processo de territorialização do capital no Amapá, no Pós-Segunda Guerra Mundial, ocorreu com a instalação da ICOMI, para exploração do manganês nas minas de Serra do Navio. Com o fim da exploração mineral, a ICOMI, assumiu compromisso contratual de reinvestir na região pelo menos vinte por cento do lucro líquido. Por esse compromisso, a ICOMI criou a Companhia Ferro-Ligas do Amapá (CFA), a Bruynzeel Madeira S.A. (BRUMASA), dedicada à produção de compensado, a partir de madeiras nativas, a Amapá Florestal e Celulose S.A. (AMCEL), produtora de madeira e cavaco de eucalipto, exploração de madeira nativa para produção de compensados e cavacos, exportados para indústrias de celulose, e a Companhia de Dendê do Amapá (CODEPA) para produção de óleo de dendê, atualmente inativa.

A AMCEL é a primeira empresa do agronegócio instalada no Amapá. É possuidora das terras em que se planta eucalipto, e possui outras propriedades, como reserva para atividades futuras, bem como para preservação ambiental. A AMCEL controla o transporte, o processamento do eucalipto e sua transformação em cavaco, além de controlar o terminal para embarque do produto no Porto de Santana. Dessa forma, a AMCEL controla todo processo de produção de eucalipto e, por essa razão, constitui-se em um monopólio territorializado nas terras amapaenses.

Como parte do processo de expansão do comércio de grãos, empresas do estado do Mato Grosso construíram silos para armazenamento de grãos, o que estimulou os produtores de soja a implementarem o cultivo dessa *commodities* no estado, nas terras das savanas, por serem mais planas e disponíveis para apropriação. Portanto, abriu-se nova frente na economia do estado, que se constitui como os parâmetros da fronteira agrícola. Duas empresas são pioneiras nesse processo: a Caramuru, que exporta grãos e farelo de soja para a Europa, e Companhia Norte de Navegação e Portos (CIANPORT), empresa constituída para logística de armazenamento e de transporte de grãos de Miritituba-PA para o Porto de Santana, que dispõe, em Santana, estrutura para desembarque e embarque de soja e derivados para os mercados mundiais.

Cabe registrar que, para viabilizar o processo que se verifica hoje, foi de fundamental importância a construção da hidrelétrica Coaracy Nunes, no Rio Araguari, na década de 1970. Esse empreendimento representou um marco decisório para a continuidade dos projetos já instalados à época e daqueles que resultam da expansão contemporânea. O desenvolvimento do agronegócio no estado necessita de energia elétrica regular e a custo reduzido para viabilizar suas operações.

A territorialização do monopólio agroflorestal no Amapá iniciou com a criação da AMCEL pela ICOMI, no intuito de aplicar os valores resultantes das compensações da extração de minério e dar continuidade às atividades de desenvolvimento econômico ao estado. A ICOMI deu início à criação, a partir da aquisição de uma vasta extensão de savanas, para o desenvolvimento do setor madeireiro a partir do plantio de eucalipto. Constatou-se, com isso, que o governo federal, com aval do governo amapaense, constitui a base de sustentação desse empreendimento, à territorialização do monopólio agroflorestal em larga escala.

O cenário ideológico que se apresenta naquele período, coordenado pela lógica neoliberal e direcionado pela AMCEL, no Amapá, corresponde “a um imaginário social” que busca justificá-lo como racional, legítimo e correto das formas contemporâneas de atuação dos setores na exploração de recursos agroflorestais. Um empreendimento que aprofundou o desenho da dominação e do controle dos territórios e de suas populações locais por atores externos.

Com as demandas impostas pelo capital mundial, diversos mecanismos foram utilizados por aqueles empreendimentos e por novos que estão adquirindo terras para o cultivo de grãos. Esse processo recente de apropriação e controle das terras e dos recursos naturais está formando um ambiente de conflitos e disputas por terras. O estado do Amapá está numa inércia jurídica em relação à questão da terra. A AMCEL que adquiriu suas terras mediante participação em concorrência pública, em edital de licitação pública de 1978, que necessitou de autorização do Senado Federal, por se tratar de alienação de terras públicas. Como parte dessas terras estavam ocupadas, a AMCEL, por força dos compromissos assumidos no momento da compra, foi obrigada a devolver parte do que foi adquirido em 1978.

Há um processo de disputa por terra no Amapá, mediante uso de violência, por grileiros, pela própria AMCEL, sojicultores, fazendeiros amapaenses e migrantes, que buscam, por meios fraudulentos, expulsar os camponeses de suas terras. Diferente do que ocorria no passado, hoje, são usados instrumentos modernos para a prática da grilagem. O georreferenciamento tem sido empregado não só no estado Amapá, mas em outros estados da Amazônia, para a apropriação indevida de terras de posseiros e terras públicas, como tem sido denunciado pela CPT, conforme observações feitas durante os trabalhos de campo realizados para a coleta de dados e informações para elaboração dessa tese. Dentre outras ações, a AMCEL utiliza, no campo do Amapá, a violência de diversas naturezas, que vai das ameaças, passando por prisões, insultos, quebraadeiras, invasões e até o terrorismo simbólico, conforme pode ser verificado em campo, apesar de ser negado pelos seus diretores. O meio judicial tem sido outro instrumento

empregado nessas disputas, mediante os processos de reintegração de posse, em terras pertencentes a posseiros que cultivam na região há décadas.

O processo se torna ainda mais complexo devido aos conflitos de competência entre os órgãos responsáveis pela regularização fundiária das terras do estado. O IMAP é o órgão estadual responsável pela titulação das terras públicas do estado, mas para executar essa atribuição, é preciso promover a regularização fundiária de terras rurais públicas estaduais discriminadas, arrecadadas e matriculadas em nome do estado do Amapá, de até quinze módulos fiscais. Ao INCRA compete regularizar as parcelas de assentamentos rurais e terras quilombolas, e à Secretaria Especial de Regularização Fundiária compete a regularização das posses em terras públicas, no entanto a equipe responsável por executar as atividades do Programa Terra Legal não dispõe das condições técnicas para realizar essa atribuição legal. Diante desses desmandos, pode-se afirmar que a situação fundiária do estado é precária e preocupante.

Os camponeses do Amapá, como sujeitos da história e diante desses grandes projetos, tentam, na sua simplicidade, reagir, articulando-se por meio de movimentos que se formam pelas poucas ocupações de pequenos lotes, alguns acampamentos e pelas reduzidas manifestações em forma de movimentos sociais, no intuito de assegurar e desenhar novas perspectivas e dinâmicas produtivas para o seu modo de vida rural.

Observou-se que a acumulação capitalista em grande escala e a acumulação por expropriação e espoliação realizadas pela AMCEL são formas semelhantes à acumulação capitalista primitiva, e continuam sendo realizadas por outros empreendimentos no estado. Foram desenvolvidas ações complementares dos empreendimentos que, pela violência com que atuam, acabam por forçar a retirada dos camponeses de suas propriedades, que, ao venderem a força de trabalho, contribuem para dar continuidade ao processo de espoliação e acumulação ainda de forma primitiva. Em nome da propriedade privada capitalista, a desagregação da propriedade comunal dos produtores rurais se torna o meio mais viável à territorialização das atividades do agronegócio a atingir seus objetivos.

Prevalece, assim, uma prática de acumulação primitiva que compõe a geografia histórica do capitalismo monopolista desenvolvidas pelos grandes empreendimentos no campo amapaense. Isso porque a apropriação e o controle de enormes áreas de terras e o contínuo saque dos recursos naturais justificam o uso do termo acumulação primitiva permanente, não só no estado, mas também na Amazônia brasileira de modo geral.

O discurso ideológico para a territorialização do agronegócio pela AMCEL no estado se realiza por meio de uma espécie de mosaico hegemônico teórico, pautado mais pelos

aspectos políticos e econômicos direcionados ao setor agrário atual pelos seus articuladores. Nesse processo, o campesinato amapaense continua a assistir a expansão da extração de renda de monopólio, sem se dar conta das contribuições prestadas, as práticas da acumulação monopolista dos grandes projetos instalados no Amapá, ou seja, o campesinato contribui, na maioria das vezes, com a sua pureza de consciência livre de preconceitos, à acumulação e à expansão do capital agrário no estado.

Registra-se que, com a inclusão do Amapá na mundialização do capital, foi possível constatar a presença da oligopolização e a associação de empreendimentos dirigidos pela burguesia local combinados em escalas nacional e mundial. Fusões, aquisições e associações das multinacionais submetem empresas e companhias regionais estatais e privadas, à produção e à comercialização dos produtos em escala ampliada. Essas empresas, pactuadas com os capitalistas financeiros e com poder midiático, instituíram-se nos espaços amapaenses como uma espécie de estrutura de comando para o fortalecimento do projeto de expansão do capital agroflorestal no campo do Amapá.

O planejamento estatal utilizado pela AMCEL foi a estratégia mais importante depois dos financiamentos, caracterizando-se como ação geopolítica, que assegurou com maior contundência a ocupação e o controle do território amapaense. A tendência é de aumento do monopólio no controle das terras e da produção de madeiras verdes, cavacos e de seus derivados no Amapá pela AMCEL, porque ela é a pioneira em experimentos para o melhoramento das sementes de eucalipto, buscando soluções para o suprimento do plantio nas savanas do Amapá.

Recorda-se, a título de ilustração que o empreendimento ICOMI produziu consideráveis transtornos às comunidades e aos territórios de vida dos camponeses, reduzindo a capacidade auditiva, provocando doenças respiratórias, deformações durante a gravidez, dentre outras consequências à saúde, em função do barulho e da inalação da poeira proveniente dos rejeitos. Acúmulos de minerais a céu aberto, usinas de pelotização, estradas, mata-burros, são formas de manipulação e acondicionamento que promoveram erosão, contaminação dos recursos hídricos, exaustão do ambiente e destruição das fontes de renda e de trabalho das comunidades camponesas que vivem no entorno das áreas de extração dos recursos.

A pesquisa constatou a Vila do Elesbão, localizada no município de Santana do Amapá, como um reduto de pessoas contaminadas pelo arsênio evaporado dos rejeitos de manganês, depositado no entorno da área portuária. Dos que ainda resistem às sequelas, continuam a enfrentar as amargas precariedades da assistência à saúde promovida pelo estado, enfim, são trabalhadores vítimas da fúria do capital, na relação direta e indireta com a reprodução ampliada e com a acumulação permanente. Alguns tiveram vínculo empregatício direto com o

empreendimento, outros apenas pela exposição e contaminação do elemento radioativo detectado. Inertes pelas patologias, alijados do direito de viver, iludidos pela esperança de dias melhores, os afetados se submetem às coerções psicológicas, físicas e econômicas resultantes do discurso e das práticas do processo que deu origem ao agronegócio no Amapá.

Todavia, ainda assim, as companhias que assessoram os empreendimentos agroflorestais no Amapá já ensaiam o suposto domínio das vidas, para a proteção da produção agropecuária, ou seja, tendem a controlar as potencialidades, como criatividade, a invenção, a maturação e a memória dos envolvidos que alimentam o conhecimento tradicional, não só no campo, mas também na cidade, como conhecimentos produzidos de geração em geração e que são constantemente ignorados na criação de novas técnicas e mecanismos que geram outras formas de produzir e novos sujeitos consumidores.

Foi perceptível, durante a pesquisa, que no Amapá a territorialização dos monopólios instituídos pelos grandes projetos para exploração dos recursos naturais em seus diversos setores tem permitido a desagregação dos mecanismos autônomos de fertilização dos territórios camponeses. Os trabalhadores do campo passam a ser excluídos, porque são antiquados, tradicionais, “caburizados”, atrasados e retrógrados, ou seja, os camponeses perdem o controle das técnicas de recomposição do modo de produção do antigo complexo rural original, a ponto de alijar-se da manipulação do próprio solo e dos ecossistemas que os envolvem.

As estratégias de monopolização do território e a expansão das *commodities* agrícolas no Amapá estão em grande parte ainda relacionadas às primeiras ocupações e ao controle ilegítimo dos territórios amazônicos, realizada desde o início da década de 1980, a partir de uma implacável operação de grilagem e um dramático despejo de nações inteiras de nativos camponeses na região. Conclui-se, com isso, que a arrogância dos usurpadores de terras e a resistência dos camponeses pela simples contradição de interesses, não dão conta de demonstrar as reais dimensões e o poder de controle das grandes propriedades ao agronegócio no Amapá.

As diversas atividades envolvidas na industrialização da agricultura promoveram, também, a desagregação do meio rural e o avanço da divisão social do trabalho, tudo para fortalecer a complexa estrutura necessária para movimentar o mercado interno de *commodities* no estado.

Não há dúvida de que a produção voltada para o mercado externo e a escolha das áreas para a produção de grãos no Amapá, próximas ao porto de embarque, diminui os custos com transportes e desenha a nova rota de movimentação de circulação das *commodities* brasileiras pelo agronegócio, rumo ao exterior. Trata-se, nesse contexto, de uma dinâmica conjunta entre

a agricultura e a indústria, remetendo-se o setor agrícola nacional e local ao capital industrial e financeiro, sob a égide do processo global de acumulação.

O cenário local obedece à ordem de prioridades para a expansão do capital e o controle dos territórios, que deixa de ser atributo da elite pensante, como em ocasiões da territorialização dos monopólios do capital. Agora, a ordem passa a ser atributo da economia, quer dizer, das empresas e de seus executivos, porta-vozes atuantes nas revistas, jornais, televisão, rádios e todo tipo de mídia, o que faz reduzir as possibilidades de atender às necessidades básicas de grande parte das populações/comunidades que ocupam os territórios de vida nos seus diversos ecossistemas.

Pelas políticas neoliberais, o Amapá no contexto da Amazônia, sempre atraiu a atenção na exploração econômica dos *commodities* e na circulação de mercadorias em larga escala. Com o agronegócio de grãos, o estado pode passar definitivamente a dar continuidade à mobilidade de diversas mercadorias, a partir do Porto de Santana, no Amapá, em direção ao Atlântico, facilitando o escoamento das exportações de *commodities* para os Estados Unidos, Europa, Ásia, especialmente, China e Japão.

Considerando o quantitativo de área agricultável nas savanas, o potencial financeiro dos produtores de grãos instalados no estado e a estrutura logística proporcionada pelo Porto de Santana no estado, é possível certificar que o bioma das savanas, por si só, não justifica a monopolização do território do agronegócio de grãos em grandes proporções.

Nessa condição, constata-se que as estratégias geopolíticas de alteração na infraestrutura principalmente de transportes na Região Norte foram e continuam sendo realizadas com objetivos de viabilizar a monopolização do território do agronegócio, a expansão do capital e as suas operações nas exportações, a partir do Porto de Santana, no Amapá, que, pela localização estratégica, melhor viabiliza as operações de negócios.

O processo de monopolização dos territórios é tão importante para o agronegócio de grãos que as corporações sementeiras também já estão controlando as savanas, as sementes, o preço dos fertilizantes e dos grãos. O resultado disso é que os grandes produtores, os pequenos e, particularmente, os camponeses tradicionais passam a enfrentar dificuldades na aquisição desses insumos.

Motivados e iludidos pela ampliação na produção, os camponeses menos capitalizados recorrem às instituições financeiras e passam a ser fontes de extração de lucros acima da taxa de mercado, porque se submetem ao comando de setores que privatizam os principais bens comuns.

A mecanização nas savanas do Amapá também é planejada para a unificação e a precisão da produção, para os biomas agroflorestais e para o agronegócio de grãos. Não são levados em conta as espécies biodiversas. A capina química, a contaminação dos alimentos, do solo e das fontes hídricas pelas ações do agronegócio que trazem a desagregação do tradicional complexo rural. O resultado disso são as intoxicações, doenças, contaminações e envenenamento, tanto de pessoas quanto da fauna e da flora da região.

A produção em larga escala demanda grande volume de capitais, logo, para maior segurança dos negócios, é mais conveniente a monocultura, em vez do sistema de policultura na produção. Constata-se, com isso, que a comercialização dos insumos permite assegurar o controle dos setores produtivos tradicionais sob o domínio das distantes corporações multinacionais, para a obtenção do produto final.

Os camponeses do Amapá encontram-se submissos, diante do poder econômico do agronegócio de grãos. A ampliação da produção, para compensar a queda dos preços das mercadorias, tende a promover destruição das condições naturais e dos territórios de vida dos agricultores tradicionais. O uso de sementes transgênicas, o uso de agrotóxicos, de adubos sintéticos e da mecanização no campo do Amapá já permitem constatar profundas transformações na dinâmica agrícola local.

Durante a pesquisa, foi possível entender que política territorial agrária também faz muito mal ao campesinato, porque o Estatuto da Terra foi um instrumento criado para consagrar a propriedade capitalista empresarial e privada, em detrimento das formas de produção camponesa, que, infelizmente, também sustenta a economia do agronegócio, promovendo o avanço das monoculturas a partir de pressões sobre os espaços da agricultura camponesa.

A investigação evidenciou a redução da colheita do feijão, da mandioca, do arroz, da banana e de outras espécies, frente ao empreendimento AMCEL e aos produtores de soja, em função do avanço das monoculturas nas savanas, notadamente nos municípios de Macapá, Itaubal e Porto grande, no sudeste e no centro-sul do estado respectivamente. Atualmente, no Amapá, com apoio da política agrária governamental, o pacto de poder da economia política presta todo apoio ao modelo agroexportador de *commodities*, contrariando a soberania da produção alimentar dos camponeses tradicionais. A apropriação e o uso do espaço amapaense pelo agronegócio de grãos aceleram ainda mais a destruição dos territórios de vida dos camponeses.

No enfrentamento travado contra a oligarquia agrária, o estado e as multinacionais, os camponeses tentam, com apoio da CPT-AP e algumas entidades rurais, realizar ações coletivas para assegurar-lhes a manutenção das suas terras e o direito à vida, mas os conflitos entre os

interesses opostos são inevitáveis. Os contrapontos entre as forças se realizam pelo lado dos camponeses, pela presença física e pelo apoio dos seus meios de produção que são, na maioria, objeto de trabalho que lhes prestam proteção, nas diversas oportunidade de enfrentamentos com os grandes e poderosos capitalistas.

A expansão do agronegócio, tanto de produção de madeira, quanto do plantio de grãos, tem trazido grandes prejuízos para as populações/comunidades no estado, principalmente ambiental, social e fundiário, por conta do uso de agrotóxicos, compra e venda irregulares de terras, grilagem e expulsão de posseiros. Cabe destacar que, durante esse processo, os conflitos sociais e ambientais no Amapá estão acontecendo, na sua maioria, provocados pelas ações da AMCEL. Todavia, por parte do agronegócio de grãos, a maioria dos conflitos percebidos são por questões das terras e questões ambientais, e em menor quantidade os conflitos sociais.

O que se observa é o poder do capital impondo sua lógica aos camponeses, amparado pela política agrária local, pautado pelas diretrizes do governo federal, por meio de normas que atendem aos interesses do mercado mundial. É nessa condição que os camponeses do Amapá reagem contra a monopolização da territorialização e a expansão das *commodities*, assim como contrários à apropriação da terra e à expropriação do trabalhador camponês como meio de garantia da vida.

A pesquisa mostra que os camponeses em disputas com o projeto de campo do agronegócio de grãos até que lutam para fazer o possível para se adaptarem diante do “novo projeto”, mas a novo modo de produção e de ocupação não lhes permite experimentar e acompanhar a conjuntura da sua dinâmica. Aos camponeses, resta somente demonstrar e provar que é possível produzir nos diferentes locais, a partir da utilização dos territórios internos de conhecimentos, como as práticas de reciclagem de nutrientes e de manejo de espécies biodiversas, originando espaços internos de produção, em franca harmonia com o ambiente.

Referências

- A PROVÍNCIA DO PARÁ, Jornal. **A Hidrelétrica de Coaracy Nunes**. Macapá, arquivo biblioteca Elcy Lacerda, 1947.
- AB'SABER, Aziz. **Domínio Morfo-climático do Brasil**. São Paulo, Ed Nacional, 1970.
- ABREU, Alzira Alves. **I Plano Nacional de desenvolvimento (PND)**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico>. Acesso em 28 de fevereiro de 2018, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2009.
- AKCELRUD, Isaac. Reforma Agrária. **A Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo, global, 1987.
- ALEA, **Comissão Especial do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque**. Macapá-Ap, arquivo Assembleia Legislativa, 2004.
- AMAPÁ, CHAMPION/AMCEL. **Champion Inaugura Centro de Mudas e Ambiência Florestal em Tartarugalzinho**. Macapá, Jornal do dia, biblioteca Elcy Lacerda, 1995. In: Amapá, Grandes Projetos II, Macapá, arquivo biblioteca Elcy Lacerda, S/d.
- AMAPÁ, CHAMPION/AMCEL. **Investindo no Futuro**. Macapá, Jornal do dia, biblioteca Elcy Lacerda, 1995. In: Amapá, Grandes Projetos II, Macapá, arquivo biblioteca Elcy Lacerda, 1985.
- AMAPÁ, **Comissão Pastoral da Terra**, seção-Ap, 1996.
- AMAPÁ, **Comissão Pastoral da Terra**, seção-Ap, 2016.
- AMAPÁ, **Expedição Científica do Corredor da Biodiversidade**. Amapá, arquivo Assembleia Legislativa, 2004.
- AMAPÁ, **Jornal do Amapá**. 2ª ed., 14 de fevereiro, Macapá, 2019.
- AMAPÁ, Lei Complementar nº 2/15 - GEA. **Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 5, de 18 de agosto de 1994, que instituiu o Código de Proteção ao Meio Ambiente do estado do Amapá, e outras providências**. Macapá, ALEA, 2015.
- AMAPÁ, Lei Complementar nº 110/18 - GEA. **Dispõe sobre as terras públicas e devolutas do estado, disciplina sua ocupação e dá outras providências**. Macapá, Diário Oficial do Estado nº 6601, de 15.1.2018.
- AMAPÁ, **Plano Anual de Outorga Florestal**. PAOF, 2009/2013.
- AMAPÁ, Zoneamento Socioambiental do Cerrado do Amapá: **Relatório técnico sintetizado**. Diretrizes para o ordenamento de uso e conservação. Macapá, 2016.
- AMAPÁ. Grandes Projetos II e **a Migração na Amazônia**. Macapá-Ap, arquivo biblioteca Elcy Lacerda, s/d.
- AMAPÁ. Grandes Projetos II e **os Projetos Florestais**. Macapá-Ap, arquivo biblioteca Elcy Lacerda, s/d.

AMAPÁ, Projeto de Emenda modificativa de nº 12 de 2019. **Dispõem sobre as alterações do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá (RURAP) e dá outras providências.** Macapá-Ap, ALEA, 2019.

AMAPÁ. **Grilagem de Terras Públicas da União no Estado do Amapá.** Reportagem exibida pelo Fantástico 10/12/2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tbQ6iACDcwo&feature=youtu.be>. Fantástico, 2018.

AMAPÁ. Jornal Diário do. **Investindo no Futuro.** Macapá-Ap, arquivo biblioteca Elcy Lacerda, 1995.

AMCEL, **Boletim Informativo**, Macapá-AP, 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento.** Uma introdução à economia regional. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a África.** São Paulo, contexto, 1989.

ANDREAZZA, Mario David. **Projeto Jari.** Brasília, Câmara dos Deputados. Comissão de Segurança Nacional, 1979.

ARAUJO, J. P. P. de. **Agronegócio Caju: Práticas e Inovações.** Brasília, DF: Embrapa, 2013.

BATISTA, Anderson Pedro Bernardina. **Caracterização Estrutural em uma Floresta de Terra Firme no Estado do Amapá.** Disponível em: www.cnpf.embrapa.br/pfb. Acesso em 27 de setembro de 2018, colombo, v. 35, n. 81, p. 21-33, jan./mar. 2015.

BATISTA, Anderson Pedro Bernardino et. al. Caracterização estrutural em uma floresta de terra firme no estado do Amapá. **Pesquisa Florestal Brasileira**, Colombo, v. 35. ISSN 1983-2605. Disponível em: <http://pfb.cnpf.embrapa.br/pfb/index.php/pfb/article/view/689/406>. Acesso em: 8 dezembro 2017, publicado em março 2015.

BECKER, Berta K. **AMAZÔNIA.** São Paulo, ática, 1990.

BECKER, Berta K. Geopolítica da Amazônia. **A nova fronteira de recursos.** Rio de Janeiro, Zahar editores, 1982.

BECKER, Berta K. **Geopolítica da Amazônia.** Conferencia do mês do Instituto de Estudos Avançados da USP, proferida pela autora em 27 de abril de 2004. São Paulo, estudos avançados 19 (53), 2005.

BECKER, Berta K. Redefinindo a Amazônia. **O vetor Tecno-ecológico.** In: CASTRO, Iná Elias de et. al. (orgs.), Brasil, questões atuais da reorganização do território, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

BECKER, Berta K. Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia. É possível identificar modelos para projetar cenários? In: Parcerias estratégicas, n. 12, set. 2001.

BECKER, Bertha K. Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia. É possível identificar modelos para projetar cenários? In: Parcerias Estratégicas, nº 12, setembro 2011, p. 135 a 158.

BECKER, Bertha K.; MACHADO Lia. **Uma Nova Fronteira para o Século XXI**. Rio de Janeiro, biblioteca UFRJ, 1987.

BERNARDES, Júlia Adão. **Circuito Espacial da Produção na Fronteira Agrícola Moderna**. In: Geografia da Soja. BR 163, Fronteira em mutação. Bernardes & Filho (Orgs.), Rio de Janeiro, Arquimedes edições, 2005.

BORGES, Mauro. **A CONQUISTA DO CERRADO. Uma proposição para duplicar a produção de grãos**. Brasília, arquivo CVRD, 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional**. In: Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões Roseanos. Montes Claros, Relatório de Pesquisa, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade & Cultura, Goiânia, v. 10, nº. 01, jan/jun. 2007, p. 11-27.

BRASIL Lei nº 4.131/62. **Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências**. Brasília, Diário Oficial da União, de 3 de setembro de 1962.

BRASIL Lei nº 4.390/64. **Dispõem sobre alteração da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências**. Brasília, Diário Oficial da União, 29 de agosto de 1964.

BRASIL, Código Civil Brasileiro, art. 20 da Lei de nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Trata da autorização da justiça ou à manutenção da ordem pública, para divulgação de escritos, a transmissão da palavra, a publicação, a exposição, a utilização da imagem de uma pessoa**. Brasília, Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL, **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**, de 1974 a 1979.

BRASIL, Lei 4.771/65. **Institui o novo Código Florestal**. Brasília, Congresso Nacional Art. 19, 1965.

BRASIL, Lei nº. 4.504/64. **Dispõe Sobre o Estatuto da Terra e dá outras Providências**. Brasília, Congresso Nacional, 30 de novembro de 1964.

BRASIL, Walterlina; PORTO, Jadson Luís Rebelo; MAIA, Sávio; INOUE, Gerson Haruo. Rede das Universidades Amazônicas para Desenvolvimento Sustentável (REDAM): **Uma proposta de programa especial de pesquisa e pós-graduação**. In: Revista Ciência, Educação e Cultura. Macapá, UNIFAP, v 1, p. 9-33, dez. 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Artigo 153. **Assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade**. Brasília, diário oficial da União, de 17 de outubro de 1969.

BRASIL (BR). Decreto nº 40.505/56 de 5 de outubro de 1956. **Dispõem sobre a demarcação de área de exploração de minério de manganês em Serra do Navio no Amapá**. Brasil Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1956.

BRASÍLIA (DF). Decreto de nº 55.762/65 de 29 de agosto de 1964. Regulamenta a lei 4.131 de 3 de setembro de 1962. **Disciplina a Aplicação do Capital Estrangeiro e as Remessas de Valores Para o Exterior, modificada pela lei 4.390, de 29 de agosto de 1964.** Brasília, Diário Oficial da União, de 29 de agosto de 1964.

BRASÍLIA (DF). Decreto nº 1.219/72 de 15 de maio de 1972. **Dispõe Sobre a Concessão de Estímulos à Exportação de Manufaturados e dá Outras Providências**, revogado pelo Decreto-lei nº 2.433/88. Brasília, Diário Oficial da União, de 15 de maio de 1972.

BRASÍLIA (DF). Decreto nº 411, de 08 de janeiro de 1969. **Dispõe sobre a administrativo dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios e dá outra providencias.** Brasília, Diário oficial da União, de 08 de janeiro de 1969.

BRASÍLIA (DF). Decreto nº 76.551/62 de 5 de novembro de 1962. **Dispõem Sobre Garantia de Empréstimos em Nome da União.** Brasília, Diário Oficial da União, de 5 de novembro de 1962.

BRASÍLIA (DF). Edital nº 1/78 de 7 de julho de 1978. **Trata do Recebimento de Propostas Para Aquisição de Lotes de Terras Pertencentes à União Federal, sob a jurisdição do INCRA, que serão alienados a pessoas de direito privado ou órgão do poder público da administração indireta com finalidade de implantação de projetos agropecuários e de florestamento e/ou reflorestamento, nos Territórios de Roraima e Amapá.** Brasília, Diário Oficial da União, de 7 de julho de 1978.

BRASILIA, Decreto de Lei complementar nº 8.713, de 15 de abril de 2016. **Trata da transferência ao domínio do estado do Amapá as terras (glebas) arrecadadas e matriculadas em nome da União.** O decreto além da transferência, regulamenta a Lei 10.304, de 5 de novembro de 2001.

BRASÍLIA, Decreto de nº 6.291, de 07 de dezembro de 2007. **Trata da transferência gratuitamente ao domínio do estado do Amapá, terras pertencentes à União**, nos termos do artigo 5 do Decreto – Lei 2.375 de 24 de novembro de 1987 e dá outras providencias.

BRITO, Daguinete M. C. **A construção do espaço público na gestão de unidades de conservação:** o caso da APA do Rio Curiaú/AP. Dissertação Mestrado, CDS/UNB/Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2003.

BRITO, Daniel C. de. A Modernização da Superfície. **Estado de Desenvolvimento na Amazônia.** Belém, UFPA/NAEA, 2001.

BRITO, Lilia Simone Amorim; COSTA, Léa Maria Gomes da. **Estratégia de Desenvolvimento Regional para a Amazônia.** In: AMAZÔNIA. Goiânia, terra livre, ano 22, v. 1, nº 26, p. 195/205, janeiro-junho, 2006.

CALAÇA, Manoel; SILVA, Silvio Simione da. INTEGRAÇÃO E INTEGRIDADE AMAZÔNICA. **A Hegemonia Ambiental e os Novos Mecanismos do Domínio Capitalista na Amazônia Brasileira.** Goiânia, Ed. UFG, s/d (no prelo).

CAMARGO, M. L. G. **O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira.** Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: USP, 2012.

CARDOSO, F. H. et. al. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, editora Guanabara, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique”. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/biografia>. Acessado em: 25 nov. 2017.

CARIC, Gabriela Sousa; ROCHA Genival Fernandes; LIMA, Eduardo Queiroz de SILVA, Natalia Batista e. Geografia Física e as Mudanças Globais. **Análise da expansão das áreas de eucalipto no estado do Amapá**. XVIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada (SBGFA). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará (UFC), 11 a 15 de junho, 2019.

CARONE, Edgar. A República Velha II: **Evolução Política**. São Paulo: DIFEL, 1971.

CARONE, Edgard. Roberto C. **Simonsen e Sua Obra**. Rio de Janeiro, R. Adm. Emp. out./dez. 1971.

CARVALHO, Jessica Tomaz de; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. Análise Conceitual do Agronegócio. **A construção do discurso para a legitimação de um projeto desigual**: In: I Simpósio Integrado de Estudos Territoriais. Dinâmicas territoriais e políticas sociais no Brasil contemporâneo. DE SENA, Caio Cesar Alencar; CASTILHO, Denis; DE FREITAS, Jéssica Soares; SOUZA, Lucas Barbosa e. (Orgs), Goiânia, editora Kelps, 2018.

CASTELO, Rogério. BRUMAS. **Avanço industrial da Amazônia**. Belém, Folha do Norte, arquivo biblioteca Elcy Lacerda – Ap, s/d.

CASTILHO, Denis. **Modernização Territorial e Redes Técnicas em Goiás**. Goiânia, editora UFG, 2016.

CASTRO, Ana Maria de. FOME, UM TEMA PROIBIDO. **Últimos Escritos de Josué de Castro**. Rio de Janeiro, Petrópolis, vozes, 1984.

CAVALCANTE, Emanuel Silva. **Cerrado do Amapá**. Disponível em Webartigos (editor). Acesso em 22 de novembro de 2017, publicado em 22 de junho de 2010.

CHATEAUBRIAND, Assis. **O Braço é a Matéria-Prima Mais Valiosa da Região Amazônica**. In: NUNES, Janary Gentil. Confiança no Amapá. Impressões sobre o Território. Brasília, Senado Federal, 2012.

CHAUÍ, Marilena. De aliança, Atrasos e Intelectuais. In: Folha de São Paulo, Caderno Mais p. 6/8, 24/04/1994.

CHAUÍ, Marilena. **De Alianças, Atrasos e Intelectuais**. Disponível <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/24/mais!/19.html>. Acesso em 20/2/2019. São Paulo, Jornal Folha de São Paulo, 24 de abril de 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Nova Classe Trabalhadora**. Disponível na Página da Fundação Perseu Abramos: <http://nova.fpabramo.org.br/content/nova-classe-trabalhadora-enigma>. São Paulo, enigma, 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1996.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. Campinas-SP, papiro, 2009.

COELHO, Maria Célia N. et. al. Estratégias de Modernização na Amazônia e a reestruturação dos municípios. **O caso da implantação de empresas minero-metalúrgicas e de energia elétrica**. In: GONÇALVES, M. F. et. al. (Orgs.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: desafios urbano-regional. São Paulo, ed. UNESP, ANPUR, 2003, p. 657 a 694.

COHEN, Benjamin J. **A Geografia do Dinheiro**. São Paulo, Unesp, 2014.

COSTA JUNIOR, R. F; FERREIRA, R. L. C; RODAL, M. J. N.; FELICIANO, A. L. P.; MARAGON, L. C.; SILVA, W. C. **Estrutura fitossociologia do componente arbóreo de um fragmento de floresta ombrófila densa na mata sul de Pernambuco, nordeste do Brasil**. Ciência Florestal, Santa Maria, RS, v.18, n. 2, p. 173-183, 2008.

COSTA, Manoel et. al. **A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana: questões geoeconômicas**. Macapá: jornal do dia, 1999.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **NA ILHARGA DA FORTALEZA, LOGO ALI NA BEIRA, LÁ TEM O REGATÃO: Os Significados dos Regatões na Vida do Amapá – 1945 a 1970**.

COSTA, S. M. G. Territórios e mercado de terras no Baixo Amazonas: **expansão da soja e valorização fundiária**. VI Encontro Nacional da Anppas. 2012.

COSTA, Wanderley M. da. **O Estado e as Políticas territoriais no Brasil**. São Paulo contexto, 1991.

COSTA, Wanderley M. da. **Subsídio para uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. In: Oficina para uma política nacional de ordenamento territorial, Brasília, 2004.

COUTO, André. **O projeto Jari**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC). Rio de Janeiro, FGV, 2009.

CRUZ, Valter do Carmo. **Resistência, Territorialidades e Identidades na Amazônia**. In: AMAZÔNIA. Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Goiânia, terra livre, ano 22, v. 1, nº 26, p. 1-246, 2006.

CUNHA, Álvaro da. **Quem explorou quem no contrato do manganês do Amapá**. Macapá, ed. Rumo, 1962.

CUNHA, Manuela C. da. ALMEIDA, Mauro W. B. **Populações tradicionais e conservação ambiental**. In: VERÍSSIMO, Adalberto et. al. (org.). Biodiversidade na Amazônia brasileira. São Paulo: Estação Liberdade/Instituto Socioambiental, 2001.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas, UNICAMP/ICONE, 1985.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2012.

DIÁRIO DO AMAPÁ, Jornal. **Investindo no Futuro**. Macapá-Ap, arquivo biblioteca Elcy Lacerda, 1995.

DIAS, Leila Christina. Território e Redes. **Perspectivas Teórico-metodológicas no Campo Interdisciplinar do Desenvolvimento Regional**. In: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional. Perspectivas e Desafios. Silveira & Felippi (Orgs.) Santa Cruz do Sul-RS, ed. Insular, 2018.

ESCOBAR, Arturo. Sentir pensar con la tierra. **Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín, ediciones UNAULA, 2014.

FAGUNDES, Lourival M. **A política como ela é**. São Paulo, IESF/UFMS, 2008.

FARINA, E.M.M.Q. & ZYLBERSZTAJN, D.: **Competitividade e Organização das Cadeias Agroindustriais**. Costa Rica: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 63p., 1994.

FEARNSIDE, Fhelip M. **Desenvolvimento sustentável na Amazônia**. In: Simpósio e Mostra Internacional de Tecnologias Ambientais: Rio de Janeiro, Rio 92, ECOTECH, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. **Ensaio de Interpretação Sociológica**. São Paulo, globo, 1978/2006.

FONSECA, Rinaldo Barcia. **A Formação de Blocos e a Integração Nacional**. In: Anais do Seminário. Agricultura Brasileira nos Anos 90. Desafios e perspectivas. Curitiba-PR, editora da UFPR, 1991.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e As Coisas**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

FREITAS Eduardo. "**Aspectos naturais do Amapá**"; *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilestola.uol.com.br/brasil/aspecto-naturais-amapa.htm>. Acesso em 16 de março de 2018.

FREITAS, Aimberê. **As Políticas Públicas e Administrativa de Territórios Federais Brasileiros**. Roraima, Boa Vista, 1991.

GAZETTA, Valéria & OLIVEIRA JR, Wenceslau M. de (Orgs.). Grafias do Espaço. **Imagens da Educação Geográfica Contemporânea**. São Paulo, alínea, 2013.

GEA/CEMA, Amapá e Meio Ambiente. **Relatório Subsídios para Fortalecimento do Estado do Amapá ao 1º Seminário Regional do PPG7**. Macapá, Serie Técnica, 1993.

GOBBI, Wanderléia Aparecida de Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões sobre o trabalho de campo. In: **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: nas trilhas da investigação. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima (org.). Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 485-507.

GOMES, Horieste. **A Produção do Espaço Geográfico no Capitalismo**. Contexto, 1990.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A defesa da natureza começa pela terra.** São Paulo, terra livre, n. 7, p. 43-52, 1990.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo, contexto, 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

HADDAD, Paulo R. **Os novos polos regionais de desenvolvimento no Brasil.** In: VELOSO, J. P. do R. A Construção da Modernidade econômica-social. Rio de Janeiro, João Olímpio, 1994, p. 334 a 372.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo, Loyola, 2012b, 348 p.

HEBETTE, G.; MARIN, R. Colonização Exponência, Política e Agrária e grupos Sociais. **Estudo pioneiro sobre o povoamento regional.** Belém, NAEA, 1977.

IANNI, Octavio. **A LUTA PELA TERRA.** História Social da Terra e da Luta pela Terra Numa área da Amazônia. Rio de Janeiro, Petrópolis, 1981.

IBGE, **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro, 1991.

IBGE, Resolução n.º 5/10/02. **Características Gerais do Território.** PRODEMAG, Publicado: 15 junho, 2011.

IBGE. Manual técnico da vegetação brasileira: **sistema fitogeográfico, inventário das formações florestais e campestres, técnicas e manejo de coleções botânicas, procedimentos para mapeamentos.** 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro, 2012.

ICOMI. **História do Aproveitamento das Jazidas de Manganês de Serra do Navio.** Rio de Janeiro, arquivo biblioteca Elcy Lacerda, 1983.

INÁ, Elias Castro. Geografia e Política: **Território, escala de ação e instituições.** Rio de Janeiro, Bertrand brasil, 2005.

JACQUES, Paulino. **Curso de Direito Constitucional.** Rio de Janeiro: Forense. 1977.

JESUS, José Novaes de; MAURO, Rogério Antônio. **Perspectivas da Integração Inter-Regional para o Agronegócio no Centro-oeste Brasileiro.** Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), 2016.

JUCHEM, Ari Pedro e MORAIS, Nilson Antônio de. **Técnicas para avaliação de impacto ambiental e elaboração de estudos de impacto ambiental de empreendimentos selecionados – algumas definições e escalas apropriadas para estabelecer áreas de influência de empreendimentos.** In: IAP. Manual de avaliação de impactos ambientais – MAIA. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 1992. pp. 7051 (1-5).

JUNIOR, Caio Prado. **Evolução Política do Brasil.** São Paulo, ed. brasiliense, revisada 1961.

KAGEYAMA, Ângela. **Os maiores Proprietários de Terras no Brasil.** Reforma Agrária. Campinas, 16 (1), p. 63 a 66 (abril/junho), 1986.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo, nova cultura, 1986.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, paz e terra, 1995.

KOTTEK, M.; GRIESER, J.; BECK, C.; RUDOLF, B.; RUBEL, F. **World Map of the Köppen-Geiger climate classification updated**. Meteorologische Zeitschrift, v. 15, p. 259-263, 2006.

LACOSTE, Ives. PROBLEMAS E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TERCEIRO MUNDO. **Para uma definição eficaz do subdesenvolvimento**. In: A GEOGRAFIA ATIVA. (Tradução de Gil Toledo; Manuel Seabra; Nelson de La Côte; Vincenzo Bochicchio), Paulo – Rio de Janeiro, difel, 1980.

LAMEIRA, Anderson Maycon Tavares. **Apropriação e uso do cerrado e a expansão da monocultura da soja nos municípios de Itaúbal e Macapá, no estado do Amapá**. Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (PPGEDAM/NUMA/UFPA, Belém, 2016.

LANDER, E. Ciências sociais. **Saberes coloniais e eurocêtricos**. In: LANDER, E.; LANDER, D. A Colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais, perspectivas Latino Americanas. Buenos Aires, CLACSON, 2005.

LEAL, Aluísio Lins. Amazônia. **Os Aspectos Políticos da Questão Mineral**. Dissertação de mestrado. Belém, UFPA, núcleo de altos estudos da Amazônia, 1988.

LEÃO, Igor Zanon Constant Carneiro. **A História Econômica do Brasil (1500/1820)**, de Roberto Simonsen. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas>. Acesso em 21 de setembro de 2018. Revista jan./jun. 2014.

LEI Nº 10.406/02 Art. 20. **Divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais**. (Vide ADIN 4815), de 10 de janeiro de 2002.

LEONELI, Domingo. **Uma Sustentável Revolução na Floresta**. São Paulo, ed. Viramundo, 2000.

LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de. **As Terras do Território Federal do Amapá**. Revista GeoAmazônia – ISSN: 2358-1778 (on line) 1980-7759 (impresso), Belém, v. 03, n. 05, p. 35 - 51, jan./jun. 2015.

LINS, Cristovam. **Jari 70, anos de História**. Rio de Janeiro, data forma, 2001.

LOMBA, Roni Mayer; SILVA, Júnior Gomes da. Os conflitos pela terra no Amapá: **uma análise sobre a violência institucionalizada no campo**. Blumenau, 2 SC, Revista brasileira de desenvolvimento regional, p. 185-204, 186 primaveras, 2014.

LOPES, Mauro de Resende. **A Reestruturação da Política Agrícola**. In: Anais do Seminário. Agricultura Brasileira nos Anos 90. Desafios e perspectivas. Curitiba-PR, editora da UFPR, 1991.

LUZ, Carlos. O Amapá é um exemplo do trabalho e da conquista definitiva da terra. **Discurso na Câmara dos Deputados**. In: NUNES, Janary Gentil. CONFIANÇA NO AMAPÁ: Impressões sobre o Território. Brasília, Câmara dos Deputados, 2012.

MAGNOLI, Demétrio. GLOBALIZAÇÃO. **Estado Nacional e Espaço Mundial**. São Paulo, moderna 1997.

MARAGON, L. C.; SILVA, W. C. **Estrutura fitossociológica do componente arbóreo de um fragmento de floresta ombrófila densa na mata sul de Pernambuco, nordeste do Brasil**. Ciência Florestal, Santa Maria, RS, v.18, n. 2, p. 173-183, 2008.

MARCHETTI, Fabiana. Trajetória Intelectual de Edgard Carone: **origem social, a universidade e o engajamento político**. XXVIII Simpósio nacional de História. Lugar dos historiadores, velhos e novos desafios. Disponível em. Acesso em 21/2/2019. 27 a 31 de julho, Florianópolis-SC de 2015.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo, Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **A Questão Agrária e o “Poder do Atraso”**. São Paulo, Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade do Homem Simples**. São Paulo, contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. FRONTEIRAS. **A Degradação do outro nos Confins do Humano**. São Paulo, contexto, 2014.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9ª edição revista e ampliada, São Paulo, contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo, contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O poder do Atraso: Ensaio de sociologia da história lenta**. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, vozes, 1986a. 185 p.

MARTINS, José de Souza. **Sobre o Modo Capitalista de Pensar**. São Paulo, Hucitec, 1986.

MARX, Karl. O Capital. **A Chamada Acumulação Primitiva**. Livro Primeiro, Volume II, 12ª edição. Tradução Reginaldo Sant’Anna, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. **O processo de produção do Capital** (Trad. Reginaldo Sant’Anna) 12ª ed., livro I, volume II, São Paulo, nova cultural, 1989).

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Observação e Entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária**. In: Geografia e

Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima (org.). Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 279-291.

MAYER, Luiz Rafael. A natureza jurídica dos Territórios Federais. In: **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, 125,15-41. jul/set, 1976.

MAYORAL, Maria Rosa, Palazón. A filosofia das práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez. **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales. Campus Virtual. Colección, Adolfo Sanchez. Buenos Aires, editorial, 2007.

MENDES, Estevane de Paula Pontes; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de investigação e estudos agrários: **entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista**. In: Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima (org.). Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 509-537.

MENDOÇA, Maria Luísa Rocha Ferreira de. Modo capitalista de produção e agricultura: **a construção do conceito do agronegócio**. São Paulo, USP, 2013 – Tese de doutorado.

MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Claríndia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente; SUELI, Maria de Regina. **Metodologia científica**: guia de elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Goiânia, Faculdades Alves Faria, 2004.

MÉSZARÓS, Stván. **A Teoria da Alienação**. São Paulo, Bom tempo, 2006.

MONTEIRO, Maurilio de Abreu. A ICOMI NO AMAPÁ: **Meio Século de Exploração Mineral**. Belém, Novos cadernos do NAEA, v. 7, p. 5 a 41, 2004.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Mineração Industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. Novos cadernos NAEA, Belém, v. 8, 2005.

MOONEY, P. R.. O Escândalo das Sementes. **O domínio na Produção de Alimentos**. São Paulo, Nobel, 1987.

MORAES, Antônio Carlos Robert. IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS. **Espaço, Cultura e Política no Brasil**. São Paulo, Annablume, 2005.

MORAIS, Paulo Dias; MORAIS, Jurandir Dias. **O Amapá em Perspectivas**: Uma abordagem Histórico-geográfica. Disponível em <http://amapavestibular.blogspot.com.br/vegetação> parte 1, acesso em 19 de novembro de 2017, publicado em 29 agosto 2012.

NEVES, Marcos Fava. **Vai agronegócio! 25 anos cumprindo missão vitoriosa**. São Paulo^{1ª} ed., Editora Canaeste, 2016.

NUNES, Eike Daniela Rocha. **O Controle Social Exercido Pela ICOMI Como Estratégia de Uso e Ação Sobre o Território no Amapá**. Amapá, UNIFAP, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de et. al., **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia, kelps, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo, contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Amazônia e a Nova Geografia da Produção de Soja.** *In: AMAZÔNIA.* Goiânia, terra livre, ano 22, V. 1, n. 26, janeiro-junho 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Amazônia e a nova geografia da soja.** Goiânia, Terra livre, ano 22, v. 1, n 26, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Fronteira Amazônica Mato-grossense. **Grilagem, Corrupção e Violência.** Tese livre docência. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro.** *In: CARLOS, A. F. A. (org).* Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da agricultura brasileira.** *In: Território em Conflito, terra e Poder (Orgs.), OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; ELESEU, Ribeiro Lima; CABRAL, José Pedro; SANTOS, Roberto de Souza, Goiânia, Kelps, 2014*

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo, Iãnde editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo, edição do autor, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e agricultura.** São Paulo, ática, 1987.

OLIVEIRA, Ivanoel Marques de. Desenvolvimento Sustentável do Amapá. **Uma Perspectiva Interessante.** Macapá, digital services, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Problemas e hipóteses relativos à fricção interética:** Sugestões para uma metodologia, revista do instituto de Ciências Sociais, v. IV, n.1, p. 44-65. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1967.

PAES, Papaléo. **AMAPA SEMPRE.** Brasília, Senado Federal, 2003

PARANAIBA, A. C. **Agroindustrialização e Incentivos Fiscais Estaduais em Goiás.** 138 p. Dissertação Mestrado, 138 p. Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, 2012

PASCHOAL, Adilson D. **PATENTEAMENTO DE SEMENTES E BIOTECNOLOGIA: Uma Lição da História.** *In: Anais do Seminário, AGRICULTURA BRASILEIRA NOS ANOS 90. Desafios e Perspectivas.* Curitiba PR, editora da UFPR, 1989.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos:** material para fins didáticos. Uberlândia: EDUFU, 2010. 69 p.

PINTO, Lucio Flavio. **Os Grandes Projetos e a Economia Regional.** Belém, jornal, 2009.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **AMAPÁ: Principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943 a 2000.** Macapá, 2ª edição do autor, 2007.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **AMAPÁ: Principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943 a 2000**. Macapá, 1ª edição do autor, 2003.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000**. Macapá: SETEC, 2003.

PORTO, Jadson Luis Rebelo. As estratégias recentes de desenvolvimento do Amapá. **Das Instalações da ICOMI à Implantação da Área de Livre Comércio**. Dissertação de mestrado, PPGG, UFSC, Santa Catarina, 1998.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. Aspectos da Ação do Estado na Fronteira Amazônica: **A experiência do Território Federal/estado do Amapá**. Macapá: Jadson Porto, 2004b. (Série Percepções do Amapá, v. 2). Trabalho foi apresentado no 1º Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, em Canoas (RS). 23-25 de setembro de 2004.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E INSTITUCIONAIS DO AMAPÁ: Conflitos e Perspectivas**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina de 20 a 26 de março, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Invenção de Novas Geografias: **A natureza e o homem em novos paradigmas**. In: Território, territórios. Ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro, 3ª ed., Lamparina, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **AMAZÔNIA. Encruzilhada Civilizatória. Tensões Territoriais em Curso**. Rio de Janeiro, consequência editora, 2017.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo, ed. brasiliense, revisada 1961.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. **A Aliança entre Terra e Capital na Ditadura Brasileira**. In: Anais do Seminário. Agricultura Brasileira nos Anos 90. Desafios e perspectivas. Curitiba-PR, editora da UFPR, 1991.

PRODEMAC, Notícias. **Flora**. Disponível em <http://www.mpap.mp.br/meio-ambiente>. Acesso em 22 de novembro de 2017, publicado em 15 junho 2011.

RABELO, B. V. (Coord). **Macrodiagnóstico do Estado do Amapá**: primeira aproximação do ZEE. 3. ed. Macapá: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, Equipe Técnica do Programa Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Amapá, 2008. 139 p.

RABELO, Benedito; et. al. Laranjal do Jarí: **Realidades que devem ser conhecidas**. Macapá: GEA/SETEC/IEPA, 2004.

RANGEL, Inácio. **Economia: Milagre e Anti-Milagre**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1985.

REIS, Arthur C. F. Território do Amapá. **Perfil Histórico**. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1949.

REIS, Daniel Aarão (org.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RESENDE, F. **A Amazônia e a Renúncia Fiscal**. Macapá, biblioteca Elcy Lacerda, 1993.

RIBEIRO Darcy. Os Índios e a Civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 2ª ed. Petrópolis, editora vozes Ltda., 1977.

RIBEIRO, Thiago. "**Aspectos naturais do Amapá**"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-naturais-amapa.htm>>. Acesso em 9 de dezembro de 2017.

RIO DE JANEIRO (RJ). Decreto nº 2.543-A/12, de 5 de janeiro de 1912. **Estabelece medidas a facilitar e desenvolver a cultura da seringueira, do caucho, da maniçoba e da mangabeira e a colheita e beneficiamento da borracha e autoriza o Poder Executivo não só a abrir os créditos precisos a execução de tais medidas, mas ainda a fazer as operações de crédito que para isso forem necessárias**. Rio de Janeiro, Diário Oficial da União, de 5 de janeiro de 1912.

RIO DE JANEIRO (RJ). Decreto nº 9.858/46 de 13 de setembro, 1946. **Dispõe sobre as jazidas de minério de manganês existentes no Território Federal do Amapá**. Rio de Janeiro, Diário Oficial da União, de 13 de setembro, 1946.

RIO DE JANEIRO (RJ). Decreto, nº 9.025/46 de 27 de fevereiro de 1946. **Dispõe Sobre as Operações de Câmbio, regulamenta o Retorno de Capitais Estrangeiros e as Atividades dos Capitais Estrangeiros no País e dá outras providências**. Rio de Janeiro, Diário Oficial da União, de 27 de fevereiro de 1946.

ROOSEVELT, Anna C. **Determinismo Ecológico na Interpretação do Desenvolvimento Social Indígena da Amazônia**. In: NEVES, Walter A. (Org.), origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia. Belém, MPEG/CNPQ/SCT/PR, 1991.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. COLONOS DO VINHO. **Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital**. São Paulo, Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. "**É um Tipo de egoísmo**". In: folha de São Paulo, caderno mais, p. 4, São Paulo, 10/12/1995.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: **técnica e tempo; Razão e emoção**. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Ensaios. Petrópolis R.J., vozes, 1979.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS et al. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Roseli M. Rocha dos. Apresentação. In: Anais do Seminário. Agricultura Brasileira nos Anos 90. Desafios e perspectivas. Curitiba-PR, editora da UFPR, 1991.

SANTOS, Vitor do Espírito. DESCORTINO: Nota Carioca. In: NUNES, Janary Gentil. **CONFIANÇAS NO AMAPÁ. Impressões sobre o Território**. Brasília, Senado Federal, 2012.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: **o rei, a natureza e seus belos naturais**. Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 04, nº 02, p. 391-431, outubro de 2014.

SHIVA, Vandana. Monocultura da Mente. **Perspectiva da Biodiversidade e da Tecnologia**. Trad. Diná de Abreu Azevedo. São Paulo, Gaia, 2003.

SHIVA, Vandana. **RECURSOS NATURAIS**. In: DICIONÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO. Guia para Conhecimento e Poder. Wolfgang Sachs (editor). Trad. Vera Lucia M. Joscelyne; Suzana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis - RJ, vozes, 2000.

SILVA, Edna Lucia da. & MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis, UFSC, 2005.

SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa. **Estrutura Agrária, fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1982.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, Sp, Unicamp, 1998.

SILVA, José Graziano da; KAGEYAMA, Ângela A. AS ESTRATÉGIAS SOCIAIS DOS AGRICULTORES. **A Produção Camponesa e o Desenvolvimento Recente do Capitalismo no Brasil**. In: Seminário sobre a Agricultura brasileira nos anos 90. Desafios e perspectivas. Curitiba, ed. da UFPR, 1991.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Amazônia Globalizada. **Da fronteira agrícola ao território do agronegócio**. Disponível em <http://journals.openedition.org/confins/1949>. Publicado no dia 2 março 2015, acesso em 1 agosto 2018.

SIMONSEN, Roberto Cochrane, **História econômica do Brasil (1500-1820)**, 3ªed. São Paulo, 3ª ed. Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira-Brasileira, grande formato, v. 10, 1957.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História Econômica do Brasil**. 1500/1820, 8ª edição, editora Nacional, São Paulo, 1978.

SOUZA, Josiane. BACIA HIDROGRÁFICA DO AMAPÁ: **Características**. www.ceap.br/material/mat18092012195628.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2017, publicado em 2007.

STEDILE, João Pessoa (Org.). **A História da Questão Agrária no Brasil**. São Paulo, expressão popular, 2011.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Amazônia Brasileira: **Formação Histórico-Territorial e Perspectivas para o Século XXI**. São Paulo: Geousp, 2011.

TEMER, Michel. **Território federal nas constituições brasileiras**. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.

TORRES, Maurício; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. **Urutu-branco**. São Paulo, Altamira, Instituto Agronômico da Amazônia, 2017.

VECHI, C.; Loureiro e Silva, a. e.; Gonçalves g.b. **Relatório da Comissão de Acompanhamento à Criação da lei de proteção aos cultivares**. Rio de Janeiro, Nobel, 1997.

VENÂNCIO, Marcelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O diário de campo e a construção da pesquisa: **registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar**. In: Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima (org.). Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 317-336.

VERGÉS, Armando Bartra. **OS NOVOS CAMPONESES**. Leitura a partir do México Profundo. Tradução (Maria Angélica Pandolfi). São Paulo, cultura acadêmica, 2011.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

WALTER, Bruno Machado Teles. Fisionomia do Bioma Cerrado: **Síntese terminológica e relações florísticas**. Brasília, Tese de doutorado realizada pelo Programa de pós-graduação do Departamento de ecologia do Instituto de ciências Biológicas da Universidade de Brasília PPGDE/ICB (UNB), 2006.

APÊNDICE - A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÂNIA
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS (IESA)
INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO PARA
PESQUISA DE TESE DE DOUTORADO

As questões a seguir têm como objetivo levantar informações gerais a respeito das atividades sobre **O AGRONEGÓCIO: A territorialização e a expansão das fronteiras do capital no Amapá**. A sua contribuição é de fundamental importância para o sucesso dessa pesquisa. Desde já agradecemos seu empenho e colaboração.

1º objetivo

Qual é sua idade?

- ☐ 20 anos
- ☐ 30 anos
- ☐ 40 anos
- ☐ 50 anos
- ☐ outra idade. Qual?

Você é natural de qual estado?

- ☐ do Paraná
- ☐ de Santa Catarina
- ☐ do Rio grande do Sul
- ☐ de Goiás
- ☐ Outro Estado. Qual?

De modo geral, que tipo de conflitos são mais frequentes durante as instalações do capital nos territórios camponeses?

- ☐ não tenho ciência de conflitos nessa etapa
- ☐ só quando não há diálogo entre o grande produtor e o camponês tradicional
- ☐ pela legalização das terras
- ☐ pela apropriação indevida das propriedades dos camponeses tradicionais

A quem mais interessa os grandes empreendimentos patrocinados pelo capital mundial?

- ☐ aos próprios investidores
- ☐ aos grandes produtores
- ☐ aos camponeses tradicionais

() à sociedade em geral

Eles atendem as principais demandas das classes sociais e por isso são considerados de interesses sociais?

() só as que são prioridades para a classe hegemônica

() acredito porque são atividades de interesses sociais coletivamente

() só quando a sociedade se manifesta pelas suas demandas

() não sabe explicar

Na sua opinião, como fazer para elevar a produtividade e a renda dos negócios no campo sem a participação das comunidades envolvidas?

() cada segmento social cuidando do seu negócio

() respeitando a diversidade cultural e ambiental nos territórios ocupados pelo capital

() substituindo a pequena produção pela produção em grande escala

() estimulando os pequenos produtores a competirem com os grandes produtores

2º objetivo

Você concorda que os recursos naturais do estado Amapá sempre estiveram disponíveis ao capital global?

() não tenho certeza

() sempre estiveram disponíveis à exploração das suas riquezas pelo capital global

() não concordo

() não sei explicar

Das ações abaixo, qual delas mais contribuiu para a territorialização e a expansão do capital no Amapá?

() as políticas de governos federal e estadual

() as políticas implementadas pelo capital global

() os empreendimentos de exploração dos recursos naturais

() o pouco controle na segurança das fronteiras do território amazônico

As políticas de disputas por território e de exploração dos recursos naturais tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Amapá?

() só tem contribuído para aumentar os conflitos entre o grande produtor e o camponês

() só tem contribuído para a perda das terras tanto dos grandes, quanto dos pequenos produtores

() sim, porque o desenvolvimento só chega se disputar com outros concorrentes

() não tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Amapá

Que tipo de decisão o Amapá ainda precisa tomar para se desenvolver com autonomia?

- ☐ substituir a gestão de governo centralizada pela participação dos diversos segmentos sociais
- ☐ continuar a atender os interesses do capital mundial
- ☐ continuar investindo nos grandes empreendimentos
- ☐ o Amapá já atingiu sua autonomia socioeconômica

Desde quando você ouviu falar de agronegócio no Amapá?

- ☐ não se ouviu falar de agronegócio, mas da implantação dos grandes projetos de desenvolvimento
- ☐ desde a década de 1950 quando o território do Amapá passa a se desenvolver
- ☐ desde 1953, período de exploração das drogas do sertão e do ciclo da borracha na Amazônia
- ☐ antigamente se falava de projeto de desenvolvimento, de ocupação de fronteiras, de exploração, mas tudo parece estar relacionado com o agronegócio

3º objetivo

Você sabe quais foram os mecanismos utilizados na instalação do agronegócio de grãos no Amapá?

- ☐ pelas iniciativas do programa de governo denominado: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) em 1995
- ☐ por meio de contatos entre grandes produtores e parlamentares do Amapá
- ☐ os grandes produtores de grãos apostaram no potencial das savanas do Amapá
- ☐ a territorialização do capital mundial, incluindo o Amapá na rota da exportação de grãos

Para você, o que é o agronegócio?

- ☐ é produzir para exportação
- ☐ é o investimento do capital mais rentável do momento.
- ☐ é o emprego da tecnologia no campo
- ☐ é o desenvolvimento no mundo

Nesse entendimento quais são as prioridades do agronegócio?

- ☐ o interesse individual
- ☐ o interesse do capital
- ☐ o interesse das comunidades
- ☐ o interesse de todos que participam

Há quanto tempo você trabalha como grande produtor rural no Amapá?

- ☐ 20 anos
- ☐ 10 anos
- ☐ de 2 a 7 anos
- ☐ 1 ano

Qual o fator que mais contribuiu para você morar no Amapá?

- ☐ é um estado bom pra se viver
- ☐ é um estado que precisa se desenvolver por meio do agronegócio
- ☐ influências de outros produtores rurais
- ☐ o apoio do estado na instalação do agronegócio

Quais são as suas perspectivas sobre o agronegócio no Amapá?

- ☐ participar da expansão do agronegócio no estado.
- ☐ ter acesso às terras com menor custo do mercado nacional
- ☐ transformar as savanas do Amapá em áreas produtivas.
- ☐ produzir para exportação

Que tipos de impacto o agronegócio de grãos pode gerar às savanas e as comunidades envolvidas nesse projeto?

- ☐ desagregação do modo de vida das comunidades tradicionais
- ☐ a elevação da temperatura e a redução das chuvas
- ☐ a eliminação da quase totalidade das savanas do Amapá
- ☐ a extinção de espécies animais e vegetais que só existem nas savanas do Amapá

quais são os fatores que mais dificultam a expansão do agronegócio de grãos nos territórios das savanas do Amapá?

- ☐ as terras ainda pertencem à União
- ☐ o camponês mora na terra, mas não tem título de propriedade
- ☐ a maioria das terras pertence a herdeiros
- ☐ todos os fatores e outros. quais?

Quais são as ações mais frequentes enfrentadas pela APROSOJA em defesa dos grandes produtores de grãos?

- ☐ sobre as demarcações das terras ocupadas pelos grandes produtores
- ☐ parte das terras pertencendo a herdeiros, alguns membros não concordam em vendê-las
- ☐ o grande produtor compra a terra do morador, mas ela pertence à União Federal
- ☐ recorre ao estado para facilitar a compra das terras

APÊNDICE - B

APÊNDICE - B
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÂNIA
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS (IESA)
INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO PARA
PESQUISA DE TESE DE DOUTORADO

Prezado Secretário de Estado do Amapá

As questões a seguir têm como objetivo levantar informações gerais a respeito das atividades sobre **O AGRONEGÓCIO: A territorialização e a expansão das fronteiras do capital no Amapá**. A sua contribuição é de fundamental importância para o sucesso dessa pesquisa. Desde já, agradecemos seu empenho e colaboração.

Você é natural de qual Estado?

- () do Paraná
- () de Santa Catarina
- () do Rio grande do Sul
- () de Goiás
- () Outro Estado. Qual?

A quem mais interessa os grandes empreendimentos patrocinados pelo capital mundial?

- () aos próprios investidores
- () aos grandes produtores
- () aos camponeses tradicionais
- () a sociedade em geral

De modo geral, que tipo de conflitos são mais frequentes durante a instalação e a expansão do capital/agronegócio nos territórios camponeses do Amapá?

- () não tenho ciência de conflitos nessas etapas
- () só quando não há diálogo entre o grande produtor e o camponês tradicional
- () pela legalização das terras
- () pela apropriação indevida das propriedades dos camponeses tradicionais

Desde quando você ouve falar de agronegócio no Amapá?

- () não se ouviu falar de agronegócio, mas da implantação dos grandes projetos de desenvolvimento

- ☐ () desde a década de 1950, quando o território do Amapá passa a se desenvolver
- ☐ () desde 1953, período de exploração das drogas do sertão e do ciclo da borracha na Amazônia
- ☐ () antigamente se falava de projeto de desenvolvimento, de ocupação de fronteiras, de exploração, mas tudo parece estar relacionado com o agronegócio

Você sabe quais foram os mecanismos utilizados na instalação do agronegócio de grãos no Amapá?

- ☐ () pelas iniciativas do programa de governo denominado: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) em 1995
- ☐ () por meio de contatos entre grandes produtores e parlamentares do Amapá
- ☐ () os grandes produtores de grãos apostaram no potencial das savanas do Amapá
- ☐ () a territorialização do capital mundial, incluindo o Amapá na rota da exportação de grãos

Para você, o que é o agronegócio?

- ☐ () é produzir para exportação
- ☐ () é o investimento do capital mais rentável do momento
- ☐ () é o emprego da tecnologia no campo
- ☐ () é o desenvolvimento no mundo

Quais são as prioridades do governo do Amapá no que se refere à instalação e territorialização do agronegócio de grãos?

- ☐ () desenvolver o Amapá e com justiça social
- ☐ () o interesse do capital
- ☐ () o interesse das comunidades
- ☐ () o interesse de todos que participam

No contexto da política agrícola desenvolvida pelo GEA, o agronegócio de grãos contempla as demandas de todas as classes sociais e por isso a sua expansão é considerada de interesses sociais?

- ☐ () sim, porque atende os interesses individuais
- ☐ () sim porque atende os interesses do capital
- ☐ () atende os interesses das comunidades
- ☐ () não, porque não contempla os interesses de todos que participam

Que tipos de impacto o agronegócio de grãos pode gerar nas savanas e as comunidades envolvidas nesse projeto?

- ☐ () desagregação do modo de vida das comunidades tradicionais

- () a elevação da temperatura e a redução das chuvas
- () a eliminação da quase totalidade das savanas do Amapá
- () a extinção de espécies animais e vegetais que só existem nas savanas do Amapá

APÊNDICE – C

APÊNDICE - C
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÂNIA
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS (IESA)
INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO PARA
PESQUISA DE TESE DE DOUTORADO

As questões a seguir têm como objetivo levantar informações gerais a respeito das atividades sobre **O AGRONEGÓCIO: A territorialização e a expansão das fronteiras do capital no Amapá**. A sua contribuição é de fundamental importância para o sucesso dessa pesquisa. Desde já, agradecemos seu empenho e colaboração.

4º objetivo

O senhor (a) é natural de qual Estado?

- ☐ do Estado de Tocantins
- ☐ do Pará
- ☐ do Amazonas
- ☐ do Amapá
- ☐ de outro Estado. Qual.....?

Há quanto tempo você mora no Amapá?

- ☐ nasceu e se criou no Amapá.
- ☐ há mais de dez anos
- ☐ há mais de vinte anos
- ☐ há cinquenta anos
- ☐ há mais de sessenta anos

Desde quando você ouviu falar de agronegócio no Amapá?

- ☐ não se ouviu falar de agronegócio, mas da implantação dos grandes projetos de desenvolvimento
- ☐ desde a década de 1950, quando o território do Amapá passa a se desenvolver
- ☐ desde 1953, período de exploração do ciclo da borracha na Amazônia
- ☐ desde quando se falava da instalação dos projetos de desenvolvimento, de ocupação de fronteiras, de exploração, mas tudo parece estar relacionado com o agronegócio
- ☐ no momento em que as máquinas chegaram ao campo

Para você que é o agronegócio?

- ☐ é a presença das máquinas destruindo nossas terras

☐ é alguma coisa que vem trazer melhorias pra nós

☐ é o desenvolvimento pro campo

☐ é um meio de tomar as nossas terras

☐ não soube explicar

Quais são as principais transformações geradas pelo agronegócio de grãos nas comunidades atingidas?

☐ invasões e expulsão dos camponeses de suas terras

☐ diversas ameaças e até destruição dos bens materiais dos camponeses (moradias, instrumentos de produção etc.)

☐ nenhum impacto foi percebido até o momento

☐ reduziu bastante a nossa produção

☐ melhorou consideravelmente o nível socioeconômico das comunidades

Quais são as principais transformações causadas pelo agronegócio de grãos ao meio ambiente do Amapá?

☐ está acabando com as savanas do Amapá

☐ está reduzindo as diversas espécies vegetais e animais nativas do Amapá

☐ corre o risco de perder as espécies medicinais das savanas utilizadas pelas comunidades tradicionais camponesas

☐ está reduzindo a quantidade e o volume de chuvas nas áreas atingidas

☐ não temos ideia do que pode acontecer com as savanas do Amapá

Quais são as estratégias de defesa utilizadas pelas comunidades atingidas pelo agronegócio na manutenção dos seus territórios e dos seus modos de vida?

☐ se aproximar e aprender com os grandes produtores sobre o agronegócio

☐ denunciar todas as irregularidades cometidas pelos grandes produtores

☐ fazer parcerias com os capitalistas para aumentar a produção camponesa tradicional

☐ a norma é reunir com frequência para avaliar os impactos provocados pelo agronegócio de grãos nos territórios e no modo de vida das comunidades atingidas

☐ participar dos encontros dos trabalhadores camponeses, por meio de seminários, palestras, audiências públicas e outras formas de resistências

Qual dos aspectos abaixo mais contribuiu para melhorar a sua vida após a instalação do agronegócio de grãos no seu município?

☐ aumentou o rendimento das famílias, nas comunidades envolvidas

☐ nós camponeses tradicionais aprendemos muito com as pessoas estudadas sobre o agronegócio

() não contribuiu tanto, pelo contrário estamos perdendo nossos direitos, nossas terras e as nossas fontes de sobrevivência

() aumentaram nossa quantidade e qualidade na produção

() melhorou a infraestrutura de transporte da produção dos camponeses

Quais são as suas perspectivas geradas pelo agronegócio para as futuras gerações das comunidades atingidas pelo agronegócio no Amapá?

() se mudar para a cidade em busca de outras formas de sobrevivência

() continuar no campo e seja o que Deus quiser

() continuar lutando pelo território e pelo modo de vida das nossas comunidades camponesas

() do jeito que os grandes produtores usam as terras não dá pra fazer previsões

() a sociedade tem que saber sobre os objetivos destes projetos de produção de grãos

Qual das iniciativas abaixo é a mais importante para reduzir os impactos gerados pela territorialização/instalação e expansão das fronteiras do capital comandado pelo agronegócio de grãos nas terras do Amapá?

() que as autoridades competentes façam valer a justiça no campo para todos sem distinção de classes

() que os grandes e pequenos produtores respeitem as normas sociais e ambientais no campo

() é necessário fiscalização, controle e armazenamento dos recipientes de inseticidas descartados no campo

() não há o que questionar

() vamos continuar no enfrentamento, dialogando, questionando o equilíbrio nas ações dos grandes produtores e propondo meios e estratégias para a redução da territorialização e da expansão das fronteiras do capital agrícola no Amapá.